

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

CAMPUS CAJAZEIRAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITORIA

Reitora - Mary Roberta Meira Marinho
Pró-Reitora de Ensino - Neilor Cesar dos Santos
Diretor de Educação Superior - Richardson Correia Marinheiro
Diretora de Articulação Pedagógica - Lucrécia Teresa Gonçalves Petrucci
Diretoria de Educação a Distância – Francisco de Assis Rodrigues de Lima
Coordenação dos Cursos de Licenciatura: Carolina de Brito Barbosa

CAMPUS CAJAZEIRAS

Abinadabe Silva Andrade | Diretor(a) Geral
Francisco Augusto Vieira da Silva | Diretor(a) de Desenvolvimento do Ensino
Rafael Rodrigues Lopes | Diretor(a) de Administração e Planejamento
José Ivelton Siqueira Lustosa | Diretor(a) de Educação Superior
Francisco Aureliano Vidal | Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Matemática
Claudenice Alves Mendes | Coordenador(a) da COPED/COPAE

COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO DO PPC – Portaria 149/2025 - GDG/DG/CZ/REITORIA/IFPB, de 15 de agosto de 2025

Francisco Aureliano Vidal | Docente
Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes | Docente
Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga | Docente
Francisco Lopes Lavor Neto | Docente
Gilvandro Vieira da Silva | Pedagogo
José Doval Nunes Martins | Docente
José Ivelton Siqueira Lustosa | Docente
Leilyanne Silva de Moraes | Docente
Leonardo Ferreira Soares | Docente
Vinicius Martins Teodósio Rocha | Docente
Rodiney Marcelo Braga dos Santos | Docente
William de Souza Santos | Docente

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO

CAMPUS DE OFERTA: CAJAZEIRAS

NOME DO CURSO: LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

CÓDIGO E-MEC: 1128096

TÍTULO CONFERIDO: LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO:

Número da Portaria: RESOLUÇÃO Nº 088, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010

Data da publicação: 28 DE SETEMBRO DE 2010

PORTARIA DO ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO:

Número da Portaria: PORTARIA Nº 698, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Data da publicação: 05 DE OUTUBRO DE 2015

TURNOS(S) DE OFERTA: NOTURNO

CARGA HORÁRIA MÍNIMA (horas): 3336

DURAÇÃO (semestres): 8

Mínima: 8

Máxima: 12

VAGAS (anuais): 80

EIXO TECNOLÓGICO:

MODALIDADE: PRESENCIAL

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO: 2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1. Dados da Mantenedora e Mantida	7
1.2. Missão Institucional	7
1.3. Perfil Institucional.....	8
1.4. Histórico do Instituto Federal da Paraíba	8
1.5. Políticas Institucionais	11
1.5.1 Macropolíticas de Ensino.....	12
1.5.2 Macropolíticas de Pesquisa.....	13
1.5.3 Macropolítica de Inovação.....	14
1.5.4 Macropolítica de Extensão e Cultura	15
1.6. Cenário Socioeconômico, Socioambiental e Educacional.....	16
1.7. Política Institucional de Acompanhamento do Egresso	19
2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO	21
2.1. Dados do curso	21
2.2. Justificativa e histórico do curso.....	22
2.3. Processo de Construção, Implantação e Consolidação do PPC.....	25
2.4. Diretrizes Curriculares Nacionais Adotadas	28
2.5. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	29
2.6. Requisitos e Formas de Acesso	30
2.7. Cumprimento de Recomendações dos Processos de Avaliações Interna e Externa	31
2.8. Objetivos	33
2.8.1. Objetivo Geral.....	33
2.8.2. Objetivos Específicos.....	33
2.9. Perfil Profissional do Egresso	34
2.10. Estrutura Curricular	35
2.10.1. Matriz Curricular	36
2.11. Conteúdos Curriculares	43
2.11.1. Flexibilidade, Interdisciplinaridade e Acessibilidade Metodológica	44
2.11.2. Libras	47
2.11.3. Curricularização da Extensão	48

2.11.4.	Educação das Relações Étnico-raciais	55
2.11.5.	Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.....	56
2.11.6.	Educação em direitos Humanos.....	57
2.11.7.	Educação Ambiental	58
2.12.	Metodologia	60
2.13.	Estágio Curricular Supervisionado	61
2.13.1.	Relação com a rede de escolas da Educação Básica	65
2.13.2.	Relação Teoria e Prática	66
2.13.3.	Estágios Não Obrigatórios Remunerados	67
2.14.	Atividades Complementares	68
2.15.	Trabalho de Conclusão de Curso	72
2.15.1.	Repositório Digital.....	73
2.16.	Apoio ao Discente.....	74
2.16.1.	Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil.....	77
2.16.2.	Acessibilidade.....	78
2.16.3.	Monitoria.....	79
2.16.4.	Nivelamento	81
2.16.5.	Apoio Psicopedagógico	82
2.16.6.	Centros Acadêmicos	83
2.16.7.	Intercâmbios nacionais e internacionais	83
2.17.	Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Externa e Interna	85
2.17.1.	Avaliação Interna	86
2.17.2.	Comissão Própria de Avaliação - CPA.....	88
2.18.	Tecnologias da Informação e Comunicação	89
2.19.	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	91
2.20.	Números de Vagas.....	94
2.21.	Integração com as redes públicas de ensino	94
2.22.	Atividades práticas de ensino para licenciaturas	95
2.23.	Aproveitamento de Estudos	96
3.	CORPO DOCENTE E TUTORIAL	101
3.1.	Núcleo Docente Estruturante.....	101
3.2.	Colegiado do Curso.....	102
3.3.	Coordenação de Curso.....	105
3.4.	Corpo Docente	106

3.4.1	O Grupo Cajazeirense de Pesquisa em Matemática (GCPMat).....	108
3.4.1.	Titulação	111
3.4.2.	Experiência Profissional e no Magistério	112
3.5.	Pessoal Técnico Administrativo	114
3.6.	Política Institucional de Capacitação de Servidores	117
4.	INFRAESTRUTURA	121
4.1.	Infraestrutura do Campus	121
4.2.	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	123
4.3.	Espaço de trabalho para o coordenador	124
4.4.	Sala coletiva de professores	124
4.5	Salas de aula	124
4.6.	Biblioteca	125
4.6.1	Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico	127
4.6.2.	Sistema de gestão do acervo bibliográfico.....	128
4.6.3.	Plano de Contingenciamento	129
4.7.	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	132
4.8.	Laboratórios didáticos de formação básica	134
4.9.	Laboratórios didáticos de formação específica	136
4.10.	Comitê de Ética em Pesquisa	137
4.11.	Política Institucional de Acessibilidade	137
5.	CERTIFICAÇÃO	140
	REFERÊNCIAS.....	141
	APÊNDICES	151
	APÊNDICE A – Ementário.....	151
	APÊNDICE B – Fluxograma	221

APRESENTAÇÃO

O Plano Pedagógico de Curso (PPC) é um documento público que tem por finalidade apresentar à comunidade acadêmica o Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Paraíba - Campus Cajazeiras. Foi elaborado de forma participativa e teve como bases o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2020-2024) e o Regimento Didático dos Cursos Superiores do IFPB (RES. Nº 54, DE 20 DE MARÇO DE 2017).

Este Plano Pedagógico do Curso evidencia os princípios de: indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades acadêmico-formativas desenvolvidas pelo IFPB, flexibilização curricular promoção da contextualização e da criticidade dos conhecimentos; ética como orientação das ações educativas e prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

Por sua vez, depois de revisado e atualizado, conforme a atual política do Ministério da Educação – MEC e as recentes regulamentações determinadas pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, este PPC observa a demanda de formação (MEC) de professores na área de Matemática e inclui o uso de novas tecnologias da informação e da comunicação aplicadas nas práticas de ensino, integrando os aspectos relacionados às legislações para educação das relações étnico-raciais, indígenas, ambientais, culturais e educação em direitos humanos e gênero, buscando a formação de futuros professores que sejam aptos a exercer a cidadania, conscientização sobre a equidade, igualdade e respeito à diversidade nos aspectos do processo educativo e que se reconheçam a educação como meio de transformação de realidades e como elemento responsável pela resolução de problemáticas sociais contemporâneas.

Conforme Lei nº 11.892/2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e estabelece, entre suas as Finalidades e Características “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”, este PPC busca atender estas finalidades no sentido de apresentar o curso que busca ofertar a formação de professores de matemática o mais preparado possível para atuar em sala de aula.

1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

O contexto institucional em que o curso está inserido, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), é apresentado neste capítulo, destacando dados relacionados ao histórico de criação, bem como a sua missão, perfil e políticas institucionais. São evidenciados também os contextos de atuação, a partir dos cenários socioeconômico, socioambiental e educacional, assim como a política institucional de acompanhamento dos egressos.

1.1. Dados da Mantenedora e Mantida

Mantenedora e Mantida	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB						
End.:	Avenida João da Mata				n.:	256	
Bairro:	Jaguaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP:	58015-020	UF:	PB
Fone:	(83) 3612-9706		E-mail:	gabinete.reitoria@ifpb.edu.br			
Site:	https://www.ifpb.edu.br/						
Atos Legais	Recredenciamento Institucional por meio da Portaria MEC nº 330, de 08/02/2019, publicada no DOU de 11/02/2019, pelo prazo de 8 (oito) anos						
Campus:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Cajazeiras						
End.:	Rua José Antônio da Silva				nº:	300	
Bairro:	Jardim Oásis	Cidade:	Cajazeiras	CEP:	58900-000	UF:	PB
Fone:	(83) 3532-4100			Fax:			
E-mail:	campus_cajazeiras@ifpb.edu.br						
Site:	https://www.ifpb.edu.br/cajazeiras						

1.2. Missão Institucional

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação



de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (PDI/IFPB 2020-2024).

1.3. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais. O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. O Instituto Federal da Paraíba tem administração descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do artigo 9º da Lei nº 11.892/2008, conforme disposto em seu Regimento Geral.

1.4. Histórico do Instituto Federal da Paraíba

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB ao longo de seus mais de cem anos recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba – de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa – de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba – de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba – de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008, e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com a edição da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

No início de sua história foi criado como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o país, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930. Oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria. No início dos anos 60, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida

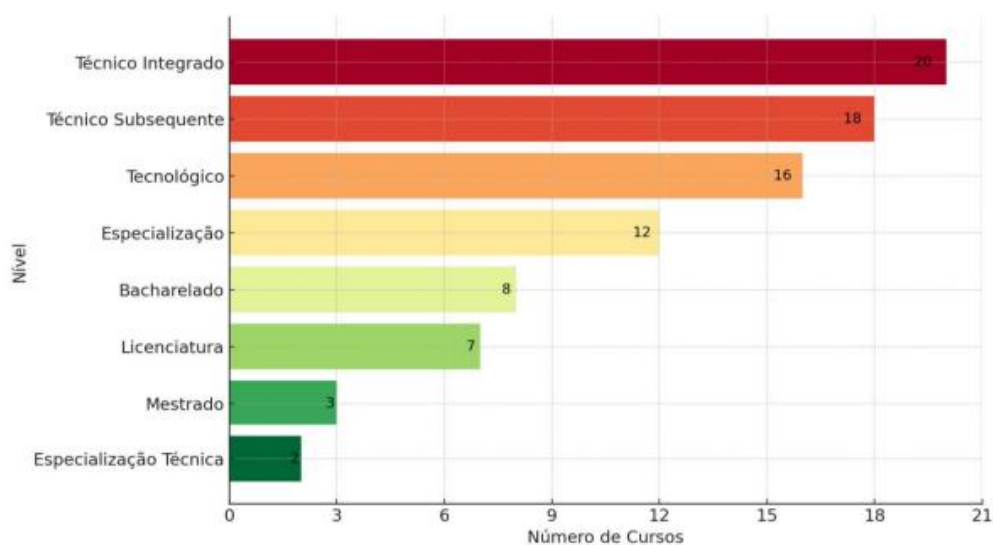


Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, e, no ano de 1995, interiorizou suas atividades, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ.

A Escola Técnica Federal da Paraíba foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba no ano de 1999 e, passou a ter a condição de instituição de ensino superior e oferecer a partir daí diversos cursos superiores, sejam de tecnologia, licenciatura ou bacharelado. Com a Reforma do Ensino Técnico, instituída pela Portaria MEC Nº 646/97 de 14 de maio de 1997 e com a implantação do Decreto 2.208/97, o já CEFET-PB-UNED-CAJAZEIRAS passou a partir do ano de 1999, a oferecer o Ensino Médio (antigo 2º grau), Cursos Pós-Médio de Agrimensura e Eletromecânica. Em 2001, de acordo com o Decreto 2.208/97, foram criados os chamados Cursos Modulares (Ensino por Competência).

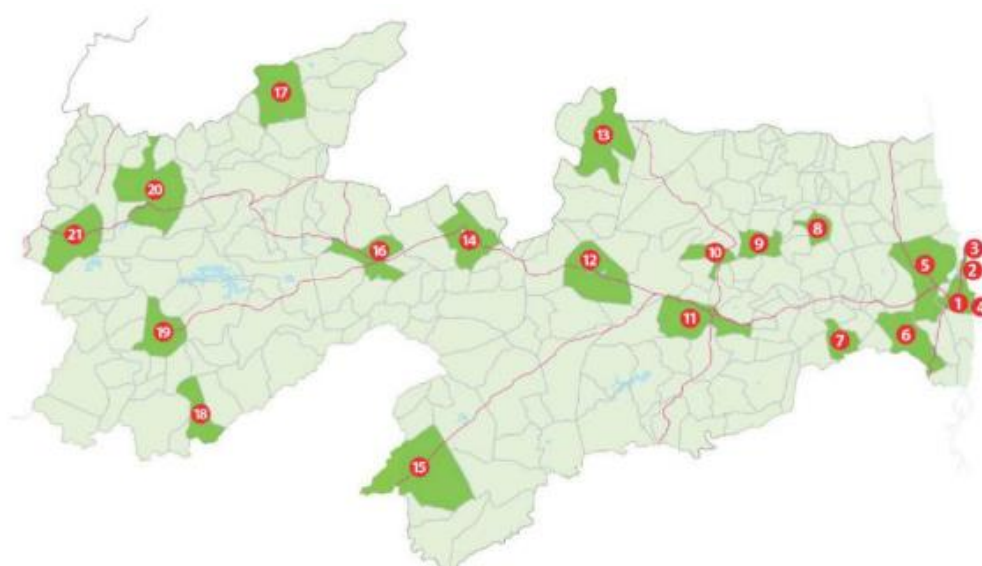
No primeiro período letivo de 2005 foi criado no CEFET-PB-UNED-CAJAZEIRAS o primeiro curso superior de tecnologia do sertão, no caso o Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial, aproveitando a experiência que a instituição tinha com o curso de Eletromecânica e a capacidade instalada de laboratórios já existentes e em funcionamento. No semestre letivo 2006.1 foram extintos o Curso Técnico Subsequente de Informática e o Ensino Médio propedêutico. Nesse mesmo período foram mantidos os Cursos Técnicos Subsequentes de Edificações e Eletromecânica, criaram-se os Cursos Técnicos Integrados em Edificações, Eletromecânica, Informática, o Curso Técnico de Desenho na modalidade EJA e o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o IFPB se consolida como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba. Além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, desenvolve um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas (PROEJA, PROJOVEM, Mulheres Mil e PRONATEC, etc.) e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão. O IFPB oportuniza, ainda, estudos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Os cursos ofertados atualmente pelo IFPB estão mostrados no gráfico a seguir.



FONTE: PDI (2020-2024)

Com os planos de expansão da educação profissional ocorridos nos últimos anos, o IFPB conta atualmente com 21 Campus distribuídos em diversos municípios da Paraíba conforme a figura abaixo.



- | | | |
|--|---------------------------|----------------------------|
| 1. Campus João Pessoa e Polo de Inovação | 8. Campus Guarabira | 15. Campus Monteiro |
| 2. Campus Cabedelo | 9. Campus Areia | 16. Campus Patos |
| 3. Campus Avançado Cabedelo Centro | 10. Campus Esperança | 17. Campus Catolé do Rocha |
| 4. Campus Mangabeira | 11. Campus Campina Grande | 18. Campus Princesa Isabel |
| 5. Campus Santa Rita | 12. Campus Soledade | 19. Campus Itaporanga |
| 6. Campus Pedras de Fogo | 13. Campus Picuí | 20. Campus Sousa |
| 7. Campus Itabaiana | 14. Campus Santa Luzia | 21. Campus Cajazeiras |

Fonte: PDI (2020-2024).



O IFPB-Campus Cajazeiras é a materialização de um sonho, que viria a possibilitar a realização de tantos outros. Sua origem por meio do Projeto de Lei nº 3305-A de 1984, do então Deputado Federal Edme Tavares (*in memorian*), deu início à transformação da realidade educacional do Alto Sertão da Paraíba. O Deputado, que foi o principal incentivador do Campus, vislumbrava a educação como um vetor de mudança social e empreendeu todos os esforços para que este projeto se tornasse realidade. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Campus Cajazeiras, é, assim, fruto conjunto das aspirações da sociedade dos sertões do Rio Piranhas por conhecimento humano, profissionalizante, científico e tecnológico. O terreno em que o Campus funciona foi doado em 19 de janeiro de 1987 pela Lei Municipal nº 837 e suas obras se iniciaram em 01 de dezembro de 1989, mas foi somente no ano de 1994 que ocorreram os últimos atos preparatórios para inauguração da ETF de Cajazeiras. Primeiro, com a autorização de funcionamento da UNED por meio da Portaria nº 982 de 28 de junho de 1994 publicada no D.O.U em 29 de junho de 1994, e, posteriormente, em 04 de dezembro de 1994, com a inauguração da instituição que ainda era denominada Escola Técnica Federal da Paraíba. A Unidade de Ensino Descentralizada, como era chamada, foi criada para atender às necessidades da região, dentro da perspectiva de interiorização da educação profissional. Cajazeiras foi a segunda cidade paraibana a receber um campus do IFPB.

1.5. Políticas Institucionais

Balizado na indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Promoção de políticas inclusivas de combate à evasão, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes; Implementação de novas concepções pedagógicas e metodologias de ensino; Ampliação das oportunidades de formação pedagógica ou segunda licenciatura para docentes; Articulação permanente com os egressos dos cursos; Preocupação com o desenvolvimento sustentável; e Incorporação dos avanços tecnológicos; o Curso de Licenciatura em Matemática, do Campus Cajazeiras, comunga com as políticas institucionais do IFPB, buscando a formação de futuros profissionais capazes de intervir na sociedade, profissional e academicamente, de forma ética e compromissada com as questões sociais e ambientais.

Dessa forma, a proposta do curso foi elaborada em consonância com os princípios que norteiam as políticas institucionais de ensino do IFPB (PDI 2020-2024), tais como:

- Formação para o humano, ou seja, consolidação da educação unilateral;
- Trabalho pedagógico como foco formativo;



- Sólida formação teórica em todas as atividades curriculares – nos conteúdos específicos a serem ensinados pela escola básica e nos conteúdos especificamente pedagógicos;

- Ampla formação cultural;

- Criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso;

- Incorporação da pesquisa e da extensão como princípio de formação;

- Possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas de gestão democrática;

- Desenvolvimento do compromisso social e político da docência;

- Reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho.

Para tanto, a estrutura curricular do curso foi consolidada pensando na formação de um professor compromissado, crítico e reflexivo com as questões socioambientais, sociais e políticas, com a atividade educativa e instruído, teórica e pedagogicamente, para atuar em instituições de ensino de Educação Básica e Tecnológica.

As atividades de pesquisa e inovação as ações desenvolvidas com vistas à aquisição, produção, transformação e socialização de processos, produtos, conhecimentos e tecnologias, bem como as ações de extensão, as intervenções que envolvem diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estão vinculadas à formação dos estudantes, sendo desenvolvidas sob a forma de Programas, Projetos, Eventos, Cursos e Oficinas e Prestação de Serviços (PDI 2020-2024, p. 147), também são basilares para a construção deste PPC. A seguir, tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, serão apresentadas as Macropolíticas de Ensino, Pesquisa, Inovação, Extensão e Cultura.

1.5.1 Macropolíticas de Ensino

As Macropolíticas de Ensino do IFPB são orientadas pelo compromisso com uma formação humana integral, incorporando princípios que articulam as dimensões científica, cultural, ética e profissional. O ensino é concebido de forma indissociável da pesquisa e da extensão, buscando romper com perspectivas fragmentadas e tecnicistas. A instituição pauta seu projeto educativo em uma perspectiva crítica e emancipadora, capaz de dialogar com as demandas sociais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e para a promoção da cidadania. Essa orientação ressalta o papel social do IFPB enquanto instituição pública que deve promover inclusão, justiça social e democratização do conhecimento.



Entre as diretrizes centrais, destacam-se a inovação e atualização curricular, alinhadas às transformações do mundo do trabalho e às necessidades dos territórios em que o instituto está inserido. A política educacional enfatiza a integração entre teoria e prática, o estímulo à interdisciplinaridade e a adoção de metodologias que promovam autonomia intelectual e protagonismo estudantil. Também são priorizadas ações voltadas ao acesso, permanência e êxito estudantil, contemplando políticas de inclusão, diversidade e equidade. Além disso, há incentivo ao aprimoramento permanente do trabalho pedagógico, incluindo a formação continuada de docentes e o uso de tecnologias educacionais como ferramentas de mediação e inovação no processo de ensino-aprendizagem.

Outro ponto central da macropolítica é a verticalização do ensino, assegurando trajetórias formativas integradas desde a educação básica até a pós-graduação, além da ampliação e interiorização da oferta educacional em diferentes níveis e modalidades. O IFPB reforça seu compromisso com a educação pública, gratuita e socialmente referenciada, buscando formar profissionais tecnicamente competentes, mas também cidadãos críticos, éticos e socialmente engajados. Dessa forma, as macropolíticas de ensino direcionam a atuação institucional para um modelo educacional inovador, inclusivo e transformador, capaz de impactar positivamente a realidade social e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas.

1.5.2 Macropolíticas de Pesquisa

As Macropolíticas de Pesquisa do IFPB têm como propósito estruturar e fortalecer a pesquisa institucional de forma estratégica, integrada e socialmente referenciada, consolidando-a como um vetor essencial para a produção de conhecimento, inovação e desenvolvimento regional. A política de pesquisa é guiada pela articulação com o ensino e a extensão, reforçando a indissociabilidade dessas dimensões e promovendo a geração de conhecimento alinhada às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e do avanço científico e tecnológico. A pesquisa no IFPB prioriza ainda o compromisso com a ética, a sustentabilidade e a solução de problemas regionais, buscando impacto social efetivo e fortalecimento das cadeias produtivas locais.

O PDI estabelece diretrizes para a organização e consolidação de grupos e linhas de pesquisa, com estímulo à produção científica, tecnológica e de inovação, além da ampliação da captação de recursos externos, parcerias interinstitucionais e cooperação com setores produtivos e sociais. São incentivadas ações como: fomento à iniciação científica e tecnológica, desenvolvimento de projetos



aplicados, fortalecimento de programas de pós-graduação, estímulo à difusão científica, registro de propriedade intelectual e apoio à inovação tecnológica por meio dos ambientes institucionais de empreendedorismo. A política também reforça a necessidade de qualificar pesquisadores, ampliar a infraestrutura de pesquisa (laboratórios, equipamentos e ambientes colaborativos), e criar mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados científicos e tecnológicos.

Outro eixo central é a democratização da pesquisa com foco na formação de novos pesquisadores, na interiorização da produção científica e no estímulo à cultura investigativa entre estudantes e servidores. O IFPB assume o compromisso de produzir ciência com relevância social, promovendo soluções inovadoras, transferência de tecnologia, inclusão socioprodutiva e desenvolvimento sustentável. Além disso, a instituição incentiva a integração da pesquisa com arranjos produtivos locais (APLs) e setores estratégicos da sociedade, consolidando seu papel como agente de transformação por meio da ciência, tecnologia e inovação, com impactos diretos na realidade econômica e social dos territórios em que está inserido.

1.5.3 Macropolítica de Inovação

A Macropolítica de Inovação do IFPB estrutura-se nos eixos de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, parcerias institucionais e estímulo ao empreendedorismo, alinhando-se às diretrizes do FORTEC/CMTI para ICTs. A política estabelece normas e critérios para a proteção, gestão e transferência de resultados de pesquisa, disciplinando ainda a divisão de ganhos econômicos decorrentes da exploração de ativos intelectuais, além de regulamentar a prestação de serviços especializados, o compartilhamento de laboratórios e o apoio à extensão tecnológica e ao empreendedorismo. Esses dispositivos reforçam a inovação como vetor de atuação do IFPB no ambiente produtivo, articulando desenvolvimento científico e impacto socioeconômico.

No campo estratégico, a inovação é posicionada como eixo central de crescimento institucional, associada a pilares como gestão efetiva da política de inovação, legalidade, transparência administrativa e estabelecimento de parcerias para captação de recursos externos. A política vincula-se diretamente a Objetivos Estratégicos Institucionais (OEI), com destaque para: S03 (direcionamento de pesquisas aplicadas a demandas sociais e transferência de tecnologia), S05 (fortalecimento da imagem institucional com foco em sustentabilidade e comunicação estratégica) e I05 (ampliação do alcance e percepção da marca IFPB nos territórios de atuação). Assim, inovação é tratada tanto como processo quanto como posicionamento institucional e social.



A governança da inovação no IFPB envolve instâncias e redes de colaboração, como o Comitê de Inovação (COINOVA), com respaldo em normativos federais (Lei nº 10.973/2004; Decretos nº 7.423/2010 e nº 9.283/2018), além da atuação do Reitor e da integração com ecossistemas externos, incluindo a Rede de Inovação da Paraíba, FORTEC-NE, Polo ExtremoTec, Centro de Desenvolvimento Regional da PB, Fundação PaqTc e FUNETEC. Esse arranjo demonstra um modelo de inovação em rede, que articula governança interna, cooperação interinstitucional e inserção em ambientes de inovação regionais, ampliando capacidade de impacto tecnológico e social.

1.5.4 Macropolítica de Extensão e Cultura

A Macropolítica de Extensão e Cultura do IFPB fundamenta-se em marcos regulatórios nacionais e institucionais, incluindo a Constituição Federal, a LDB, a Lei 11.892/2008, o PNE 2014–2024, as Diretrizes de Extensão na Educação Superior (Res. CNE/CES 7/2018), além de normativas culturais como o Plano Nacional de Cultura e a Política Nacional de Cultura Viva. A política adota referenciais construídos coletivamente pelos Fóruns de Pró-Reitores da rede federal (FORPROEXT/CONIF e FORCULT), reafirmando a extensão como prática dialógica, socialmente referenciada, articulada à cultura, e orientada para transformação social, formação cidadã e interação com territórios.

A governança da extensão e da cultura no IFPB é estruturada por instâncias institucionais deliberativas e consultivas, com destaque para o Comitê de Extensão e Cultura, responsável por formular diretrizes, acompanhar o plano institucional, definir critérios de seleção, avaliação e fomento de ações, reconhecer saberes e propor normativas ao CEPE. Também integra a governança a Câmara de Extensão e Cultura, vinculada ao CEPE, que emite pareceres em matérias de alta complexidade, e os Fóruns de Extensão e Cultura, espaços dialógicos territoriais que articulam demandas sociais com áreas do conhecimento, fortalecendo a participação popular, a formação cidadã e a construção coletiva de ações extensionistas.

A política consolida a extensão e a cultura como dimensões acadêmicas indissociáveis do ensino e da pesquisa, com foco na interação comunitária, visibilidade das demandas sociais, valorização das culturas e saberes locais, inclusão sociocultural e impacto nos territórios. O Fórum de Extensão, por meio de círculos de cultura e rodas de conversa, atua como mecanismo de escuta social e de co-criação de ações, promovendo recomposição do espaço público, cidadania e integração entre instituição e sociedade. Dessa forma, o IFPB adota um modelo de extensão crítico, participativo

e colaborativo, orientado ao desenvolvimento territorial, à democratização do conhecimento e ao fortalecimento das identidades culturais.

1.6. Cenário Socioeconômico, Socioambiental e Educacional

O estado da Paraíba está situado no extremo leste da região Nordeste do país, e ocupa área de 56.467,242 km² (IBGE, 2022) com uma população de 3.974.687 habitantes (IBGE, 2022), distribuídos entre 223 municípios. Algumas das características socioeconômicas do estado da Paraíba são apresentadas a seguir da Tabela 1.

Tabela 1 - Informações Socioeconômicas

IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	4,2
Matrículas no ensino fundamental [2023]	523.996 matrículas
Matrículas no ensino médio [2023]	140.067 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2023]	28.963 docentes
Docentes no ensino médio [2023]	11.611 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]	3.614 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]	683 escolas
Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2024]	1401 R\$
Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]	1.744 pessoas (×1000)
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]	39,3 %
Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]	45,5 %
Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022]	2.587 R\$
Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2022]	225.409 pessoas
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]	0,698
Total de receitas brutas realizadas [2023]	23.462.797.714,09 R\$
Total de despesas brutas empenhadas [2023]	17.783.420.827,99 R\$
Número de agências [2023]	210 agências



Depósitos a prazo [2023]	9.811.080.343,00 R\$
Depósitos à vista [2023]	2.399.526.425,00 R\$

Fonte: (IBGE, 2023) <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 15/06/2025.

Nos últimos anos, o Estado da Paraíba vem realizando esforços para melhoria de sua estrutura tecnológica, no que se refere à instalação de sua infraestrutura de ciência e tecnologia e, sobretudo, em relação à formação de mão-de-obra qualificada para atender mercados de trabalho em setores emergentes, através da expansão do atendimento a grupos sociais vulneráveis, ou àqueles com restrições de acesso a sistemas e alternativas usuais de educação profissional. Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB tem sido parceiro desse esforço, estendendo seus serviços aos municípios de Areia, Cabedelo, Cabedelo Centro, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade e Sousa. Nesse contexto destacamos o IFPB Campus-Cajazeiras que, desde 1995, vem ofertando à comunidade cursos técnicos (integrados, PROEJA e subsequente), tecnológicos, bacharelado e licenciatura.

Dessa forma, o IFPB procura, ao interiorizar a educação, adequar sua oferta de ensino, extensão e pesquisa primordialmente às necessidades estaduais, contribuindo também com outros estados nesta função. Portanto, além de desempenhar o seu papel no desenvolvimento de pessoas nos mais diversos níveis educacionais, o Instituto Federal da Paraíba atua em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão em apoio às necessidades tecnológicas e empresariais. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradualmente vem se consolidando dentro do contexto macrorregional, delimitado pelos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O município de Cajazeiras está localizado na Mesorregião do Sertão Paraibano e na Microrregião de Cajazeiras, com uma área de 562,703 km², distante cerca de 490 km da capital, João Pessoa. A população do município é composta de 63.239 habitantes (IBGE, 2022). De acordo com o Censo Demográfico 2022, o município possui uma das maiores proporções de pessoas entre 20 e 49 anos de idade (46,8%) e uma explicação possível para esse fato é que o município pode estar atraindo a migração de população jovem e adulta de municípios vizinhos por ser considerado historicamente um polo educacional devido à atuação de instituições de ensino públicas e privadas como a Universidade de Campina Grande - UFCG, o Instituto Federal da Paraíba – IFPB - Campus Cajazeiras, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC, Faculdade São Francisco

da Paraíba - FASP e a Faculdade Santa Maria - FSM, que juntos ofertam diversos tipos de cursos superiores em diversas áreas como por exemplo, Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Educação Física, Fisioterapia, Medicina, Licenciatura em Matemática, Psicologia, Direito, Filosofia, Serviço Social dentre outros.

Em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18.38%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 89 de 223 e 9 de 223, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficou na posição 3412 de 5571 e 672 de 5571, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 43.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 216 de 223 dentre as cidades do estado e na posição 2355 de 5571 dentre as cidades do Brasil. Outras informações relevantes são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Informações Socioeconômicas

PIB per capita [2021]	19.683,90 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2023]	79,72 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,679
Total de receitas brutas realizadas [2023]	257.622.852,17 R\$
Total de despesas brutas empenhadas [2023]	257.591.725,30 R\$

Fonte: (IBGE) <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama>. Acesso em: 15/06/2025

A taxa de mortalidade infantil (2022) média na cidade é de 22,99 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias (2022) são de 118,6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 52 de 223 e 14 de 223, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 878 de 5571 e 523 de 5571, respectivamente.

Apresenta 54.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 94.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 8.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 38 de 223, 75 de 223 e 63 de 223, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2034 de 5571, 1003 de 5571 e 2981 de 5571, respectivamente. Cajazeiras tem destaque no polo educacional e comercial, já que recebe cotidianamente pessoas de diversos municípios vizinhos que vêm à cidade em busca de



comprar algum produto ou acessar uma variedade de serviços oferecidos por entidades privadas, do governo municipal, estadual e federal.

Tomando como parâmetro essa demanda, é que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB - Campus Cajazeiras assume o compromisso em ofertar a população de Cajazeiras e municípios circunvizinhos o Curso Superior de Licenciatura em Matemática, que em grande parte poderá atender essa demanda, bem como destinar-se a própria educação profissional e tecnológica. Portanto, o fundamental é assegurar que atendamos às demandas sociais locais, com ênfase na garantia da qualidade do ensino que seja necessário à região.

1.7. Política Institucional de Acompanhamento do Egresso

O acompanhamento do egresso no Instituto Federal da Paraíba-IFPB, representa uma das prioridades dentre as políticas institucionais da instituição. O Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) encontra-se em pleno funcionamento no âmbito do IFPB e foi estabelecido pela Resolução N° 43-CS, de 20 de fevereiro de 2017. O objetivo principal deste programa é promover ações que visem à avaliação dos egressos, com foco na inserção no mundo do trabalho, nas posições, nas vivências e nas suas dificuldades profissionais, além de fomentar a participação desses atores na vida da instituição.

A política de acompanhamento dos egressos dos cursos ofertados pela Instituição, tem como principais objetivos:

- Manter atualizado o banco de dados dos egressos do IFPB;
- Conhecer a situação profissional, os índices de empregabilidade e a inserção no mundo do trabalho dos egressos associada à sua formação profissional;
- Coletar dados referentes à continuidade dos estudos dos egressos após a conclusão do curso;
- Levantar informações para o atendimento das necessidades dos egressos em relação à oferta de cursos de educação continuada;
- Disponibilizar, aos egressos, informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição;
- Subsidiar a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e dos conteúdos empregados pela Instituição no processo ensino-aprendizagem;

- 
- Oportunizar aos egressos, sempre que possível, a sua participação em programas, projetos e outras atividades acadêmicas promovidas pelo IFPB, contribuindo para a sua formação profissional;
 - Promover atividades recreativas, artísticas, culturais e esportivas que visem a integração dos egressos com a comunidade acadêmica;
 - Promover o intercâmbio entre os egressos e a comunidade acadêmica, mantendo-os em contato com o IFPB.

As ações do Programa de Acompanhamento de Egressos - PAE estão articuladas com as atividades do ensino, da pesquisa e da extensão e o egresso poderá atuar em projeto de extensão, pesquisa e outras atividades promovidas pelo IFPB, como voluntário. No Campus Cajazeiras o Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE foi regulamentado no ano de 2020 através da Portaria 161/2020-GDG/CZ/Reitoria/IFPB de 4 de novembro de 2020 e já existe registro de atividade realizada com egressos. O curso de licenciatura em Matemática realiza pesquisa junto aos egressos, no sentido de acompanhá-los e colher informações sobre o impacto do curso na vida de cada um. Atualmente, as ações do Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE são regulamentadas pela Portaria 216/2023 - GDG/DG/CZ/REITORIA/IFPB.

2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO

Neste capítulo são descritas informações referentes à organização, ações e procedimentos adotados no cotidiano da instituição, visando o desenvolvimento do curso. Todos os procedimentos são orientados pela legislação em vigor e devem ser seguidos conforme estabelecido neste documento.

2.1. Dados do curso

Campus Ofertante:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Cajazeiras						
End.:	Rua José Antônio da Silva				n.:	300	
Bairro:	Jardim Oásis	Cidade:	Cajazeiras	CEP:	58900-000	UF:	PB
Fone:	(83) 35324100/35324186		Fax:				
E-mail:	campus_cajazeiras@ifpb.edu.br						
Site:	https://www.ifpb.edu.br/cajazeiras						
Nome do Curso:	Licenciatura em Matemática						
Nível:	Graduação						
Regime de Oferta:	Semestral						
Turno de Oferta:	Noturno						
Número de Vagas:	80 vagas anuais						
Período Mínimo de Integralização:	8 semestres		Período Máximo de Integralização:	12 semestres			
Carga Horária Total:	3336						
Modalidade de Oferta:	Presencial						
Atos Legais:							
Ato:	Autorização			Ano:	2010		
Data da Publicação:	28 de setembro de 2010						
Ato:	Reconhecimento			Ano:	2015		
Data da Publicação:	05 de outubro de 2015						
Ato:	Renovação de Reconhecimento			Ano:	-		
Data da Publicação:							
Conceito Enade:		3		Ano:	2021		



<i>Conceito de Curso:</i>	4	Ano:	2015
<i>Conceito Preliminar de Curso:</i>	-	Ano:	-
<i>Conceito Institucional:</i>	4	Ano:	2018
<i>Conceito Institucional EaD:</i>	5	Ano:	2019
<i>Índice Geral de Cursos:</i>	4	Ano:	2021

2.2. Justificativa e histórico do curso

O município de Cajazeiras integra a região do Alto Piranhas, juntamente com outros quinze pequenos municípios e polariza toda a região. Ocupa uma área de 562,703 km² e sua população, conforme dados do último censo demográfico do IBGE¹ em 2022, era de 63.239 habitantes, sendo o oitavo município mais populoso da Paraíba. Principal cidade da região do Alto Piranhas, Cajazeiras foi desmembrado de Sousa em 1863. Em um raio de 50 km ao redor de Cajazeiras, residem aproximadamente 200.000 habitantes, correspondentes a 15 municípios. Cidade-polo que atrai consumidores de mais de 30 municípios do Alto Piranhas e do Vale do Piancó e ainda de cidades do interior cearense.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação da Paraíba visa ao desenvolvimento de um trabalho de excelência, promovendo o desenvolvimento profissional, tecnológico e humanístico de forma ética e sustentável, beneficiando a sociedade, alinhada às regionalidades em que está inserida (PDI, 2020-2024).

A proposta do Curso de Licenciatura em Matemática do IFPB Cajazeiras (CLM-CZ) dá ênfase ao desenvolvimento de uma prática docente inovadora e de ações estratégicas que possibilitem a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, permitindo conscientizar-se da realidade em que vai atuar e de ser agente transformador desta, buscando a melhoria da qualidade de vida da população.

Este curso é um diferencial no estado da Paraíba, pois tem como principal objetivo formar professores e educadores com capacidade de interpretar pesquisas aplicadas para atuar na Educação Básica buscando sempre a melhoria do processo de ensino e aprendizagem de Matemática considerando aspectos de inclusão, cidadania e meio-ambiente.

¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama> (acesso em 15/06/2025)



O Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB) nasceu com o propósito de oferecer uma formação docente pautada na vivência de situações de aprendizagem que possibilitem ao futuro professor a construção das competências necessárias para sua atuação no espaço de sala de aula, no campo específico do ensino da Matemática. Nessa perspectiva, a partir da Resolução N° 088, de 28 de setembro de 2010, que autoriza o funcionamento do Curso, dá-se início ao processo de organização e implantação dessa Licenciatura na Instituição, que passa a ser ofertado a partir do primeiro semestre do ano de 2011. Em 07 de fevereiro de 2011, tivemos a aula inaugural do Curso.

Um ano que marcou a história da Licenciatura em Matemática foi, sem dúvidas, o ano de 2015, quando o Curso passou pelo processo de reconhecimento e obteve conceito 4 (quatro), em uma escala de 1 a 5, logo considerado como “Muito Bom” pelo MEC. O resultado foi muito comemorado pela comunidade do Campus – foi a prova do belo trabalho desenvolvido por todos. O reconhecimento foi legalizado pela portaria N° 698, datada de 01 de outubro de 2015 e publicada no DOU em 05 de outubro de 2015.

No tocante às avaliações internas o curso sempre se destaca nas avaliações promovidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), há um incentivo para que os alunos e professores participem e temos apresentado resultados importantes e com amostras consideráveis nas avaliações, por exemplo, na avaliação institucional de 2023, o curso teve uma participação de 73,1%, superando a meta estabelecida pelo NDE que era de pelo menos 60% de participação dos alunos. Nas avaliações externas como o ENADE, o curso sempre participa de forma responsável.

Durante esses quinze anos de existência, o CLM-CZ tem realizado várias ações de integração envolvendo alunos, servidores e a comunidade, atores que fortalecem e qualificam a identidade do Curso. Periodicamente, é realizado o Encontro Cajazeirense de Matemática (ECMAT). O referido evento, desde a sua primeira edição (2014), que elegeu como tema “A Licenciatura em Matemática no IFPB/Campus Cajazeiras e os desafios para o ensino de Matemática no futuro”, objetivava divulgar a Matemática entre os alunos do IFPB/Campus Cajazeiras, professores e a comunidade em geral.

O encerramento dessa primeira edição do ECMAT aconteceu com a inauguração do Laboratório de Ensino de Matemática (LABEM) e o descerramento da placa com o nome da professora Maria José Araújo, em uma justa homenagem. Entre todas as edições realizadas até então, duas tiveram um caráter peculiar: a edição de 2018, que foi realizada em conjunto com o Encontro Paraibano de Educação Matemática (EPBEM), e a edição de 2020, que, devido à pandemia do novo Coronavírus, foi realizada de forma remota, o que aumentou nosso desafio. Ainda assim, o evento

teve êxito e possibilitou a participação de palestrantes renomados e de alunos de outras regiões. Ainda de forma remota, a edição de 2021 contou com inscrições de todos os estados do Brasil.

Outra ação que também tem mobilizado o Campus é a realização da Olimpíada Cajazeirense de Matemática (OCZM). Criada em 2016, a OCZM tem como objetivo descobrir novos talentos em Matemática, incentivar jovens interessados a atuar futuramente nas mais diversas áreas da Matemática, além de difundir o aprendizado lógico e criativo da Matemática olímpica junto aos alunos de níveis fundamental e médio de escolas públicas e privadas da cidade de Cajazeiras e da região. Nesse mesmo ano, o ECMAT, em sua terceira edição, passa a utilizar-se do ISSN 2525-3727 em suas publicações, mais uma conquista para o CLM.

Ao longo desses quinze anos de atuação, o CLM do IFPB/Cajazeiras formou um contingente de cento e sessenta e sete (167) professores(as). Começamos com bem poucos, é verdade, mas, mesmo diante de diversas dificuldades, o Curso vem se fortalecendo a cada dia, formando profissionais cada vez mais dedicados e comprometidos com a sua profissão, aptos não só para enfrentar o mercado de trabalho, como também seguir com a pós-graduação.

Figura 2.1: Linha do tempo dos primeiros dez anos do Curso



Fonte: Carvalho *et al*, 2021

Em maio de 2022 ocorreu a primeira edição da Exposição de Matemática do CLM-CZ (EXPOMAT), na qual houve a participação de várias escolas da região que vieram visitar a exposição



com seus alunos e mergulhar no lindo universo da matemática, em 2023 já em sua segunda edição, o evento foi realizado de forma ampla e, com a participação e organização dos alunos do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Residência Pedagógica (PRP), gerou frutos importantes para a formação dos mesmos e para o Campus de forma geral com a participação de diversas escolas da região, inclusive, do vizinho estado do Ceará.

Muitos dos egressos do Curso de Matemática já ingressaram em pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, já foram aprovados em concursos públicos nas três esferas, municipal, estadual e federal, e continuam expandindo seus conhecimentos.

Em quinze anos de funcionamento da Licenciatura em Matemática, cinco professores ocuparam o cargo de coordenador: Maria José Araújo (Jan/2011 – Nov./2011) foi a primeira coordenadora, presente desde quando o curso foi criado. A ela, seguiram-se os seguintes coordenadores: Geraldo Herbetet de Lacerda (Nov./2011 – Nov./2015), Baldoino Sonildo da Nobrega (Nov./2015 – Maio/2017), Kissia Carvalho (Maio/2017 – Mar/2020) e Francisco Aureliano Vidal (Mar/2020 – Atual).

É evidente que avançamos muito e mesmo com muitas conquistas, ainda há muito por construir. Hoje o CLM conta com uma extraordinária equipe de professores e técnicos administrativos que vêm desenvolvendo um excelente trabalho, sem interrupção dos eventos anuais, e melhorando, a cada dia, a qualidade de todas as nossas atividades.

2.3. Processo de Construção, Implantação e Consolidação do PPC

A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) se deu na seara de uma construção coletiva, o que demandou o envolvimento de muitos participantes os quais, por sua vez, integraram o processo de levantamento de demandas, discussão acerca de como se dariam todas as etapas de implantação bem como a escrita do documento que norteou todo esse processo.

Quanto aos processos de construção, discussão e acompanhamento do PPC, convém destacar que foram considerados os princípios relacionados à participação, à democracia, uma vez que o mesmo foi elaborado com a participação efetiva dos professores que atuam no curso e de todos os representantes que atuam no NDE. No que diz respeito ao acompanhamento das ações do curso como um todo, bem como ao levantamento de demandas relativas ao processo de desenvolvimento e reformulação do PPC, são priorizados os olhares dos diversos segmentos.



Esta proposta de reformulação tem como objetivo atender às demandas que foram surgindo durante o processo de desenvolvimento das atividades relacionadas ao curso como um todo. Estas necessidades também são sinalizadas em outras bases legais passíveis de serem reformuladas ao longo do tempo (PDI, DCNs, BNCC, etc.). Nesse sentido, leva-se em consideração os princípios determinados a partir do perfil do egresso que se intenta formar, em consonância com a Resolução 04/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

Para construção, implantação e consolidação do referido PPC foi seguido como documento norteador a Resolução CS/IFPB nº 55/2017 que trata do Regulamento para criação, alteração e extinção de cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. No processo de criação, a proposta originária dos Campi deve ser encaminhada à Diretoria de Ensino ou órgão equivalente, que o submeterá ao Conselho Diretor do Campus, à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e ao Conselho Superior (CONSUPER).

Na proposta devem constar a Portaria de Comissão de Elaboração do Curso, composta por docentes e pedagogos ou técnicos em assuntos educacionais, as Atas das reuniões da Comissão de Elaboração, um estudo de viabilidade de curso que apresenta as justificativas e relevâncias do curso nas dimensões acadêmica, científica e social, bem como comprovações de viabilidade nos aspectos de adequação às demandas do mundo do trabalho, disponibilidade de pessoal e infraestrutura, compatibilidades com os eixos tecnológicos do Campus e com os objetivos e finalidades do IFPB. Deve-se ainda incluir o Plano Pedagógico do Curso (PPC) de acordo com os modelos de referência adotados no IFPB, analisado pela coordenação pedagógica, juntamente com um parecer da Equipe Pedagógica do Campus, o Plano de Trabalho da coordenação do curso, Resolução do Conselho Diretor do Campus e parecer favorável do PPC da DES/PRE. A referida Resolução chama a atenção para se evitar a superposição ou concorrência da oferta de curso por áreas de atuação/formação para os Campi com proximidade geográfica.

Após aprovação do Estudo de Viabilidade do Curso e o PPC, o processo será encaminhado à Diretoria de Ensino Superior que poderá emitir, ao Diretor Geral do Campus, parecer parcial, no qual poderão constar alterações obrigatórias e/ou sugestões a serem contempladas na proposta de acordo com datas previstas em cronograma. Seguida de análise pela Diretoria de Articulação Pedagógica – DAPE/PRE, o Diretor Geral do Campus receberá parecer parcial no qual poderão constar alterações



obrigatórias e/ou sugestões a serem contempladas na proposta de acordo com datas previstas em cronograma. Havendo o cumprimento das alterações obrigatórias contidas no parecer parcial no prazo de 30 (trinta) dias, a DAPE/PRE emitirá parecer final do processo à PRE que encaminhará ao CEPE. Havendo a necessidade de ajustes considerados pelo CEPE, o documento será encaminhado ao Campus para as devidas alterações e após apreciação favorável do CEPE, o processo será encaminhado ao CONSUPER que emitirá a Resolução de Autorização do Curso.

A realização de alterações do Plano Pedagógico do Curso, deve passar por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), aprovada pela Resolução CS/IFPB nº 63/2021, cujas funções e principais ações estão descritas no item 2.17.2 deste documento. A avaliação interna, deverá ocorrer no máximo a cada dois (02) anos com o objetivo de identificar a necessidade de ajustes ou alterações, atendendo à legislação vigente, à demanda dos docentes e discentes e ao mundo do trabalho. A avaliação deverá ocorrer com antecedência mínima de 01 (um) ano antes do ciclo de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), regulamentado pela Resolução CS/IFPB nº 143/2015, constitui-se de grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC, desse modo supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela CPA, bem como propor e participar dos ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na avaliação interna e externa (SINAES). Uma Comissão de Alteração será constituída pela coordenação do curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso, que deverá divulgar para a comunidade os prazos para solicitação de alteração do PPC, receber, analisar e sistematizar o pedido de alteração do curso, considerando toda a legislação vigente, analisar a situação das turmas existentes, emitindo parecer, para verificar a possibilidade de migração para a matriz proposta, considerando: benefícios, interesse das turmas, se a turma já cursou mais de 30% da matriz na qual ingressou, necessidades de adequações para que os discentes cumpram a nova matriz e necessidade de alteração no sistema de controle acadêmico dos dados dos discentes.

No pedido de alteração deverão constar a portaria da Comissão de Alteração do Curso, justificativa para alteração, cópia da matriz vigente e PPC alterado. O processo será encaminhado à Diretoria de Ensino Superior que poderá emitir, ao Diretor Geral do Campus, parecer parcial, no qual poderão constar alterações obrigatórias e/ou sugestões a serem contempladas na proposta de acordo com datas previstas em cronograma. Seguida de análise pela Diretoria de Articulação Pedagógica – DAPE/PRE, o Diretor Geral do Campus receberá parecer parcial no qual poderão constar alterações



obrigatórias e/ou sugestões a serem contempladas na proposta de acordo com datas previstas em cronograma. Havendo o cumprimento das alterações obrigatórias contidas no parecer parcial no prazo de 30 (trinta) dias, a DAPE/PRE emitirá parecer final do processo à PRE que encaminhará ao CEPE. Havendo a necessidade de ajustes considerados pelo CEPE, o documento será encaminhado ao Campus para as devidas alterações e após apreciação favorável do CEPE, o processo será encaminhado ao CONSUPER que emitirá a Resolução de Autorização do Curso.

São três, os casos relatados pela Resolução CS/IFPB nº 55/2017, que levam a extinção de curso no IFPB: I – a oferta do curso tornou-se inviável do ponto de vista educacional, institucional e econômico; II – o número de discentes matriculados é insuficiente para justificar a manutenção do curso; III – outras situações devidamente justificadas. Desse modo, o processo de Pedido de Extinção do Curso é originado na Direção Geral do Campus e deve constar a justificativa para o pedido de extinção, um plano de finalização das turmas existentes, plano de aproveitamento dos servidores que atuam no curso a ser extinto em outros curso em funcionamento no Campus ou em outros Campi do IFPB, plano de destinação de toda infraestrutura utilizada no curso, processo protocolado ao e-MEC, com antecedência de 01(um) ano, devido a descontinuidade do curso. Após análise do Conselho Diretor do Campus, o processo de extinção do curso deve ser encaminhado a DES/PRE, que encaminhará à PRE, que enviará ao CEPE e posteriormente ao CONSUPER.

2.4. Diretrizes Curriculares Nacionais Adotadas

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Matemática observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), na RESOLUÇÃO CNE/CP 04/2024, no PARECER CNE/CP 04/2024, nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Matemática (Parecer CNE/CES 1.302/2001 e Resolução CNE/CES 3/2003), e no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI). Atendendo o que determina a RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira; e a RESOLUÇÃO 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalida a RESOLUÇÃO AR 84/2021 do CONSUPER que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Como prevê a RESOLUÇÃO CNE/CP 04/2024 em seu artigo 6º: “A formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica deve assegurar uma base comum nacional, pautada: pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente; pelo reconhecimento da



especificidade do trabalho docente, organizado a partir da práxis como expressão da articulação entre teoria e prática; e pela necessidade de assegurar a socialização profissional inicial dos(as) licenciandos(as), considerando às múltiplas realidades e contextos sociais em que estão inseridas as instituições de Educação Básica, suas diversificadas formas de organização e as características, necessidades e singularidades dos(as) estudantes”. Desse modo, espera-se que os egressos do Curso, desenvolvam as habilidades necessárias para atuar na transformação positiva da sociedade atual.

Nesse sentido, ações de extensão são oportunas para integração e desenvolvimento das habilidades necessárias pelos discentes. Buscando cumprir a RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, o IFPB implementou a Curricularização da Extensão, por meio da RESOLUÇÃO 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. No Curso de Licenciatura em Matemática, serão realizadas atividades de extensão nas mais diversas disciplinas, atividades que em grande parte estarão pautadas nas problemáticas locais, fazendo com que o conhecimento de temáticas específicas se transforme em ações práticas que visam a transformação da realidade local, além da formação integral do discente.

2.5. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

A Licenciatura em Matemática participa do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação. O PIBID busca entre outros objetivos contribuir para a valorização do magistério por meio da melhoria na qualidade da formação inicial, inserindo o licenciando no cotidiano escolar da rede pública da Educação Básica com o intuito de oportunizar experiências em práticas docentes de cunho metodológico, tecnológico e inovador. Foi criado pelo Governo Federal no ano de 2007. No ano de 2024, a edição teve início em novembro e será finalizada em outubro de 2026. Cada discente selecionado é acompanhado por um professor da escola-parceira com experiência na mesma área de ensino do licenciando e por um docente de instituição de educação superior. A finalidade da iniciativa é apoiar instituições de ensino superior na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica, o que está em consonância com a Resolução 04/2024.

No PIBID, desde a sua primeira edição no curso, no ano de 2013 até a edição atual (novembro/2024-outubro/2026) participaram do Programa, 152 licenciandos bolsistas, 13 escolas da rede pública municipal, estadual e federal de Cajazeiras e 13 professores supervisores pertencentes a estas escolas.



No que tange à Extensão, o curso de Licenciatura em Matemática se integrou às diretrizes e macropolíticas constantes no PDI (2020-2024), com destaque para o desenvolvimento de ações de Extensão e Cultura diretamente relacionadas e coordenadas por docentes ligados ao curso. Entre projetos, cursos e eventos de Extensão, de 2018 a 2022, foram 22 ações no território do Campus Cajazeiras, que contaram com a participação de 25 docentes e 27 discentes ligados ao curso, além de 13 parceiros sociais, em 2023 foram 8 ações com 32 participações de representantes do curso, destes 14 eram discentes e 16 docentes, em 2024 foram 5 ações com 48 participações de representantes do curso, destes 10 eram discentes e 10 docentes, já em 2025, até a metade do ano foram 7 ações com 25 participações de representantes do curso, destes 6 discentes e 19 docentes todas registradas conforme os Programas Institucionais da Pró-Reitoria de Extensão do IFPB, regulamentados por editais de fomento e de fluxo contínuo. Boa parte dessas atividades foram realizadas no âmbito do núcleo de extensão “A importância da Matemática”, que conta com um público beneficiado formado majoritariamente por discentes e docentes dos sistemas públicos de ensino. O núcleo é outra iniciativa que atende diretamente às diretrizes e macro políticas constantes no PDI.

Ademais, o núcleo de extensão será espaço privilegiado para a realização da curricularização da Extensão no âmbito do curso de Matemática, na medida em que se constitui em espaço de diálogo permanente entre docentes e discentes do curso de Matemática, parceiros sociais e público externo beneficiário.

2.6. Requisitos e Formas de Acesso

O ingresso no curso de Licenciatura em Matemática é regulamentado pela: RESOLUÇÃO-CS nº 05, de 23 de maio de 2018, que convalida a Resolução-AR nº 40, de 29/11/2017 que dispõe sobre Regulamento de acesso aos profissionais do magistério nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do IFPB, em conformidade com a Lei nº 13.478/2017, por meio de Processo Seletivo Diferenciado – PSD, e dá outras providências; pela RESOLUÇÃO-CS nº 54 de 20 de março de 2017, que convalida a RESOLUÇÃO *Ad referendum* Nº 31, de 21 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba; RESOLUÇÃO-CS nº 134 de 11 de agosto de 2017, que dispõe sobre a regulamentação do processo de matrícula dos discentes nos cursos de graduação do IFPB, e dá outras providências; Resolução CONSUPER nº 21 de 03 de março de 2023, que dispõe



sobre o Processo Seletivo Especial-PSE. De acordo com esses instrumentos, são formas de ingresso nos cursos superiores de graduação do IFPB:

I – Adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), informando previamente o percentual de vagas destinadas a esta forma de seleção, sob responsabilidade do MEC;

II – Processo Seletivo Especial (PSE), em acordo com a Resolução CONSUPER nº 21 (IFPB, 2023), que prevê as seguintes modalidades: reingresso, transferência interna, transferência externa, ingresso de graduados e transferência de polo;

III – Termo de convênio, intercâmbio ou acordo interinstitucional, seguindo os critérios de Processo Seletivo, definidos no instrumento da parceria e descrito em Edital;

IV – Processo Seletivo dos Cursos Superiores (PSCS), para discentes egressos do ensino médio cuja forma deverá ser aprovada por resolução do Conselho Superior

V – Através de Processo Seletivo Diferenciado (PSD) para ingresso de profissionais do magistério em cursos de graduação para formação de professores.

Formas de acesso diferenciadas, além das descritas, poderão ser adotadas para atenderem as especificidades dos cursos ofertados, das localizações dos campi e das demandas locais, observando as legislações pertinentes. Importante destacar que o Curso de Licenciatura em Matemática, atualmente segue as orientações previstas no regimento e nas resoluções supramencionadas e que sempre estará em conformidade com as resoluções que vierem a ser publicadas posteriormente.

2.7. Cumprimento de Recomendações dos Processos de Avaliações Interna e Externa

Para melhor atendimento às necessidades do IFPB e também para maior eficiência do processo avaliativo, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) é responsável por formular propostas para a melhoria da qualidade das atividades educacionais desenvolvidas pela Instituição, com base nas análises dos resultados produzidos pelos processos internos de avaliação anteriores, das avaliações externas realizadas pelo MEC e do atual ciclo avaliativo, com a finalidade de aperfeiçoar de forma contínua a qualidade dos serviços educacionais prestados pelo IFPB, os relatórios produzidos a cada avaliação apresentam um plano de ação de melhorias, a ser desenvolvido pela Instituição. As ações solicitadas nos últimos relatórios (triênio 2021-2023) cujas ações são de responsabilidade do curso geram discussões e atuações dos membros do NDE e Colegiado no sentido de promover as melhorias para o Curso. Os relatórios são dos resultados da avaliação interna referente ao ciclo avaliativo trianual.



A CPA definiu que no ano de 2021 seriam avaliados dois eixos, formados a partir de dez dimensões estabelecidas pelo SINAES, os eixos avaliados foram: Políticas Acadêmicas, compreendendo as Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, Comunicação com a Sociedade e Políticas de Atendimento aos Discentes e o Eixo Políticas de Gestão, abarcando as Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição e Sustentabilidade Financeira.

No relatório de 2022 A CPA adaptou os questionários de autoavaliação às necessidades do IFPB e definiu que no ano de 2022 seriam avaliados dois eixos, formados a partir de dez dimensões estabelecidas pelo SINAES, os eixos avaliados foram: Infraestrutura e Desenvolvimento institucional e Responsabilidade Social da Instituição.

A avaliação referente ao ano de 2023 considerando os eixos avaliativos em torno da instituição: Políticas Acadêmicas e Planejamento e Avaliação Institucional, fechando o último ciclo avaliativo. Em 2022.2 e 2023.1 foi realizada também a avaliação de disciplinas na qual seus resultados são enviados de forma individual para cada professor e publicados de forma geral para toda a comunidade acadêmica no relatório parcial do PA do coordenador do curso, o NDE traça as metas para as próximas avaliações de disciplinas e estabelece ações para o curso alcançar bom êxito.

Para cumprir com todas as sugestões e também outras de âmbito particular do curso, melhorar a gestão, o relacionamento com alunos e professores, padronizar a oferta de serviços e ações do curso, foi elaborado pela coordenação, com a supervisão do NDE e Colegiado, o Plano de Ações (PA) do Coordenador do Curso com ações e indicadores que compreendem as ações de melhoria sugeridas nos relatórios da CPA e vai além, buscando promover o curso e tornar rotineiras estas ações.

Ações como: Refletir-se sobre o trabalho da coordenação no semestre anterior; Planejar as atividades da coordenação; Conhecimento do desempenho do curso; Manter o NDE e o Colegiado ativos e cumprindo suas funções; Alimentar canais de comunicação institucionais e o portal do estudante atualizado; Apreciar todos os requerimentos formulados pelos alunos e professores em tempo hábil; Padronizar o horário acadêmico de acordo com a estrutura curricular do curso; Realizar reuniões pedagógicas abertas com os estudantes; Assegurar o diálogo pedagógico com maior interface entre os professores; Divulgar os projetos de extensão, pesquisa e inovação para professores e estudantes do curso; Divulgar as avaliações institucionais (CPA) para estudantes, docentes e servidores; Divulgar oportunidades de eventos e demais programas do campus em especial no ECMAT e no GCPMat bem como participação na organização da OCZM e da EXPOMAT; Divulgar ações do curso no âmbito interno do IFPB e com a sociedade como a realização da EXPOMAT, OCZM, ECMAT entre outros; e Divulgar as políticas de assistência estudantil do Curso, do Setor e



do IFPB estão contempladas no PA e têm gerado excelentes resultados. A intenção é, em cada ano, adaptar e atualizar o plano para que, mesmo com a mudança de coordenadores, seja possível dar continuidade ao trabalho realizado pelas gestões anteriores de forma sistêmica.

2.8. Objetivos

2.8.1. Objetivo Geral

- ✓ Formar professores com um sólido conhecimento profissional, pedagógico, teórico e prático, a partir das habilidades e competências necessárias à atuação na docência da disciplina de Matemática no âmbito da Educação Básica.

2.8.2. Objetivos Específicos

- ✓ Desenvolver a capacidade de identificar e solucionar problemas relativos à sua área de atuação através de atividades de observação, análise e construção de propostas de ensino, intervenção e avaliação das aprendizagens junto aos alunos da educação básica, considerando os seus diferentes contextos de vida;
- ✓ Promover a articulação de diferentes áreas do saber, oferecendo uma sólida base humanística, científica e tecnológica articulada com a ação pedagógica na formação docente, por meio de um processo de interlocução entre as formas como os alunos aprendem e o planejamento de ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- ✓ Propor uma estrutura curricular integrada e verticalizada, com componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos (destacando-se o emprego de ambientes de aprendizagem e de projetos integradores interdisciplinares), desenhados com uma base curricular comum às áreas de conhecimento, buscando metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Garantir uma formação que contemple simultaneamente as demandas sociais, econômicas e culturais diversificadas e a formar um professor destinado a atuar na Educação Básica e/ou Profissional, comprometido com o seu desenvolvimento profissional e a aprendizagem global dos alunos.

2.9. Perfil Profissional do Egresso

O egresso do Curso de Licenciatura em Matemática vai atuar principalmente como professor da Educação Básica, seja no setor público ou privado. Também poderá atuar em cursos de educação profissional integrada, na educação à distância, em laboratórios de ensino e de pesquisa, em cursos preparatórios para concurso, continuar seus conhecimentos acadêmicos através da pós-graduação, atuar em conexão com outras áreas do saber como a Educação, Física, Química, Biologia, Artes, etc., trabalhar na elaboração de materiais didáticos para o ensino de matemática, desenvolver pesquisas e novas tecnologias no campo da Educação Matemática, desenvolvimento de novas metodologias de ensino/aprendizagem em Matemática, promover conhecimentos e competências voltados para a reflexão crítica e conscientização sobre a equidade, igualdade e respeito à diversidade nos aspectos do processo educativo e fazer parte de equipes multidisciplinares. Desta forma deve estar sempre articulado com necessidades locais e regionais, ampliando seu conhecimento em função das novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho, o egresso do curso deve sempre ter em mente que a formação do professor jamais se encerra com a finalização de seu curso de licenciatura.

Nesse sentido, o egresso do curso de graduação em Matemática, na habilitação Licenciatura, do Campus Cajazeiras, em conformidade com a Resolução CNE_CES n. 1.302/2001, concluirá com sólido conhecimento didático-pedagógicos e técnico-científicos, para elaborar propostas de ensino aprendizagem de Matemática para a educação básica; avaliar e produzir materiais didático pedagógicos; analisar propostas de currículos de Matemática para educação básica; desenvolver estratégias de ensino que favoreçam o pensamento matemático dos educandos; compreender a prática docente como um processo dinâmico, no qual novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente; atuar na elaboração de projetos de ensino e conhecimento, coletivos, para educação básica; expressar a escrita e oralmente com clareza e precisão; atuar em equipes multidisciplinares; compreender a utilização de novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas; concernir sua prática profissional como fonte de produção de conhecimento e de aprendizagem continuada; formular e resolver problemas na sua área de aplicação, com rigor lógico científico, em situações-problema; estabelecer relações matemáticas entre outras áreas do conhecimento humano e problematizar questões do impacto de soluções no contexto local, social e mundial.



No mais, deverá desenvolver estratégias metodológicas que favoreçam a criatividade, a autonomia, o raciocínio lógico e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos, priorizando a compreensão conceitual em detrimento da simples aplicação de técnicas, fórmulas e algoritmos. O egresso deverá compreender a prática docente como um processo dinâmico, permeado por incertezas e desafios, constituindo-se em espaço de reflexão, investigação e produção contínua de novos conhecimentos, bem como contribuir para a realização de projetos pedagógicos coletivos no âmbito da escola básica, atuando de forma colaborativa na construção do Projeto Político-Pedagógico e no fortalecimento da gestão democrática.

2.10. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de Graduação em Matemática, na habilitação Licenciatura, ofertado pelo Campus Cajazeiras, tem sua organização orientada pela Resolução CNE_CP n.º 04/2024, a qual preceitua que os cursos de formação inicial sejam constituídos de núcleos de formação, tais como: [I] Estudos de Formação Geral (EFG); [II] Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE) que compreendem conteúdos de saberes da área da matemática (Parecer CNE_CES n.º 1.302/2001), [III] Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) e [IV] Estágio Curricular Supervisionado.

O currículo do curso de Matemática, na habilitação Licenciatura, do Campus Cajazeiras está organizado em atendimento aos preceitos da Resolução CNE_CP n.º 04/2024 além daqueles que inclui saberes que tratam do ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, elaborado para garantir o atendimento a base comum nacional das orientações curriculares. Os cursos de formação inicial de professores para educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, são organizados em áreas especializadas, por componentes curriculares, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica.

Os cursos de licenciatura, de graduação plena, serão efetivados mediante a integralização de, no mínimo 3.200 h (três mil e duzentas) horas, com duração de, no mínimo, 4 (quatro) anos, nos quais devem articular teoria e prática, nas dimensões das [a] 880 (oitocentas e oitenta) horas dedicadas às atividades de formação geral; [b] 1.600 (mil e seiscentas) horas dedicadas ao estudo de aprofundamento de conhecimentos específicos, na área de formação e atuação na educação; [c] 320

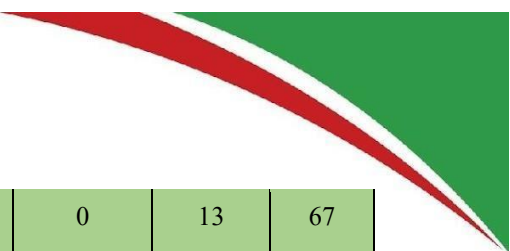
(trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão e [d] 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado (Resolução CNE_CP n.º 04/2024).

Destarte, a Matriz Curricular do curso superior de Matemática, na formação inicial de professores da educação básica, do Campus Cajazeiras, encontra-se estruturado em componentes curriculares organizados em 08 (oito) semestres, com carga horária total para integralização de 3.336 (três mil trezentos e trinta e seis) horas, e os núcleos de formação organizados entre os componentes curriculares ofertados ao longo dos semestres, com 400 (quatrocentas) horas de carga horária dedicada ao Estágio Curricular Supervisionado, distribuídas nos 08 (oito) semestres, visando facilitar o cumprimento e melhor adequação da carga horária obrigatória, bem como o atendimento as normas do Conselho Nacional de Educação e da instituição de educação IFPB (Resolução CNE_CP n.º 04/2024; a Resolução CS_IFPB n.º 54/2017 e a Instrução Normativa PRE_IFPB n.º 05/2021).

A estrutura curricular apresentada a seguir foi construída considerando os princípios da flexibilidade, interdisciplinaridade e acessibilidade metodológica sempre numa constante articulação entre teoria e prática e atende a resolução 04/2024 ao estabelecer a obrigatoriedade de disciplina de Libras. A disposição dos componentes curriculares em cada período leva em consideração o percurso da formação dos discentes ao longo do Curso numa evolução gradual do seu itinerário formativo, em que se observa a relação entre o que se espera que o aluno saiba quando inicia-se o Curso e o perfil do egresso que se deseja alcançar. Atividades desenvolvidas pelo Curso durante o período de formação proporcionam em grande parte a obtenção da carga horária complementar exigida para a formação como os eventos ECMAT, EXPOMAT e OCZM e são uma excelente ponte entre a teoria e a prática do exercício profissional. Outras atividades proporcionadas pelo Campus também possibilitam em parte estas horas complementares como a semana do meio ambiente e as atividades da semana de ciência e tecnologia.

2.10.1. Matriz Curricular

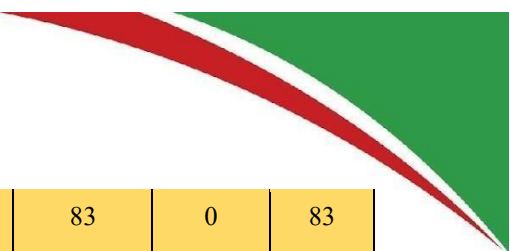
1 Semestre					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
Estágio Supervisionado I	23	0	0	10	33
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	33	0	0	0	33



Fundamentos de Álgebra	54	0	0	13	67
Fundamentos de Números e Operações	67	0	0	0	67
Fundamentos Sociofilosóficos da Educação	67	0	0	0	67
Psicologia da Educação: desenvolvimento e aprendizagem	67	0	0	0	67
Total	311	0	0	23	334

2 Semestre					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
Didática Geral	40	0	0	27	67
Ensino de Álgebra	13	0	0	20	33
Ensino de Números e Operações	67	0	0	0	67
Estágio Supervisionado II	33	0	0	0	33
Laboratório no Ensino de Matemática	30	0	0	37	67
Leitura e produção de textos	33	0	0	0	33
Políticas e Gestão Educacional	33	0	0	0	33
Projeto Interdisciplinar I	0	0	83	0	83
Total	249	0	83	84	416

3 Semestre					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
Álgebra Vetorial e Geometria Analítica	67	0	0	0	67
Argumentação Matemática	54	0	0	13	67
Cálculo I	67	0	0	0	67
Didática da Matemática	26	0	0	7	33
Estágio Supervisionado III	23	0	0	10	33
Fundamentos e Ensino de Trigonometria	67	0	0	0	67
História da Educação	33	0	0	0	33



Projeto Interdisciplinar II	0	0	83	0	83
Total	337	0	83	30	450

4 Semestre					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
Cálculo II	67	0	0	0	67
Estágio Supervisionado IV	40	0	0	27	67
Fundamentos da Geometria Plana	54	0	0	13	67
Fundamentos de Estatística, Probabilidade e Combinatória	67	0	0	0	67
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	33	0	0	0	33
Planejamento e Avaliação Educacional	50	0	0	17	67
Projeto Interdisciplinar III	0	0	83	0	83
Total	311	0	83	57	451

5 Semestre					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
Cálculo III	67	0	0	0	67
Educação para as Relações Étnico Raciais, Gênero e Direitos Humanos	33	0	0	0	33
Metodologia do Trabalho Científico	33	0	0	0	33
Educação Especial e Inclusiva	67	0	0	0	67
Ensino de Estatística, Probabilidade e Combinatória	33	0	0	0	33
Estágio Supervisionado V	17	0	0	50	67
Fundamentos da Geometria Espacial	54	0	0	13	67
Projeto Interdisciplinar IV	0	0	83	0	83
Total	304	0	83	63	450

6 Semestre					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
Álgebra Linear	67	0	0	0	67
Cálculo IV	67	0	0	0	67
Tendências da Educação Matemática	33	0	0	0	33
Ensino de Grandezas e Medidas e Geometria	13	0	0	20	33
Estágio Supervisionado VI	17	0	0	50	67
História da Matemática	67	0	0	0	67
Pesquisa Aplicada	50	0	0	17	67
Total	314	0	0	87	401

7 Semestre					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
TCC	10	0	0	23	33
Equações Diferenciais Ordinárias	67	0	0	0	67
Estágio Supervisionado VII	17	0	0	50	67
Matemática Financeira	67	0	0	0	67
Libras I	23	0	0	10	33
Introdução a Teoria dos Números	67	0	0	0	67
Educação Ambiental e Sustentabilidade	33	0	0	0	33
Total	284	0	0	83	367

8 Semestre					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
Estágio Supervisionado VIII	10	0	0	23	33
Fundamentos de Análise	67	0	0	0	67
Inglês Instrumental	33	0	0	0	33

Optativa I	67	0	0	0	67
Optativa II	67	0	0	0	67
Ensino de Matemática Financeira e Educação Financeira	33	0	0	0	33
Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino	30	0	0	37	67
Total	307	0	0	60	367

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

MOD = Modalidade

Optativas					
Disciplinas	CH Teórica	CH EaD	CH Extensão	CH Prática	CH Total
Álgebra Linear II	67	0	0	0	67
Variáveis Complexas	67	0	0	0	67
Cálculo Numérico	67	0	0	0	67
Introdução à Geometria Diferencial	67	0	0	0	67
Desenho Geométrico	54	0	0	13	67
Introdução à Programação	30	0	0	37	67
Física Geral	67	0	0	0	67
Antropologia Cultural	67	0	0	0	67
Libras II	35	0	17	15	67
Ética	67	0	0	0	67
Verde	Disciplinas que pertencem ao Núcleo II				
Azul	Disciplinas que pertencem ao Núcleo I				

Quadro Resumo		
Componentes Curriculares	Carga Horária	Percentual %
Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG) (A)*	799	24,69
Componentes Curriculares Optativos (C1) - Núcleo I	67	2,07
Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE) (B) **	1538	47,53

Componentes Curriculares Optativos (C2) - Núcleo II	67	2,07
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (D) - Núcleo I	33	1,02
Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado (E)	400	12,36
Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão (F)	332	10,26
Componentes Curriculares Obrigatórios (A+B+C1+C2+D+E+F) Subtotal	3236	100
Atividades Complementares	100	-
Total de Carga Horária para Integralização	3336	-
* sem TCC (D) e a Optativa do Núcleo 1 (C1)		
** sem a Optativa do Núcleo 2 (C2)		

RELAÇÃO DE DISCIPLINAS E SEUS PRÉ-REQUISITOS	
Unidade Curricular	Pré-requisitos
Primeiro Semestre	
Estágio Supervisionado I	não se aplica
Psicologia da Educação: desenvolvimento e aprendizagem	não se aplica
Fundamentos Sociofilosóficos da Educação	não se aplica
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	não se aplica
Fundamentos de Números e Operações	não se aplica
Fundamentos de Álgebra	não se aplica
Segundo Semestre	
Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado I
Políticas e Gestão Educacional	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica
Didática Geral	Fundamentos Sociofilosóficos da Educação / Psicologia da Educação
Leitura e produção de textos	não se aplica
Laboratório no Ensino de Matemática	não se aplica
Ensino de Números e Operações	Fundamentos de Números e Operações
Ensino de Álgebra	Fundamentos de Álgebra
Projeto Interdisciplinar I	não se aplica
Terceiro Semestre	
Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado II
História da Educação	não se aplica
Didática da Matemática	Didática Geral
Cálculo I	Fundamentos de Álgebra, Fundamentos de Números e Operações
Álgebra Vetorial e Geometria Analítica	Fundamentos de Álgebra, Fundamentos de Números e Operações

Argumentação Matemática	não se aplica
Fundamentos e Ensino de Trigonometria	Fundamentos de Álgebra
Projeto Interdisciplinar II	Projeto Interdisciplinar I
Quarto Semestre	
Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado III
História e cultura afro-brasileira e indígena	não se aplica
Planejamento e Avaliação Educacional	História da Educação, Didática Geral
Cálculo II	Cálculo I
Fundamentos de Estatística, Probabilidade e Combinatória	Cálculo I
Fundamentos da Geometria Plana	Argumentação Matemática
Projeto Interdisciplinar III	Projeto Interdisciplinar II
Quinto Semestre	
Estágio Supervisionado V	Estágio Supervisionado IV
Educação para as Relações Étnicas Raciais, Gênero e Direitos Humanos	Fundamentos Sociofilosóficos da Educação
Educação Especial e Inclusiva	não se aplica
Metodologia do trabalho Científico	Leitura e produção de textos
Cálculo III	Cálculo II, Álgebra Vetorial e Geometria Analítica
Fundamentos da Geometria Espacial	Fundamentos da Geometria Plana
Ensino de Estatística, Probabilidade e Combinatória	Fundamentos de Estatística, Probabilidade e Combinatória
Projeto Interdisciplinar IV	Projeto Interdisciplinar III
Sexto Semestre	
Estágio Supervisionado VI	Estágio Supervisionado V
Pesquisa Aplicada	Didática da Matemática, Metodologia do Trabalho Científico
Tendências da Educação Matemática	Didática da Matemática
Cálculo IV	Cálculo III
Álgebra Linear	Álgebra Vetorial e Geometria Analítica
História da Matemática	Cálculo II
Ensino de Grandezas e Medidas e Geometria	Fundamentos da Geometria Plana
Sétimo Semestre	
Estágio Supervisionado VII	Estágio Supervisionado VI
TCC	Pesquisa Aplicada
Libras I	não se aplica
Educação Ambiental e Sustentabilidade	não se aplica
Introdução a Teoria dos Números	Argumentação Matemática
Matemática Financeira	Fundamentos de Álgebra
Equações Diferenciais Ordinárias	Cálculo III
Oitavo Semestre	
Estágio Supervisionado VIII	Estágio Supervisionado VII
Inglês Instrumental	não se aplica
Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino	Didática da Matemática

Optativa I	A depender da disciplina ofertada
Optativa II	A depender da disciplina ofertada
Ensino de Matemática Financeira e Educação Financeira	Matemática Financeira
Fundamentos de Análise	Cálculo III
Optativas	
Antropologia Cultural	não se aplica
Libras II	Libras I
Ética Profissional	não se aplica
Álgebra Linear II	Álgebra Linear I
Variáveis Complexas	Cálculo IV
Cálculo Numérico	Equações Diferenciais Ordinárias, Álgebra Linear I
Introdução à Geometria Diferencial	Cálculo IV, Álgebra Linear I
Desenho Geométrico	Fundamentos da Geometria Plana
Introdução à Programação	Argumentação Matemática
Física Geral	Cálculo IV

2.11. Conteúdos Curriculares

Visando promover o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias, a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos tecnológicos específicos do curso e os que são pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena foi proposto neste PPC os conteúdos curriculares descritos.

Os conteúdos serão trabalhados numa constante articulação entre a teoria e a prática contemplada na abordagem dos diversos conteúdos, observando o equilíbrio teórico-prático, permitindo o desenvolvimento de temas, inerentes às atividades profissionais, de forma integrada, propiciando ao aluno o aprimoramento científico e a busca do avanço tecnológico. Neste contexto, a estrutura curricular desenvolvida, que possui coerência com o perfil traçado para o profissional egresso, foi organizada de forma a propiciar uma articulação dinâmica entre prática e teoria, ambiente acadêmico e convívio comunitário, o básico e o profissionalizante, de modo que assegure ao longo do Curso a formação científico-ético-humanista do profissional almejado e que agregue diversas competências necessárias ao desenvolvimento autônomo no pensar e decidir.

A existência e utilização de laboratórios de matemática, física, informática e outros permitem uma maior eficiência para a formação profissional dos alunos. A realização dos eventos (ECMAT,



OCZM e EXPOMAT) de forma periódica, a prática dos estágios, a produção e utilização de materiais tecnológicos relacionados ao ensino e a aprendizagem na área induzem o contato com o conhecimento recente e inovador além de favorecer a formação de um profissional inserido no perfil almejado. Desta forma, as disciplinas oferecidas durante todo o curso contemplam conhecimentos e saberes necessários à formação das competências elencadas no perfil do egresso a partir da congruência entre teoria e prática, pois aglutinam atividades que impulsionam o discente ao constante diálogo com o contexto profissional.

2.11.1. Flexibilidade, Interdisciplinaridade e Acessibilidade Metodológica

A estrutura curricular do curso está implementada considerando a flexibilização curricular, interdisciplinaridade e acessibilidade metodológica. Desse modo, as metodologias do processo ensino-aprendizagem são planejadas com base nas premissas da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade transdisciplinaridade, contextualização e integração, permitindo-se a flexibilização do conteúdo, tornando-os adaptáveis às situações particulares de cada cenário, buscando promover situações de aprendizagem que favoreçam a construção do saber, de forma criativa, reflexiva e diversificada.

Considera-se Flexibilidade como as estratégias didático-pedagógicas e acadêmicas adotadas no planejamento curricular que possibilite formas variadas de atuação no trato com os conteúdos, atendendo a diversidade de culturas, de necessidades e de interesses, possibilitando aos estudantes a aquisição de saberes, atitudes e procedimentos necessários à atuação profissional, capazes de responderem aos desafios da sociedade atual. Dentre as estratégias de flexibilização curricular incluem-se: desenho de componentes curriculares devidamente relacionados a eixos temáticos em que são vivenciados, onde por intermédio da flexibilização interdisciplinar, proporcionam o conhecimento de conteúdos essenciais à formação do docente.

A flexibilização curricular no âmbito do Curso também ocorre com a diminuição de pré-requisitos imprimindo ritmo à matriz curricular; oferta de componentes curriculares optativos e valorização de estudos independentes desenvolvidos pelos alunos em outros contextos de aprendizagem, e não a clássica disciplina em sala de aula, como por exemplo: monitoria, iniciação à docência, projetos de extensão e outros (estímulo à participação em eventos da área como congressos, seminários, encontros etc.), que podem ser realizadas em qualquer período; além de valorização de grupos de estudos e a participação no Grupo Cajazeirense de Pesquisa em Matemática (GCPMat).



Deste modo, observa-se variedade na oferta dos tipos de atividades para integralização curricular, de maneira a promover ao discente o desenvolvimento de sua capacidade de lidar com problemas, buscando soluções.

Adicionalmente, a flexibilização presente no currículo proposto, possibilita a criação de novos espaços de aprendizagem; busca a articulação teoria e prática como princípio integrador (conectar o pensar ao fazer); permite ao aluno ampliar os horizontes do conhecimento e a aquisição de uma visão crítica, extrapolando a aptidão específica de seu campo de atuação profissional e propiciando a diversidade de experiências.

A interdisciplinaridade constitui o modo de se trabalhar o conhecimento visando uma reintegração de aspectos que ficaram isolados, a superação de fragmentação dos conceitos trabalhados, do reducionismo, a construção de conhecimentos que rompam as fronteiras entre os componentes curriculares em busca de uma visão ampliada da realidade, o que exige envolvimento, compromisso, reciprocidade, troca de saberes das áreas de conhecimentos, na perspectiva de movimento ininterrupto da dinâmica curricular que cria e recria possibilidades de aprendizagens. É compreendida como estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área, com a necessidade de alianças entre eles, no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos complexos desafios da sociedade contemporânea.

Assim, o desenho curricular atual favorece a interdisciplinaridade na seguinte forma:

- Integração de diferentes componentes curriculares de forma contextualizada, em momentos específicos através de atividades programadas;
- Atuação em diferentes cenários de práticas profissionais (laboratórios, escolas, unidades educativas de produção e Unidades de Saúde), favorecendo a compreensão integrada dos saberes previamente adquiridos;
- Transversalidade e articulação ensino, pesquisa e extensão, constituindo a forma de integração de saberes, com melhoria da qualidade de ensino e com ampliação das competências necessárias para a formação generalista do futuro Docente.

Adicionalmente, as atividades desenvolvidas no decorrer do curso são traçadas visando essa formação e para tanto a contextualização e execução perpassa pelo entrelaçar dos componentes curriculares afins alocados no próprio semestre ou até de semestres diferentes. Essas atividades interdisciplinares fazem parte do processo ensino-aprendizagem e considerando que a construção de competências exige a mobilização, a integração e a aplicação de conhecimentos, habilidades, atitudes



e valores. Desse modo são planejadas e realizadas atividades que envolvem duas ou mais disciplinas, as quais se associam e se enriquecem mutuamente na resolução de uma situação problema.

Destacam-se os componentes curriculares "Projeto Interdisciplinar/Integrador I, II, III e IV" que promovem a inovação social, metodológica e tecnológica na formação do egresso, para o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. São realizadas com a promoção da integração de saberes coadunados com os temas transversais, na relação entre a instituição de ensino superior e demais setores da sociedade, com capacidade de resolução de problemas, proatividade, criatividade e pensamento complexo buscando soluções, com uma atuação conjunta entre a comunidade acadêmica e a sociedade com vistas à transformação social.

Considerando a acessibilidade metodológica como o meio de viabilizar uma formação com ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem, bem como das demais atividades acadêmicas dos discentes, no curso de Licenciatura em Matemática há: nivelamento, adequação curricular, apoio psicopedagógico aos docentes para aplicação das metodologias, assistência da Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), aulas expositivas dialogadas, estudo de textos e atividades dirigidas em grupo, desenvolvimento de materiais pedagógicos, metodologias ativas, atividades como práticas interdisciplinares, discussão de casos clínicos, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, discussão e exercícios com o auxílio de tecnologias da comunicação e da informação, adesão aos programas de incentivos ao exercício da docência, projeção de vídeos e filmes, seminários; fomento de atividades da extensão e pesquisa de modo a ampliar a vivência do aluno com o mundo científico e também proporcionar vivências de casos práticos que fazem parte da vida cotidiana das comunidades que serão possíveis campos de atuação dos mesmos.

Na acessibilidade atitudinal é propiciado ao estudante o desenvolvimento contínuo de programas e práticas de sensibilização e conscientização, visando a boa convivência com diversidade, resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, sejam elas de caráter étnico-racial, social, de gênero, de orientação sexual, das deficiências, dentre outras.

Entender a verdadeira função social da educação superior requer a sensibilização de todos os atores institucionais, pressupõe a articulação de princípios e valores que estão subjacentes a formação das políticas e das práticas institucionais no âmbito pedagógico e da gestão, para a criação de uma nova cultura, que priorize a articulação da tríade “pesquisa-ensino-extensão” em benefício da comunidade na qual está inserida. Assim, respeitar as diferenças não significa diminuir exigências



acadêmicas, mas sim, proporcionar recursos e meios adequados que auxiliem o sujeito em seu processo educacional.

Pensar uma sociedade inclusiva significa pensar os sujeitos na sua alteridade, dentro de uma formação que tenha como pressuposto o fato de que os fenômenos se constituem num determinado momento, que, portanto, são históricos, sociais, culturais, não existindo um referencial único, mas uma disposição para lidarmos com eles.

2.11.2. Libras

A disciplina de Libras nas licenciaturas é uma exigência para conclusão do curso a partir dos dispositivos legais da Lei de Libras 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005, que consideram a importância do conhecimento básico de Libras no exercício do magistério e garantem o acesso à educação formal por pessoas surdas. Assim, conforme o Art. 23 do Decreto 5.626/2005: “deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo”, para que tenham compreensão de metodologias e comunicação para atendimento a discentes surdos(as).

A oferta no Curso e demais aspectos relacionados aos conteúdos presentes na disciplina seguirão o que determina a legislação institucional sobre o tema especificados na [Instrução Normativa PRE/IFPB nº 02/2016](#) e na [Resolução CS/IFPB nº 38/2018](#), que dispõem sobre obrigatoriedade da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do IFPB e sobre o Regulamento referente às atribuições e competências do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, respectivamente.

A Disciplina de Libras é um componente curricular fundamental, concebido e fundamentado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) como imprescindível para a formação docente na Educação Básica. Ela se integra plenamente ao currículo do curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da Formação de Docentes da Educação Básica, e também está alinhada às DCNs específicas da área de conhecimento da licenciatura, quando aplicável.

Essa disciplina é solidamente fundamentada na legislação sobre a Língua Brasileira de Sinais e atua em consonância com a legislação e as diretrizes para a inclusão e a diversidade. Seus objetivos estão diretamente ligados aos do curso e ao perfil do egresso, buscando formar profissionais com



competências voltadas tanto para a formação geral quanto para os componentes específicos da docência.

Para garantir uma formação completa, a Disciplina de Libras se articula a ações interdisciplinares e multidisciplinares, estimulando valores humanos e culturais que fomentam a criatividade e a formação ética profissional. Ela conta com suporte de intérprete educacional quando necessário e utiliza o suporte tecnológico institucional, incluindo acesso a tecnologias assistivas (aplicativos) de ensino e aprendizagem.

Nos processos de ensino e aprendizagem, a disciplina evidencia a utilização de metodologias ativas. As avaliações são abrangentes, incluindo formatos diagnósticos, formativos e somativos, com o objetivo de identificar a competência em Libras e a capacidade de aplicação em contextos educativos. Os resultados dessas avaliações são continuamente incorporados para a melhoria da formação e das práticas pedagógicas. Além disso, as avaliações incentivam a análise crítica das diversas dimensões da Libras, englobando aspectos socioculturais, históricos e linguísticos, e a adaptação desses conhecimentos ao contexto escolar.

2.11.3. Curricularização da Extensão

A curricularização da Extensão atenderá ao disposto na Resolução nº 7/2018, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências, e na Resolução nº 34/2022, de 5 de setembro de 2022, do Conselho Superior do IFPB, que dispõe sobre as diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, mormente em seus Artigos 5º e 6º:

Art. 5º A Curricularização da Extensão deve seguir os princípios, diretrizes, conceitos, abrangências e orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), dos Regulamentos Didáticos dos Cursos e das normas que regulamentam as Ações de Extensão.

[...]



Art. 6º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as Instituições de Ensino Superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e à pesquisa.

Será disponibilizado o quantitativo de carga horária de 10% em relação à carga horária total prevista para o curso supracitado, correspondendo, assim, a 332 horas. A referida carga horária está distribuída na Estrutura Curricular (Tópico 2.10), parcialmente na forma de Projetos Integradores I, II, III e IV.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Matemática PARECER Nº. CNE/CES 1.302/2001, a formação na licenciatura deve possibilitar com que o educador matemático seja capaz de tomar decisões, refletir sobre sua prática e ser criativo na ação pedagógica, reconhecendo a realidade em que se insere. Mais do que isto, ele deve avançar para uma visão de que a ação prática é geradora de conhecimentos.

Assim, como forma de contemplar as diferentes dimensões formativas, principalmente no que diz respeito a ação pedagógica e de forma a proporcionar aos estudantes o estabelecimento de relações entre os conhecimentos estudados no curso de Licenciatura em Matemática, o seu contexto social mais amplo, propõe-se o desenvolvimento de Projetos Interdisciplinares/Integradores (PI's), os quais, a partir da contextualização e da interdisciplinaridade, favorecem a resolução de problemas comuns nesta área de atuação. Também se constituem como uma proposta metodológica que articula a prática de ensino, os saberes, as competências, as habilidades, os componentes curriculares e a realidade do mundo do trabalho, promovendo uma visão mais ampla e integrada entre a teoria e a prática, agregando um diferencial qualitativo na formação dos futuros professores de Matemática.

De acordo com Santos e Barra (2012, p. 2) “a utilização do Projeto Integrador sinaliza para a construção de competências pelo aluno a partir realização conjunta do trabalho em equipe, da pesquisa sistematizada, do envolvimento do corpo docente, da adoção de escrita normatizada e de estratégias de apresentação oral de trabalhos interdisciplinares nos semestres letivos que compõem o curso”. Nesse sentido, o estudante vivenciará experiências que proporcionarão a aprendizagem e a integração de conhecimentos localizados no Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas



na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.

Conceitualmente, concordamos com Santos e Barra (2012, p. 2), quando sinalizam que “além da interdisciplinaridade praticada, o PI induz o princípio da transversalidade entre os conteúdos de ensino através de um eixo integrador desse currículo, o qual visa estabelecer a interface (ponto de ancoramento comum) entre as disciplinas e promover a articulação de conhecimentos no semestre letivo trabalhado”. Somando a isso, os PI's se configuram como uma estratégia pedagógica, de caráter interdisciplinar, constituída de etapas e fases e como um eixo articulador do currículo (disciplina ou tema), no sentido da integração curricular e da mobilização, realização e aplicação de conhecimentos”.

Para atingir os propósitos dessa estratégia, contudo, o trabalho pedagógico requer um trabalho colaborativo e cooperativo dos estudantes, com o apoio e orientação dos professores do curso, provocando situações de aprendizagem que fomentem a interdisciplinaridade e a transversalidade dos conhecimentos propostos na organização curricular do curso, principalmente aqueles localizados nos semestres em que os PI's serão desenvolvidos.

No curso de Licenciatura em Matemática, os PI's serão desenvolvidos entre o 2º e 5º períodos, em uma perspectiva integrada, de modo a construir um caminho em que, no decorrer dos períodos, os estudantes possam articular os conhecimentos aprendidos nos componentes curriculares. Os Projetos Integradores comporão uma carga horária total de 332 (trezentas e trinta e duas) horas, divididas em quatro projetos de 83 (oitenta e três) horas. Tal carga horária, referente às ações de extensão, será cumprida pelos discentes em turno oposto às aulas, enquanto as orientações poderão ser realizadas durante as aulas das disciplinas envolvidas no PI ou em outro momento oportuno aos professores que integram o projeto.

Os projetos integradores se vincularão a componentes curriculares concomitantes ou anteriormente cursadas ao projeto, pertencentes aos diversos núcleos formativos, em uma perspectiva interdisciplinar. Cada projeto terá uma disciplina fundante que capitaneará as ações a serem desenvolvidas. O PI I, terá como fundante a disciplina de Laboratório de Matemática, vinculada ao segundo semestre; o PI II, a disciplina de Didática da Matemática, vinculada ao terceiro semestre; o PI III, a disciplina de Estatística Descritiva, vinculada ao quarto semestre e o PI IV, a disciplina de Educação para as Relações Étnico-Raciais, Gênero e Direitos Humanos, vinculada ao quinto semestre. É importante ressaltar que tais disciplinas foram elencadas como fundantes no momento da

elaboração deste PPC por serem consideradas viáveis para condução dos PI's, bem como sobre a sugestão de projetos de extensão que pudessem nortear a prática extensionista, mas nada impede que ao longo do tempo outras disciplinas possam conduzir os PI's, da mesma forma que outros projetos de extensão possam ser utilizados.

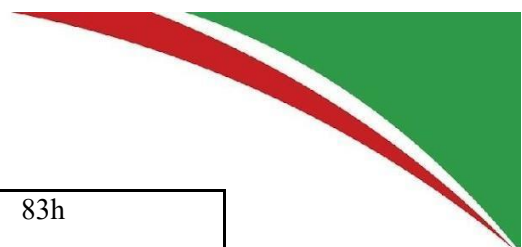
Para o desenvolvimento dos PI's, teremos a figura do professor orientador que ministra a disciplina fundamente, que terá a incumbência de articular os demais professores das disciplinas oriundas do mesmo semestre do PI ou disciplinas anteriores que poderão estar articuladas neste PI e os estudantes. Os demais professores de disciplinas que estarão envolvidas no PI também contribuirão para organização das ações.

Os componentes curriculares dos Projetos Integradores terão o caráter extensionista, contribuindo para a curricularização da extensão no âmbito do curso através da Prática Extensionista como Componente Curricular. Como parte da formação do professor de matemática, os projetos propostos deverão promover a interação dialógica e transformadora entre o IFPB Campus Cajazeiras e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à extensão. Para tanto, todos os PI's serão registrados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) como projetos de extensão nos editais de fluxo contínuo do Campus, onde serão vinculados professores, discentes, parceiros sociais e os beneficiários das ações que serão propostas à comunidade.

É importante ressaltar que as ações de extensão devem possibilitar aos estudantes a vivência de experiências significativas, que deem as mesmas condições de refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados, possam consolidar uma formação compatível com os anseios de uma nação que se pretende cidadã. Sendo assim, será necessário realizar as atividades de extensão e consolidá-las como práticas permanentes e fonte de retroalimentação curricular.

Outrossim, na forma de Componentes Curriculares Específicos de Extensão (CCEEs), conforme o Art. 19, inciso II, da Resolução CS/IFPB nº 34/2022, a distribuição da carga horária apresenta-se da seguinte forma:

Componente	Carga Horária de Extensão
Projeto Interdisciplinar/Integrador I	83h
Projeto Interdisciplinar Integrador II	83h



Projeto Interdisciplinar Integrador III	83h
Projeto Interdisciplinar Integrador IV	83h
TOTAL	332h

As ações de Extensão são classificadas em Áreas Temáticas que têm por finalidade: (i) nortear a sistematização das ações de extensão em áreas correspondentes a grandes focos de política social e de desenvolvimento e capacitação tecnológica; ii) proporcionar o diálogo dos extensionistas que atuam na mesma área, bem como possibilitar estudos e relatórios com vistas a subsidiar a implementação de políticas de fomento à extensão.

São 8 (oito) Áreas Temáticas de concentração das ações de extensão, de caráter nacional, definidas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a saber:

- I. Comunicação;
- II. Cultura;
- III. Direitos Humanos e Justiça;
- IV. Educação;
- V. Meio Ambiente;
- VI. Saúde;
- VII. Tecnologia e Produção;
- VIII. Trabalho.

Da mesma forma, as ações de Extensão serão identificadas em Linhas de Extensão², sistematizadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, devendo estar correlacionadas a quaisquer das Áreas Temáticas. As Linhas de Extensão são temas aglutinadores das ações e organizam-se em 53 (cinquenta e três) linhas ao todo. No âmbito do Curso de Licenciatura em Matemática serão priorizadas as seguintes linhas:

DENOMINAÇÕES	DEFINIÇÕES
--------------	------------

² Todas as Linhas Temáticas poderão ser visualizadas em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/sobre/linhas-da-extensao-forproext>

1. Alfabetização, Leitura e Escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
3. Artes Integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
8. Desenvolvimento Regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
10. Desenvolvimento Tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
12. Direitos Individuais e Coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13. Educação Profissional	Processos de Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
15. Emprego e Renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
17. Divulgação Científica e Tecnológica	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18. Esporte e Lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
21. Formação de Professores	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.

23. Gestão Informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
25. Gestão Pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26. Grupos Sociais Vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27. Infância e Adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28. Inovação Tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
30. Jovens e Adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc.), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
32. Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
34. Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc.); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
38. Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
40. Questões Ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.

49. Tecnologia da Informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
50. Terceira Idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
53. Desenvolvimento Humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.

As ações de extensão, bem como o seu detalhamento, estão descritas no ementário das disciplinas (Apêndice A). É importante salientar que as ações serão planejadas e executadas na perspectiva dos objetivos do Curso de Licenciatura em Matemática apontados no item 2.8, bem como do perfil profissional do egresso (item 2.9).

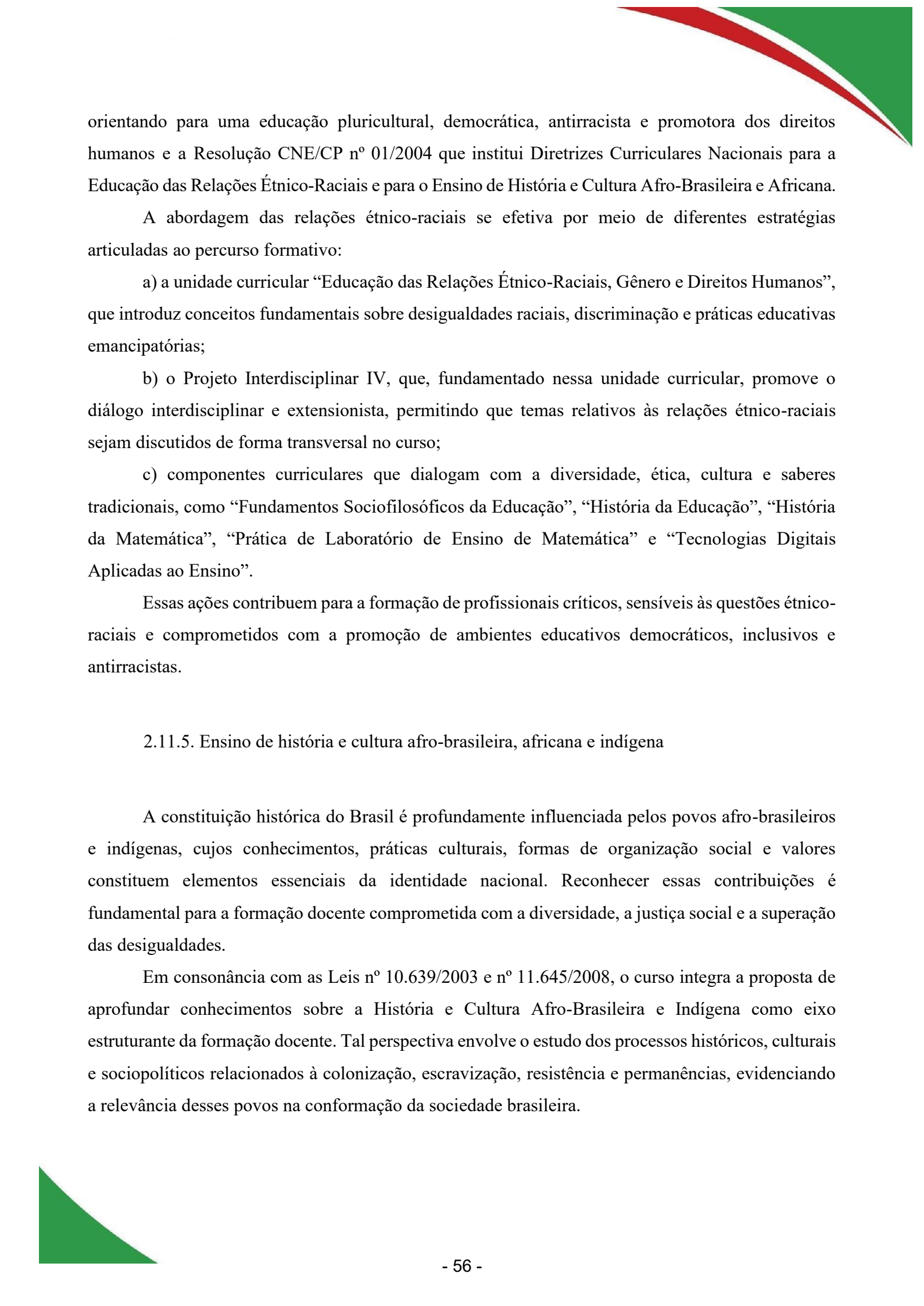
As ações serão desenvolvidas na forma de Programas e ou Projetos, preferencialmente vinculados aos núcleos de extensão do Campus Cajazeiras e registradas no âmbito dos programas institucionais regidos pela Política de Extensão do IFPB e regulamentados por editais de fomento e fluxo contínuo publicados e gerenciados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e pela Coordenação de Extensão e Cultura do Campus Cajazeiras.

Com as atividades e metas delineadas para a curricularização da extensão, os(as) discentes matriculados(as) estarão inseridos nessas ações, o que permitirá o cômputo no histórico acadêmico de todas as ações extensionistas desenvolvidas. Além de discentes, as ações contarão com a participação de docentes do curso e parceiros sociais.

2.11.4. Educação das Relações Étnico-raciais

A formação social brasileira é marcada por processos históricos de colonização, exploração e desigualdade que repercutem, ainda hoje, nas relações sociais, culturais, políticas e educacionais. Por essa razão, o estudo das relações étnico-raciais constitui dimensão indispensável da formação docente, contribuindo para a compreensão crítica da diversidade, o enfrentamento do racismo e a construção de práticas pedagógicas inclusivas e socialmente justas.

O curso desenvolve essa dimensão em consonância com a Resolução CS/IFPB nº 138/2015, que institui a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais no Instituto Federal da Paraíba,



orientando para uma educação pluricultural, democrática, antirracista e promotora dos direitos humanos e a Resolução CNE/CP nº 01/2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A abordagem das relações étnico-raciais se efetiva por meio de diferentes estratégias articuladas ao percurso formativo:

a) a unidade curricular “Educação das Relações Étnico-Raciais, Gênero e Direitos Humanos”, que introduz conceitos fundamentais sobre desigualdades raciais, discriminação e práticas educativas emancipatórias;

b) o Projeto Interdisciplinar IV, que, fundamentado nessa unidade curricular, promove o diálogo interdisciplinar e extensionista, permitindo que temas relativos às relações étnico-raciais sejam discutidos de forma transversal no curso;

c) componentes curriculares que dialogam com a diversidade, ética, cultura e saberes tradicionais, como “Fundamentos Sociofilosóficos da Educação”, “História da Educação”, “História da Matemática”, “Prática de Laboratório de Ensino de Matemática” e “Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino”.

Essas ações contribuem para a formação de profissionais críticos, sensíveis às questões étnico-raciais e comprometidos com a promoção de ambientes educativos democráticos, inclusivos e antirracistas.

2.11.5. Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

A constituição histórica do Brasil é profundamente influenciada pelos povos afro-brasileiros e indígenas, cujos conhecimentos, práticas culturais, formas de organização social e valores constituem elementos essenciais da identidade nacional. Reconhecer essas contribuições é fundamental para a formação docente comprometida com a diversidade, a justiça social e a superação das desigualdades.

Em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, o curso integra a proposta de aprofundar conhecimentos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena como eixo estruturante da formação docente. Tal perspectiva envolve o estudo dos processos históricos, culturais e sociopolíticos relacionados à colonização, escravização, resistência e permanências, evidenciando a relevância desses povos na conformação da sociedade brasileira.



A abordagem dessa temática se desenvolve por meio de diferentes dimensões integradas ao percurso formativo:

a) a unidade curricular “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, que articula perspectivas interculturais e decoloniais e estabelece interfaces com a formação docente em Matemática ao tratar de saberes, práticas e contribuições científicas oriundas desses povos e de suas diversas matrizes epistêmicas;

b) o diálogo com outras unidades curriculares que abordam o tema sob perspectivas complementares, como:

– “História da Educação”, que analisa criticamente os processos formativos do Brasil e suas implicações sociais e políticas;

– “História da Matemática”, que reconhece diferentes matrizes culturais na produção do conhecimento matemático, incluindo saberes indígenas e afro-brasileiros;

– “Prática de Laboratório de Ensino de Matemática” e “Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino”, que permitem a criação de materiais e recursos didáticos sensíveis às diversidades culturais e fundamentados em conhecimentos tradicionais;

c) e as ações desenvolvidas pelo NEABI do Campus Cajazeiras (balizado pela Resolução CS/IFPB nº 61/2023) que promovem a valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas, ampliam o diálogo intercultural e aprofundam a reflexão sobre suas contribuições históricas e culturais, enriquecendo o processo formativo e fortalecendo a compreensão das relações étnico-raciais que permeiam a educação brasileira.

Assim, a abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena articula fundamentos teóricos, práticas pedagógicas e ações institucionais, contribuindo para uma formação docente sensível à diversidade e comprometida com o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem o Brasil.

2.11.6. Educação em direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos constitui eixo essencial da formação docente, fundamentada nos princípios da dignidade humana, da justiça social, da equidade, da democracia e do respeito à diversidade. O curso adota as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 01/2012) e a Resolução CS/IFPB nº 146/2015, que regulamenta sua



implementação na graduação no âmbito do Instituto Federal da Paraíba, na qual se considerou as determinações do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

Sob essa perspectiva, a educação é compreendida como prática social transformadora, orientada para a construção de ambientes educativos inclusivos, seguros e promotores dos direitos fundamentais. Sua abordagem se materializa por meio de:

- a) a unidade curricular “Educação das Relações Étnico-Raciais, Gênero e Direitos Humanos”, que discute fundamentos, políticas e práticas de promoção dos direitos humanos;
- b) componentes voltados à inclusão e acessibilidade, como “Libras”, que trata da educação de surdos em perspectiva bilíngue e inclusiva;
- c) disciplinas que abordam convivência ética, cidadania e relações sociais, como “Fundamentos Sociofilosóficos da Educação”.

Essas ações, aliadas às práticas extensionistas e aos projetos pedagógicos vinculados ao curso, fortalecem uma cultura institucional orientada pelo respeito, pela diversidade e pela defesa dos direitos humanos, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a justiça social e a educação pública democrática.

2.11.7. Educação Ambiental

A preocupação com a questão ambiental é muito antiga. Desde a revolução industrial, iniciaram os eventos para tratar sobre meio ambiente e para elaboração de documentos para reduzir os impactos causados pela ação antrópica. Consta na Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) que as políticas públicas devem incorporar a dimensão ambiental, promovendo a educação ambiental em todos os níveis de ensino, além do engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Por isso, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) estabeleceu que a Educação Ambiental deve ser ministrada em todos os níveis de ensino, capacitando os cidadãos. Inclusive, a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos de Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural e que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive.



Dessa forma, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002 apresenta como princípios básicos da Educação Ambiental: o enfoque humanístico, holístico, democrático e participativo; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva de Inter, multi e transdisciplinar, além da abordagem das questões ambientais locais, regionais e globais.

Tomando como base as propostas do IFPB referentes a Política Ambiental dentro do próprio instituto contidas na Resolução CS/IFPB nº 132/2015 e na Nota Técnica PRE/IFPB nº 01/2016, o presente curso de formação entende que a educação ambiental é um componente essencial à educação nacional e está sendo integralizada ao curso através de três dimensões:

a) por meio de componente curricular específico, intitulado “Educação Ambiental e Sustentabilidade” que visa compreender os processos referentes a Educação Ambiental e Sustentabilidade levando em consideração o processo de ensino-aprendizagem na educação básica;

b) através de percurso interdisciplinar e transdisciplinar envolvendo unidades curriculares como:

- “Estágios Supervisionado” que orienta os estagiários a considerar as temáticas no planejamento e no desenvolvimento de suas regências;
- “Laboratório de Ensino de Matemática” por meio do desenvolvimento de jogos, recursos didáticos e atividades de ensino que tratam sobre a relação entre matemática e educação ambiental e sustentabilidade;
- “Didática Geral” aborda temas ligados à educação ambiental, a partir da proposta interdisciplinar desenvolvendo atividade de sequência didática de produção de livros interativos, abordando questões ambientais em paralelo com os objetos de conhecimento da matemática;
- “Tecnologias digitais aplicadas ao ensino” que também propõe a construção dos jogos digitais e/ou livros digitais envolvendo os campos de saberes relacionados a esse tópico.

c) e, em nível ampliado e comunitário, através de ações educativas no ensino, na pesquisa e na extensão apoiados pela Comissão de Política Ambiental e de Resíduos Sólidos do campus Cajazeiras do IFPB que coordena ações e programas na esfera ambiental envolvendo a comunidade interna e externa ao Campus Cajazeiras visando sensibilizar a comunidade acerca de atitudes ambientalmente adequadas.

Nessa perspectiva, o presente Curso predispõe-se a formar profissionais da educação com a visão de seu papel social e ambiental de educador e, portanto, sensível a documentos básicos para Educação Ambiental e o desenvolvimento sustentável a exemplo da publicação do Programa



Nacional de Educação Ambiental - ProNEA (BRASIL, 2005), Carta de Belgrado, Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, Agenda 21, A Carta da Terra, Agenda para 2030, dentre outras publicações.

2.12. Metodologia

As metodologias e práticas pedagógicas previstas para a aplicação no curso buscarão a integração curricular das diversas unidades em que se estrutura o conteúdo e o processo de ensino como um todo, de forma a estimular ao licenciando a capacidade de abordagem multidisciplinar, integrada e sistêmica. A metodologia de ensino das disciplinas de formação profissional (técnica e pedagógica), além dos tradicionais recursos da exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, das práticas pedagógicas, dos estudos dirigidos e independentes e seminários, incluirão mecanismos que busquem a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos, incluindo alternativas como visitas técnicas, internet e elaboração de projetos.

Diante dos desafios da aprendizagem, em face aos avanços tecnológicos e a mudança de perfil geracional dos estudantes, a adoção de metodologias de ensino inovadoras, como por exemplo, as metodologias ativas e as tendências da educação matemática, são indicadas para utilização na prática pedagógica dos docentes do curso, como cita o Parecer CNE CP nº 09/2001, em seu artigo 2º, sobre a organização curricular e outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, em seu inciso VI, que aponta o preparo para “o uso de tecnologias da informação e da comunicação e *de metodologias*, estratégias e materiais de apoio inovadores”, de forma a fazer com que os professores sejam capazes de desenvolver metodologias apropriadas, conferindo significado aos currículos e às práticas de ensino.

Para tanto, o compromisso construtivo deve estar presente em todas as unidades curriculares. Além disso, a Pesquisa é indicada regularmente como estratégia de ensino e as disciplinas que abordam a Prática de Ensino também se constituirão em recurso para a operacionalização desse ideal educativo. Assim, serão valorizados mecanismos que possibilitem a cultura investigativa, metodológica e a postura proativa que lhe permita avançar frente ao desconhecido. Diante de tais mecanismos, explicitam-se, ainda, a integração do ensino com a pesquisa; os programas de iniciação científica e os programas específicos de aprimoramento discente, dentre outros.

2.13. Estágio Curricular Supervisionado

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, destaca que este componente curricular visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o exercício nos contextos de atividades específicas *in loco* na área de atuação do futuro profissional e a promoção das experiências formativas que proporcionem a atuação criativa, autônoma, crítica, participativa, colaborativa e democrática do aluno.

No âmbito institucional, a Resolução “ad referendum” nº 34, de 24 de setembro de 2018, que altera a Resolução nº 158, de 15 dezembro de 2017, que dispõe sobre o regulamento de estágio supervisionado dos cursos de licenciatura do IFPB, em seu Art.13, trata da legalidade e dos procedimentos a serem observados na organização e aplicação dos componentes curriculares que constituem o estágio curricular supervisionado e obrigatório, levando em consideração a importância de manter a unicidade de princípios e ações no processo de desenvolvimento do estágio dos cursos de licenciatura presenciais e da Educação à Distância do IFPB.

Conforme o Art. 15, da Resolução “ad referendum” nº 34, de 24 de setembro de 2018, o estágio curricular supervisionado poderá ter a sua carga horária distribuída nas seguintes atividades: I – visita à unidade concedente para contato com as equipes pedagógicas responsáveis e com os professores regentes da escola campo (diagnóstico); II – plano de trabalho (elaboração de projetos, planos de ensino, planos de aula, análise dos livros didáticos utilizados na escola campo etc.); III – estágio de observação orientada; IV – estágio de participação significativa; V – estágio de regência (direção de classe/participação em projetos da escola); VI – elaboração, análise, execução e socialização de projetos de intervenção; VII – elaboração dos relatórios parciais e final, fruto da reflexão sobre as atividades desenvolvidas no período de estágio, assim como relatórios parciais relativos à evolução das atividades

O componente curricular Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática do IFPB campus Cajazeiras busca proporcionar ao aluno a experiência do exercício da profissão docente e o aprofundamento nas reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem do conhecimento matemático na Educação Básica, bem como sobre as relações e implicações pedagógicas e administrativas do ambiente escolar. Para tanto, ele busca integrar de forma eficaz a teoria e a prática profissional, incluindo planejamento, regência, avaliação, considerando aspectos de inclusão e igualdade, e ainda, participação em conselhos de classe e reuniões de professores de forma



a incluir os discentes nas vivências na gestão escolar com análise do projeto político pedagógico, da documentação normativa e demais procedimentos da escola;

Nessa direção, a Resolução 04/2024 CNE/CP, de 29 de maio de 2024, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

De acordo com a Resolução supracitada, em seu Art. 13, § 5º, as práticas decorrentes do estágio supervisionado deverão ser realizadas do início ao final do curso, contemplando protocolos claros para a realização de atividades progressivas, que contemplam desde a observação à realização das ações práticas docentes.

Define ainda, em seu Art.14, §1º inciso IV, define que a carga horária de estágio curricular supervisionado obrigatório é de 400 (quatrocentas) horas.

Dessa forma, no Curso de Licenciatura em Matemática, a carga horária destinada aos estágios supervisionados está distribuída de modo a contemplar a relação direta com as práticas docentes na educação básica em todos os semestres, contando com a seguinte organização:

□ Estágio Supervisionado I: Contextualização do Estágio Supervisionado. Caracterização da escola, a partir da experiência inicial do estagiário com o cotidiano da escola campo. Observação referente aos processos de organização, estrutura e práticas docentes na escola de **ensino fundamental - anos finais**, articulação dos referenciais teóricos, reflexão e problematização da prática observada.

□ Estágio Supervisionado II: Contexto de atuação - Ensino Médio. Caracterização da escola. Observação referente aos processos de organização, estrutura e práticas docentes na escola de **ensino médio**, articulação dos referenciais teóricos, reflexão e problematização da prática observada.

□ Estágio Supervisionado III: Contexto de atuação - **Educação de Jovens e Adultos, Educação profissional, Espaços não formais ou Educação Especial**. Caracterização da escola. Observação referente aos processos de organização, estrutura e práticas docentes na escola da modalidade escolhida, articulação dos referenciais teóricos, reflexão e problematização da prática observada.

□ Estágio Supervisionado IV: **Escrita do projeto de intervenção (regência)** nas três modalidades, tendo como ponto de partida as observações realizadas nas experiências vivenciadas nas etapas e modalidades contempladas nos estágios I, II e III.



□ Estágio Supervisionado V: **Regência no ensino fundamental.** Planejamento e regência, articulação dos referenciais teóricos, exercício da docência por meio da elaboração e vivência de projetos individuais e/ou coletivos de aprendizagem. A etapa da regência compreende a atuação docente por parte do estagiário, sob anuência do professor supervisor.

□ Estágio Supervisionado VI: **Regência no ensino médio.** Planejamento e regência, articulação dos referenciais teóricos, exercício da docência por meio da elaboração e vivência de projetos individuais e/ou coletivos de aprendizagem.

□ Estágio Supervisionado VII: **regência em uma das modalidades escolhidas** (opções do Estágio III). Planejamento e regência, articulação dos referenciais teóricos, exercício da docência por meio da elaboração e vivência de projetos individuais e/ou coletivos de aprendizagem.

□ Estágio Supervisionado VIII: **Sistematização e escrita do relatório final de estágio/Relato de experiência.** Nesta etapa, serão sistematizados os registros das experiências vivenciadas pelos estudantes durante o processo de formação, nas vivências dos estágios supervisionados, nos semestres anteriores por meio dos portfólios. Tais registros serão apresentados no formato de relatório final.

O processo de estágio envolve a instituição de ensino representada pela coordenação de estágio, a coordenação de curso e o professor orientador do estágio e a unidade concedente representada pela direção da escola e o professor supervisor do estágio. As atividades específicas desenvolvidas pelo estagiário são coordenadas por um professor orientador e supervisionadas por um professor regente da escola campo de estágio. Na distribuição das atividades de estágio deve ser reservado no mínimo 30% (trinta por cento) da carga horária total para atividades de regência.

Quanto às atribuições dos envolvidos no processo de acompanhamento do estagiário, outrossim, da Resolução “*ad referendum*” nº 34, em seu Art. 27, compete ao professor orientador de estágio: I – desempenhar a atividade de professor responsável pelos estágios junto à coordenação de curso; II – ser responsável pelas atividades de registro das atividades de estágio nos sistemas acadêmicos; III – como professor da disciplina, acompanhar todos os discentes matriculados desempenhando a função de orientador de estágio; IV – aprovar o plano de estágio apresentado pelo estudante, levando em consideração os objetivos estabelecidos neste regulamento; V – validar matrícula do estudante na disciplina/unidade curricular de estágio obrigatório, após aprovação do plano de estágio; VI – realizar o acompanhamento do estagiário, no IFPB e, quando necessário, na unidade concedente de estágio; VII – acompanhar a elaboração do relatório de estágio; VIII – avaliar e atribuir notas ao discente estagiário. § 1º Para controle das atividades docentes, o professor



responsável pelo componente curricular Estágio Curricular Supervisionado terá contabilizado em seu mapa de atividades somente a carga horária da disciplina, sendo a função de orientador de estágio, atividade intrínseca do componente curricular. Quanto ao supervisor de estágio, de acordo com Art. 28, compete: I – elaborar o plano de estágio em comum acordo com o estagiário e o professor Orientador garantindo o seu cumprimento; II – supervisionar o estudante durante o período de estágio; III – manter-se em contato com o professor orientador de estágio; IV – proceder à avaliação de desempenho do estagiário, por meio de instrumento próprio fornecido pela Coordenação de Estágio.

No que concerne ao processo de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, o estagiário deverá adotar a prática de organização das atividades num formato de portfólio. Em cada semestre serão organizadas as práticas realizadas durante os estágios I, II, III, IV, V, VI e VII. Os registros de todas as atividades no portfólio darão suporte à elaboração do relatório final, exigido ao final do Estágio Supervisionado VIII, como requisito para formalização do processo de finalização do estágio.

Para formalização dos estágios deverão ser observadas as seguintes exigências: os gestores das instituições envolvidas, as coordenações de estágio e de curso, os professores orientador e supervisor e o estagiário deverão assinar o Termo de Compromisso de estágio - TCE, no qual declaram estar cientes das normas reguladoras do processo de estágio; o professor supervisor deve computar a frequência, mínima de 75%, do estagiário nas atividades específicas, desenvolvidas na escola campo de estágio, bem como registrar sistematicamente o desempenho do discente durante o processo de realização do estágio, em uma Ficha de Acompanhamento e preencher a Ficha de Avaliação do Estagiário, devendo estes serem entregues ao término de cada período letivo, ao professor da disciplina de estágio; cabe ao estagiário encaminhar o relatório concluído, no formato digital, de acordo com as normas institucionais, ao professor da disciplina de estágio até o término do semestre letivo. Além disso, ao final do estágio supervisionado o professor supervisor deverá realizar a Avaliação do Estagiário via formulário do SUAP e o aluno Estagiário proceder sua autoavaliação, no mesmo ambiente.

Por fim, o estagiário deverá solicitar via processo eletrônico no SUAP a finalização do estágio junto a Coordenação de Estágios e Relações Empresariais do Campus Cajazeira (CERE-CZ) anexando as Declarações de Realização dos Estágios de regência, com carimbo e assinatura da direção da escola campo, o Plano de Trabalho, o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Relatório de Estágio (RE).

2.13.1. Relação com a rede de escolas da Educação Básica

Para orientar as relações com a rede de escolas públicas da Educação Básica que são parceiras do IFPB, serão seguidas orientações da Lei nº 11.788/2008, RESOLUÇÃO CS/IFPB nº 44 de 2018, e RESOLUÇÃO/IFPB nº 61 de 2019. Desse modo, os estagiários serão orientados a participar de todas as vivências pedagógicas possíveis, respeitando as previsões para cada um dos estágios (Estágio Curricular Supervisionado I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII). Nesse sentido, participarão de observações de aula, regências, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, ações, projetos, e programas desenvolvidos pela escola campo, além de outras atividades possíveis. Respeitando os limites do estágio, os estudantes também poderão realizar ações e projetos nas escolas campo, o que deve ser feito a partir da observação e identificação das necessidades pedagógicas.

Como mencionado anteriormente, o acompanhamento do estágio será realizado pela Coordenação de Estágio e docente orientador, por meio de visitas e comunicações com docentes supervisores e diretores das escolas. Os registros relacionados às atividades de estágio serão feitos pelo SUAP no diário do componente curricular pelo docente orientador. O professor orientador e professor supervisor (docente da escola campo) farão o registro da avaliação do estagiário pelo próprio SUAP, em aba específica ligada à Coordenação de Estágio. O docente orientador, tem acesso, pelo SUAP, às informações e avaliação dos estagiários cadastrados; o professor supervisor fará avaliação do estagiário por meio de um link recebido por e-mail, o qual o direciona a uma aba específica de avaliação do SUAP.

Como forma de estreitar a relação com as escolas parceiras, serão realizadas anualmente encontros com ações de caráter formativo relacionadas ao processo de formação docente, fomentando a participação dos(as) professores(as) orientadores (as) do IFPB Campus Cajazeiras e os professores que atuam como supervisores nas escolas da rede pública de educação básica.

Como ações contínuas serão sistematizadas as práticas de grupos de estudos para troca de experiências entre os estudantes da licenciatura, os professores supervisores (escolas parceiras) e os professores orientadores (IFPB). Esses grupos de estudos terão como objetivo otimizar o processo de formação docente, fortalecendo a relação teoria e prática, durante a realização dos estágios supervisionados. Além disso, poderão ser realizados encontros mais ampliados, seminários ou simpósios, tendo como foco a discussão/troca de experiências sobre os diferentes contextos de realização do Estágio curricular supervisionado.



Todas as ações serão desenvolvidas de modo a assegurar a boa relação institucional entre o IFPB e as escolas campo de estágio, como também entre docentes orientadores, docentes supervisores e estagiários, prezando pela qualidade do ensino e formação integral dos licenciados em Matemática.

2.13.2. Relação Teoria e Prática

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, significa também indissociabilidade da aprendizagem, ou seja, conhecer a realidade na qual irá intervir, estudar os problemas e as soluções prováveis, aplicá-los nessa mesma realidade, refletir sobre os resultados e assim produzir conhecimento. Uma construção vivenciada na relação teoria-prática, no desenvolvimento das competências profissionais.

O percurso da formação da Licenciatura em Matemática é retroalimentado pela articulação teoria e prática de forma investigativa, multi, Inter e transdisciplinar, por intermédio de disciplinas como Projeto Interdisciplinar definidos para viabilizar a pesquisa individual e coletiva, um espaço reflexivo e de construção de decisões adequadas à prática docente.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. Este PPC conta com atividades planejadas inseridas no núcleo de estudos de formação geral como disciplinas que promovem a participação prática dos discentes relacionadas à sua formação pedagógica.

Ademais, atuam como fontes basilares para a construção do ser docente, articulando a teoria e a prática, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) mediado pela CAPES e com objetivo de fomentar a aproximação do licenciando com a prática que emerge do chão da escola. O PIBID oferece aos licenciandos a oportunidade de adquirir experiência no ambiente de ensino, colocando em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de sua formação. Isso é fundamental para prepará-los para a futura carreira de professores.

De posse das experiências vivenciadas nas disciplinas e programas, os licenciandos são estimulados à produção de resumos, trabalhos, artigos e afins buscando a visibilidade e divulgação científica dos resultados de suas atuações buscando contribuir para promoção da pesquisa, do ensino e da extensão.



Neste viés, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é um dos princípios éticos e pedagógicos, da prática profissional e das Políticas de Ensino no IFPB, imprescindível na promoção das aprendizagens e na formação do profissional. A perspectiva da pesquisa perpassa o processo ético fortalecido sob a orientação do Comitê de Ética de Pesquisa do IFPB e atinge o desenvolvimento de competências profissionais: (1) atuar profissionalmente com base nos princípios da reflexão sobre sua atuação, da pesquisa como meio de interpretar os problemas especialmente ligados ao processo ensino/aprendizagem e da ética, como base da formação para a cidadania de seus discentes; (2) ser um pesquisador da própria prática e reflexivo na sua atuação docente.

2.13.3. Estágios Não Obrigatórios Remunerados

Quanto à oferta dos estágios não obrigatório remunerado, existe a possibilidade de o aluno do Curso participar, desde que esteja de acordo com a legislação vigente e as normativas institucionais. Estágio não obrigatório é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Para estagiar desta modalidade, o aluno deverá:

- Estar regularmente matriculado e frequentando regularmente o curso para o qual está se candidatando a estágio;
- No caso de estágio não obrigatório, o aluno não poderá estar no último semestre do curso;
- Não estar exercendo as funções de estagiário em outra Instituição;
- Ter disponibilidade de tempo para atender as atividades programadas e a carga horária exigida;
- Ser aprovado em seleção específica, quando for o caso.

O aluno poderá buscar informações sobre vagas de estágio através das listas divulgadas no site, na coordenação de estágio e nos murais pelo IFPB – Campus Cajazeiras, ou por meio de sua própria busca junto às empresas.

O cadastro deste tipo de estágio segue as mesmas regras do estágio obrigatório na coordenação de estágio e sua finalização também deverá obedecer os mesmos trâmites conforme Resolução - CS Nº 61, de 01 de outubro de 2019 em seu Art. 17 “A Unidade Concedente de Estágio poderá oferecer bolsa ao estagiário ou qualquer outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório” e o Art. 22 IX – “Por ocasião do desligamento do estagiário, em caso de rescisão, entregar

formulário de cancelamento e em caso de conclusão do estágio não obrigatório, entregar declaração informando o período do estágio”. Neste Curso, tem sido celebrado estágios nesta modalidade com prefeituras municipais.

2.14. Atividades Complementares

As Atividades Complementares obrigatórias no Curso de Licenciatura em Matemática seguem a RESOLUÇÃO 18/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalida a Resolução AR 5/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, como também as Diretrizes Curriculares Nacionais Para os Cursos de Licenciatura. Sendo representadas pelas ações ou atividades que possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências que se relacionam com o perfil do egresso no curso, podendo ser realizadas dentro ou fora da instituição.

Esta resolução define atividades complementares “todas as ações ou atividades formativas que possibilitem o desenvolvimento das habilidades e competências relacionadas ao perfil do egresso para além do previsto no itinerário formativo contemplado na matriz curricular, podendo ser atividades internas ou externas à Instituição e que promovam o enriquecimento ou complementação da formação profissional” (Art. 2º). Neste Curso, o cumprimento da carga horária mínima das Atividades Complementares é requisito obrigatório, configurando-se em requisito de conclusão de curso.

A carga horária mínima destinada a Atividades Complementares a serem desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Matemática será de 100 (cem) horas, podendo ser desenvolvidas a partir do primeiro semestre letivo do curso, e será regida pela resolução 18/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, e atualizações posteriores que regulamenta a oferta e registro das atividades complementares no currículo dos cursos de graduação do IFPB. Para efeito de registro de Atividade Complementar, o aluno deve obter o desempenho mínimo e a frequência exigida para cada atividade. A tabela a seguir mostra a pontuação máxima para cada tipo de Atividade.

DISCRIMINAÇÃO DAS AACC	HORAS POR ATIVIDADE		
	Participação por atividade	C/H MÁX PERÍOD O	C/H MÁX CURSO
1. Pesquisa			

Participação como voluntário ou bolsista em programas de iniciação científica;	25h por semestre	25	50
Publicações e apresentações de trabalhos científicos (artigo, resumo, livro ou capítulo de livro);	5h por trabalho	25	50
Propriedade intelectual e patentes;	5h por trabalho	25	50
Participação em projetos de parceria entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e setor produtivo;	25h por semestre	25	50
Programas de computador; marcas registradas, entre outros;	25h por semestre	25	50
2. Extensão			
Participação como voluntário ou bolsista em programas de extensão;	25h por semestre	25	50
Publicações e apresentações de trabalhos oriundos de atividades de extensão, dentre outras;	5h por trabalho	25	50
3. Ensino			
Participação como voluntário ou bolsista em projetos de ensino;	25h por semestre	25	50
Publicações e apresentação de trabalhos oriundos de atividades de ensino;	10h por trabalho	25	50
Monitoria;	25h por semestre	25	50
Visitas técnicas; módulos temáticos;	5h por visita	25	25
Atividades de campo;	5h por atividade	25	25
Elaboração ou aperfeiçoamento de TIC para a Educação;	5h por trabalho	25	25
Participação em intercâmbio para atividades formativas relacionada com a área de formação do curso e não utilizada no processo de aproveitamento de estudos;	25h por semestre	25	50
Matrícula, frequência e aprovação em componentes curriculares optativos ou disciplinas isoladas cursadas além do mínimo obrigatório previsto no PPC;	25h por semestre	25	50
Projetos integradores, entre outros;	10h por semestre	10	40
4. Eventos Científicos, participação ou organização de eventos científicos relacionados à formação			
Fóruns	Nº de horas do certificado	25	25
Seminários	Nº de horas do certificado	25	25
Semanas Acadêmicas	Nº de horas do certificado	25	25
Congressos	Nº de horas do certificado	25	25
Encontros	Nº de horas do certificado	25	25

Conferências	Nº de horas do certificado	25	25
Mostras	Nº de horas do certificado	25	25
Exposições	Nº de horas do certificado	25	25
Workshops	Nº de horas do certificado	25	25
Feiras	Nº de horas do certificado	25	25
Mesas Redondas	Nº de horas do certificado	25	25
Simpósios	Nº de horas do certificado	25	25
Participação como espectador em defesas monográficas, entre outros	Nº de horas do certificado	25	25
5. Cursos relacionados à área de formação			
Cursos, treinamentos, minicursos, capacitações, palestras, cursos livres, entre outros;	Nº de horas do certificado	25	50
6. Programas de formação profissional: Participação como bolsista ou voluntário em programas governamentais			
PARFOR	50h por semestre	50	100
PIBID	50h por semestre	50	100
Residência Pedagógica (quando não aproveitado nos estágios)	50h por semestre	50	100
PET	50h por semestre	50	100
Prodocência	50h por semestre	50	100
Novos Talentos; entre outros;	50h por semestre	50	100
7. Experiência profissional			
Participação em empresas juniores, empresas incubadoras, startup	20h por semestre	20	40
Experiência profissional na área de formação do curso	20h por semestre	20	40
Representação em entidades estudantis, colegiados e conselhos do IFPB	20h por semestre	20	40
Participação como membro eleito em diretórios, centros acadêmicos, conselhos e colegiados	20h por semestre	20	40
8. Estágio extracurricular:			

Estágio não obrigatório realizado em empresa ou instituição com parceria firmada e sob orientação de docente do IFPB;	20h por semestre	20	40
9. Cursos de línguas			
Frequência em cursos de línguas estrangeiras, internos ou externos ao IFPB, durante o período de matrícula ativa no curso de graduação;	Nº de horas do certificado	40	40
10. Grupos de estudo, pesquisa ou extensão			
Participação como estudante em grupos de estudo, grupos de pesquisa ou núcleos de extensão;	15h por semestre	15	30
11. Atividades sociais			
Participação voluntária em projetos ou programas de apoio social e cultural internos e externos relacionados à área do curso;	20h por semestre	20	40
12. Atividades artísticas, esportivas e culturais:			
Organização de eventos ou atividades artísticas, esportivas ou culturais, desde que possua relação direta com o perfil do egresso do curso;	20h por semestre	20	40

As ações de extensão já computadas na curricularização da extensão não podem ser registradas como atividades complementares, evitando a duplicação de registro. Só serão aceitos comprovantes de atividades complementares realizadas durante o período de matrícula ativa no curso. Nos casos específicos de transferência entre cursos ocorrerá a reavaliação pelo Colegiado do curso das atividades complementares realizadas no curso de origem, desde que contemple a área de conhecimento ou habilitação do curso.

O fluxo para registro das atividades complementares no IFPB será o seguinte: O estudante deverá solicitar, diretamente no sistema acadêmico (SUAP), o registro da atividade complementar anexando o comprovante da atividade realizada; A coordenação do curso deverá analisar a solicitação de registro de atividade complementar e deferir ou indeferir o pedido diretamente no sistema; No caso de indeferimento, a coordenação deverá justificar o motivo no parecer; Ao estudante é dado o direito de recurso junto ao Colegiado de Curso, por meio de protocolo direcionado à coordenação, anexando o comprovante e justificativa que corroborem com a análise do mérito.

O Curso promove de forma periódica eventos específicos que auxiliam os alunos a obterem a carga horária das Atividades Complementares (AC) como o ECMAT, a EXPOMAT e a OCZM, todos contam com atividades que podem ser inseridas como AC. A produção de materiais didáticos também oportuniza a obtenção de carga horária assim como a participação nos Grupos de Pesquisa como o Grupo Cajazeirense de Pesquisa em Matemática (GCPMat) e seus subgrupos, a participação em apresentações de TCC, participação no Colegiado e ainda nos eventos do Campus como a Semana do



Meio Ambiente, a Semana de Tecnologia, o Sertão COMP entre outras atividades que surgem como cursos de Libras promovidos pelo CLAI entre outras.

2.15. Trabalho de Conclusão de Curso

No Instituto Federal da Paraíba (IFPB) o Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado por meio da resolução AR/CS/IFPB nº 28/2022, a qual dispõe sobre regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) quando previsto no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de graduação. A referida resolução ordena os trâmites administrativos e pedagógicos, no âmbito do IFPB, referente aos processos de elaboração, apresentação, carga horária, coordenação, orientação, avaliação e registro no repositório institucional do TCC.

O Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC) será exigido dos discentes do Curso de Licenciatura em Matemática e o mesmo será produzido na disciplina de Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC) no sétimo período, com carga horária de 33 horas. De acordo com a Resolução AR 28/2022, este tem como objetivos principais: (art. 5º) I - Aprofundar os conhecimentos relacionados ao perfil do egresso; II - Desenvolver o pensamento crítico e científico do estudante; III - Promover a produção acadêmica; IV - Promover a inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão; V - Socializar os saberes adquiridos pelos discentes. Portanto deve ser uma produção científica na área de formação do egresso. Os trabalhos poderão ser produzidos em uma das seguintes modalidades:

- a) Monografia;
- b) Relato de experiência;
- c) Artigo científico;
- d) Relatório de propriedade intelectual;
- e) Resenha sobre obra completa.

O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em dupla, mediante anuência do orientador considerando a articulação entre o tema, objetivo de pesquisa e o formato adotado na pesquisa, além da justificativa da participação em grupo.

A matrícula na disciplina TCC será efetivada no Sistema Acadêmico (SUAP), após a aprovação da proposta de TCC elaborado na disciplina de Pesquisa Aplicada que é ofertada no sexto período. A avaliação da proposta de TCC será realizada em evento específico, agendado de acordo com a(s) inscrição(ões) da(s) proposta(s) pelas respectivas coordenações de curso.



O acompanhamento dos discentes no TCC será feito por um docente orientador escolhido pelo discente ou designado pelo docente responsável pelo TCC, observando-se sempre a área de conhecimento em que será desenvolvido o projeto, a área de atuação e a disponibilidade do docente orientador.

O TCC aprovado deve ser concluído até o final do semestre letivo em que foi efetivada a matrícula. Caso a defesa não ocorra até o final deste prazo, a disciplina TCC ficará em aberto até o resultado final do TCC, que deve ocorrer até, no máximo, o início do semestre seguinte, respeitando os dias de recesso e férias docentes.

De acordo com a Resolução 28/2022, a defesa do TCC será realizada em evento público presencial ou remota por parte do estudante ou membros da banca, desde que haja anuência da coordenação do curso, cuja data, horário e local informados previamente no mural de avisos do campus ou no portal do estudante. Não será permitida a manifestação do público, excetuando nas ocasiões em que for facultada a palavra, com a anuência dos componentes da banca.

A banca de defesa do TCC será composta, no mínimo, pelo orientador do trabalho e por 02 (dois) docentes ou técnicos. No caso de Projetos de Implantação, a banca pode contar com um profissional externo da área afim indicado pelo orientador. Para participar da defesa do TCC, o discente deverá inscrever-se, junto à respectiva coordenação de curso, que terá um prazo de 15 (quinze) dias para marcar a defesa do TCC, excetuando-se os períodos de férias docentes.

No ato da inscrição para a defesa do TCC, o discente deverá disponibilizar a versão do trabalho (Monografia; Relato de experiência; Artigo científico; Relatório de propriedade intelectual; Resenha sobre obra completa), conforme estrutura definida na proposta de TCC aprovada. Na elaboração do trabalho final, devem ser seguidas as recomendações especificadas nas normas vigentes da ABNT.

O trabalho que contemplar mais de um discente deverá ser avaliado individualmente, observando a competência de cada um no projeto, conforme apresentado para apreciação, na avaliação de propostas de TCC. Todos os casos não previstos neste PPC serão regidos pela Resolução AR 28/2022.

2.15.1. Repositório Digital

Os TCC's deste curso serão disponibilizados no Repositório Institucional do IFPB e o seu acesso estará disponibilizado no seguinte endereço:
<https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1469>.



Para esta funcionalidade serão seguidas as orientações contidas na [*Nota Técnica PRE/IFPB nº 06/2020*](#) e [*Instrução Normativa PRE/IFPB nº 03/2017*](#), que preconizam acerca dos procedimentos necessários para submissão, aprovação e divulgação dos trabalhos no repositório.

Convém destacar que a biblioteca do campus será responsável pelo gerenciamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso oriundos deste Curso, em formato eletrônico no Repositório Institucional.

2.16. Apoio ao Discente

De acordo com o que determina a Resolução-CS Nº 16, de 02 de Agosto de 2018, que dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018, a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), em consonância com seu Estatuto e Regimento Geral, dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializado por meio de programas que visam assegurar aos alunos o acesso, a permanência e o êxito com a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática. O IFPB realiza ações de apoio ao discente, através do Programa de Assistência Estudantil (PAE) que tem por objetivos:

- I – fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que garantam a permanência e o êxito dos estudantes;
- II – realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial aos discentes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III – assegurar aos discentes com necessidades educativas específicas condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico;
- IV – promover programas de atenção aos estudantes com deficiência;
- V – ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido;
- VI – garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas;
- VII – promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;



VIII – promover programas e projetos que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, de gênero, geracionais e religiosas;

IX – realizar projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam com o desempenho acadêmico do estudante;

X – garantir a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, artístico-culturais, esportivos e político-estudantis;

XI – incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos e científicos dos estudantes sobre arte e cultura;

XII – estimular a participação dos estudantes nos assuntos relativos à assistência estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está regulamentado pelo [Decreto Nº 7.234/2010](#). No IFPB é direcionado pela Resolução-CS , nº 16, de 02 de Agosto de 2018, a qual é operacionalizada por meio dos seguintes programas:

I – Programa de Apoio à Permanência do Estudante: O Programa de Apoio à Permanência do Estudante tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na Instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito.

II – Programa de Alimentação: O Programa de Alimentação tem como objetivo oportunizar aos estudantes o acesso à alimentação, na perspectiva de assegurar condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento acadêmico, social e de convivência estudantil.

III – Programa de Moradia Estudantil: O Programa de Moradia Estudantil visa ofertar vaga em residência estudantil ao estudante com dificuldade de se manter residente na cidade onde se localiza o *campus* em que está matriculado, conforme a disponibilidade dessa estrutura pelo mesmo.

IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde: O Programa de Atenção e Promoção à Saúde do Estudante tem como foco central a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

V – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação: O Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades e/ou Superdotação objetiva assegurar ao estudante o pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

VI – Programa de Apoio à Participação em Eventos: O Programa de Apoio à Participação em Eventos tem como objetivo contribuir para a formação complementar dos estudantes por meio da viabilização de sua participação em eventos acadêmicos, técnico-científicos, culturais, esportivos e político-estudantis no país e no exterior.



VII – Programa de Material Didático-Pedagógico: O Programa de Material Didático-Pedagógico tem por objetivo proporcionar ao estudante o desenvolvimento de conhecimentos e/ou habilidades específicas do curso no qual está matriculado, por intermédio do acesso a materiais e equipamentos existentes no acervo ofertado pela Instituição para uso durante as atividades acadêmicas.

VIII – Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer: O Programa de Incentivo e Promoção à Cultura, Arte, Esporte e Lazer tem por objetivo oferecer elementos que estimulem o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e que contribuam para a melhoria de seu desempenho acadêmico, conforme disposto no Decreto nº 7.234/2010, Art. 4º.

IX – Programa de Apoio Pedagógico: O Programa de Apoio Pedagógico visa apoiar ações didático-pedagógicas, buscando melhorar o desempenho dos estudantes.

X – Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD: O Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD considera as especificidades do discente desta modalidade e tem por objetivo proporcionar sua permanência na Instituição para desenvolvimento das atividades acadêmicas e conclusão do curso com êxito.

O IFPB Campus Cajazeiras realiza ações de apoio ao discente, através da Coordenação de Apoio ao Estudante (CAEST). A CAEST trabalha na perspectiva da educação integral, compreendendo o estudante em contexto de desigualdade social e de múltiplas necessidades humanas, determinantes nas condições de desenvolvimento, permanência e conclusão do processo educacional. A CAEST se orienta na defesa dos Direitos Sociais, principalmente o direito à Assistência Estudantil, materializando-se no planejamento, implementação, mobilização e discussão ampla desses direitos no âmbito do IFPB, objetivando o compromisso ético-profissional com a educação de qualidade, formação humanística de cidadãos, emancipação humana, equidade e justiça social.

O campus possui ainda a Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI) que surgiu com o objetivo de coordenar ações pedagógicas, culturais e administrativas a fim de garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades específicas. O setor dá suporte aos alunos com as seguintes necessidades específicas: visual, auditiva e física.

O campus também possui o Núcleo de Acompanhamento Psicossocial (NAPS) do IFPB *Campus* Cajazeiras, criado de acordo com o artigo 18, da [Resolução nº 28/2020-CONSUPER/IFPB](#), objetiva proporcionar um tipo de atenção coletiva ativa aos membros da comunidade escolar, visando fornecer subsídios para o planejamento e desenvolvimento de estratégias que possibilitem minimizar os impactos negativos e suas consequências no processo de



ensino-aprendizagem, inclusive os decorrentes da pandemia da COVID-19, a partir do foco em três condições: conectividade, acessibilidade social e saúde psicológica.

2.16.1. Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil

Em consonância com o Estatuto e Regimento Geral do IFPB, se desenvolve a Política de Assistência Estudantil, a qual se estabelece por meio de princípios e diretrizes que se materializam na forma de programas, os quais buscam assegurar o acesso, permanência, conclusão do curso pelo estudante, permitindo que o mesmo tenha oportunidade de se desenvolver em sua integralidade. Desse modo, a Política de Assistência Estudantil do IFPB é desenvolvida por meio: do Programa de Apoio à Permanência do Estudante; Programa de Alimentação; Programa de Moradia Estudantil; Programa de Atenção e Promoção à Saúde; Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação; Programa de Apoio à Participação em Eventos; Programa de Material Didático-Pedagógico; Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer; Programa de Apoio Pedagógico.

Para operacionalizar os diferentes programas, há atuação de uma equipe multiprofissional, incluindo servidores de diferentes áreas, tais como: serviço social; psicologia; pedagogia; nutrição; medicina; enfermagem; odontologia; educação física; arte; assistência às pessoas com necessidades específicas. Regulamentações específicas dos programas, objetivos e atribuições da equipe multiprofissional estão disponíveis na Resolução Nº 16 CONSELHO SUPERIOR, de 02 de agosto de 2018.

Buscando combater a retenção e evasão, o IFPB também dispõe do Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, o qual é direcionado pela RESOLUÇÃO Nº 24 CONSELHO SUPERIOR/IFPB, de 30 de abril de 2019. As ações do plano estratégico apresentam como perspectiva a formação humana e integral, para que as práticas educativas sejam sustentáveis e inclusivas para aumentar a (re)entrada social, laboral e política dos estudantes.

No campo de estágio, obrigatório ou não obrigatório, por meio da Coordenação de Estágio, o IFPB fornece o aporte necessário, para formalização dos estágios, proteção dos estagiários, e acompanhamento da realização do mesmo, buscando que o estudante possa desenvolver as habilidades necessárias para o mundo do trabalho.

2.16.2. Acessibilidade

O IFPB na Resolução do CONSUPER nº 06/2024 regulamenta o funcionamento, em cada Campus, da Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), como setor responsável pela educação especial, dotando-o de recursos humanos e materiais que viabilizem e deem sustentação ao processo de educação inclusiva.

O artigo Art. 110 da resolução 240/2015 visa ações que satisfaçam a plena inclusão de todos nas atividades acadêmicas realizando prioritariamente:

I - Promoção de formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais;

II - Promoção de formação de profissionais especializados, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e professores, para atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos com deficiência;

III - Inserção nos currículos das Licenciaturas da disciplina Educação Inclusiva, de caráter obrigatório;

IV - Garantia de inserção, nos currículos das Licenciaturas, a disciplina Libras em caráter obrigatório, ministrada preferencialmente por um surdo, e nos demais cursos como disciplina optativa;

V - Prorrogação do tempo máximo para integralização dos cursos, não excedendo o limite de 50%;

VI - Garantia de inserção de discussões e práticas inclusivas nos Planos pedagógicos dos cursos (PPCs);

VII - Garantia de que todos os editais, das áreas de ensino, pesquisa e extensão, tenham reserva de 10% de suas vagas para projetos com foco em políticas inclusivas, afirmativas, de gênero e/ou sustentabilidade social;

VIII - Garantia de que as temáticas referentes à cultura afro-brasileira e indígena perpassem transversalmente os cursos da educação básica especialmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira;

IX - Promoção de terminalidade específica, nos termos legalmente previstos.

Nessa direção, o presente Curso segue o Artigo 111 desta mesma resolução ao que afirma: “Os professores, apoiados pelos setores pedagógicos e de inclusão, deverão, sempre que necessário, flexibilizar e adaptar o currículo, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, além de desenvolver metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos



de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos, ampliando o tempo de realização das avaliações”. O artigo 112 comenta que “Os professores devem realizar atividades que favoreçam o aprofundamento e o enriquecimento de aspectos curriculares aos alunos com altas habilidades, de forma que sejam desenvolvidas suas potencialidades, permitindo a esses alunos concluir em menor tempo a educação básica”.

Além disso, a instituição se destaca pela elaboração de materiais informativos como a [Cartilha de Saúde Mental](#) e a [Cartilha do Espectro Autista](#), que visam esclarecer e orientar a comunidade acadêmica sobre estas condições, promovendo um ambiente de acolhimento e compreensão e ainda conta com um tradutor e intérprete de libras que deve dar suporte aos alunos que necessitem, conforme a Resolução Conselho Superior nº 38, de 19 de dezembro de 2018 que dispõe sobre o Regulamento referente às atribuições e competências do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

2.16.3. Monitoria

As normas relativas à Monitoria estão previstas na Resolução *Ad referendum* Nº 38 Conselho Superior/IFPB, de 12 de setembro de 2022 que regulamenta os procedimentos para o Programa de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PROMIFPB) e dá outras providências. A LDB, lei nº 9394/96, em seu Art. 84 estabelece que os discentes da educação superior, desde que cumpram alguns requisitos, poderão exercer tarefas de ensino como, por exemplo, a monitoria.

No IFPB - Campus Cajazeiras, anualmente, é formada a Comissão do Programa de Apoio e Consolidação do Ensino (COPACE-CZ), empossada via portaria, que se encarrega de receber e organizar os documentos inerentes ao funcionamento e acompanhamento da monitoria. Exemplos de documentos: edital de seleção, termo de compromisso, provas para a seleção. A quantidade de vagas e a escolha das disciplinas que serão contempladas são regidos pelo edital lançado pela COPACE-CZ. Essa comissão também se responsabiliza pelas aplicações das provas, apresentação dos resultados e análise dos recursos.

Para produzir o edital é aplicado aos docentes do Campus um questionário indagando acerca das disciplinas que necessitam de monitoria, quantos monitores por disciplina, o perfil do monitor (se



ministrará aula teórica ou prática), o conteúdo da prova de monitoria e o local de aplicação das provas (sala de aula ou laboratórios). Após o levantamento dos dados obtidos nos questionários, a comissão decide quais disciplinas deverão ser contempladas com bolsas e quais serão voluntários.

Para as disciplinas exclusivas do Curso de Licenciatura em Matemática, apenas discentes do Curso podem concorrer às vagas, enquanto todos os discentes que cursaram e foram aprovados na disciplina podem concorrer às disciplinas que são ministradas nos demais cursos superiores.

Para um estudante concorrer à monitoria de tais disciplinas ele deve ter cursado e ter sido aprovado com média maior ou igual a setenta (70/100) na disciplina pretendida e para ser aprovado na prova deve ter nota maior ou igual a setenta (70/100). Os primeiros colocados ocupam as vagas pretendidas e as bolsas conforme colocação.

Além das disciplinas dos cursos superiores os discentes da Licenciatura em Matemática podem concorrer a monitoria nos cursos de Técnico Integrado em Edificações (INTED), Técnico Integrado em Eletrônica (INTEL), Técnico Integrado em Informática (INTIN), Técnico Subsequente em Edificações (TED), Técnico Subsequente em Eletrônica (TEL), Desenho de Construção Civil e Meio Ambiente, sendo os dois últimos em acordo com o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Disciplina	Curso	Bolsa
Matemática I	INTED, INTEL, INTIN	1
Matemática II	INTED, INTEL, INTIN	1
Matemática III	INTED, INTEL, INTIN	0
Matemática Aplicada	TED, TEL	0
Matemática I e II	PROEJA	1

Para um estudante concorrer à monitoria de tais disciplinas ele deve cursar Licenciatura em Matemática ou ter cursado e sido aprovado com média maior ou igual a setenta (70/100) na disciplina pretendida e para ser aprovado na prova deve ter nota maior ou igual a setenta (70/100). Os primeiros colocados ocupam as vagas pretendidas e as bolsas conforme colocação. Observando que a quantidade de monitores e bolsas pode mudar conforme o edital.

Há também uma categoria especial de monitores que são os monitores CLAI (monitores para pessoas com alguma deficiência), e a quantidade de monitores está alinhada com o perfil e as



disciplinas dos estudantes portadores de deficiência. Os monitores CLAI previstos no edital deverão receber bolsa, mas também é possível trabalhar voluntariamente desde que seja aprovado em prova e em entrevista.

Aprovados na monitoria, os monitores devem executar 10 horas semanais de trabalho, divididas entre atendimento aos estudantes, preparação de aulas e estudo, e orientação dos docentes da disciplina. O atendimento dos monitores aos estudantes é feito em horários pré-estabelecidos nas salas de monitoria com localização previamente estabelecida. É possível também que o monitor ministre algumas aulas em horários extras, conforme o entendimento do monitor e da turma atendida por ele.

Para além dos cargos de monitores de disciplina, o Curso de Licenciatura de Matemática oferece oportunidade de monitoria em cursos oferecidos em programas de extensão, projetos de ensino e durante eventos, como ECMAT, EXPOMAT, OZCM, Semana da Tecnologia, Sertão COMP entre outros. Em muitas oportunidades os discentes da Licenciatura em Matemática idealizam e desenvolvem os cursos sob a supervisão de professores.

O Curso de Licenciatura em Matemática, busca incentivar os discentes a usufruir de todas as oportunidades oferecidas pelo programa de monitoria, tanto do ponto de vista de frequentar e tirar dúvidas com os monitores, como também a oportunidade de planejar e executar cursos em eventos e cursos de extensão, bem como concorrer aos cargos de monitores pois trata-se de um primeiro passo para o exercício da docência enriquecendo o currículo, além da parte financeira que muitas vezes auxiliam os discentes em suas necessidades pessoais e acadêmicas. O exercício da monitoria desenvolve habilidades e competências transversais e suplementares à formação inicial do docente, destacando os discentes que se envolvem na monitoria CLAI, cuja habilidade empática é desenvolvida para promover a equidade entre os estudantes.

2.16.4. Nivelamento

As ações de Nivelamento realizadas no Curso estão pautadas na RESOLUÇÃO *Ad referendum* N° 13 CONSELHO SUPERIOR/IFPB, de 23 de janeiro de 2023, que convalida a RESOLUÇÃO *Ad referendum* N° 27 CONSELHO SUPERIOR/IFPB, que dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Em síntese, a partir do diagnóstico das dificuldades, que se apresentarem como entraves ao



pleno êxito do discente no curso; encaminhados pela coordenação do Curso, professores ou pelo CLAI, desenvolve-se um plano de ação de nivelamento. A adequação do processo de ensino aprendizagem pode ocorrer através da revisão de conteúdo, participação em cursos de curta duração, bem como projetos de ensino necessários à sua formação profissional, mas não contemplados no currículo do seu curso que amplie e enriqueça a sua formação.

No curso são ofertadas disciplinas como Argumentação Matemática, Fundamentos de Números e Operações, Fundamentos de Álgebra, Fundamentos e Ensino de Trigonometria, Fundamentos de Estatística, Probabilidade e Combinatória, Fundamentos da Geometria Plana e Fundamentos da Geometria Espacial nas quais são tratados assuntos da Educação Básica no sentido de aprofundar tais conceitos e preparar os alunos para compreenderem melhor os conceitos trabalhados nas disciplinas específicas da formação.

2.16.5. Apoio Psicopedagógico

Entendendo que o apoio psicopedagógico é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, o IFPB, por meio da Resolução 6/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do IFPB. O Núcleo de Acompanhamento Psicossocial (NAPS) do IFPB *Campus* Cajazeiras, criado de acordo com o artigo 18, da [Resolução nº 28/2020-CONSUPER/IFPB](#), objetiva proporcionar um tipo de atenção coletiva ativa aos membros da comunidade escolar, visando fornecer subsídios para o planejamento e desenvolvimento de estratégias que possibilitem minimizar os impactos negativos e suas consequências no processo de ensino-aprendizagem a partir do foco em três condições: conectividade, acessibilidade social e saúde psicológica.

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) conta com uma equipe multidisciplinar qualificada de pedagogos, técnicos educacionais, psicólogos e assistentes sociais, além de infraestrutura adequada como o Gabinete Médico Odontológico, Biblioteca, Núcleos de Aprendizagem e Laboratórios. Há que se destacar ainda, o acompanhamento dos alunos, a formação dos Conselhos Escolares e o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais. Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas têm sua estrutura, competências e atribuições definidas no Regimento Geral do Instituto. Os principais são: As Diretorias de Educação Profissional, de Ensino Superior e de Articulação Pedagógica, a Diretoria de Cadastro Acadêmico, Certificação e Diplomação, todos instalados na Reitoria. As



Diretorias e os Departamentos de Ensino, as Coordenações de Unidades Acadêmicas e de Cursos, e/ou áreas, as Coordenações Pedagógicas e de Apoio ao Estudante, todos instalados nos Campi que compõem o Instituto. No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba também dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do IFPB conforme Resolução CS/IFPB nº 240/2015.

Existem, ainda, as ações do Colegiado do Curso e NDE que permitem a avaliação contínua do processo ensino-aprendizagem, e o desenvolvimento de monitorias e/ou reforço educacional por docentes que reiteradamente enfrentam o problema de evasão e retenção escolar. A coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática trabalha muito próxima aos discentes, promovendo uma ponte entre os docentes e discentes e, conseqüentemente, favorecendo o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

2.16.6. Centros Acadêmicos

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é um órgão de apoio para os cursos superiores, que tem a finalidade de representar os alunos do ensino superior. O DCE oferece apoio para problemas como bolsas estudantis, viagens acadêmicas e projetos acadêmicos. O DCE é de bastante importância para o campus, pois auxilia e organiza um pensamento dos conflitos do campus, o seu funcionamento é através de reuniões mensais. O DCE tem parcerias com os grêmios estudantis que oferecem atualização sobre os cursos superiores. Caso um problema venha ocorrer no Grêmio são realizadas reuniões para obter a solução para o problema. As reuniões são realizadas na sala do DCE que é um espaço pequeno com um armário, um computador e uma mesa para reuniões. Vale ressaltar que cada campus tem seu DCE, no caso o DCE resolve problemas e dá apoio ao campus em questão. A localização do DCE é ao lado do grêmio estudantil.

2.16.7. Intercâmbios nacionais e internacionais

A Política de Internacionalização do IFPB está instituída a partir da Resolução AD/CS/IFPB nº 40/2019 que dispõe sobre internacionalização e a Resolução 1/2020 - CONSUPER/REITORIA/IFPB que convalida a Resolução-AR nº 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Línguas do IFPB. Em seu artigo 2º, a resolução define a internacionalização como “um



processo que integra as atividades que envolvem diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior”.

As diretrizes referentes à mobilidade acadêmica são estabelecidas na Resolução Nº 60 CONSELHO SUPERIOR, de 12 de julho de 2019. De acordo com essa Resolução, atividades de mobilidade acadêmica compreendem aquelas de cunho acadêmico, científico, artístico e/ou cultural, como cursos, estágios e orientação em pesquisa, que visam enriquecer e aprimorar a formação do estudante. Ressalta-se que a duração dessas atividades varia de um (1) mês a um máximo de doze (12) meses, com possibilidade de prorrogação, seguindo as normativas institucionais em vigor.

A Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARINTER) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), aprovada pela Resolução Nº 144 – CONSELHO SUPERIOR, de 11 de agosto de 2017, assume o papel de coordenar, propor e implementar políticas de colaboração no âmbito nacional e internacional. Essa unidade atua como um guia para aprimorar a interação institucional e global, envolvendo estudantes, docentes, técnicos, pesquisadores, gestores e outros atores importantes. A internacionalização é um fenômeno em evolução que desempenha um papel cada vez mais central na estratégia das instituições de ensino em busca da excelência. Ela se revela um meio estratégico para aprimorar as competências e habilidades dos envolvidos, promover a produção de conhecimento, assegurar a qualidade acadêmica, estabelecer parcerias robustas e disseminar uma cultura de respeito à diversidade.

A ARINTER, desde sua criação, tem sensibilizado os gestores para compreender a internacionalização como um esforço coletivo, envolvendo todos os setores da instituição. Através de políticas e estratégias definidas em consonância com orientações da Unesco, SETEC, FORINTER e CONIF, práticas abrangentes têm sido incorporadas:

- Mobilidade Acadêmica Presencial e Virtual e Intercâmbio Acadêmico

Isso engloba estudantes, docentes, técnicos administrativos e gestores, abrangendo seleção, planejamento, recepção, acompanhamento subsequente (observatório), apoio financeiro, logístico e análise de resultados.

- Programas de Formação

Compreende a implementação de programas internacionais e interculturais, pesquisas e publicações em rede, oferta de programas de formação para estrangeiros, internacionalização do



processo pedagógico e curricular, cursos integrados, acesso a práticas em outros países e espaço para estudantes graduados.

- **Cooperação Internacional**

Envolve colaboração científica para o desenvolvimento mútuo da ciência, participação em eventos internacionais, recepção de organizações e delegações internacionais, capacitação contínua com visão global, investimento no corpo técnico, plano estratégico de divulgação e inserção junto a organismos e instituições internacionais.

2.17. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Externa e Interna

A gestão do Curso foi planejada considerando a auto avaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do Curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo auto avaliativo periódico. No planejamento do gerenciamento ocorrerá efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, envolvendo discentes e docentes. Essas instâncias serão representadas pelo(a) coordenador(a), Núcleo Docente Estruturante (NDE), os quais convergirão para o Colegiado de Curso. Estes procedimentos estão estabelecidos e atualizados periodicamente no plano de ações da coordenação do curso conforme critérios estabelecidos pelas orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES e analisados pelo NDE do curso.

No IFPB a avaliação institucional está pautada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu a avaliação institucional interna e externa; a avaliação de cursos e a avaliação de desempenho dos estudantes. A avaliação externa é executada por mecanismos de responsabilidade do INEP e de outros órgãos externos ao IFPB, tal como previsto na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Em consonância ao exposto, emerge, por intermédio da resolução CS/IFPB nº 63/2021, a viabilização da formação de comissão própria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo INEP são o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e as avaliações *in loco* realizadas pelas comissões de especialistas.

2.17.1. Avaliação Interna

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso é o responsável pelo processo de concepção e atuará na consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso. É composto por 8 (oito) docentes, entre eles o coordenador do curso, preferencialmente com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu*. Em última análise, o NDE orientará e dará suporte na implantação do projeto pedagógico como um todo, atuando no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as diretrizes e as novas demandas do mundo do trabalho. Em sua atuação colabora com a autoavaliação do curso (por meio de seus estudos) e considerará permanentemente o resultado da avaliação interna do curso.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) será responsável pela realização da avaliação interna do curso, elaborando relatórios que auxiliarão os coordenadores na gestão acadêmica do curso, incorporando, inclusive, os resultados das avaliações externas. A avaliação interna do curso compreende os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas. Os gestores do curso e da IES, egressos e comunidade externa (empregadores, participantes de projetos de extensão etc.), também participam da avaliação. Nas análises dos futuros resultados do ENADE, das avaliações *in loco* do curso e da avaliação interna, a CPA contará com o apoio do(a) coordenador(a) e do NDE. Em detectando fragilidades acadêmicas, a CPA incorporará ao seu relatório, proporá ações de melhorias junto às instâncias superiores, e apoiará a gestão do curso na implantação das medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.

A obtenção dos resultados avaliativos do Curso possibilitará um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pela Instituição no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e a que se propõe.

O processo de autoavaliação do Projeto Pedagógico do Curso observará as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Processo de Autoavaliação Institucional; deve envolver a participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico administrativos),



egressos, seus empregadores ou comunidade externa; deve considerar os resultados do ENADE, CPC e avaliações do INEP. Para que sejam apropriados, os resultados da autoavaliação serão levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional (portal do estudante), resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético da coordenadoria de curso.

As fases do processo de autoavaliação institucional no IFPB constituem um ciclo, de periodicidade anual, com coleta de dados e informações que permitam estudos e análises de indicadores institucionais resultantes de avaliações institucionais internas e das avaliações externas, realizadas por comissões de avaliadores do INEP/MEC para que, assim haja a elaboração de relatório de autoavaliação e após, divulgação na instituição com fins de substantiar os planejamentos de cursos e da própria Instituição.

A autoavaliação Institucional no IFPB contempla o uso de instrumentos de consulta à comunidade acadêmica, mediante a aplicação, dos seguintes instrumentos de avaliação: (a) Formulário de acompanhamento dos Resultados das Avaliações Anteriores; (b) Questionário de avaliação institucional, direcionado aos docentes, discentes, técnicos administrativos; e (c) Questionário de avaliação docente e autoavaliação discente, cumprindo o que está previsto nas orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

O Formulário de Acompanhamento dos Resultados das Avaliações Anteriores é responsável por garantir a apropriação dos resultados das avaliações externas e internas anteriores, permitindo a identificação das fragilidades e potencialidades dos cursos e da instituição, subsidiando o desenvolvimento de ações de superação e a construção de instrumentos adequados à realidade do IFPB.

O questionário de avaliação Institucional é um instrumento elaborado em consonância com as dimensões do SINAES e instrumento de avaliação institucional externa do INEP com indicadores que reflitam a realidade e a missão do Instituto, contemplando os seguintes aspectos: atuação da direção no curso; atuação da coordenação de curso; ações relativas ao ensino; ações relativas à pesquisa e à extensão; ações relativas à infraestrutura. Para cada ponto analisado, é necessário elaborar indicadores que reflitam a realidade e o perfil do curso avaliado. O questionário de Avaliação docente e autoavaliação discente constituem-se de dois blocos distintos, sendo que, no primeiro o aluno irá avaliar o professor de cada disciplina cursada, a partir dos seguintes elementos: cumprimento das atribuições docentes; prática docente; e competência relacional, e no segundo bloco o aluno irá avaliar o seu aproveitamento em cada disciplina cursada e sua conduta em relação à turma e a cada professor.



Cada uma dessas dimensões contempla indicadores específicos. Por fim, o questionário de avaliação institucional é um instrumento único a ser aplicado nos seguintes grupos de respondentes: docentes, discentes, técnicos-administrativos. Essa mesma regra é aplicada para o questionário de avaliação de curso e questionário de avaliação docente e autoavaliação discente aplicados aos alunos dos cursos de graduação.

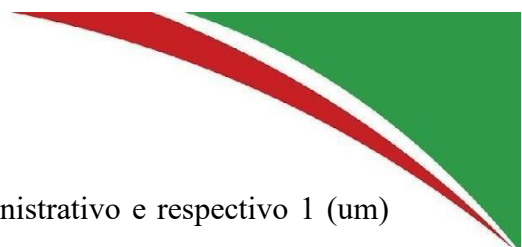
O Plano de Ações (PA) da Coordenação do Curso prevê a formação de uma cultura de participação das avaliações promovidas pela CPA, o NDE, como forma de aprimoramento contínuo do planejamento e gestão do curso, leva em consideração os resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas propondo ações e metas que levam sempre a melhoria do curso. As ações e procedimentos adotados estão no PA do coordenador, validado pelo NDE e pelo Colegiado e publicado no portal do estudante.

2.17.2. Comissão Própria de Avaliação - CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem o papel de coordenação dos esforços internos sistêmicos com a incumbência de definir os instrumentos, sistemática e cronograma de avaliação dos cursos de graduação do IFPB em cumprimento a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014. Cada campus conta com uma Subcomissão Própria de Avaliação (SPA) que coordena os esforços táticos e cada curso possui coordenação particular, NDE e Colegiado do Curso que juntos realizam a avaliação em seus aspectos mais operacionais, na estrutura e na sua realidade.

É regida pela Resolução 63/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/, de 16 de julho de 2021, observado o Regimento Geral da Instituição, conforme previsto no art. 11, da Lei nº 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional e de orientação. A CPA é um órgão suplementar da Reitoria e parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. Os membros desta comissão estão designados pela portaria 888/2025 - REITORIA/IFPB, de 10 de maio de 2025 que trata da nomeação da Comissão Própria de Avaliação -CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA dos Campi do IFPB.

Esta resolução em seu Art. 6º, estabelece a criação de subcomissões locais em cada campus, a Subcomissão Própria de Avaliação (SPA), que deve ser formada por 1 (um) representante docente



e respectivo por 1 (um) suplente; 1 (um) representante técnico administrativo e respectivo 1 (um) suplente; e 1 (um) representante discente e respectivo 1 (um) suplente.

A CPA tem como foco o processo de avaliação que abrange toda a realidade institucional, considerando-se as diferentes dimensões institucionais que constituem um todo orgânico expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), nos quais está inserido processo de autoavaliação dos cursos.

Os procedimentos e processos utilizados na avaliação institucional privilegiam as abordagens qualitativas e quantitativas, contribuindo com a análise e divulgação dos resultados e buscando um sistema integrado de informações acadêmicas e administrativas.

Para garantir o acesso às informações geradas a partir de todos os processos de avaliação ocorridos no IFPB e, na perspectiva de formar uma cultura de participação da avaliação institucional, os relatórios de autoavaliação institucional, os relatórios de avaliação externa dos cursos superiores e demais documentos da CPA estão disponíveis através da página da comissão no portal da instituição (www.ifpb.edu.br/cpa) e no Portal da Transparência (www.ifpb.edu.br/transparencia). Os relatórios da CPA podem ser consultados nos seguintes links:

Relatórios de avaliação externa: <https://www.ifpb.edu.br/cpa/relatorios>.

Relatórios de autoavaliação: <https://www.ifpb.edu.br/cpa/relatorios-de-avaliacao-interna-1>.

Além da publicização do relatório de avaliação na página da CPA, no portal oficial da Instituição, as ações de divulgação dos resultados obtidos nas avaliações, incluem debates com os segmentos envolvidos, apresentando-se os dados obtidos dos Campi, e proposição de plano de ação.

2.18. Tecnologias da Informação e Comunicação

Na contemporaneidade, cada vez mais estamos imersos nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em especial nas tecnologias digitais, que nos faz refletir sobre a necessidade de estarmos capacitados para utilizá-las e conduzir a aprendizagem dos nossos alunos, como também de suscitar neles os conhecimentos necessários para utilizar destas tecnologias como recursos, ferramentas ou espaços de aprendizagem para suas aulas.

Como citam Serafim e Sousa, (2011, p. 25), “torna-se cada vez mais necessário que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem”. Para que isso ocorra, os futuros professores necessitam compreender a intencionalidade pedagógica que as tecnologias digitais podem apresentar, suas potencialidades e limitações, como também conhecer o



perfil dos seus alunos, muito deles das Gerações Y, Z e Alpha, gerações essas completamente conectadas e imersas nas tecnologias digitais.

Diante deste contexto, os alunos do Curso de Licenciatura em Matemática vão experienciar durante as diversas disciplinas do curso, em especial na disciplina de Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino, o contato com as mais diversas tecnologias digitais e inteligências artificiais, aprendendo a utilizar-se delas como suporte metodológico para suas práticas pedagógicas. Dentre estas tecnologias, podemos citar desde as simples apresentações de slides aos *softwares* matemáticos, passando pelas plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem como o Moodle e o Google Classroom que não só podem ser utilizadas na modalidade à distância como também sendo ferramentas suporte ao ensino presencial.

Cabe também citar a utilização dos jogos digitais e das redes sociais como ambientes de aprendizagem e de difusão do conhecimento e os diversos aplicativos móveis que atualmente estão disponíveis, que solucionam as operações em poucos segundos e que acabam se tornando um grande desafio para os professores, pois os mesmos precisam repensar suas práticas considerando estes artefatos tecnológicos. Em suma, dentro do currículo do Curso de Licenciatura em Matemática, os alunos terão a oportunidade de discutir as concepções teóricas acerca das tecnologias digitais, como também experienciar como interatores e produtores de conteúdo digital educacional, utilizando das tecnologias digitais como elemento mediador e potencializador das suas práticas pedagógicas.

Desta forma, espera-se que os discentes da licenciatura em matemática estejam capacitados para compreender os impactos das tecnologias digitais na educação, além de possuírem competências e habilidades para uso dessas tecnologias digitais educacionais, sejam elas, plataformas, aplicativos, ferramentas e demais recursos tecnológicos que envolvam o pensamento computacional.

No âmbito da tecnologia no Campus, algumas salas de aula possuem projetores data show ou televisão e também estão disponíveis para reserva outros projetores para as salas que não possuem o equipamento fixo. O campus possui rede de internet Wifi com sub-redes separadas para servidores e alunos. A instituição possui, também, um número significativo de computadores para uso administrativo e para os professores, além de computadores para utilização de estudantes (em laboratórios). Como ambientes virtuais de aprendizagem estão disponíveis aos professores o Moodle e o Google Classroom que podem ser utilizados como ambiente de apoio às disciplinas presenciais. O controle acadêmico da graduação é realizado através de um sistema informatizado SUAP, que integra as informações decorrentes da vida acadêmica dos estudantes e da disponibilização de disciplinas no Campus, sendo utilizado tanto pelos docentes como pelos discentes.

2.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação deverá permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis à análise dos diferentes aspectos do desenvolvimento do aluno e do planejamento do trabalho pedagógico realizado. É, pois, uma concepção que implica em uma avaliação que ocorrerá de forma contínua e sistemática, mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos construídos e reconstruídos pelos alunos no desenvolvimento de suas capacidades, atitudes e habilidades. Dessa forma, a avaliação deve ser compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua e cumulativa com a avaliação da aprendizagem, análise das dificuldades e redimensionamento do processo ensino/aprendizagem (Art. 24, Inciso V, alínea “a” da LDB 9.394/96), de forma a garantir a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Curso de Licenciatura em Matemática, seguirá o disposto no CAPÍTULO V, DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO, TÍTULO III, DA ESTRUTURA NORMATIVA, da RESOLUÇÃO Nº 54 CONSELHO SUPERIOR, de 20 de março de 2017, que Convalida a RESOLUÇÃO Ad referendum nº 31, de 21 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos cursos Superiores e Presenciais e a Distância do Instituto Federal da Paraíba.

Não obstante ao uso da Resolução CS_IFPB nº 54/2017, quanto ao aspecto dos procedimentos de avaliação da aprendizagem dos discentes, ao longo do curso, nos diversos componentes curriculares que perfaz a Matriz Curricular proposta para o curso de Matemática, a adoção da abordagem pedagógica das metodologias ativas se mostra ferramenta pedagógica valiosa, haja vista as inovações tecnológicas no campo educacional, bem como, o debate de se inserir o estudante como agente proativo na construção dos saberes.

Dessa forma, os instrumentos de verificação da aprendizagem e os procedimentos de avaliação observam os objetivos específicos de aprendizagem descritos no item 2.8.2, sendo utilizados instrumentos avaliativos que busquem o desenvolvimento real de práticas avaliativas ativas, visando o autoaprendizado dos estudantes, bem como, as concepções de aprendizagem e avaliação expressas no Parecer CNE_CP nº 09/2001.



Serão considerados como critérios de avaliação do desempenho escolar: I. Domínio de conhecimentos (utilização de conhecimentos na resolução de problemas, transferência de conhecimentos, análise e interpretação de diferentes situações-problema); II. Participação (interesse, compromisso e atenção às aulas, estudos de recuperação); III. Criatividade (indicador que poderá ser utilizado de acordo com a peculiaridade da atividade realizada); IV. Autoavaliação, forma de expressão do seu autoconhecimento acerca do processo de estudo, interação com o conhecimento, das atitudes e das facilidades e dificuldades (com base nos incisos I, II e/ou III); V. Outras observações registradas pelo docente. A avaliação da aprendizagem realizar-se-á através da promoção de situações de aprendizagem e utilização dos diversos instrumentos de verificação que favoreçam identificar os níveis de domínio de conhecimentos e o desenvolvimento do discente em dimensões cognitivas, psicomotoras e atitudinais.

As notas serão expressas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). Trinta dias antes do início do período letivo, será disponibilizado no Portal do estudante o plano de ensino da disciplina com os critérios de avaliação, a periodicidade das ferramentas de verificação de aprendizagem e a definição dos conteúdos necessários para cada verificação. De acordo com as disciplinas válidas do Regimento, o aluno poderá realizar duas ou mais verificações da aprendizagem durante o semestre, no mínimo: a) 02 (duas) verificações para disciplinas de até 50 horas; b) 03 (três) verificações para disciplinas com carga horária superior a 50 horas. O aluno que não obtiver média mínima de 40 (quarenta) ao final do semestre não terá direito à avaliação final.

Será aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta) e frequência mínima de 75% no componente curricular. A avaliação final só será possível para o aluno que, além de pelo menos 75% de assiduidade na disciplina, obtenha média igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta), inscrito nas ferramentas de verificação de aprendizagem, é considerado aprovado na avaliação final, o aluno que obtiver média maior ou igual a 50 (cinquenta). A frequência das atividades didáticas significa a frequência do aluno às aulas teóricas e práticas, aos estágios supervisionados e aos exercícios de verificação previstos. O aluno será obrigado a participar de pelo menos 75% do tempo previsto na disciplina. A média final das disciplinas será obtida através da seguinte expressão:

$$MF = \frac{6.MS + 4.AF}{10}$$

Onde MF = Média Final; MS= Média Semestral; AF = Avaliação Final.



Considerar-se-á reprovado por disciplina o discente que obtiver um dos itens a seguir:

- a) frequência inferior a 75% da carga horária prevista para cada disciplina;
- b) média semestral menor que 40 (quarenta); ou
- c) média final inferior a 50 (cinquenta), após exames finais.

Será garantido ao aluno o direito de solicitar a revisão do instrumento de verificação escrita no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação e análise dos resultados pelo professor da área, após encaminhar a solicitação à Coordenação do Curso, indicando os critérios não cumpridos, bem como os itens e aspectos a serem revisados. A revisão do instrumento de avaliação seguirá rigorosamente os procedimentos previstos nos regulamentos didáticos vigentes das disciplinas dos Cursos Superiores.

Considerando os diversos contextos e funções da avaliação da aprendizagem, vale ressaltar que ao fazer uso das práticas avaliativas alicerçadas nas metodologias ativas são respeitados os princípios de uma prática centrada no engajamento e no protagonismo do estudante, no curso também se utilizam as metodologias ativas e práticas avaliativas correspondente a essas metodologias onde a avaliação da aprendizagem assume caráter integrador, processual, reflexivo e emancipatório, superando a centralidade da prova tradicional e incorporando práticas de avaliação diagnóstica, formativa e somativa articuladas, com feedback contínuo e orientador, observação sistemática do engajamento discente, análise do percurso formativo, autoavaliação e avaliação por pares, bem como o uso de portfólios físicos ou digitais, diários reflexivos, rubricas avaliativas com critérios explícitos, avaliações por competências, projetos e problemas, estudos de caso, seminários, apresentações orais, demonstrações práticas e avaliações mediadas por tecnologias digitais, como ambientes virtuais de aprendizagem e instrumentos interativos. Essas práticas permitem acompanhar de forma consistente o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e conhecimentos ao longo do percurso formativo, favorecendo a integração teoria-prática, a interdisciplinaridade e a contextualização da aprendizagem.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Matemática do IFPB – Campus Cajazeiras encontra-se associada a diversidade de práticas avaliativas que estão diretamente articulada às experiências de aprendizagem propostas, possibilitando ao estudante evidenciar, na prática, os conhecimentos construídos, o percurso formativo desenvolvido, as aprendizagens significativas alcançadas e os desafios superados, fortalecendo o protagonismo discente e a qualidade do processo educativo.

2.20. Números de Vagas

Conforme Portaria 698 de 01 de outubro de 2015, publicada no DOU em 05 de outubro de 2015, que reconheceu este curso, o número de vagas anuais ofertadas será 80 (oitenta) distribuídas em regime de oferta semestral (sendo 40 vagas em cada semestre). Esta oferta está de acordo com a quantidade de professores do curso e em conformidade com as condições de infraestrutura física e tecnológica disponíveis.

Como oferta de vagas para preenchimento das vagas ociosas o curso deve observar o limite de vagas de acordo com a Resolução AD/CS/IFPB nº 21/2023 de 3 de março de 2023, que dispõe sobre o Regulamento de admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências. O Colegiado do Curso deve fazer esta adequação sempre baseado em pesquisas atualizadas sobre as condições de oferta e demanda da região atendida pelo curso em cada período do PSE.

2.21. Integração com as redes públicas de ensino

Em seu art. 4º, a Resolução *Ad referendum* nº 13, de 06 de abril de 2018, destaca que as ações de formação docente, inicial e continuada serão realizadas de forma prioritária com a participação de docentes da rede pública de ensino, parceiros no desenvolvimento de estágio e práticas pedagógicas como componente curricular. Além do estágio e das práticas, outros programas institucionais como o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), que vem sendo institucionalizados, serão realizados com forte participação na rede pública de Educação Básica.

No âmbito do Curso o estágio já é realizado por meio de convênio com escolas públicas estaduais e municipais da região, periodicamente o curso realiza eventos que têm ampla ligação com as escolas e os profissionais de ensino da área de matemática como o Encontro Cajazeirense de Matemática (ECMAT) já em sua nona edição, a Olimpíada Cajazeirense de Matemática (OCZM) em sua nona edição e a Exposição de Matemática (EXPOMAT) que em sua segunda edição conta com a intensa participação das escolas da região. O PIBID é uma realidade que, além de proporcionar bolsas que ajudam os alunos do Curso a se manterem, proporcionam interação ampla com as escolas, o programa desempenha um papel relevante para a formação dos alunos, para as escolas e para os professores que também participam.

2.22. Atividades práticas de ensino para licenciaturas

A Prática como Componente Curricular - PCC consiste em um trabalho consciente de apoio no processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, as PCCs foram planejadas para ocorrer desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. As atividades caracterizadas como PCC foram, para este plano pedagógico, planejadas dentro do Núcleo de estudos de formação geral como disciplinas com caráter teórico-prático e relacionadas à formação pedagógica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Brasil, 2024) reforçam a centralidade da *Prática* como Componente Curricular na formação de professores. A *Prática* deve estar presente de maneira contínua e integrada ao longo de toda a formação, permitindo a promoção da integração entre a teoria e a prática e o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício da prática pedagógica.

No curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, campus Cajazeiras, a *Prática* constitui um eixo estruturante da proposta formativa, possibilitando a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, seja através da imersão em contextos reais e/ou experiência formativa em ambientes simulados. Ao longo dos oito semestres, os licenciandos são envolvidos em atividades que favorecem a reflexão crítica sobre o ensino e a aprendizagem da Matemática frente aos desafios de uma sociedade contemporânea.

A prática se materializa por meio de ações diversificadas, tais como: observação e a coparticipação em atividades de ensino; a participação em projetos técnico-científicos e didático-pedagógicos; planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação de atividades de ensino; elaboração e implementação de materiais didático-pedagógicos e entre outras estratégias pedagógicas. Além disso, parte das atividades de *Prática* está vinculada a projetos de extensão, fortalecendo o compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a inserção qualificada da *Prática* como Componente Curricular no curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, campus Cajazeiras, promove uma formação docente sólida, crítica e sensível às demandas da



educação básica, ampliando o compromisso dos futuros professores com a transformação social por meio da Educação Matemática.

Além das práticas aplicadas nas disciplinas de cunho pedagógico e educacional e também o desenvolvimento de seminários interdisciplinares como momentos em que se dará ênfase à vivência prática dos conteúdos curriculares de natureza científico-cultural nas três disciplinas de Projetos Interdisciplinar ofertadas a partir do primeiro semestre com o objetivo de favorecer uma melhor compreensão no processo ensino-aprendizagem e ao mesmo tempo revelando para os alunos a importância e a função de cada disciplina na formação dos mesmos.

2.23. Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento e/ou certificação de conhecimentos e competências no contexto do Curso de Licenciatura em Matemática seguirão regras próprias constantes do regulamento específico aprovado pelo Conselho Superior através da RESOLUÇÃO AR 22/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências.

Os estudos realizados por alunos em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, em cursos de graduação reconhecidos ou autorizados pelo Ministério da Educação, poderão ser aproveitados pelo IFPB, desde que realizados antes do período letivo de ingresso do aluno no IFPB. O requerimento do interessado, solicitando aproveitamento de estudos, deverá ser realizado obedecendo aos prazos definidos no Calendário da Instituição e ser instruído com: Histórico escolar no qual constem, por período letivo, os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias e resultados obtidos; Programa dos componentes curriculares cursados com aprovação; Prova de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil; Documento emitido por órgão competente, do país de origem, que comprove ser estudo em curso de graduação de instituição de ensino superior, quando realizado no exterior; traduções oficiais juramentadas, em português, e autenticadas pelo representante diplomático brasileiro do país em que foram expedidos. O quadro a seguir apresenta as equivalências com as disciplinas do Curso.

Quadro de Equivalência	
Unidade Curricular do presente PPC	
1 Semestre	Disciplinas da Matriz Antiga
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado I
Fundamentos Sociofilosóficos da Educação	Filosofia da Educação
Psicologia da Educação: desenvolvimento e aprendizagem	Psicologia da Aprendizagem
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Didática 1
Fundamentos de Álgebra	Matemática Básica I
Fundamentos de Números e Operações	Matemática Fundamental

2 Semestre	Disciplinas da Matriz Antiga
Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado I
Políticas e Gestão Educacional	Didática I + História da Educação
Didática Geral	Didática II
Leitura e produção de textos	Comunicação e Linguagem
Laboratório no Ensino de Matemática	Laboratório do Ensino de Matemática I
Ensino de Números e Operações	Matemática Básica III
Ensino de Álgebra	Matemática Básica I
Projeto Interdisciplinar I	Prática de Ensino de Matemática I
3 Semestre	Disciplinas da Matriz Antiga
Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado I
História da Educação	História da Educação
Didática da Matemática	Didática II

Cálculo I	Cálculo Diferencial e Integral I
Álgebra Vetorial e Geometria Analítica	Álgebra Vetorial e Geometria Analítica
Argumentação Matemática	Argumentação Matemática
Fundamentos e Ensino de Trigonometria	Matemática Básica III
Projeto Interdisciplinar II	Prática de Ensino de Matemática I
4 Semestre	Disciplinas da Matriz Antiga
Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado I
História e cultura afro-brasileira e indígena	-
Planejamento e Avaliação Educacional	Didática II
Cálculo II	Cálculo Diferencial e Integral II
Fundamentos de Estatística, Probabilidade e Combinatória	Cálculo das Probabilidades e Estatística
Fundamentos da Geometria Plana	Geometria Euclidiana Plana
Projeto Interdisciplinar III	Prática de Ensino de Matemática II
5 Semestre	Disciplinas da Matriz Antiga
Estágio Supervisionado V	Estágio Supervisionado II
Educação para as Relações Étnicas Raciais, Gênero e Direitos Humanos	-
Educação Especial e Inclusiva	Metodologia Aplicada a Educação Matemática na Educação Inclusiva
Metodologia do Trabalho Científico	Oficina de Produção Acadêmica
Cálculo III	Cálculo Diferencial e Integral III
Fundamentos da Geometria Espacial	Geometria Euclidiana Espacial
Ensino de Estatística, Probabilidade e Combinatória	Matemática Básica II
Projeto Interdisciplinar IV	Prática de Ensino de Matemática II

6 Semestre	Disciplinas da Matriz Antiga
Estágio Supervisionado VI	Estágio Supervisionado III
Pesquisa Aplicada	Pesquisa Aplicada à Matemática I
Tendências da Educação Matemática	Didática I
Cálculo IV	Cálculo Diferencial e Integral III
Álgebra Linear	Álgebra Linear I
História da Matemática	História da Matemática
Ensino de Grandezas e Medidas e Geometria	Prática de Ensino de Matemática I
7 Semestre	Disciplinas da Matriz Antiga
Estágio Supervisionado VII	Estágio Supervisionado III
TCC	TCC
Libras I	Libras
Educação Ambiental e Sustentabilidade	Educação Ambiental
Introdução a Teoria dos Números	Introdução a Teoria dos Números
Matemática Financeira	Matemática Financeira
Equações Diferenciais Ordinárias	Equações Diferenciais Ordinárias
8 Semestre	Disciplinas da Matriz Antiga
Estágio Supervisionado VIII	Estágio Supervisionado III
Inglês Instrumental	Inglês Instrumental
Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino	Novas Tecnologias Educacionais Aplicadas ao Ensino de Matemática
Optativa I	-

Optativa II	-
Ensino de Matemática Financeira e Educação Financeira	Matemática Financeira
Fundamentos de Análise	Introdução à Análise Real
Optativas	Optativas
Álgebra Linear	Álgebra Linear
Variáveis Complexas	Variáveis Complexas
Desenho Geométrico	Desenho Geométrico
Cálculo Numérico	Cálculo Numérico
Introdução à Geometria Diferencial	Introdução à Geometria Diferencial
Introdução à Programação	Introdução à Programação
Física Geral	Física Geral
Antropologia Cultural	Antropologia Cultural

3. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

Apresentamos neste capítulo o quadro de pessoal que atua no Curso, a composição de seus órgãos administrativos NDE, Colegiado e Coordenação com as principais atividades desenvolvidas por cada um na busca pela melhoria contínua, o corpo docente e o pessoal técnico administrativo com titulação e regime de trabalho.

3.1. Núcleo Docente Estruturante

De acordo com a Resolução CONSUPER nº 143/2015, O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Matemática constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do plano pedagógico do curso (Resolução CONAES N° 1, de 17 de junho de 2010).

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE), entre outras:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- IV - supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- V - propor e participar dos ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na avaliação interna e na avaliação externa, realizado (SINAES);
- VI - coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
- VII – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

A comissão consultiva do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, responsável pela criação e modificações realizadas no plano pedagógico do Curso. É composto por oito professores, presidido pelo

Coordenador do Curso, os representantes do NDE estão apresentados no quadro a seguir (cf. Portaria 21/2025 - GDG/DG/CZ/REITORIA/IFPB, de 14 de fevereiro de 2025):

Membro	Núcleo Docente Estruturante - NDE			
	Graduação	Titulação	Experiência Profissional	Regime
Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga	Pedagogia	Doutora	21 anos	DE
Francisco Aureliano Vidal	Matemática	Mestre	24 anos	DE
Francisco Lopes Lavor Neto	Física	Mestre	12 anos	DE
José Doval Nunes Martins	Matemática	Mestre	23 anos	DE
José Ivelton Siqueira Lustosa	Matemática	Doutor	25 anos	DE
Leilyanne Silva de Moraes	Matemática	Mestre	27 anos	DE
Leonardo Ferreira Soares	Matemática	Mestre	19 anos	DE
Vinícius Martins Teodosio Rocha	Matemática	Doutor	8 anos	DE

O NDE se reúne, ordinariamente, na segunda quinta-feira a cada 2 meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 dos seus membros, de acordo com o calendário acadêmico. Ao final de cada reunião é lavrada ata, que, depois de lida, votada e aprovada, deve ser assinada pelos presentes, arquivada e publicada no SUAP e no portal do estudante. O cronograma de reuniões anuais será publicado no Plano de Ações (PA) do Coordenador. Atendendo sempre o que está determinado na Resolução CONSUPER nº 143/2015.

3.2. Colegiado do Curso

De acordo com a resolução CS/IFPB 141/2015, a administração acadêmica do curso de Licenciatura em Matemática – Campus Cajazeiras será realizada por um colegiado constituído por cinco professores efetivos, um pedagogo ou TAE, um representante de discente e será presidido pelo Coordenador do referido Curso, como Presidente;

- 4 (quatro) docentes efetivos vinculados à coordenação do curso superior, escolhido por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um ano;
- 1 (um) discente escolhido por seus pares, com seu respectivo suplente, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução;

- 
- 1 (um) docente que ministre aula no curso, que seja lotado noutra coordenação, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução;
 - 1 (um) representante técnico-administrativo em educação (pedagogo ou TAE), vinculado à direção de ensino, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

São atribuições do Colegiado do Curso:

I – definir a concepção e os objetivos do curso e o perfil profissional pretendido para os egressos;

II – propor ao Conselho Diretor à alteração da estrutura do currículo pleno do curso, das ementas e de suas respectivas cargas horárias;

III – elaborar a proposta do Planejamento Acadêmico do Curso para cada período letivo;

IV – aprovar os planos de ensino e de atividade, por disciplina, para cada período letivo;

V – propor à Diretoria de Ensino reprogramações do Planejamento Acadêmico;

VI – decidir sobre aproveitamento de estudos, adaptação curricular e dispensa de disciplina;

VII – propor a constituição de Bancas Examinadoras Especiais para a aplicação de exames especiais ou outros instrumentos específicos de avaliação de alunos;

VIII – elaborar a proposta de projeto de estágio supervisionado e deliberar sobre as questões relativas ao estágio e Trabalho de Conclusão de Curso;

IX – indicar docentes para a composição de Comissões Especiais responsáveis pela avaliação de trabalhos monográficos, produções científicas, resultados do programa de iniciação científica e outros assemelhados;

X – emitir parecer sobre a possibilidade ou não de integralização curricular de alunos que hajam abandonado o curso ou já ultrapassado o tempo máximo de integralização;

XI – emitir parecer em projetos de pesquisa, de extensão e de iniciação científica apresentados por professores, a serem submetidos à aprovação pela Gerência de Pesquisa e Projetos Especiais;

XII – elaborar planos especiais de estudos, quando necessários;

XIII – analisar processos de abono de faltas para alunos;

XIV – executar a sistemática de avaliação do desempenho docente e discente segundo o Projeto de Avaliação do IFPB;

XV – promover seminários, grupos de estudos e cursos de aperfeiçoamento e atualização do seu quadro docente;

XVI – opinar sobre afastamento ou outras formas de movimentação de docentes;

XVII – decidir sobre os recursos interpostos por alunos ou professores relacionados com atos e decisões de natureza acadêmica;

XVIII – propor à Diretoria de Ensino providências relacionadas com a melhoria do desempenho acadêmico e do perfil dos profissionais que resultam do curso;

XIX – acompanhar a divisão equitativa do trabalho dos docentes do curso, considerando o disposto no documento que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XX – cumprir e fazer cumprir o Regimento do Curso, bem como as decisões emanadas de órgãos superiores.

O quadro a seguir apresenta os membros do Colegiado conforme Portaria 20/2025 GDG/DG/CZ/REITORIA/IFPB, de 14 de fevereiro de 2025 com suas respectivas graduações, titulação e regime de trabalho.

Colegiado			
Membro	Graduação	Titulação	Regime
Francisco Aureliano Vidal	Matemática	Mestre	DE
Geraldo Herbetet de Lacerda	Matemática	Mestre	DE
Marcio Alisson Leandro Costa	Matemática	Mestre	DE
Stanley Borges de Oliveira	Matemática	Mestre	DE
William de Souza Santos	Matemática	Doutor	DE
Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes	História	Doutora	DE
Wilza Carla Moreira Silva	Biologia	Mestre	DE
Diego Nogueira Dantas	História	Mestre	40h
Claudenice Alves Mendes	Pedagogia	Mestre	40h
Francisco Martins da Silva	Discente	--	--
Maria Kellyane Patricio de Lira	Discente	--	--

O Colegiado se reunirá, ordinariamente, na segunda quinta-feira de cada mês e, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pela presidência ou pela maioria absoluta de seus membros, devendo a primeira reunião ser realizada em até 20 (vinte) dias após o início do período letivo, suas reuniões e as decisões associadas são sempre devidamente registradas em atas e publicadas no SUAP e no portal do estudante. O cronograma de reuniões anuais será publicado no Plano de Ações (PA) do Coordenador. Atendendo sempre o que está determinado na Resolução CONSUPER nº 141/2015. Além disso, os discentes e docentes do Curso devem avaliar periodicamente



as atividades e desempenho do Colegiado de Curso dentro do prazo de validade da portaria (bianualmente) a partir de formulário específico repassado à comunidade acadêmica pela coordenação do curso, esta avaliação será aplicada pela CPA. A análise dessa avaliação é utilizada para a implementação ou ajuste de práticas de gestão, seus resultados serão socializados e serão estabelecidas metas de melhorias a partir do planejamento de ações com base nestas avaliações.

3.3. Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática - Campus Cajazeiras será o setor responsável pela gestão e pela qualidade intrínseca do Curso. A fim de atender a demanda existente na gestão do curso, o coordenador deverá ter regime de trabalho de tempo integral, participar do Colegiado e também do NDE, ter bom relacionamento com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar, em especial ser alguém com capacidade de conduzir e representar com competência e responsabilidade o Curso. Enfim deve-se observar a sua participação no comando do Colegiado e NDE do Curso, na titulação e na experiência do coordenador, no seu regime de trabalho, na experiência não acadêmica e administrativa, na condução, com qualidade, do projeto do curso, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação, e proporcionar a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

Além disso, o trabalho que deve desenvolver o Coordenador do Curso deve seguir alguns requisitos básicos: Destinar no mínimo 6 horas semanais exclusivamente para as atividades da Coordenação, isto permitirá uma dedicação maior ao desenvolvimento do Curso; ministrar aulas para os alunos do Curso em pelo menos duas turmas, para maior vinculação. Ter eficaz competência gerencial para fazer com que o Curso seja bem e efetivamente administrado. Portanto, titulação, comando, dedicação ao Curso e espírito gerencial deverão servir de qualificação para o coordenador deste Curso.

Para garantir o acesso às informações geradas a partir de todos os procedimentos e ações desenvolvidas no Curso, na perspectiva de formar uma cultura de participação e padronização de procedimentos, existe o Plano de Ações do Coordenador do Curso (PA) com ações e indicadores do Curso nos últimos períodos, bem como o relatório de suas atividades realizadas que estão disponíveis através da página do Curso no portal do estudante (<https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/8/>). Além da publicização do relatório na página do Curso as ações de divulgação dos resultados obtidos nas



avaliações, incluem debates com os segmentos envolvidos, apresentando-se os dados obtidos à comunidade acadêmica, nas reuniões bimestrais do NDE e do Colegiado, os links são disponibilizados para todos os alunos e professores e os resultados apresentados em reuniões.

3.4. Corpo Docente

As atividades consideradas para a distribuição de carga horária docente do IFPB, são atividades de Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão e Cultura e Gestão e Representação Institucional. As atividades docentes conforme a Resolução 9/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que aprova a Regulamentação das Atividades dos Docentes (RAD), por regime de trabalho, no âmbito do IFPB são: aulas, apoio ao ensino, preparação e manutenção do ensino, participação em programas e projetos de ensino, participação em reuniões pedagógicas, mediação pedagógica de componentes curriculares a distância.

As atividades de Preparação e Manutenção do Ensino do IFPB são aquelas destinadas a ações didático-pedagógicas do docente, de natureza individual ou coletiva, relacionadas a:

- Planejamento de aulas teóricas e práticas;
- Elaboração de material didático e roteiro de aulas;
- Elaboração e correção de instrumentos de avaliação;
- Elaboração e programação de experimentos didáticos, manutenção, aferição, teste, projeto ou construção de equipamento didático;
- Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem;
- Planejamento da primeira oferta de componente curricular na modalidade EaD;
- Preparação e elaboração de Material Didático e Multimídia para cursos ou componentes na modalidade EaD;
- Designer Educacional na preparação e/ou elaboração de Material Didático e Multimídia para cursos ou componentes na modalidade EaD;
- Revisor Textual na preparação e/ou elaboração de Material Didático e Multimídia para cursos ou componentes na modalidade EaD;
- Revisor Técnico na preparação e/ou elaboração de Material Didático e Multimídia para cursos ou componentes na modalidade EaD.



O registro oficial das atividades docentes é realizado por meio da funcionalidade “Mapa de Atividades” no sistema SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública – Módulo Educação), conforme determina a Portaria Reitoria/IFPB nº 933/2016. Esse mecanismo, também referenciado no Relatório Externo nº 20141555 – CGU, assegura a transparência e o controle das ações docentes. O preenchimento do Mapa de Atividades é feito semestralmente, sob a supervisão da Chefia da Unidade Acadêmica I, e homologado pela Diretoria de Desenvolvimento do Ensino, sendo posteriormente disponibilizado no endereço eletrônico: https://suap.ifpb.edu.br/atividades_docente/. Essa ferramenta institucional fortalece a eficiência, a legalidade e a publicidade das ações docentes.

Reuniões pedagógicas se constituem como espaços para a discussão da prática pedagógica, bem como um ambiente propício para a reflexão, para a busca de soluções sobre os problemas que surgem e para o compartilhamento de novas metodologias de ensino no IFPB. Assim como reuniões ordinárias, de caráter pedagógico e extraordinário.

As atividades de Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e/ou inovação consistem no trabalho criativo e sistemático de natureza metodológica, teórica, teórico-prática, que visam à construção e ampliação do conjunto de conhecimentos científicos, socioculturais e tecnológicos, bem como contribuir para a produção, divulgação de inovações e transferência de tecnologia. As atividades de pesquisa, preferencialmente, devem envolver servidores (docentes e/ou técnico-administrativos) e discentes, visando à produção técnica, científica, tecnológica e inovadora, com ênfase no atendimento das demandas regionais, observando-se aspectos técnicos, políticos, sociais, ambientais e econômicos, incluindo aquelas em parcerias com empresas e outras instituições. As Atividades de Pesquisa, desenvolvidas no âmbito do IFPB ou em parceria com outras instituições, podem ser desempenhadas nas seguintes funções: Coordenador de programa de pesquisa e/ou inovação; Coordenador de projeto de pesquisa e/ou inovação; Orientador de discente em projeto de pesquisa e/ou inovação; Coorientador de discente em projeto de pesquisa e/ou inovação; Colaborador de projeto de pesquisa e/ou inovação; Líder ou Membro de Grupo de Pesquisa certificado pelo IFPB; Coordenação de eventos de pesquisa e/ou inovação oriundos de editais interno ou externo; Participação na organização de eventos de pesquisa e/ou inovação oriundos de editais interno ou externo.

Os docentes do Curso atuam no Grupo Cajazeirense de Pesquisa em Matemática (GCPMat) do IFPB Campus Cajazeiras cadastrados no diretório do CNPQ e seus subgrupos.

3.4.1 O Grupo Cajazeirense de Pesquisa em Matemática (GCPMat)

Este Grupo de Pesquisa (<https://gcpmat.ifpb.edu.br>) foi criado no ano de 2015 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8126044493250033>), tendo como sua sede o Campus Cajazeiras do Instituto Federal da Paraíba - IFPB e tem como líderes, no momento da submissão deste PPC, os professores William de Souza Santos e Francisco Aureliano Vidal.

Seu principal objetivo é desenvolver ações e difundir os conhecimentos sobre temáticas que envolvem a Matemática Pura, Matemática Aplicada, Educação Matemática e Matemática Inclusiva, almejando fazer com que o município de Cajazeiras, conhecido como aquele que ensinou o Paraíba a ler, também seja conhecido como a cidade que ensina a Paraíba a matematizar.

Além disso, o Grupo de Pesquisa tem o intuito de fornecer subsídios e um ambiente de aprendizagem para as pesquisas de TCC oriundas do curso, bem como para os projetos de pesquisa fomentados pelo Campus e Reitoria. Atualmente, as linhas de pesquisa cadastradas no Grupo são: (Aplicações Matemáticas em Ciência de Dados), (Educação Matemática, Didática e Semiótica*), (Ensino, Aprendizagem e Formação Docente no Ensino de Matemática), (Matemática Inclusiva*), (Matemática Pura e Aplicada), (Modelagem, Resolução de Problemas e História e Filosofia da Educação Matemática), (Tecnologias Digitais, Metodologias Ativas e Educação Matemática*). Destas, as mais ativas no momento da submissão deste PCC são as linhas de pesquisa destacadas, que têm se reunido quinzenalmente de forma presencial ou remota, de forma a possibilitar um intercâmbio de pesquisadores e a união com outros grupos de pesquisa, como por exemplo, o GPLIT - Grupo de Pesquisas em Linguagens, Inclusão, Tecnologias vinculado a UEPB- Universidade estadual da Paraíba e o GPECEMAT - Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências, Educação Matemática e Tecnológica vinculado a UFCG - Universidade Federal de Campina Grande/Campus Cajazeiras.

Segundo Santos (2022, p.1), “os grupos de estudo/pesquisa podem ser considerados como espaços formativos importantes durante a formação inicial ou continuada de profissionais, pois oferecem momentos de discussões que vão além das experiências vivenciadas e proporcionadas pelas aulas das disciplinas comuns à sua formação”.

Nesta mesma perspectiva, Cavalcante e Maia (2020) sinalizam que os grupos de estudos se tornam espaços de formações constantes, onde alunos e professores através das discussões, fazem investigações de âmbito científico que serve à sociedade, sendo que tal aspecto pode favorecer a relação do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão nas instituições de ensino. Já para Rossit *et al.* (2018)



os grupos de pesquisa são espaços de aprendizagem, que possibilitam o trabalho coletivo, a oportunidade de convivência e aprendizagem compartilhada.

Considerando tais falas, o Grupo de Pesquisa tem buscado trazer à discussão temas relevantes para o ensino e aprendizagem da Matemática, bem como para a atuação dos educadores matemáticos que estão sendo formados, entre eles estão:

a) desenvolvimento de habilidades práticas para a utilização de metodologias de ensino eficazes.

b) desenvolvimento de recursos educacionais adequados, como materiais didáticos e ferramentas digitais que suportam o ensino e a aprendizagem da Matemática, inclusive com adequações quanto à acessibilidade.

c) aprendizagem para o uso de metodologias e recursos inovadores no contexto da realidade escolar.

d) desenvolvimento de habilidades relativas ao pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.

e) desenvolvimento de habilidades teóricas e práticas para o uso de ferramentas digitais e recursos tecnológicos aplicados à educação básica.

Tais discussões possibilitaram a produção de diversas pesquisas que culminaram em:

➡ 109 Artigos Publicados em Periódicos; ➡ 213 Artigos Publicados em Eventos; ➡ 17 Livros Publicados; ➡ 96 Capítulos de Livros Publicados; ➡ 64 Projetos de Pesquisa Realizados; ➡ 67 Projetos de Extensão Realizados; ➡ 15 Registros de *Software* no INPI; ➡ 168 Orientações de Graduação; ➡ 66 Orientações de Especialização.

O campus também possui uma vertente extensionista, onde os docentes e discentes do curso atuam de forma efetiva com a comunidade dos municípios circunvizinhos, principalmente nas escolas públicas. No ensino, os docentes devem registrar individualmente seus mapas de atividades docentes, que são avaliados pela Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE) do Campus, que é responsável pela sua publicização no SUAP e pela sua utilidade no planejamento e gestão para melhoria contínua do Curso. A tabela a seguir apresenta o corpo docente do Curso bem como o tempo de vínculo ininterrupto de cada um no Curso.

<u>CORPO DOCENTE</u>			
Docente	Lattes	Regime de Trabalho	Tempo de vínculo ininterrupto no curso (meses)
Ailton Ribeiro de Assis	http://lattes.cnpq.br/2482296124704960	DE	16
Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes	http://lattes.cnpq.br/0065171900161201	DE	184
Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga	http://lattes.cnpq.br/1991497932269115	DE	180
Antonio Eudes Ferreira	http://lattes.cnpq.br/8870661077621993	DE	05
Emanuel Abdalla Pinheiro	http://lattes.cnpq.br/1558203943562690	DE	16
Fernando Coutinho van Woensel	http://lattes.cnpq.br/9783965905901045	DE	96
Francisco Aureliano Vidal	http://lattes.cnpq.br/5128319746340814	DE	122
Francisco Igor Arraes Alves Rocha	http://lattes.cnpq.br/1745617728458612	DE	73
Francisco Lopes Lavor Neto	http://lattes.cnpq.br/4113822354452707	DE	102
Geraldo Herbetet de Lacerda	http://lattes.cnpq.br/6579222670152675	DE	184
Hegildo Holanda Gonçalves	http://lattes.cnpq.br/6237641472129079	DE	184
Jorge Luis da Silva	http://lattes.cnpq.br/0259924954270118	DE	16
José Doval Nunes Martins	http://lattes.cnpq.br/2639835039588225	DE	180
José Ivelton Siqueira Lustosa	http://lattes.cnpq.br/4408396976984311	DE	180
Leilyanne Silva de Moraes	http://lattes.cnpq.br/3260438684398266	DE	16
Leonardo Ferreira Soares	http://lattes.cnpq.br/1657181191791553	DE	118
Marcio Alisson Leandro Costa	http://lattes.cnpq.br/6757360786931992	DE	16
Patrício Luiz de Andrade	http://lattes.cnpq.br/6642998787051655	DE	04
Ramon da Silva Santana	http://lattes.cnpq.br/3603844095985284	DE	01
Rodiney Marcelo Braga dos Santos	http://lattes.cnpq.br/5342932489671373	DE	102
Stanley Borges de Oliveira	http://lattes.cnpq.br/3727225496485266	DE	57
Vinicius Martins Teodosio Rocha	http://lattes.cnpq.br/1637840028628931	DE	84
William de Souza Santos	http://lattes.cnpq.br/2735274515992218	DE	65
Wilza Carla Moreira Silva	http://lattes.cnpq.br/8824229401345031	DE	184

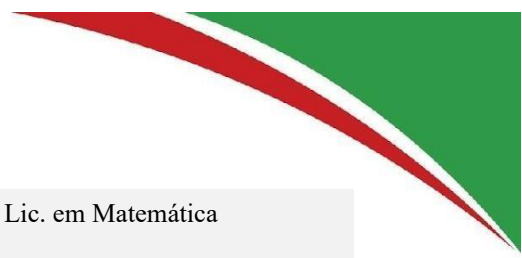


Todos os 24 professores que atuam no curso são do regime de Dedicação Exclusiva (DE).

3.4.1. Titulação

Os docentes apresentam formação diversa todos com mestrado e doutorado nas diversas áreas do conhecimento, evidenciando a relevância de seus conhecimentos e títulos para excelente atuação profissional e acadêmica dos discentes, fomentando o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, além de promover pesquisas de ponta relacionados aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso com grande incentivo à produção do conhecimento.

Nome Completo	Maior Titulação	Graduação
Ailton Ribeiro de Assis	Mestrado	Lic. em Matemática
Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes	Doutorado	Lic. Plena em História
Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga	Doutorado	Lic. em Pedagogia
Antônio Eudes Ferreira	Mestrado	Lic. em Matemática
Emanuel Abdalla Pinheiro	Mestrado	Lic. em Matemática
Fernando Coutinho van Woensel	Mestrado	Lic. em Letras / Arquitetura e Urbanismo
Francisco Aureliano Vidal	Mestrado	Lic. em Matemática
Francisco Igor Arraes Alves Rocha	Mestrado	Lic. em Letras
Francisco Lopes Lavor Neto	Mestrado	Bacharelado em Física Geral
Hegildo Holanda Gonçalves	Doutorado	Licenciado em Filosofia
Geraldo Herbetet de Lacerda	Mestrado	Lic. em Matemática
Jorge Luis da Silva	Mestrado	Licenciado em Física
José Doval Nunes Martins	Mestrado	Lic. em Matemática
José Ivelton Siqueira Lustosa	Doutorado	Lic. em Matemática
Leilyanne Silva de Moraes	Mestrado	Lic. em Matemática
Leonardo Ferreira Soares	Mestrado	Lic. em Matemática



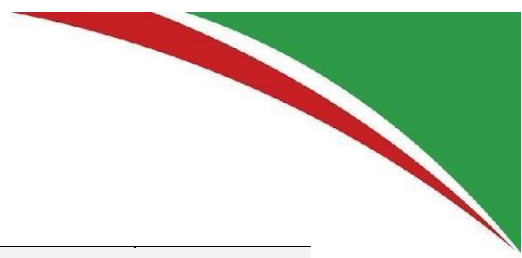
Marcio Alisson Leandro Costa	Mestrado	Lic. em Matemática
Patrício Luiz de Andrade	Doutorado	Lic. em Matemática
Ramon da Silva Santana	Mestrado	Lic. em letras libras e Lic. em Música
Rodiney Marcelo Braga dos Santos	Doutorado	Lic. em Matemática e Lic. em Pedagogia
Stanley Borges de Oliveira	Mestrado	Lic. em Matemática
Vinicius Martins Teodosio Rocha	Doutorado	Bacharelado em Matemática
William de Souza Santos	Doutorado	Lic. em Matemática
Wilza Carla Moreira Silva	Mestrado	Lic. em Ciências - Habilitação em Biologia

Apenas 2 professores de um total de 24 não possuem formação em licenciatura, a ampla maioria tem experiência também como aluno na licenciatura, e 14 destes 24 possuem licenciatura em matemática. Quanto à titulação temos 8 doutores e 16 mestres.

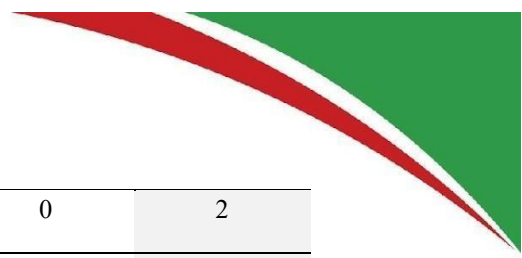
3.4.2. Experiência Profissional e no Magistério

A experiência profissional contempla a experiência no mundo do trabalho do corpo docente, que é bastante diferenciada considerando a experiência anterior ao ingresso no IFPB, que facilita: apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, como aplicar a teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional; atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática; e promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto educacional.

A tabela a seguir apresenta a experiência profissional, do magistério superior e da educação básica do corpo docente do curso de Licenciatura em Matemática.



Nome Completo	Tempo de Experiência como Docente na Educação Básica	Tempo de Experiência como Docente no Ensino Superior	Tempo de Experiência como Docente na EaD	Tempo de Experiência como Tutor na EaD
Ailton Ribeiro de Assis	12	11	2	8
Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes	20	15	0	0
Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga	18	11	0	0
Antonio Eudes Ferreira	13	03	0	0
Emanuel Abdalla Pinheiro	5	9	0	0
Fernando Coutinho Van Woensel	7	13	0	0
Francisco Aureliano Vidal	22	16	0	1
Francisco Igor Arraes Alves Rocha	20	10	0	0
Francisco Lopes Lavor Neto	3	9	0	2
Geraldo Herbetet de Lacerda	26	20	0	0
Hegildo Holanda Gonçalves	15	20	0	0
Jorge Luis da Silva	26	07	0	3
José Doval Nunes Martins	20	14	0	0
José Ivelton Siqueira Lustosa	22	13	0	0
Leilyanne Silva de Moraes	26	02	0	0
Leonardo Ferreira Soares	16	13	5	4
Marcio Alisson Leandro Costa	25	02	0	0
Patrício Luiz de Andrade	2	13	0	0
Ramon da Silva Santana	0	8	0	0
Rodiney Marcelo Braga dos Santos	10	10	3	3
Stanley Borges de Oliveira	2	9	0	0
Vinicius Martins Teodosio Rocha	0	8	0	0



William de Souza Santos	15	12	0	2
Wilza Carla Moreira Silva	24	8	0	0

Como podemos verificar na tabela acima, os docentes do curso possuem uma ampla experiência no magistério da educação básica e superior, o que evidencia suas contribuições para: promover diferentes ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, como núcleos de aprendizagem; expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, a partir de um diagnóstico local; apresentar exemplos contextualizados - com os conteúdos dos componentes curriculares, além de sempre trazer a realidade que o estudante vivencia no sertão paraibano; elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, como as monitorias e; elaborar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período a partir de provas, seminários, discussões, rodas de conversa, atividades de campo, de laboratório, participação, dentre outros. Essas ações demonstram a capacidade dos docentes para exercer liderança e para a produção acadêmica.

3.5. Pessoal Técnico Administrativo

O Campus Cajazeiras conta com um quadro de 64 técnicos administrativos que dão suporte ao Curso e atuam nos diferentes setores do IFPB Campus Cajazeiras.

SERVIDOR	TITULAÇÃO	CH
Alan Carlos da Silva Ferreira	Especialização	40 h
Alberto Grangeiro de Albuquerque Neto	Mestrado	40 h
Analine Pinto Valeriano Bandeira	Doutorado	40 h
Ana Paula Inacio Alves	Graduação	40 h
Antonio Alves da Nobrega Neto	Especialização	40 h
Cicero Luciano Felix	Especialização	40 h
Claudenice Alves Mendes	Mestrado	40 h
Cleina Silva Macena Lima Cavalcanti	Especialização	40 h



Denise Michele Lino de Azevedo Maciel	Mestrado	40 h
Diego Nogueira Dantas	Mestrado	40 h
Douglas Santana Andrade	Graduação	40 h
Edmundo Vieira de Lacerda	Mestrado	40 h
Eliomar Pinheiro de Sousa	Especialização	40 h
Emanuel da Silva Oliveira	-	40 h
Eva Firmino da Silva	Especialização	40 h
Francisca Leneide Goncalves Pereira	Mestrado	40 h
Francisco de Oliveira	-	40 h
Francisco Edval Leite Tavares	Mestrado	40 h
Francisco Hildeberto de Sousa Leite	Especialização	40 h
Gean Luiz Martins	Especialização	40 h
Gilberto Soares Sarmento	Especialização	40 h
Giliardo de Paulo de Oliveira Lins	Especialização	40 h
Gilvandro Vieira da Silva	Mestrado	40 h
Heloiza Moreira Silva	Mestrado	40 h
Hugo Eduardo Assis dos Santos	Especialização	40 h
Isis de Souza Lacerda	Técnico	40 h
Isleimar de Souza Oliveira	Mestrado	40 h
Jansen Beserra de Lima	Especialização	40 h
Joaci do Nascimento Pereira	Mestrado	40 h
Joao Damasio da Silva	Especialização	40 h
Jose de Arimateia Tavares	Especialização	40 h
Jose Edmar Leite	Mestrado	40 h
Josefa Tavares Vieira	Especialização	40 h
Jose Ferreira Gomes Neto	Técnico	40 h
Jose Ramon Nunes Ferreira	Mestrado	40 h



Jose Sérgio Aristides Lira	Especialização	40 h
Jose Wellington Almeida	Graduação	40 h
Kleber Afonso de Carvalho	Mestrado	40 h
Laerte Ferreira de Moraes Franca	Mestrado	40 h
Luciana Alves Bernardo de Matos	Especialização	40 h
Lucio Ricardo Nogueira Farias	Especialização	40 h
Marcia Moreira Pinto	Graduação	40 h
Maria Amelia Pereira Gomes	Graduação	40 h
Maria Aparecida da Silva	Especialização	40 h
Maria das Graças Moreira de Almeida	Mestrado	40 h
Maria Helena de Almeida Rodrigues	Especialização	40 h
Maria Luiza Torres Lima	Especialização	40 h
Maria Socorro Saraiva	Especialização	40 h
Monica Auricelia Oliveira Santana	Mestrado	40 h
Paulo Goncalves dos Santos	Especialização	40 h
Rafaella de Lima Roque	Doutorado	40 h
Rafael Rodrigues Lopes	Especialização	40 h
Rai Artemis Lins dos Santos	Especialização	40 h
Raimunda de Souza Ferreira	Especialização	40 h
Ricardo Anisio da Silva	Mestrado	40 h
Roberto Rolim Lopes	Especialização	40 h
Silvania Trajano de Souza	Especialização	40 h
Suelio Fernandes Carolino	Mestrado	40 h
Suely Arruda dos Santos	Mestrado	40 h
Suely Vital da Silva	Especialização	40 h
Valdemonica Paulo Medeiros	Graduação	40 h
Valmir Braga de Aquino Mendonca	Especialização	40 h
Vanda Lucia Batista dos Santos Souza	Mestrado	40 h



3.6. Política Institucional de Capacitação de Servidores

De acordo com a lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela lei 15.141, de 02 de junho de 2025, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal é composto pelas seguintes Carreiras e cargos: I - Carreira de Magistério Superior; II - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Magistério Superior; III - Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e IV - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações: Classe A, com denominação de Professor Assistente, Classe B, com denominação de Professor Adjunto, Classe C, com denominação de Professor Associado, e Classe D, com denominação de Professor Titular.

A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é composta das seguintes classes - A, B, C e Titular. Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados de que trata o caput integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, ressalvados os cargos de que trata o § 11 do art. 108-A da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º São atividades das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal aquelas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além daquelas previstas em legislação específica.

§ 1º A Carreira de Magistério Superior destina-se a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior.

§ 2º A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico destina-se a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da



educação básica e da educação profissional e tecnológica, conforme disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

§ 3º Os Cargos Isolados de provimento efetivo objetivam contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de competências e alcance da excelência no ensino e na pesquisa nas Instituições Federais de Ensino - IFE.

O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

O IFPB, estimula e fomenta a capacitação interna ou externa, a partir de cursos de aperfeiçoamento, atualização ou capacitação, podendo abranger ainda pós-graduação nas modalidades lato e stricto sensu, procurando atender o disposto na RESOLUÇÃO Nº 64 CONSELHO SUPERIOR, de 16 de Julho de 2021, que dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores (PQS) do IFPB (2020-2024) e a RESOLUÇÃO 12/2025 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 14 de março de 2025, que convalida da Resolução AR 33/2024 - CONSUPER, que dispõe sobre a alteração da Regulamento referente à Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Qualificação é o processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira. Aperfeiçoamento é o processo de aprendizagem, baseado em ações de ensino aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas.

O incentivo à qualificação é um benefício, na forma de retribuição financeira, calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, e que será concedido, desde que solicitado, ao servidor que tiver concluído curso de educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular e cumprir alguns requisitos.

O planejamento das ações de capacitação dos(as) servidores(a) é realizado em conjunto ao Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas do IFPB Campus Cajazeiras. Ressalta-se atenção ainda aos dispositivos legais, Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que aborda a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, e ainda Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre:



A estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

O Plano de capacitação do IFPB considera os seguintes níveis de qualificação profissional:

- Pós-Graduação *stricto sensu*: mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- Pós-Graduação *lato sensu*: aperfeiçoamento e especialização;
- Graduação;
- Capacitação profissional: cursos que favoreçam o aperfeiçoamento profissional;
- Atividades de curta duração: cursos de atualização e participação em congressos, seminários, conclaves, simpósios, encontros e similares.

O Plano de Qualificação dos Servidores (PQS) do IFPB (2020-2024) apresenta os seguintes programas:

- Programa de formação pedagógica para docentes;
- Programa de reserva de vagas em cursos de pós-graduação institucionais;
- Programa de convênios para qualificação dos servidores;
- Programa de incentivo à qualificação de pós-graduação dos servidores;
- Programa de concessão de afastamentos para qualificação dos servidores.

A Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP) realiza, anualmente, a apuração das necessidades de qualificação por meio do levantamento de Necessidade de Desenvolvimento de Pessoas (LNDP) realizado junto a todos os setores do IFPB para construção do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme exigência do Decreto n.



9.991/2019. O PDP apresenta um detalhado relatório das demandas por área de atuação no aspecto da necessidade a ser atendida pela ação de desenvolvimento e pode ser consultado no portal institucional.

O investimento na formação de servidores é um aspecto de fundamental importância nas instituições. O contexto complexo de acompanhamento e efetivação do processo de profissionalização requer constante atualização de saberes voltados aos conhecimentos científico e tecnológico, à compreensão da vida social e à formação humana.

Qualquer que seja a modalidade de ação de desenvolvimento escolhida pelo (a) servidor (a) (presencial, semipresencial ou a distância), dever-se-á dar prioridade às ações realizadas por escolas de governo, instituições públicas ou entidades com notório grau de especialização na área pretendida, observando os critérios de qualidade técnica e compatibilidade com as competências do IFPB. Quando a ação de desenvolvimento de capacitação destinar-se a curso presencial ou intercâmbio para aprendizado de língua estrangeira, além de cumpridos todos os requisitos para o gozo da licença para capacitação, este aprendizado deverá ser recomendável ao exercício das atividades do (a) servidor (a) e atestado pela sua chefia imediata. A licença para capacitação poderá ser utilizada para realização de curso conjugado com atividades práticas em posto de trabalho, desde que, além de cumpridos todos os requisitos para o gozo do afastamento, a instituição na qual pretende exercer as atividades tenha acordo de cooperação técnica vigente com o IFPB.

Quando a licença para capacitação visar à realização de curso conjugado com atividade voluntária, deverão ser observados os critérios para o cumprimento dos requisitos para o gozo da licença. Considera-se atividade voluntária, válida para gozo de licença para capacitação, a atividade não remunerada prestada ao órgão ou à entidade da administração pública ou entidade privada sem fins lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa e que vise ao benefício e à transformação da sociedade por meio de ações cívicas, de desenvolvimento sustentável, culturais, educacionais, científicas, recreativas, ambientais, de assistência à pessoa ou de promoção e defesa dos direitos humanos e dos animais.

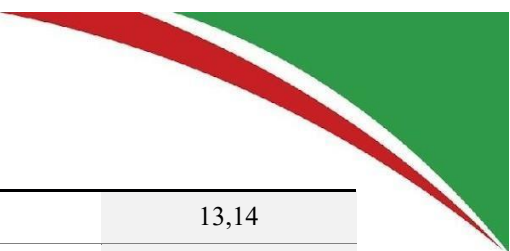
4. INFRAESTRUTURA

Apresentamos neste capítulo a infraestrutura disponível para o Curso, espaços de trabalho, sala dos professores, salas de aula, biblioteca, acesso a equipamentos de informática, laboratórios didáticos, comitê de ética em pesquisa e a política institucional de acessibilidade.

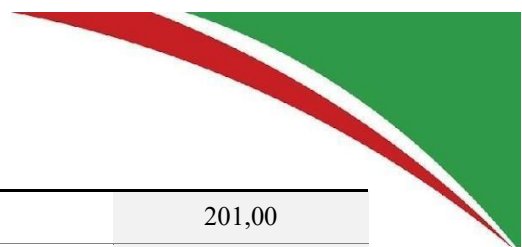
4.1. Infraestrutura do Campus

Na tabela a seguir são descritas as instalações físicas do IFPB – Campus Cajazeiras.

<i>INFRAESTRUTURA DO CAMPUS</i>		
Ambiente	Quantidade	Área
Direção Geral	1	28,85
Direção do Desenvolvimento do Ensino	1	44,88
Comissão Própria de Avaliação	1	14,62
Coordenação de Controle Acadêmico	1	44,88
Coordenação de Estágios e Relações Empresariais	1	29,92
Coordenação de Extensão	1	44,88
Coordenação de Pesquisa e Inovação	1	14,34
Sala da Assistência Estudantil (CAEST), Psicologia, Assistência Social e Nutrição	1	29,48
Coordenação Pedagógica	1	30,79
Sala Assistente do Aluno	1	9,54
Sala de atendimento Individualizado ao Aluno	1	12,00
Sala do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (NAPNE)	1	20,95
Sala da Coordenação do Gabinete Médico, enfermaria, gabinete ortodentário, sala de espera e 2 banheiros	1	59,18
Refeitório	1	99,58
Sala da Copa e Cozinha	1	47,86
Sala de Tecnologia da Informação (TI)	1	53,80
Sala da Mecanografia	1	55,86
Sala da Coordenação de Gestão de Pessoas (DGEP)	1	30,03



Sala do Diretório Acadêmico e Grêmio	1	13,14
Sala do DCE	1	13,14
Sala da Empresa Júnior de ADS	1	25,40
Sala da Guarita	1	11,00
Salas de Patrimônio	2	15,07
Almoxarifado	1	92,00
Sala da Coordenação da Educação a Distância	1	26,28
Sala da Direção de Administração	1	13,86
Sala da Direção do Setor Financeiro	1	43,69
Sala de Professores de Matemática	1	52,20
Sala de Coordenações de Cursos	1	81,59
Sala de Professores Engenharia Civil	1	51,78
Sala de Professores de Indústria	1	54,02
Sala de Professores de Informática	1	26,46
Sala de Professores de Formação Geral	1	54,39
Laboratório de Informática 01	1	80,08
Laboratório de Informática 02	1	26,82
Laboratório de Informática 03	1	54,24
Laboratório de Informática 04	1	79,83
Laboratório de Informática 05	1	51,56
Sala de Desenho	1	53,59
Laboratório de Geotecnia	1	80,42
Laboratório de Topografia	1	25,18
Laboratório de Materiais de Construção e Técnicas Construtivas	1	52,84
Laboratório de Hidráulica	1	52,52
Laboratórios de Instalações Elétricas	1	79,78
Laboratórios de Eletricidade/Eletrônica	1	105,59
Laboratório de Física	1	65,73
Laboratório de Química	1	65,73
Laboratório de Biologia	1	53,65
Laboratório de Matemática	1	81,58
Salas de Aulas (geral)	33	1.865,00



Biblioteca	1	201,00
Pátio Coberto / Área de lazer/ Convivência	1	192,00
Auditório	1	201,00
Sala de Leitura/Estudos (Biblioteca)	1	201,00
Sala de Núcleo de Artes	1	29,35
Banheiros	19	88,52
Área Poliesportiva (Ginásio)	1	1925,00
Campo de Futebol	1	2939,00
Piscina	1	921,40
Quadra de areia	1	241,54
Oficinas, marcenaria e serralheria	1	200,30
Sala da Manutenção Predial	1	13,86
Sala do Pessoal Terceirizado	1	8,70
Sala dos Motoristas	1	18,19
Sala do Alojamento com banheiros	1	13,50

4.2. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

Os professores do Curso de Licenciatura Matemática do IFPB, Campus Cajazeiras, contam com espaços de trabalho para planejamento didático-pedagógico que possibilitem atender às necessidades institucionais, os docentes em tempo integral têm à disposição múltiplas salas individuais e rotativas, contemplando 1 sala dos professores, 2 salas de atendimento individual e salas de atendimento em grupo. Cada sala conta com mesas de trabalho, cadeiras e acesso à internet, estantes para livros, que permitem o trabalho individual do professor ou pequenas reuniões com alunos ou professores, como orientações, discussões de projetos de pesquisa e extensão. O ambiente ainda conta com mesa para reuniões e cadeiras acolchoadas, armários individuais com chave disponíveis para livros, materiais de aula e outros pertences dos professores, atendendo aos requisitos dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação, climatização e infraestrutura de informática. A sala é ainda equipada com um frigobar, bebedouro e cafeteira para melhor atender às necessidades dos servidores e ainda tornar o espaço aconchegante. Além disso, os professores têm acesso em tempo integral a uma sala de impressões (mecanografia) que possui 2 impressoras para uso em atividades acadêmicas e a sala dos professores da



formação geral, também climatizada e com 4 computadores conectados à internet, armários, bebedouro e geladeira.

4.3. Espaço de trabalho para o coordenador

O coordenador do Curso conta com uma sala equipada com uma estação de trabalho com computador acessado à internet via cabo e/ou Wi-Fi, telefone individual, impressora, 2 gaveteiros, armário com chave, birôs e cadeiras que possibilitam atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e viabiliza as ações acadêmico-administrativas, permitindo atender satisfatoriamente às necessidades institucionais e possibilitando formas distintas de trabalho. Todos os espaços possuem equipamentos adequados e são devidamente climatizados para o bom andamento da prática laboral executada pelo coordenador e os seus colaboradores.

4.4. Sala coletiva de professores

A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui estrutura adequada para que cada docente possa montar e utilizar seus próprios computadores e acessem à internet, também conta com bebedouro próprio, frigobar e cafeteira para uso coletivo. O ambiente é totalmente climatizado e permite o descanso e atividades de lazer apropriados para o local em horários de intervalos e possibilita a integração entre os professores. Ainda dispõe de apoio técnico-administrativo próprio, quanto ao espaço para a guarda de equipamentos e materiais, existem armários com espaços individuais protegidos por chave de segurança a qual apenas o professor tem acesso.

4.5 Salas de aula

O campus Cajazeiras disponibiliza 8 salas de aula para atender às necessidades do curso, sempre que necessário pode ser solicitado ao campus outras salas para eventuais necessidades extra sala de aula, além do Laboratório de Ensino de Matemática (LABEM) e dos demais laboratórios do campus que estão à disposição das necessidades do Curso. Todas as salas são climatizadas e contam com iluminação adequada, ventilação, equipamentos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades propostas/desenvolvidas, possibilidades de flexibilidade relacionada às



configurações espaciais que oportunizem distintas situações de ensino-aprendizagem. Sempre há a manutenção periódica proporcionando o conforto para desenvolvimento das atividades. O LABEM é outro espaço sempre utilizado para situações de aprendizagem e possui recursos cuja utilização é sempre disponibilizada aos professores e alunos.

4.6. Biblioteca

A Biblioteca Professor Ribamar da Silva (BPRS) do IFPB Campus Cajazeiras tem como missão organizar, preservar e disseminar a informação para a produção do conhecimento, dando suporte às atividades educacionais, científicas e tecnológicas e é regida pela Resolução N° 08 CONSELHO SUPERIOR, de 23 de maio de 2018, que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, pela Resolução CS/IFPB n° 111/2017, convalida a Resolução-AR n° 29, de 25/10/2016, dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas; bem como a Resolução CS/IFPB n° 54/2018 Dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas; e a Resolução CS/IFPB n° 114/2017 - Convalida a Resolução-AR n° 03, de 06/01/2017 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas.

A Biblioteca foi fundada em 4 de dezembro de 1994 sob a administração do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) Unidade descentralizada de Cajazeiras (UnED). Atualmente, a biblioteca conta com um acervo bibliográfico de mais de 2900 títulos entre livros, obras de referência, monografias, periódicos, material audiovisual e cerca de 9570 exemplares que dão suporte aos Cursos Superiores: Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Tecnológico de Análise e Desenvolvimento de Sistema; Licenciatura em Matemática; Cursos Técnicos Integrados: Informática, Edificações, Eletromecânica, Meio Ambiente (Proeja); Cursos Técnicos Subsequentes: Edificações e Eletromecânica. As obras estão concentradas nas áreas de: Metodologia e pesquisa científica; Ciência e tecnologia da informação; Ciências sociais (Sociologia e Educação); Ciências naturais (Matemática, Física e Química); Ciências aplicadas (Engenharia, Construção e Indústria); Linguística e literatura.

Os usuários da biblioteca são alunos dos Cursos Superiores Bacharelado em Engenharia Civil, Curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, Tecnológicos de Análise e Desenvolvimento de Sistema, Licenciatura em Matemática, Cursos Técnicos Integrados de Informática, Edificações, Eletromecânica, Cursos Técnicos Subsequentes de Edificações e



Eletrônica e ao Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente (Proeja), bem como docentes, Técnicos Administrativos, servidores terceirizados, além da comunidade externa que também pode utilizar o ambiente da biblioteca. O horário de atendimento do setor é de segunda a sexta de 07h às 22h.

A biblioteca dá suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura e oferece os serviços de normalização documentária, confecção de fichas catalográficas, atendimento aos usuários através do setor de referência, serviços de circulação (empréstimo, renovação e devolução de livros), treinamento de usuários em bases de dados, auxilia na utilização das normas da ABNT e auxilia na busca bibliográfica tanto física quanto virtual. Além disso, existe um espaço multimídia com 7 computadores, com acesso à internet, visando auxiliar as atividades acadêmicas da comunidade. Quanto ao espaço físico, a biblioteca conta com 56 armários de guarda-volumes, salão de leitura com 9 mesas para estudos em grupo e 17 cabines para estudo individual.

O acervo é totalmente informatizado desde 2016 e disponibilizado no [Sistema de Automação de Bibliotecas de Código Aberto \(KOHA\)](#), utilizado em toda rede de bibliotecas do IFPB. Através deste sistema é possível cadastrar livros, fazer pesquisas no catálogo virtual, além de reservar e renovar materiais bibliográficos. Para ter acesso aos serviços da biblioteca o usuário deve ter vínculo ativo no sistema SUAP-IFPB.

O KOHA é um sistema de gerenciamento de dados utilizado pelas Bibliotecas do IFPB e tem como objetivo facilitar a gestão das unidades de informação, melhorando a rotina diária das atividades desenvolvidas pela Biblioteca com os seus usuários. Sendo assim, através do Koha são disponibilizados serviços e produtos informacionais como: Empréstimo e devolução; Reserva e renovação online; Acesso ao catálogo da biblioteca; Criação de lista de preferência; Indicação de livros para aquisição; Acesso à bibliografia do curso e solicitação de empréstimo entre bibliotecas.

Para realizar o cadastro, o usuário deve procurar a biblioteca com documento de identificação com foto para cadastrar a senha. Para o empréstimo de livros é obrigatório apresentar documento oficial de identificação com foto (RG, carteira de estudante, CNH...) por fim, cada usuário tem direito ao empréstimo de até 03 (três) livros com prazo de devolução de 10 (dez) dias corridos. O usuário poderá renovar o material emprestado por até seis vezes. A renovação só poderá ser feita se não houver “reservas” para a obra.

Quanto às reservas, são efetuadas diretamente pelo usuário em sua conta no sistema online, utilizando a internet por meio do link: biblioteca.ifpb.edu.br. Assim que o exemplar reservado estiver disponível, o usuário será notificado da disponibilidade do livro através de uma mensagem enviada a



seu e-mail cadastrado. O livro reservado ficará disponível por 48 horas, a contar da data de envio do e-mail. O não comparecimento na data estipulada implica, automaticamente, no cancelamento da reserva e o encaminhamento para o próximo da lista. Inexistindo lista, será repostado ao acervo. O usuário que não devolver o material emprestado, na data definida, terá 02 dias de suspensão para cada dia de atraso.

Disponibilizamos 01(um) guarda-volumes por usuário para a guarda de objetos durante sua permanência na biblioteca. A chave será fornecida no balcão de atendimento, seguindo a mesma lógica de empréstimos de livros. Não é permitido entrar e permanecer no salão da biblioteca com nenhum tipo de bolsa, mala, etc. O usuário é responsável pela chave que se encontra em seu poder e antes de sair da biblioteca, deve devolvê-la, deixando o guarda.

O usuário da biblioteca pode acessar todas as informações básicas sobre a BPRS através do site: <https://www.ifpb.edu.br/cajazeiras/assuntos/biblioteca> ou pelo e-mail: biblioteca.cz@ifpb.edu.br (atendimento online). No site há também o acesso ao [catálogo da biblioteca](#) (catálogo, reserva e renovação) e informações sobre o [Departamento de Bibliotecas](#), setor específico na reitoria responsável pelas normas gerais de administração de todas as bibliotecas do IFPB.

As bibliotecas do IFPB possuem convênio com o Portal de Periódicos da CAPES, por meio dos termos de adesão e termos de compromisso, contempla 39 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência. Para ter acesso basta acessar o site do portal a partir do Internet Protocol (IP) de qualquer computador instalado dentro das dependências dos campi do IFPB ou acessar via CAFe de qualquer lugar utilizando matrícula e senha institucional.

A rede de bibliotecas do IFPB funciona sistemicamente, portanto qualquer aluno da instituição pode utilizar o acervo de todas as bibliotecas da rede. O empréstimo deve ser feito exclusivamente pelo usuário e deve ser devolvido na biblioteca de origem. O sistema ainda oferece o serviço de empréstimos entre bibliotecas que pode ser realizado através de solicitação no balcão de atendimento.

4.6.1 Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico

A RESOLUÇÃO Nº 48-CS, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017, dispõe sobre a reformulação da Resolução nº 177, de 13/11/2015 que dispõe da Regulamentação da Política de Manutenção e



Guarda do Acervo Acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Em seu Art.1º está definido que “Aplicam-se ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) todas as normas constantes no Código de Classificação de Documentos de Arquivo e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2011.

E ainda determina que o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim são de uso obrigatório nas IFES, ficando a cargo destas dar publicidade aos referidos instrumentos técnicos, segundo determina a Portaria MEC nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013.

Bem como “O Acervo Acadêmico de que trata a Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, é composto de Documentos Acadêmicos produzidos e recebidos em decorrência das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência Estudantil, tal como definidos no Código de Classificação de Documentos e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos”.

4.6.2. Sistema de gestão do acervo bibliográfico

De acordo com a Resolução 08/2018 que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, o software utilizado pelo Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPB é o sistema único de gerenciamento de bibliotecas Koha, um sistema de código aberto e totalmente baseado na web, instituído pela Resolução CS/IFPB 54/2018 que dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas. O Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPB será responsável pelo gerenciamento do software, treinamentos e capacitações, tomadas de decisões quanto às ferramentas e usabilidade, e definir perfil e pré-requisito para acesso ao “superlibrarian” do sistema;

O Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas - Koha permite todo o processo de gestão de biblioteca. Suas principais funcionalidades são: Permite controlar diversas unidades e integração; Cadastro de qualquer tipo de obra física ou digital; Impressão de etiquetas com código de barras EAN13 para controle de acervo, etiquetas de dorso; Controle de empréstimo e devolução de títulos; Controle de penalidades; Controle de reservas; Consulta detalhada de títulos emprestados e no acervo; Cadastro de editoras, idiomas, autores, assuntos etc.; Relatório de títulos por assunto, autor,

localização, situação, mais locados, atrasos, disponíveis/locados, emissão de etiquetas e outros; Controle avançado de usuários e permissões, com controle de log de movimentação de registros; Relatórios com leiaute aberto, podendo ser gerados em diversos formatos (Excel, word, acrobat, texto, etc.); e Consulta, renovação e gestão online.

4.6.3. Plano de Contingenciamento

O [Plano de Contingência da Biblioteca Professor Ribamar da Silva](#), do Instituto Federal da Paraíba, *Campus* Cajazeiras(IFPB- CZ) tem como objetivos: (i) garantir uma estrutura de serviço básica, que suporte o acesso aos conteúdos disponibilizados tanto nos acervos físicos e online; (ii) identificar as vulnerabilidades e os impactos que podem afetar os processos de viabilidades e no acesso dos usuários aos produtos e serviços de informação oferecidos pela Biblioteca do *Campus* Cajazeiras; (iii) definir ações emergenciais a serem tomadas em caso de constatação de risco em relação às atividades da biblioteca.

Alguns serviços oferecidos pela biblioteca são passíveis de intercorrências que podem afetar direta ou indiretamente sua realização, total ou parcial, pela biblioteca. Dessa forma, adotamos planos para garantir que o usuário não seja penalizado por intercorrências alheias à nossa vontade. Nesse sentido, foi criado o plano de contingência baseado nas possíveis ocorrências, de acordo com o plano de contingência dos serviços mostrado no quadro a seguir.

FATORES QUE PODEM AFETAR OS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA	PLANO DE CONTINGÊNCIA
Armários guarda- volumes	Nenhum usuário é impedido de utilizar ou permanecer no setor quando todos os armários estão ocupados, pois, quando isso ocorre, os usuários podem deixar suas bolsas em guarda-volumes que não possuem chaves (sem a necessidade de empréstimo de chaves). Quando o sistema KOHA (que, dentre vários serviços, gerencia os empréstimos de chaves) esporadicamente estiver fora de serviço, a Biblioteca empresta de forma manual. Alguns usuários preferem deixar as mochilas no chão do lado de fora da biblioteca (Ensino Médio e Ensino Superior).
Falhas na internet local ou externa	A internet do <i>campus</i> é fornecida por uma empresa com sede na cidade e sempre que há qualquer problema, facilmente é contornado. Além desse suporte rápido, os técnicos de TI do <i>campus</i> dão auxílio na elucidação de problemas de conexão internos.

Livros localizados, mas que estão emprestados	Se todos os livros estiverem emprestados e não houver na biblioteca, os usuários poderão fazer reservas no Sistema Koha, usando o computador de consulta local, poderá solicitar no balcão de atendimento ou através de qualquer equipamento com acesso à Internet. Além disso, podem fazer empréstimo em outras unidades do IFPB, se existirem as obras disponíveis naquela instituição. Quando há grande procura pelos títulos, a biblioteca busca adquirir mais exemplares (apenas quando há verba destinada à aquisição de acervo)
Inexistência do título no acervo do <i>Campus</i>	Quando não há o título desejado na Biblioteca do <i>Campus</i> Cajazeiras, os usuários poderão realizar o empréstimo em outras bibliotecas do IFPB, se desejarem, ainda podem sugerir a compra utilizando o formulário, disponibilizado no Koha.
Consulta / Empréstimo / Reserva / Devolução / Renovação	As consultas, renovações e reservas poderão ser feitas no terminal de consulta da biblioteca ou através de dispositivos móveis com acesso à rede WiFi ou computadores pessoais de qualquer lugar acessando sua conta.
Problemas no Sistema Koha	Em caso de falha no sistema Koha por mais de três horas, a Biblioteca realizará todos os serviços de forma manual, mas quando o sistema normalizar-se, todos os serviços serão lançados, sem prejuízos de prazos para o usuário.

Do mesmo modo, alguns fatores de risco podem interferir direta ou indiretamente no funcionamento da biblioteca. No quadro abaixo está disposto o Plano de Contingência dos riscos intrínsecos à biblioteca.

FATORES DE RISCO QUE PODEM QUE PODEM AFETAR A BIBLIOTECA	PLANO DE CONTINGÊNCIA
Riscos Físicos	A Biblioteca não apresenta riscos desse tipo. O ar circula bem no ambiente, e o setor possui 3 ares-condicionado.
Riscos Químicos e Biológicos	Apesar da poeira, dos fungos e das traças representarem riscos para as bibliotecas, na Biblioteca do IFPB – Cajazeiras esses riscos são pequenos, uma vez que a biblioteca é higienizada com regularidade, evitando assim que os livros e as prateleiras acumulem poeira ou abriguem pragas e fungos. Para a higienização e limpeza, seguimos os seguintes procedimentos: • Os elementos da equipe da Biblioteca devem usar meios de proteção (luvas e máscaras) sempre que necessário; • A cada 6 meses é realizada a limpeza de todos os livros da biblioteca, bem como seu folheamento, evitando assim de mofar e de amarelar as páginas. Todos os dias a biblioteca é limpa por equipe terceirizada da limpeza, chão, mesas (de estudo individual e em grupo), o balcão de atendimento, e os computadores são limpos. • É proibido o consumo de alimentos e bebidas na Biblioteca, de forma a evitar que os livros e mesas fiquem sujos, e dessa forma evitando o aparecimento de insetos e roedores. • Nenhum dos livros e revistas ficam encostados nas paredes, de forma a evitar bolor.

	● As prateleiras são de material de ferro, tipo de material que evita mofo, cupim e roedores (tal como a madeira).
Roubos e Furtos	A Biblioteca possui sistema de segurança para evitar que os alunos saiam do setor sem realizar os empréstimos. ● É proibida a entrada na biblioteca portando bolsas, mochilas, sacolas e similares. ● O balcão de atendimento (para empréstimos e devoluções) está localizado em local estratégico, permitindo que os funcionários vejam quem entra e quem sai. ● A instituição possui vigilantes. Em caso de ocorrência, como agir: ● Manter a calma e não reagir. ● Solicitar que o aluno verifique se não está com material não emprestado em meio a outros materiais. ● Tomar as medidas punitivas cabíveis previstas no regulamento da biblioteca.
Incêndios	Todos os equipamentos eletrônicos (computadores, impressoras, sistema antifurto, etc.) são desligados quando do encerramento do turno, e permanecem desligados aos finais de semana. ● Os livros têm boas condições de armazenamento, sendo que as prateleiras ficam longe de canalizações e instalações elétricas. ● É proibido fumar na biblioteca. ● A instituição possui extintores de incêndio. ● São realizadas manutenções periódicas dos extintores de incêndio. Em caso de ocorrência, como agir: ● Manter a calma. Não gritar, não correr. ● Em caso de usuários na biblioteca, alertá-los de forma calma para evacuarem a biblioteca, e auxiliar pessoas que tenham dificuldades (mobilidade reduzida pessoas idosas, crianças). ● Acionar o corpo de bombeiros (193). ● Com o extintor portátil, tentar extinguir o incêndio. ● Se a roupa atear com o fogo, não corra, deite-se e role no chão, de forma a apagá-lo do corpo/roupa. ● Se ouvir uma explosão, atire-se para o chão e proteja a nuca com os braços. ● Após a evacuação, todos devem ficar juntos e verificarem se ninguém voltou atrás. ● Deixe objetos pessoais para trás. ● Nunca retorne ao local do incêndio. ● Em caso de pessoas feridas, acionar uma ambulância - SAMU (192).
Inundação/goteiras/Alagamento (Itens molhados)	Manutenção do forro/telhado. ● A instituição está localizada em local sem riscos de inundações. Em caso de ocorrência, como agir: ● Secagem por circulação de ar (ventiladores) de pequenos lotes de materiais e troca de papel toalha absorvente entre as páginas dos livros. ● Caso algum reparo tenha que ser realizado nos livros devido a acidente com água - será feita uma lista de prioridades, e do que efetivamente poderá ser restaurado e o que terá de ser comprado (sendo feito orçamento e verificando os mais emprestados/solicitados para isso).

Queda de energia elétrica

O Sistema Koha permite que a renovação e reserva sejam realizados de qualquer dispositivo com acesso à internet e de qualquer local, portanto, o usuário poderá realizar tais procedimentos mesmo que haja queda de energia. As devoluções poderão ser realizadas posteriormente, quando o fornecimento estiver normalizado, sem prejuízos aos usuários. É possível reagendar a data da devolução em caso de impossibilidade de funcionamento por problemas técnicos de forma que os usuários não sejam prejudicados com suspensões.

Em caso de situações de emergências os servidores lotados na biblioteca, devem manter a calma, evacuar o local, ligar para os serviços emergência, entrar em contato com os seguranças do campus, principalmente em caso de violência física ou desordem, procurar o setor de manutenção e patrimônio em caso de danos patrimoniais, em casos de violência moral (calúnia, difamação ou injúria), violência de gênero e sexo acionar acionada a direção de ensino e direção geral do campus e posteriormente a Polícia Militar. Mesmo diante das ações supracitadas, em casos de emergência é conveniente manter a calma e procurar auxílio de profissionais dos seguintes serviços à comunidade, como por exemplo, a Polícia Militar – 190, Ambulância (SAMU) – 192, o Corpo de Bombeiros – 193 e a Defesa Civil – 199.

4.7. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

Os alunos do curso têm acesso aos laboratórios de informática do Campus desde que algum professor e/ou técnico administrativo e/ou aluno monitor esteja presente, o uso para aulas deve estar de acordo com a programação da disciplina no horário, em caso de atividade que requeiram o uso dos equipamentos, os professores solicitam a reserva dos mesmos via SUAP. Para docentes ou servidores é necessário solicitar a reserva via SUAP.

Ao todo são 5 (cinco) salas equipadas com computadores em quantidade suficiente para uso individual pelos alunos, as salas são climatizadas proporcionando o conforto e existe estabilidade e velocidade de acesso à internet a rede sem fio. Identificados conforme a tabela a seguir:

Sala	Número de máquinas
Laboratório de Informática 1	24
Laboratório de Informática 2	24
Laboratório de Informática 3	40



Laboratório de Informática 4	40
Laboratório de Informática 5	40
TOTAL	168

Quanto aos sistemas operacionais instalados, nos laboratórios 1, 2 e 3, estão instalados o Windows 10 e nos laboratórios 4 e 5 estão instalados o Linux. Além dos sistemas operacionais, os professores instalam softwares pedagógicos que simulam situações práticas do curso. Além dos laboratórios, a biblioteca disponibiliza 7 computadores com acesso à internet e o LABEM outros 5 para uso dos alunos.

Todos os laboratórios supracitados são estruturados com computadores do tipo desktop (de mesa) completos com (CPU, telas, mouses, ópticos, teclados). Todos conectados à rede mundial de computadores. A sala onde se localizam os laboratórios possuem condições agradáveis de iluminação natural e artificial, com quarenta carteiras do tipo universitário, Datashow, quadro branco e dois aparelhos de ar condicionado cada uma. Os laboratórios de informática passam periodicamente por ações de instalação de softwares e manutenção dos equipamentos feito pela Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI). Os alunos do curso também têm acesso a computadores que estão instalados na biblioteca com acesso a rede de internet WiFi.

Estes laboratórios atendem às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, podemos dizer que o espaço físico é adequado e a política de utilização e manutenção oferece qualidade de prestação dos serviços que requerem a utilização destes espaços. Sempre que necessário os professores podem solicitar a instalação de hardwares e softwares atualizados para uso e os técnicos do campus sempre fazem a avaliação periódica dos equipamentos.

A utilização destes laboratórios segue a Instrução Normativa 05-2018 que normatiza os procedimentos quanto à utilização dos laboratórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Quanto aos equipamentos e demais materiais segue as resoluções: RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 29, DE 09 DE JULHO DE 2018. Dispõe sobre aprovação do Manual de Rotinas de Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e ainda a RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 28, DE 09 DE JULHO DE 2018. Dispõe sobre aprovação do Manual de Gestão dos Almoxarifados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

4.8. Laboratórios didáticos de formação básica

O ensino prático é essencial para o aprendizado acadêmico, metodologia esta, potente para estimular o discente a desenvolver competências fundamentais para sua vida, proporcionar espaços de vital importância para que o estudante seja um atuante construtor do próprio conhecimento, ampliar seu grau de compreensão do mundo que o cerca o seu cotidiano e dando-lhe suporte conceitual e procedimental para enxergar o seu entorno e encontrar explicações.

Podemos dizer que os laboratórios didáticos do Campus atendem às necessidades do Curso, tendo em vista que sempre que necessário pode ser solicitado sua utilização via sistema informatizado da instituição (Suap) e todos eles estão de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança. Por serem ambientes de ensino e aprendizagem do campus, todos estes espaços apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Em relação aos materiais disponíveis possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas. O Curso de Licenciatura em Matemática tem a sua disposição os seguintes laboratórios do campus Cajazeiras:

LABORATÓRIO	ABREVIÇÃO
<u>LAB. MATER. DE CONST. TÉCNIC. CONST</u>	TEC.CONSTR
<u>LAB. DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES</u>	LAB.MANUT.
<u>LAB. MÁQUINAS OPERATRIZES</u>	MAQ.OPERA.
<u>LABORATÓRIO DE AUTOMAÇÃO 01</u>	LAB.AUTO.1
<u>LABORATÓRIO DE AUTOMAÇÃO 02</u>	LAB.AUTO.2
<u>LABORATÓRIO DE BIOLOGIA</u>	LAB.BIOLO.
<u>LABORATÓRIO DE DESENHO 1</u>	DESENHO 1
<u>LABORATÓRIO DE ELETRICIDADE</u>	LAB ELTRIC
<u>LABORATÓRIO DE ELETRICIDADE/ELETRÔNICA</u>	LAB.ELETRI
<u>LABORATORIO DE ELETRONICA DE POTENCIA</u>	LAB.ELEPOT



<u>LABORATÓRIO DE ESTRUTURAS</u>	LAB.ESTRU.
<u>LABORATÓRIO DE FÍSICA</u>	LAB.FÍSI.
<u>LABORATÓRIO DE GEOTECNIA</u>	LAB.GEOTE.
<u>LABORATÓRIO DE HIDRÁULICA</u>	LAB.HIDRA.
<u>LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 01</u>	LAB.INF.1
<u>LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 02</u>	LAB.INF.2
<u>LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 03</u>	LAB.INF.3
<u>LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 04</u>	LAB.INF.4
<u>LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 05</u>	LAB.INF.5
<u>LABORATÓRIO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</u>	LAB.IN.ELE
<u>LABORATÓRIO DE MÁQUINAS E COMANDOS</u>	LAB.COMAN.
<u>LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA</u>	LAB.MATEM.
<u>LABORATÓRIO DE MATERIAIS MECÂNICOS</u>	LAB.MAT.ME
<u>LABORATÓRIO DE METROLOGIA</u>	LAB.METRO.
<u>LABORATÓRIO DE MICROCONTROLADORES</u>	LAB MICRO
<u>LABORATÓRIO DE PRÁTICAS COMPUTACIONAIS</u>	LAB.PC
<u>LABORATÓRIO DE QUÍMICA</u>	LAB.QUÍM.
<u>LABORATÓRIO DE REFRIGERAÇÃO</u>	LAB.REFRI.
<u>LABORATORIO DE TOPOGRAFIA</u>	LAB TOPOG.

A utilização destes laboratórios segue a Instrução Normativa 05-2018 que normatiza os procedimentos quanto à utilização dos laboratórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB e as resoluções: RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 29, DE 09 DE JULHO DE 2018. Dispõe sobre aprovação do Manual de Rotinas de Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e ainda a RESOLUÇÃO AD REFERENDUM



Nº 28, DE 09 DE JULHO DE 2018. Dispõe sobre aprovação do Manual de Gestão dos Almojarifados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

4.9. Laboratórios didáticos de formação específica

O Laboratório de Ensino de Matemática (LABEM) do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFPB - Campus Cajazeiras, tem capacidade para 40 alunos. Possui 08 cabines de estudo individual, 05 computadores com acesso à internet, lousa, equipamento de projeção, diversos livros, revistas, materiais para confecção de atividades laboratoriais, jogos, além de uma variedade de materiais didáticos adaptados para alunos com necessidades especiais da visão. Trata-se de uma sala climatizada proporcionando o conforto e existe estabilidade e velocidade de acesso à internet e à rede sem fio. Este laboratório atende às necessidades institucionais e do Curso, em relação à disponibilidade de equipamentos, podemos dizer que o espaço físico é adequado e a política de utilização e manutenção oferece qualidade de prestação dos serviços que requerem a utilização deste espaço.

Tal ambiente tem função imprescindível na formação docente de professores de matemática para a educação básica, e possui recursos suficientes para uso dos discentes, sejam eles materiais e roteiros de uso, bem como para a construção de materiais didáticos durante as aulas e projetos de pesquisa e extensão. Espera-se que neste ambiente, os discentes possam ter contato com o uso de materiais concretos e demais recursos didáticos de forma a permitir vivências e experimentos práticos de ensino e aprendizagem, bem como para uso de metodologias diferenciadas que vão além dos métodos tradicionais.

Os alunos podem utilizar o laboratório desde que algum professor e/ou técnico administrativo e/ou aluno monitor esteja presente. Para docentes ou servidores é necessário solicitar a reserva via SUAP. Para público externo é necessário o envio de ofício para a Direção Geral fazendo a solicitação. Todos os usuários devem seguir a política de uso dos laboratórios do Campus Cajazeiras. A responsabilidade pela estrutura, uso e manutenção do Laboratório de Ensino de Matemática – LABEM é de todos os professores do curso conforme PORTARIA 131/2025 - /DG/CZ/REITORIA/IFPB, de 16 de julho de 2025.

A utilização deste laboratório também segue a Instrução Normativa 05-2018 que normatiza os procedimentos quanto à utilização dos laboratórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB bem como as resoluções: RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 29,



DE 09 DE JULHO DE 2018. Dispõe sobre aprovação do Manual de Rotinas de Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e ainda a RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 28, DE 09 DE JULHO DE 2018. Dispõe sobre aprovação do Manual de Gestão dos Almoхарifados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

4.10. Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – CEP/IFPB é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. É constituído nos termos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS e sua instalação, composição e atribuições obedecem às disposições constantes nos normativos expedidos pelo CNS.

Está vinculado, administrativamente, à Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação – PRPIPG, que deve assegurar-lhe os meios adequados para seu funcionamento e mantém relações institucionais com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e organizações afins. Sua instalação, composição e atribuições estão regulamentadas pela Resolução AR do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE nº 2/2022. O REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA contém todas as informações relacionadas a sua estrutura, composição, atribuições e funcionamento: (<https://www.ifpb.edu.br/prpipg/comite-de-etica-em-pesquisa/pasta-documentos-comite/regimento-interno.pdf>).

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do curso que envolvem seres humanos devem ser submetidas ao comitê de ética seguindo as orientações do CEP/IFPB contidas no seguinte site: (<https://www.ifpb.edu.br/prpipg/comite-de-etica-em-pesquisa/normas-e-procedimentos>).

4.11. Política Institucional de Acessibilidade

O IFPB nas Resoluções do CONSUPER nº 240/2015 e nº 6/2024 estabelece as Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs), como setores responsáveis pela educação especial, dotando-o



de recursos humanos e materiais que viabilizem e deem sustentação ao processo de educação inclusiva.

O artigo Art. 110 da resolução 240/2015 visa ações que satisfaçam a plena inclusão de todos nas atividades acadêmicas realizando prioritariamente:

I - Promoção de formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais;

II - Promoção de formação de profissionais especializados, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e professores, para atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos com deficiência;

III - Inserção nos currículos das Licenciaturas da disciplina Educação Inclusiva, de caráter obrigatório;

IV - Garantia de inserção, nos currículos das Licenciaturas, a disciplina Libras em caráter obrigatório, ministrada preferencialmente por um surdo, e nos demais cursos como disciplina optativa;

V - Prorrogação do tempo máximo para integralização dos cursos, não excedendo o limite de 50%;

VI - Garantia de inserção de discussões e práticas inclusivas nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPCs);

VII - Garantia de que todos os editais, das áreas de ensino, pesquisa e extensão, tenham reserva de 10% de suas vagas para projetos com foco em políticas inclusivas, afirmativas, de gênero e/ou sustentabilidade social;

VIII - Garantia de que as temáticas referentes à cultura afro-brasileira e indígena perpassem transversalmente os cursos da educação básica especialmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira;

IX - Promoção de terminalidade específica, nos termos legalmente previstos.

Nessa direção, este Curso segue o Artigo 111 desta mesma resolução ao que afirma: “Os professores, apoiados pelos setores pedagógicos e de inclusão, deverão, sempre que necessário, flexibilizar e adaptar o currículo, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, além de desenvolver metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos, ampliando o tempo de realização das avaliações” bem como o artigo 112 no qual “Os professores devem realizar atividades que favoreçam o aprofundamento e o enriquecimento de aspectos curriculares aos alunos com altas habilidades, de



forma que sejam desenvolvidas suas potencialidades, permitindo a esses alunos concluir em menor tempo a educação básica”.

Dessa forma, o presente Curso tem mantido a prática de promover uma cultura da educação voltada para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras educacionais e atitudinais de modo a promover inclusão de todos num processo de desenvolvimento pleno de suas habilidades por meio da educação.

5. CERTIFICAÇÃO

O procedimento de CERTIFICAÇÃO/DIPLOMAÇÃO para os estudantes do curso de Licenciatura em Matemática seguirá as diretrizes estabelecidas nas resoluções da rede IFPB para os cursos de Licenciatura. Em particular, será aplicada a RESOLUÇÃO N° 54 CONSELHO SUPERIOR, datada de 20 de março de 2017. Complementando essa resolução, serão consideradas as disposições da RESOLUÇÃO N°44 CONSELHO SUPERIOR, datada de 20 de fevereiro de 2017, que trata da outorga de grau para os programas de graduação do IFPB, com enfoque no CAPÍTULO V - PROCEDIMENTOS RELATIVOS A CERTIFICADOS E DIPLOMAS.

Além disso, serão seguidas as normativas contidas em portarias que regulamentam a emissão e o registro de diplomas em formato eletrônico nas instituições de ensino superior, a saber: PORTARIA N° 330, de 5 de abril de 2018, que aborda a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior vinculadas ao sistema federal de ensino; PORTARIA N° 554, de 11 de março de 2019, que estabelece diretrizes para a emissão e o registro de diplomas de graduação em formato digital por parte das Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino; e PORTARIA N° 1.001, de 8 de dezembro de 2021, que promove modificações na PORTARIA N° 330 MEC, de 5 de abril de 2018, que aborda a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior vinculadas ao sistema federal de ensino, bem como na PORTARIA N°554 MEC, de 11 de março de 2019, que trata da emissão e do registro de diplomas de graduação em formato digital por parte das Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao sistema federal de ensino.

Após cumpridas todas as etapas para integralização do curso, conforme previsto neste PPC, isto é, aprovação de todos os componentes curriculares como: todas as disciplinas da matriz curricular; atividades complementares; estágios supervisionados; trabalho de conclusão de curso; práticas pedagógicas; e condição regular em relação ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) será conferido ao egresso o Diploma de Licenciado em Matemática desde que tenha realizado a colação de grau.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988**. Disponível em: [Constituição](#). Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: [D4281](#). Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [Decreto nº 7234](#). Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111784.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do Art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do Art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 06 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.



BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [L13005](#). Acesso em: 02 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [L6938](#). Acesso em: 02 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [L9795](#). Acesso em: 02 jul. 2025.

BRASIL, **Resolução Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior nº 04, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em: [rcp004_24](#). Acesso em: 02 jun. 2025.

BRASIL, **Resolução Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. **Parecer Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº1302, de 06 de novembro de 2001.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura. Disponível em: [CES13022.doc](#). Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: [Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania](#). Acesso em: 05 dez 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 3, de 18 de fevereiro de 2003.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Matemática. Disponível em: [2011123112717609resolucao_cne-ces_03-03_graduacao_matematica.pdf](#). Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Pleno (CP). Brasília, DF. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> >. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 02, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União:** Brasília, 18 de junho de 2012. Seção 1, p. 70. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 01, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União:**

Brasília, 31 de maio de 2012. Seção 1, p. 48. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 07, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [rces007_18](#). Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Saúde/Conselho Pleno nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Estabelece as Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: [Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. — Conselho Nacional de Saúde](#). Acesso em: 05 jun. 2025.

CARVALHO, Kissia.; LACERDA, H. Geraldo; CRUZ, Ana Paula da, Org. **Para contar e recordar: memórias de uma década do Curso de Licenciatura em Matemática no Campus Cajazeiras do IFPB**. Vol. 2. Série História e Memórias do IFPB. Editora IFPB. João Pessoa. Outubro, 2021. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/424>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CAVALCANTE, Maria Suelayne Pedroza; MAIA, Dr^a Madeline Gurgel Barreto. A importância dos grupos de estudos e de pesquisas para a formação docente dos estudantes de pedagogia. **Anais VI Congresso Nacional de Educação - CONEDU**. Maceió, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População da Paraíba. 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População de Cajazeiras, Paraíba. 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IFPB. **Cartilha sobre saúde mental**. Instituto Federal da Paraíba. Reitoria. João Pessoa: IFPB, 2019. Disponível em: [Cartilha Saúde Mental — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **Cartilha do espectro autista**. Instituto Federal da Paraíba. Reitoria. João Pessoa: IFPB, 2017. Disponível em: [Cartilha do Espectro Autista - IFPB — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 02/2016-PRE, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016**. Dispõe sobre obrigatoriedade da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/instrucao-normativa-pre-no-02-2016-oferta-disciplina-libras.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2025.

IFPB. **INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 03/2017-PRE, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017**. Dispõe sobre o estabelecimento de normas para a referência e apoio a produção acadêmica no âmbito das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003-2017.pdf — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 27 mai. 2025.

IFPB. **INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 05/2018-PRE, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Dispõe sobre procedimentos para utilização dos laboratórios do IFPB. Disponível em:

[Instrução Normativa PRE nº 05 de 2018 - Uso dos Laboratórios.pdf](#). Acesso em: 05 jun. 2025.

IFPB. **Nota Técnica nº 01/2016 – DES/PRE.** Dispõe sobre o procedimento para cumprimento das Resoluções nº 132/2015-CS/IFPB, “Política que trata da Ambiental” e de sua integração aos programas dos cursos superiores ofertados no âmbito do IFPB. Disponível em: [nota-tecnica-no-01-2016-des-pre-esclarecimentos-resolucao-politica-de-educacao-ambiental.pdf](#). Acesso em: 04 jun. 2025.

IFPB. **Nota Técnica nº 06/2020 – DES/PRE.** Dispõe sobre as orientações e procedimentos para depósito dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Relatórios de Estágios (RE) no Repositório Institucional (RI) no âmbito do IFPB. Disponível em: [nota-tecnica-6-2020-pre-reitoria-ifpb.pdf](#). Acesso em: 27 mai. 2025.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020 – 2024.** João Pessoa: IFPB, 2021.

Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf. Acesso em: 04 jun. 2025.

IFPB. **Portaria nº 933/2016 - Reitoria, de 23 de março de 2016.** Dispõe sobre a disponibilização do mapa de atividades docentes. Disponível em: [Portaria 933-2016 - torna disponível o mapa de atividades.pdf](#) — Instituto Federal da Paraíba IFPB. Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **Portaria nº 888/2025 - Reitoria, de 10 de maio de 2025.** Que altera a Portaria 214/2025-REITORIA/IFPB, de 10/02/2025, que designou os representantes da Comissão Comissão Própria de Avaliação - CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA das unidades deste Instituto Federal de Própria de Avaliação - CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA das unidades deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [copy_of_porteria88825.pdf](#). Acesso em: 06 fev. 2026.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 088, de 28 de setembro de 2010.** Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso de Licenciatura em Matemática no Campus Cajazeiras. Disponível em: [Resolucao_88-2010-CS_autoriza_ad-referendum_funcionamento_curso_Licenciatura_Matematica_campus_Cajazeiras.pdf](#). Acesso em: 26 mai. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 38, de 19 de dezembro de 2018.** Convalida a Resolução-AR nº 54, de 13/12/2018 que dispõe sobre o Regulamento referente às atribuições e competências do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-38>. Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 05, de 23 de maio de 2018.** Convalida a Resolução-AR nº 40, de 29/11/2017 que dispõe Regulamento de acesso aos profissionais do magistério nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do IFPB, em conformidade com a Lei nº 13.478/2017, por meio de Processo Seletivo Diferenciado – PSD, e dá outras providências. Disponível em: [resolucao-no-05](#). Acesso em: 01 jun. 2025.



IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 08, de 23 de maio de 2018.** Convalida a Resolução-AR nº 05, de 08/02/2018 que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <file:///C:/Users/arauj/Documents/PPC%20%20REFORMULADO/refer%C3%A2ncias/Resolucao082018SistemaBibliotecas.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 48, de 20 de fevereiro de 2017.** Dispõe sobre a reformulação da Resolução nº 177, de 13/11/2015 que dispõe da Regulamentação da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [resolucao-no-48](#). Acesso em: 03 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Nº 111-CS, de 10 de abril de 2017.** Convalida a Resolução-AR nº 29, de 25/10/2016, dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas. Disponível em: [resolucao-no-111-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-29-2016-regimento-geral-bibliotecas.pdf](#). Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 114, de 10 de abril de 2017.** Convalida a Resolução-AR nº 03, de 06/01/2017 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [resolucao-no-114-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-03-2017-acervo-das-bibliotecas.pdf](#). Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 54, de 19 de novembro de 2018.** Dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54>. Acesso em: 11 nov. de 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 16, de 02 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assistencia-estudantil/documentos/resolucao-no-16-2018.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 28, de 28 de julho de 2020.** Estabelece as fases de implementação gradual das atividades não presenciais e presenciais no âmbito do IFPB. Disponível em: [RESOLUÇÃO 28/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 05 jul. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior ad referendum nº 28, de 09 de julho de 2018.** Dispõe sobre aprovação do Manual de Gestão dos Almoxarifados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [Resolução Nº 28-2018-AR - Manual de Rotinas do Almoxarifado.pdf](#). Acesso em: 05 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior ad referendum nº 29, de 09 de julho de 2018.** Dispõe sobre aprovação do Manual de Rotinas de Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [Resolução Nº 29-2018-AR - Manual de Rotinas de Patrimônio.pdf](#). Acesso em: 05 jun. 2025.



IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 22, de 30 de junho 2022.** Convalida a Resolução AR 79/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-22/view>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 44, de 20 de fevereiro de 2017.** Convalida a Resolução-AR nº 18, de 10/10/2016 que dispõe sobre a Colação de Grau dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/resolucao-no-44-2017/view>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 55, de 20 de março de 2017.** Convalida a Resolução-AR nº 01, de 06/01/2017 que dispõe sobre Regulamento para criação, alteração e extinção de cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-43>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 43, de 20 de fevereiro de 2017.** Convalida a Resolução-AR nº 15, de 03/10/2016 que dispõe sobre Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [Resolução Nº 55/2017 — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 17 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 60, de 12 de julho de 2019.** Convalida a Resolução-AR Nº 23, de 12/06/2019 que dispõe sobre alteração da Resolução-CS Nº 142, de 02/10/2015 que dispõe sobre as normas, critérios e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-60>. Acesso em: 12 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior, ad referendum nº 34, de 24 de setembro de 2018.** Altera a Resolução nº 158, de 15 dezembro de 2017, que dispõe sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Disponível em: [resolucao-no-34](#). Acesso em: 10 jul. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior, nº 44, de 19 de dezembro de 2018.** Convalida a Resolução-AR nº 13, de 06/04/2018 que dispõe sobre a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores para a educação básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [Resolução Nº 44 — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 10 jul. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 61, de 01 de outubro de 2019.** Dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/campinagrande/assuntos/estagio/documentos/resolucao_cs_61_2019_normas-de-estagio_ifpb.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.



IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 63, 16 de julho de 2021.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-63/view>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior Nº 64, de 16 de julho de 2021.** Dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores (PQS) do IFPB (2020-2024). Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-no-64-2021.pdf/view>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 12, de 14 de março de 2025.** Convalida a Resolução AR 33/2024 - CONSUPER, que dispõe sobre a alteração da Regulamento referente à Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-ar-no-33-1.pdf/@download/file/resolucao-no-12_2025-IFPB.pdf. Acesso em: 08 jul.2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 61, de 01 de dezembro de 2023.** Aprova a Regulamentação das Atividades dos Docentes (RAD), por regime de trabalho, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2024/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-09>. Acesso em: 08 jul.2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 132, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/resolucao-ifpc-cs-132-2015.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 138, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação das Relações Étnico-raciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-138>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 138, de 02 de outubro de 2015.** Convalida a Resolução AR 17/2022 que dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pro-reitoria/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-no-61-2023-cs-ifpb>. Acesso em: 05 dez. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 6, de 05 de março de 2024.** Dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do IFPB. Disponível em: [RESOLUÇÃO 6/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 20 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 141, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a Regulamentação do Colegiado dos Cursos Superiores presenciais e a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-141>. Acesso em: 03 jun. 2025.



IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 143, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-143>. Acesso em: 10 set. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 144, de 11 de agosto de 2017.** Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-144-2017-consuper-regimento-geral-do-ifpb>. Acesso em: 10 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 40, de 7 de agosto de 2019.** Convalida a Resolução-AR nº 19, de 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [resolucao-cs-no-40-politica-de-internacionalizacao.pdf](#). Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 1, de 20 de abril de 2020.** Convalida a Resolução-AR nº 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Línguas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: [resolucao-no-01-2020-politica-de-linguas.pdf](#). Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 146, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuegislaçãocoecs/2egislaçãucaao-no-146>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 240, de 17 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-240/view>. Acesso em: 20 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior *Ad Referendum* nº 38, 12 de setembro de 2022.** Regulamenta os procedimentos para o Programa de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PROMIFPB), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-no-38>. Acesso em: 31 mai. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 2, 26 de dezembro de 2022.** Convalida Resolução-AR nº 01, de 13/10/2022, que dispõe sobre aprovação das alterações no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/cepe/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-02>. Acesso em: 11 nov. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 13, 23 de janeiro de 2023,** que Convalida a Resolução *Ad referendum* Nº 27 Conselho Superior, que dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:



<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-13/view>. Acesso em: 31 mai. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 134, de 11 de agosto de 2017.** Convalida a Resolução AR nº 15, de 02 de junho de 2017 que dispõe sobre o Regulamento do processo de matrícula de discentes nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao_superior/legislacao-e-normas/Arquivos/resolucao-no-134-2017. Acesso em: 20 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior Nº 21, de 3 de março de 2023.** Dispõe sobre o Regulamento de admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-21>. Acesso em: 25 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 18, de 17 de fevereiro de 2023. Convalida Resolução AR nº 05, de 07 de fevereiro de 2022.** Regulamenta a oferta e registro das atividades complementares no currículo dos cursos de graduação do IFPB. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/10/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o_18-2023-Regulamento-atividades_complementares_no_curricul_g63G1S4.pdf. Acesso em: 31 mai. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 34, de 22 de setembro de 2022.** Convalida a Resolução AR 84/2021 do Consuper que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e_normas/resolucao-34-2022-consuper-ifpb/resolucao-34-2022-curricularizacao-da-extendao-do-ifpb.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior AR nº 28, de 11 de julho de 2022.** Dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) quando previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de graduação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-28-2022-regulamento-de-tcc-quando-previsto-no-ppc.pdf/view>. Acesso em: 11 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 54, de 20 de março de 2017.** Convalida a Resolução-AR nº 31, 21/11/2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54>. Acesso em: 02 jul. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 24, de 30 de abril de 2019.** Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-24>. Acesso em: 29 mai. 2025.

INEP. Nota técnica Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior/Diretoria de Avaliação da Educação Superior nº 065, de 09 de outubro de 2014. **Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/egislacaoacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2025.



ROSSIT, R. A. S., Santos Junior, C. F., Medeiros, N. M. H., Medeiros, L. M. O. P., Regis, C. G., & Batista, S. H. S. S. Grupo de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre Educação Interprofissional (EIP). **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. supl. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Tz6rCQBRTVLWTnsnJDJH4ms/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SANTOS, Maria Célia Calmon; BARRA, Sérgio Rodrigues. O projeto integrador como ferramenta de construção de habilidades e competências no ensino de engenharia e tecnologia. In: **Congresso Brasileiro De Educação Em Engenharia Cobenge**, 40, 2012, Belém. Artigo. Belém: Cobenge, 2012. p. 01 - 11.

SANTOS, William. Um grupo de estudo como um ambiente de práticas baseadas em evidências matemáticas. **Práxis: Saberes da Extensão**, João Pessoa, vol.10, n.21, p. 76-82, dez.2022.

SERAFIM, M. L.; SOUSA, R. P. Multimídia na educação: o vídeo digital integrado ao contexto escolar. In: SOUSA, R. P.; MOITA, F. M. G. S. C.; CARVALHO, A. B. G. (org.). **Tecnologias digitais na educação**. João Pessoa: EDUEPB, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ementário

PRIMEIRO SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I															
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33									
Pré-Requisitos		Não requer													
Docente		Rodiney Marcelo Braga dos Santos													
Distribuição da Carga Horária															
Teórica		23		Prática		10		EaD		00		Extensão		00	
Ementa															
Perspectivas teóricas e práticas para a prática de estágio supervisionado. Documentos oficiais. Orientação e supervisão do estágio supervisionado. As práticas de avaliação e o uso do portfólio. As etapas de observação e coparticipação nos anos finais do ensino fundamental.															
Bibliografia Básica															
D'AMBRÓSIO, U. Educação matemática : da teoria à prática. Campinas: Papirus Editora, 2012.															
MOREIRA, P. C.; DAVID, M. E. M. S. A formação matemática do professor : licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2005.															
PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs.). Estágios Supervisionados na Formação Docente : educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.															
Bibliografia Complementar															
CARVALHO, M. Estágio na licenciatura em Matemática . v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.															
FERREIRA, A. C.; TRALDI JÚNIOR, A. LOPES, C. E. O estágio na formação inicial do professor que ensina matemática . 1. ed. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2016.															
FIORENTINI, D., NACARATO, A. M. (Orgs.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática . Campinas, SP: Musa, 2005.															
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.															
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021.															
Bibliografia Suplementar (Periódicos)															
SOUZA, I. S.; FERREIRA, R. S. Algumas reflexões sobre a formação inicial do professor de matemática: vivências do estágio supervisionado. Ensino da Matemática em Debate , n. 5, v. 2, p. 127-141, 2018. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36716 . Acesso em: 15 jul. 2025.															

DE CARVALHO, A. M. F. T. A (Trans)Formação pelo Estágio Supervisionado Obrigatório em um Curso de Licenciatura em Matemática. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 15, n. 3, p. 630-646, 2013. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/24941/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PIRES, M. A. L. M.; MENDES, I. A. Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores de Matemática: limites e possibilidades. **Revista Baiana de Educação Matemática**, v. 2, n. 1, p. 01-09, jan./dez., 2021. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/12166>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Observações

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Introdução à Psicologia. Teorias da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Fatores que influenciam no desenvolvimento. Princípios e Fases do desenvolvimento humano (infância, adolescência e adulta). Abordagens teóricas da Psicologia da Educação e suas interfaces para o ensino e a aprendizagem escolar. Temas contemporâneos da Psicologia da Educação de interesse do cotidiano escolar.

Bibliografia Básica

BERENICE, Carpigiani. **Psicologia**: das raízes aos movimentos contemporâneos. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L.T. *Psicologias*: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FONTANA, R. (org.) **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Saraiva, 1998.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas / Howard Gardner; tradução Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1994.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 5. Ed. São Paulo: Scipione, 2001.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**: a resposta do grande psicólogo aos problemas do ensino / Jean Piaget ; tradução Dirceu Accioly Lindoso, Rosa Maria Ribeiro da Silva. - 10. ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. - 163p.

Bibliografia Complementar

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.

_____. **Desenvolvimento Psicológico e educação**: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 2.

GOMES, Anangélica Moraes. **A Criança em desenvolvimento**: cérebro, cognição e comportamento. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

DANIELS, Harry. **Uma introdução a Vygotsky**. São Paulo: Loyola, 2002.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

FLAVELL, John H. **A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget**. Tradução: Maria Helena S. Patto. São Paulo, Pioneira, 2001.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento**: ensaios da psicologia comparada. Tradução: Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CORRÊA, C. R. G. L. A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 379–386, set. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/yZmjRzBCCsdJXWQ37ZLtt9M/?lang=pt#> Acesso em 22 jan. 2024

MOURA, T. L. D. et al. Trajetória educacional de estudantes com autismo e deficiência intelectual: avaliação de leitura, escrita, matemática e comportamento verbal. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 29, p. e23010, 2023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/TfXmfVpTbyRJmsTjchVYtC/?lang=pt#> Acesso em 22 jan.: 2024

SANTOS, S. M. DOS .; ALMEIDA, I. M. M. Z. P. DE . Medo de Matemática e Trauma na Relação com o Aprender: uma leitura psicanalítica. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 36, n. 74, p. 1273–1292, set. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bolema/a/7vQhs3s9MYBFVpJ7xLWTPyR/?lang=pt#> Acesso em 22. jan. 2024.

Observações

FUNDAMENTOS SOCIOFILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Não requer		
Docente	Hegildo Holanda Gonçalves		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Fundamentos filosófico-antropológicos da educação. O ato de educar: aspectos epistemológicos, éticos e sociais. A educação na interface da linguagem, da cultura e do trabalho. A complexidade do processo educativo ante os paradigmas educacionais emergentes. Concepções sociofilosóficas sobre educação. Questões sociofilosóficas da educação contemporânea.

Bibliografia Básica

BESSA, D. D. Homem, pensamento e cultura: abordagem filosófica e antropológica. Cuiabá: Ed. UFMT, 2012.

PACHECO, R. G. Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação. Cuiabá: UFMT, 2012.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 41^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SEVERINO, A. J. Filosofia da educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, [1994].

TOMAZETTI, Elisete M. Filosofia da educação: um estudo sobre a história da disciplina no Brasil. Rio Grande do Sul: Inijuí, 2003.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MARTINEZ, H. L., PULITA, E. J., & BONIN, J. C. (2016). Um diálogo entre a Filosofia, a Educação e a Política: limiares entre a moral, o legal e a reificação. *Filosofia E Educação*, 8(1), 133–162. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rfe.v8i1.8643695>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SAVIANI, D. (2011). A investigação sobre ética e política na dinâmica da pesquisa em educação no Brasil e sua importância para a formação do educador. *Filosofia E Educação*, 3(1), 7–21. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rfe.v3i1.8635466>. Acesso em: 10 dez. 2023.

VITKOWSKI, J. R. (2017). Filosofia da Diferença: interfaces educacionais. *Filosofia E Educação*, 9(2), 71–85. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rfe.v9i2.8649621>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Observações

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33	Prática	00	EaD	00	Extensão	00

Ementa

A educação na Constituição Federal. A gênese da escola. As concepções de educação a partir da sociedade moderna. Orientações gerais para cada etapa de ensino da educação básica e do Ensino Superior. Especificidades das etapas de ensino da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Categorias administrativas etapas de ensino. Modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância. Modalidades de ensino e suas relações com as diferentes abordagens pedagógicas. O ensino básico no Brasil e, particularmente, na Paraíba, a partir da LDB 9394/96. Parâmetros Curriculares. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. O processo de democratização da instituição escolar e o papel político-social da escola na formação da cidadania. Financiamento da educação.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833-27.841.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 jun. 2007a.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE]. 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Ministério da Educação. Brasília.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>

LIBANELO, J. C. *Educação Escolar* - Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LIBANELO. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 6ª ed. Revista e ampliada. Heccus Editora, 2013.

SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da Educação: LDB, Trajetória, Limites e Perspectivas. 5ª ed., Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei [Nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2014.

FREITAG, B. **Educação, estado e sociedade**. 5ª ed., São Paulo: Moraes, 1986.

MOEHLECKE, S. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39-58, 2012.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.) **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2. Ed. São Paulo, SP. Xamã, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VEIGA, Ilma P. A. e NAVES, Maria L. de P. (orgs.). **Currículo e avaliação na educação superior**. Junqueira & Marin: Araraquara, 2005.

VIANNA, H. M. Avaliação de programas educacionais: duas questões. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 43-45, 2005.

VIEIRA, S. L. **Estrutura e funcionamento da educação básica** / Sofia Lerche Vieira, Maria Gláucia Menezes Albuquerque. 2. ed. ren. e mod. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Uece, 2002.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CUNHA, V. P. DA .; LOPES, A. C.. MILITARIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: A EXCLUSÃO DA ATIVIDADE POLÍTICA DEMOCRÁTICA. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e258252, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/QjXXtGBRt8JHqsyKn335nWK/?lang=pt#> Acesso em 16 jun. 2025

MOREIRA, C. F. N.. O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e222657, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/7NQBdxyPm8vpBGd7JpT97cP/?lang=pt#> Acesso em 16 jun. 2025

NEVES, V. F. A.; GOUVÊA, M. C. S. DE .; CASTANHEIRA, M. L.. A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 1, p. 121–140, jan. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/NQNg5Z6jvYyCkfyQnchJ7rd/?lang=pt#> Acesso em 16 jun. 2025

NARDI, E. L.. UMA QUALIDADE PARA A ESCOLA PÚBLICA: ENTRE O SOCIALMENTE REFERENCIADO E A LÓGICA DA REGULAÇÃO POR RESULTADOS. **Cadernos CEDES**, v. 43, n. 121, p. 34–43, set. 2023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/L4fyjy8qdmjdj8bZKQSDRy9P/?lang=pt#> Acesso em 16 jun. 2025.

Observações

FUNDAMENTOS DE NÚMEROS E OPERAÇÕES

Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária		67		
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Márcio Alisson Leandro Costa					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Estudo da construção do conceito de número, desde o senso numérico até as estruturas do sistema numérico, relacionando-as à evolução histórica das civilizações. Desenvolvimento de estratégias didáticas para o ensino dos números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos, explorando suas operações e representações. Ênfase na resolução de problemas nos campos aditivo e multiplicativo, incluindo frações, potências e radiciação, bem como aproximações e notação científica. Investigação de erros comuns e propostas de recursos pedagógicos físicos e digitais. Aplicações do número π , do número de Euler e da Álgebra Linear na representação numérica. Uso de calculadoras científicas e estratégias para análise combinatória, probabilidades e contagem.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1998.
CENTURIÓN, Marília. Números e Operações. Editora Scipione.
IFRAH, Georges. Os números: a história de uma grande invenção. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
MUNIZ, C. A.; BITTAR, M. (Org.). A aprendizagem matemática na perspectiva da Teoria dos Campos Conceituais. Curitiba: Editora CRV, 2009.
NUNES, T.; BRYANT, P. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2006.
CURY, H. N. Professora, eu só errei um sinal! Como a análise de erros pode esclarecer problemas de aprendizagem. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
MUNIZ, C. A.; SMOLE, K. S. (Org.). A Matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.
PARUTA, Anie Masquete; CARDOSO, Virgínia Cardia. O Letramento Matemático na BNCC. Zetetiké, Campinas, SP, v. 30, 2022.
POLYA, George. A arte de resolver problemas: um novo aspecto do método matemático. Trad. Heitor Lisboa de Araújo. Rio de Janeiro, 1995.
SPINILLO, A. G. O Sentido de Número e sua Importância na Educação Matemática. In: BRITO, M. R. F. (Org.). Soluções de Problemas e a Matemática Escolar. Campinas: Alínea, 2006.
VERGNAUD, G. A criança, a matemática e a realidade: problemas do ensino da matemática na escola elementar. Curitiba: Editora da UFPR, 2009.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DAMAZIO, Ademir; DA SILVA FERNANDES, Lucas. O CONCEITO DE FRAÇÃO POSICIONAL E AS OPERAÇÕES DE ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO NO MODO DAVYDOVIANO DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO. Revista Saberes Pedagógicos, v. 5, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/6818>. Acesso em 28 abr. 2025.
RODRIGUES, Aroldo Eduardo Athias; DINIZ, Hugo Alex. Sistemas de numeração: evolução histórica, fundamentos e sugestões para o ensino. Ciência e Natura, v. 37, n. 3, p. 578-591, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4675/467547643049.pdf>. Acesso em 28 abr. 2025.
TRACANELLA, ALINE TAFARELO; BIANCHINI, BARBARA LUTAIF. Os conhecimentos docentes e as operações matemáticas envolvendo o número zero. Revista de Produção Discente em Educação Matemática, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pdemat/article/view/32587>. Acesso em 28 abr. 2025.

Observações

FUNDAMENTOS DE ÁLGEBRA

Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária		67		
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Stanley Borges De Oliveira					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	54	Prática	13	EaD	00	Extensão	00
Ementa							

Estudo de equações e funções, abordando suas propriedades, representações e aplicações. Estudo das sequências e progressões.

Bibliografia Básica

IEZZI, Gelson, DOLCE, Osvaldo, MARAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar, 2** : logaritmos. - 9. ed. - São Paulo : Atual, 2010.
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. MEC, 2018.
IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar, 6** : complexos, polinômios, equações. - 8. ed. - São Paulo : Atual, 2013. (Coleção Fundamentos da matemática elementar; 6) .
SMOLE, Kátia Stocco; et al. **Jogos de matemática** : do 1º ao 3º ano Porto Alegre: Grupo A, 2008.(Cadernos do mathema: ensino médio) .
GARBI, Gilberto G.; **O romance das equações algébricas** - São Paulo: Livraria da Física, 2010.

Bibliografia Complementar

PAIS, Alexandre. **O que é Álgebra Escolar?**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
MACHADO, Sônia Aparecida. **Álgebra: Contribuições para o Ensino**. Campinas: Papirus, 2000.
SMOLE, Kátia Stocco et al. **Ensinar Matemática na Educação Básica**. Porto Alegre: Penso, 2018.
PAIS, Luiz Carlos. **Didática da matemática** : uma análise da influência francesa - 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 (Coleção Tendências em educação matemática; 3) .
D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática : da teoria à prática** 23. ed. - Campinas: Papirus, 2012. Coleção perspectivas em educação Matemática. Organizadores José Carlos Libâneo e Akiko Santos. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade** / colaborador Américo Sommerman [et al.]. 3. ed.. Campinas, SP: Alínea, [2010]. (Coleção Educação em debate) .

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BORTOLI, Marcelo de Freitas; BISOGNIN, Vanilde. Conexões matemáticas no ensino de progressões aritméticas de ordem superior. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 37, n. 75, p. 250-270, 2023.
DE JESUS, Sílvia Márcio Costa; DA SILVA, Maria Deusa Ferreira. Estudo das Funções Afins, Quadráticas e Equações Polinomiais com o auxílio do software Winplot no Ensino Médio. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 8, n. 1, 2015.
PEREIRA, Aila Coelho Matos; CUNHA, Daniela Santa Inês. A Progressão Geométrica presente nos Fractais: Uma proposta de ensino por meio da Modelagem Matemática. *Intermaths*, v. 4, n. 2, p. 135-150, 2023.

Observações

SEGUNDO SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		Estágio Supervisionado I					
Docente		Rodiney Marcelo Braga dos Santos					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	23	Prática	10	EaD	00	Extensão	00
Ementa							

O Projeto Político Pedagógico. A organização da escola. O espaço da sala de aula. Currículo escolar. Documentos oficiais. Orientação e supervisão do estágio supervisionado. As práticas de avaliação e o uso do portfólio. As práticas de avaliação e o uso do portfólio. As etapas de observação e coparticipação nos anos do ensino médio.

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, U. **Educação matemática**: da teoria à prática. Campinas: Papirus Editora, 2012.

MOREIRA, P. C.; DAVID, M. E. M. S. **A formação matemática do professor**: licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2005.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs.). **Estágios Supervisionados na Formação Docente**: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, M. **Estágio na licenciatura em Matemática**. v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.

FERREIRA, A. C.; TRALDI JÚNIOR, A. LOPES, C. E. **O estágio na formação inicial do professor que ensina matemática**. 1. ed. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2016.

FIORENTINI, D., NACARATO, A. M. (Orgs.). **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática**. Campinas, SP: Musa, 2005.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SOUZA, I. S.; FERREIRA, R. S. Algumas reflexões sobre a formação inicial do professor de matemática: vivências do estágio supervisionado. **Ensino da Matemática em Debate**, n. 5, v. 2, p. 127-141, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36716>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DE CARVALHO, A. M. F. T. A (Trans)Formação pelo Estágio Supervisionado Obrigatório em um Curso de Licenciatura em Matemática. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 15, n. 3, p. 630-646, 2013. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/24941/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PIRES, M. A. L. M.; MENDES, I. A. Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores de Matemática: limites e possibilidades. **Revista Baiana de Educação Matemática**, v. 2, n. 1, p. 01-09, jan./dez., 2021. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/12166>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Observações

POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33
Pré-Requisitos	Fundamentos Sociofilosóficos da Educação		
Docente	Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga		

Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
Aspectos conceituais relacionados ao funcionamento, organização, estrutura, política educacional e Gestão da Educação. Política, Estado e Democracia: relações com a educação. A legislação educacional brasileira em seu contexto histórico. Indicadores da Educação Básica. Professores e gestão da escola. Impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação.							
Bibliografia Básica							
BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833-27.841. _____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jun. 2007a. _____. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE]. 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. _____. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Ministério da Educação. Brasília. _____. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/ LIBANEJO, J. C. <i>Educação Escolar</i> - Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez Editora, 2012. _____. <i>Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática</i>. 6ª ed. Revista e ampliada. Heccus Editora, 2013. SAVIANI, Dermeval. <i>A Nova Lei da Educação: LDB, Trajetória, Limites e Perspectivas</i>. 5ª ed., Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.							
Bibliografia Complementar							
BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2014. MOEHLECKE, S. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39-58, 2012. VEIGA, Ilma P. A. e NAVES, Maria L. de P. (orgs.). Currículo e avaliação na educação superior. Junqueira & Marin: Araraquara, 2005. VIANNA, H. M. Avaliação de programas educacionais: duas questões. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 43-45, 2005. VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica: política e gestão da escola. Fortaleza, Liber Livro: 2008.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
CUNHA, V. P. DA .; LOPES, A. C.. MILITARIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: A EXCLUSÃO DA ATIVIDADE POLÍTICA DEMOCRÁTICA. Educação & Sociedade, v. 43, p. e258252, 2022. Disponível em https://www.scielo.br/j/es/a/QjXXtGBRt8JHqsyKn335nWK/?lang=pt# Acesso em 22 jan. 2024 MOREIRA, C. F. N.. O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola. Educação e Pesquisa, v. 47, p. e222657, 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/ep/a/7NQBdxyPm8vpBGd7JpT97cP/?lang=pt# Acesso em 22 jan. 2024 NARDI, E. L.. UMA QUALIDADE PARA A ESCOLA PÚBLICA: ENTRE O SOCIALMENTE REFERENCIADO E A LÓGICA DA REGULAÇÃO POR RESULTADOS. Cadernos CEDES, v. 43, n. 121, p. 34–43, set. 2023. Disponível em https://www.scielo.br/j/ccedes/a/L4fyjy8qmdmj8bZKQSDRy9P/?lang=pt# Acesso em 22 Jan 2024.							
Observações							

DIDÁTICA GERAL							
Tipo de Disciplina		Obrigatória			Carga Horária		67
Pré-Requisitos		Fundamentos Sociofilosóficos da Educação / Psicologia da Educação					
Docente		Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40	Prática	27	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
O conceito de Didática. A evolução histórica da Didática. O pensamento didático brasileiro. A importância da Didática na construção do processo de ensino e aprendizagem e da formação, construção da identidade e prática docente. O currículo e a prática docente. O planejamento escolar. Metodologias de ensino. Contexto, funções, referenciais e instrumentos da avaliação no processo de ensino e aprendizagem. Concepções, pressupostos e metodologias das modalidades da Educação Básica.							
Bibliografia Básica							
CANDAU, V. M. (org.). Rumo a uma nova didática. 24. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez Editora, 1994, 263 p. SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. Ed. Campinas: Autores Associados, 2011.							
Bibliografia Complementar							
ANDRÉ, M. E. D. A.; OLIVEIRA, M. R. N. S. Alternativas no ensino de Didática. 12. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. HAYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral. – 8. Ed. – São Paulo: Ática, 2006. SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2010. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. VEIGA, I. P. A. Repensando a Didática. Campinas, SP: Papirus, 1996.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 27 nov. 2023. MOEHLECKE, S. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39-58, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VcRMWBTsgWHCZczymnpgGMr/abstract/?lang=pt Acesso em: 27 nov. 2023. VIANNA, H. M. Avaliação de programas educacionais: duas questões. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 43-45, 2005. Disponível em: https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1240/1240.pdf Acesso em: 27 nov. 2023.							
Observações							
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS							
Tipo de Disciplina		Obrigatória			Carga Horária		33
Pré-Requisitos		Não requer					

Docente		Francisco Igor Arraes Alves Rocha					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
Gêneros e tipos textuais. Noções metodológicas de leitura e interpretação de textos. Habilidades básicas de produção textual. Noções linguístico-gramaticais, aplicadas a textos de natureza diversa, inclusive textos técnicos e científicos.							
Bibliografia Básica							
ANDRADE, M.M; HENRIQUES, A. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2004.							
FORMIGA, G.M; SILVA, M.A.P; DANTAS, M.L. Português Instrumental. João Pessoa: IFPB, 2011.							
BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 38ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.							
Bibliografia Complementar							
FÁVERO, L.L. Linguística textual. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.							
FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. Para entender o texto: leitura e redação. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2008.							
. Lições de texto: leitura e redação. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2008.							
MEDEIROS, J.B. Correspondência: técnica de comunicação criativa. 16ª ed. São Paulo; Atlas,2003.							
. Português instrumental. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
BORTOLOTTI, Roberta Menduni; PEROVANO, Ana Paula. Produção de textos matemáticos: a comunicação entre professor e crianças. Educação Matemática Debate, v. 2, n. 6, p. 2, 2018. Disponível em:. Acesso em: 12 dez. 2023							
LUNA, Ana Virginia de Almeida; DA SILVA, Maiana Santana; DE JESUS, Jesiane Souza. A produção de textos dos discursos de Modelagem Matemática: possibilidades e implicações às práticas pedagógicas e à formação de professores. Educação Matemática Debate, v. 4, n. 10, p. 1-19, 2020. Disponível em:http://funes.uniandes.edu.co/25469/. Acesso em: 12 dez. 2023							
NASCIMENTO, Ana Maria Porto; BRENTANO, Elena Maria. Leitura e produção de textos como recursos para aprendizagem matemática. Educação Matemática em Revista, v. 18, n. 38, p. 4-12, 2014. Disponível em:http://funes.uniandes.edu.co/26226/. Acesso em: 12 dez. 2023.							
Observações							
LABORATÓRIO NO ENSINO DE MATEMÁTICA							
Tipo de Disciplina		Obrigatória			Carga Horária		67
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Geraldo Herbetet de Lacerda					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30	Prática	37	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
O papel do Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores. O Laboratório como espaço de aprendizagem: limites, possibilidades e contribuições. O uso de materiais didáticos (MD) para o ensino-aprendizagem da matemática. Construção e adaptação de diferentes materiais didáticos e método de ensino de matemática. Experimentação de diferentes estratégias de ensino de matemática em grupos de alunos.							

Bibliografia Básica

LORENZATO, S. (org.). O Laboratório de Ensino de Matemática na Formação de Professores. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Formação de Professores).
RÊGO R. G. e RÊGO, R. M. Matematicativa.. 3 ed. João Pessoa, EdUFPB, 2009.
STEWART, I. Mania de matemática: diversão e jogos de lógica matemática. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2004.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, R. M. Conexões e Educação Matemática: brincadeiras, explorações e ações. Vol. I. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
BARBOSA, R. M. Conexões e Educação Matemática: brincadeiras, explorações e ações. Vol. II. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
PONTE J. P, BROCCADO, J e OLIVEIRA, H. Investigações matemática em Sala de Aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
RÊGO, R. G.; RÊGO, R. M. e VIEIRA, K. M. Laboratório de Ensino de Geometria. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
TAHAN, MALBA. O homem que calculava – 66a ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
Matemática divertida e curiosa - 32a ed. Rio de Janeiro Record, 2016.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

OLIVEIRA, Zaqueu Vieira; KIKUCHI, Luzia Maya. O laboratório de matemática como espaço de formação de professores. Cadernos de pesquisa, v. 48, p. 802-829, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/5JJGyGWZCfD9Q4gLZDMJRyR/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
FLEMMING, Diva Marília. Jogos como recursos didáticos nas aulas de Matemática no contexto da Educação Básica. Educação Matemática em Revista, v. 14, n. 26, p. 1-7, 2009. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/26554/1/Flemming2013Jogos.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2023.
GRANDO, Regina Célia. Recursos didáticos na Educação Matemática: jogos e materiais manipulativos. Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco, v. 5, n. 02, p. 393-416, 2015. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/saladeaula/article/view/117> . Acesso em: 10 dez. 2023.

Observações

ENSINO DE NÚMEROS E OPERAÇÕES

Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária		67		
Pré-Requisitos		Fundamentos de Números e Operações					
Docente		Geraldo Herbetet de Lacerda					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Estudo dos aspectos históricos e epistemológicos associados aos conceitos básicos de números e operações. Discussão sobre orientações curriculares de documentos oficiais no que se refere ao ensino de números e operações. Análise de erros comuns dos alunos na resolução de problemas envolvendo números e operações. Articulação entre números e operações e as outras áreas da matemática (geometria, grandezas e medidas, álgebra, probabilidade e estatística). Análise de livros didáticos no que tange aos números e operações. Discussão e elaboração, à luz da Didática da Matemática e de processos cognitivos em Educação Matemática de tarefas e recursos didáticos para o ensino e aprendizagem de números e operações.

Bibliografia Básica

COSTA, Letícia Vieira Oliveira. Números reais no ensino fundamental: alguns obstáculos epistemológicos. 2009. 364f. **Dissertação** (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Ensino de Ciências e Matemática) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

DA SILVA, Maria José Ferreira. **Investigando Saberes de Professores do Ensino Fundamental com Enfoque em Números Fracionários para a Quinta Série**. Editora Blucher, 2017. E-book.

NUNES, T.; CAMPOS, T. M. M.; REGINA, S; BRYENT; P. **Educação Matemática: números e operações numéricas**. São Paulo: Cortez: 2017.

WALLE, J. A.V. **Matemática no Ensino Fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. (PDF).

WALL, E. S. **Teoria dos Números para Professores do Ensino Fundamental**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Bibliografia Complementar

BOALER, Jo; MUNSON, Jen; WILLIAMS, Cathy. **Mentalidades Matemáticas na Sala de Aula: Ensino Fundamental - Série Desafios da Educação**. Grupo A, 2018. E-book.

CURY, Helena N. **Análise de Erros**. Grupo Autêntica, 2019. E-book.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). **Materiais Manipulativos do Sistema de Numeração Decimal**. Porto Alegre: Penso, 2016. (Coleção Mathemoteca; v. 1).

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). **Materiais Manipulativos para o Ensino das Quatro Operações Básicas**. Porto Alegre: Penso, 2016. (Coleção Mathemoteca; v.2).

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). **Materiais Manipulativos para o Ensino de Frações e Números Decimais**. Porto Alegre: Penso, 2016. (Coleção Mathemoteca; v. 3).

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BROCARD, Joana; CARRILLO, José. Ensino e aprendizagem dos números e das operações. *Quadrante*, v. 28, n. 2, p. 1-5, 2019. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/index.php/quadrante/article/download/23028/17090>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DA SILVA, Maria José Ferreira; ALMOULOU, Saddo Ag. As operações com números racionais e seus significados a partir da concepção parte-todo. *Boletim de Educação Matemática*, v. 21, n. 31, p. 55-78, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2912/291221883005.pdf> Acesso em: 28 abr. 2025.

DOS SANTOS NERY, Cristiane do Socorro; RODRIGUES, José Romário Mendes; TAVARES, Karla Caroline. O uso de jogos e material manipulável no ensino das operações com números inteiros. *Olhar de Professor*, v. 18, n. 2, p. 268-281, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/9338>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Observações

ENSINO DE ÁLGEBRA

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Francisco Aureliano Vidal					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	13	Prática	20	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
Estudo dos aspectos históricos e epistemológicos associados aos conceitos básicos de álgebra (funções afim, quadrática, modular, exponencial, logarítmica e sequências). Discussão sobre orientações curriculares de documentos oficiais no							

que se refere ao ensino de álgebra. Análise de erros comuns dos alunos na resolução de problemas envolvendo álgebra. Articulação entre álgebra e as outras áreas da matemática (números e operações, geometria, grandezas e medidas, probabilidade e estatística). Análise de livros didáticos no que tange aos conceitos de álgebra. Discussão e elaboração, à luz da Didática da Matemática e das tendências em Educação Matemática, de processos cognitivos em Educação Matemática de tarefas e recursos didáticos para o ensino e aprendizagem de álgebra.

Bibliografia Básica

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos da Matemática Elementar: Conjuntos, funções, v. 1. São Paulo: Atual, 2009.
 IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos da Matemática Elementar: Logaritmos, v. 2. São Paulo: Atual, 2010.
 IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 3: trigonometria. São Paulo: Atual, 2013.
 BOALER, Jo; MUNSON, Jen; WILLIAMS, Cathy. Mentalidades Matemáticas na Sala de Aula: Ensino Fundamental - Série Desafios da Educação. Grupo A, 2018. E-book.
 WALLE, J.A.V. Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

BOALER, Jo; MUNSON, Jen; WILLIAMS, Cathy. Mentalidades Matemáticas na Sala de Aula. Grupo A, 2019. E-book.
 D'AMBROSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. 17ª ed. Campinas: Papirus, 2010.
 PONTE, João Pedro. (Org.). Práticas profissionais dos professores de matemática. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. E-book.
 PONTE, João Pedro; BRANCO, Neuza; MATOS, Ana. Álgebra no ensino básico. Lisboa: DGDIC, 2009. E-book.
 RIBEIRO, Alessandro Jacques; CURY, Helena Noronha. Álgebra para a formação do professor: explorando os conceitos de equação e de função. Belo Horizonte: autêntica, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DONÁ, E. G.; RIBEIRO, A. J. Conhecimento Matemático para Ensinar Álgebra: uma análise curricular na Licenciatura em Pedagogia. Zetetike, Campinas, SP, v. 30, n. 00, p. e022019, 2022. DOI: 10.20396/zet.v30i00.8668443.
 PEREIRA, Aila Coelho Matos; CUNHA, Daniela Santa Inês. A Progressão Geométrica presente nos Fractais: Uma proposta de ensino por meio da Modelagem Matemática. Intermaths, v. 4, n. 2, p. 135-150, 2023.
 SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; MILANI, E. Cadernos do Mathema: jogos de matemática de 6º a 9º ano. Porto Alegre: Artmed, 2008. 104p. v. 2.

Observações

PROJETO INTERDISCIPLINAR I

Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária		83		
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Ana Paula da Cruz Pereira Moraes					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	00	Prática	00	EaD	00	Extensão	83
Ementa							

Discutir e problematizar os temas de disciplinas do segundo período e anteriores a partir da ótica da disciplina de Laboratório de Matemática, aprofundando conhecimentos em torno do uso de materiais concretos e lúdicos a partir de uma dinâmica interdisciplinar e extensionista. Das disciplinas serão escolhidos temas para contribuir com o debate e na produção de materiais e demais recursos didáticos para o ensino da Matemática. As atividades dessa unidade serão planejadas e executadas em perspectiva da curricularização da extensão.

Bibliografia Básica

DA SILVA, Maria José Ferreira. Investigando Saberes de Professores do Ensino Fundamental com Enfoque em Números Fracionários para a Quinta Série. Editora Blucher, 2017. E-book.
LORENZATO, S. (org.). O Laboratório de Ensino de Matemática na Formação de Professores. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Formação de Professores).
RÊGO R. G. e RÊGO, R. M. Matematicativa.. 3 ed. João Pessoa, EdUFPB, 2009.
STEWART, I. Mania de matemática: diversão e jogos de lógica matemática. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2004.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, R. M. Conexões e Educação Matemática: brincadeiras, explorações e ações. Vol. I. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). **Materiais Manipulativos para o Ensino de Frações e Números Decimais**. Porto Alegre: Penso, 2016. (Coleção Mathemoteca; v. 3).
PONTE J. P, BROCADO, J e OLIVEIRA, H. Investigações matemática em Sala de Aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
RÊGO, R. G.; RÊGO, R. M. e VIEIRA, K. M. Laboratório de Ensino de Geometria. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
TAHAN, MALBA. O homem que calculava – 66a ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
Matemática divertida e curiosa - 32a ed. Rio de Janeiro Record, 2016.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

OLIVEIRA, Zaqueu Vieira; KIKUCHI, Luzia Maya. O laboratório de matemática como espaço de formação de professores. Cadernos de pesquisa, v. 48, p. 802-829, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/5JJGyGWZCfd9Q4gLZDMJRYR/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
FLEMMING, Diva Marília. Jogos como recursos didáticos nas aulas de Matemática no contexto da Educação Básica. Educação Matemática em Revista, v. 14, n. 26, p. 1-7, 2009. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/26554/1/Flemming2013Jogos.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2023.
GRANDO, Regina Célia. Recursos didáticos na Educação Matemática: jogos e materiais manipulativos. Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco, v. 5, n. 02, p. 393-416, 2015. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/saladeaula/article/view/117> . Acesso em: 10 dez. 2023.

Observações

TERCEIRO SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33
Pré-Requisitos	Estágio Supervisionado II		
Docente	Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga		
Distribuição da Carga Horária			

Teórica	23	Prática	10	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
Modalidades educacionais. Pressupostos teórico-metodológicos das modalidades de ensino. Documentos oficiais. Orientação e supervisão do estágio supervisionado. As práticas de avaliação e o uso do portfólio. As etapas de observação e coparticipação na Educação de Jovens e Adultos, na Educação Profissional e Tecnológica ou em Educação Especial.							
Bibliografia Básica							
D'AMBRÓSIO, U. Educação matemática : da teoria à prática. Campinas: Papirus Editora. 2012.							
MOREIRA, P. C.; DAVID, M. E. M. S. A formação matemática do professor : licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2005.							
PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs.). Estágios Supervisionados na Formação Docente : educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.							
Bibliografia Complementar							
CARVALHO, M. Estágio na licenciatura em Matemática . v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.							
FERREIRA, A. C.; TRALDI JÚNIOR, A. LOPES, C. E. O estágio na formação inicial do professor que ensina matemática . 1. ed. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2016.							
FIORENTINI, D., NACARATO, A. M. (Orgs.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática . Campinas, SP: Musa, 2005.							
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.							
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
SOUZA, I. S.; FERREIRA, R. S. Algumas reflexões sobre a formação inicial do professor de matemática: vivências do estágio supervisionado. Ensino da Matemática em Debate , n. 5, v. 2, p. 127-141, 2018. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36716 . Acesso em: 15 jul. 2025.							
DE CARVALHO, A. M. F. T. A (Trans)Formação pelo Estágio Supervisionado Obrigatório em um Curso de Licenciatura em Matemática. Educação Matemática Pesquisa , v. 15, n. 3, p. 630-646, 2013. Disponível em: http://funes.uniandes.edu.co/24941/ . Acesso em: 15 jul. 2025.							
PIRES, M. A. L. M.; MENDES, I. A. Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores de Matemática: limites e possibilidades. Revista Baiana de Educação Matemática , v. 2, n. 1, p. 01-09, jan./dez., 2021. Disponível em: https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/12166 . Acesso em: 15 jul. 2025.							
Observações							
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			Carga Horária	33		

Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Ana Paula da Cruz Pereira Moraes					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
História, Memória e Educação. Educação e práticas humanas no tempo: da Antiguidade à Contemporaneidade. A Educação no contexto histórico e social brasileiro: da Colônia à República. Educação e História da Cultura Afro-brasileira e Indígena. Educação e Questões Étnico-Raciais no Brasil. Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos. Educação Matemática no Brasil. Desafios contemporâneos da Educação.							
Bibliografia Básica							
ARANHA, M. L. A. História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil. São Paulo : Moderna, 2006. GHIRALDELLI Jr, P.. História da Educação Brasileira. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2000.							
Bibliografia Complementar							
BRANDÃO, C.R. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. CUNHA, M. C. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. MIGUEL, A.; MIORIM, M.A. História da Educação Matemática: Propostas e Desafios. Coleção Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Atual, 2004. SOUZA, M. M.. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006. SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
ANASTACIO, FRANSUELTON GOMES, JÚNIO MOREIRA DE ALENCAR, E LUCIANA MARIA DE SOUSA MACÊDO. "Contribuições Da Cultura Afro-Indígena Para a Matemática." Boletim Cearense De Educação E História Da Matemática (Online) 8.23 (2021): 946-59. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/5034 . Acesso em 03 de dezembro de 2023 D'AMBROSIO, U. Reflexões sobre história, filosofia e matemática. BOLEMA - Boletim de Educação Matemática, Edição Especial 2. vol. 7 p. 42-60, 1992. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10784 . Acesso em 03 de dezembro de 2023 PIZZOLATTO, CRISTIANE. , BERNARTT, MARIA DE L. e PONTAROLO, EDILSON . "A Educação Matemática Crítica Na Formação Do Cidadão Para Sua Emancipação Social." La Salle (Canoas, Rio Grande Do Sul, Brazil) 25.1 (2020): 303..Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5678 Acesso em 03 de dezembro de 2023 PEREIRA, SANDY APARECIDA; GODOY, ELENILTON VIEIRA. “Decolonialidade na Educação Matemática: uma revisão sistemática de literatura”. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, v. 19, n. 42, p. 53-69, jun. 2023. ISSN 2317-5125. Disponível em: < https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/13383 >. Acesso em: 03 dez. 2023. doi: http://dx.doi.org/10.18542/amazrecm.v19i42.13383 . RODRIGUES-MONTEIRO, H. S. Estudos da Tradução e Ensino de Matemática: a escola indígena em questão. REMATEC, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 213–232, 2019. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2019.n31.p213-232.id196. Disponível em: https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/176 . Acesso em: 3 dez. 2023. VOLTOLINI, LUZIA, E CARMEN TERESA KAIBER. "Saber Cultural E a Matemática Escolar: Encontro Necessário na Educação Escolar Indígena." Zetetiké 26.1 (2018): 113-32. Disponível em: < https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8650861 >. Acesso em: 03 dez. 2023. doi: https://doi.org/10.20396/zet.v26i1.8650861 VALENTE, W. R. (2023). Breve história de uma ‘Matemática a ensinar’ para o 1º grau. Revista Brasileira De História Da Educação, 24(1), e301. https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e301							
Observações							

DIDÁTICA DA MATEMÁTICA							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		Didática Geral					
Docente		Rodiney Marcelo Braga dos Santos					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	26	Prática	07	EaD	00	Extensão	00

Ementa

A educação matemática escolar no Brasil. Fundamentos da didática da matemática. Perspectiva crítica do planejamento pedagógico em educação matemática. A relação teoria e prática na construção da matemática e no trabalho pedagógico do professor.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, J. L. (Org.) Pesquisa qualitativa em Educação Matemática. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
D'AMBROSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. 23ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
PAIS, L. C. Didática da matemática: uma análise da influência francesa. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Bibliografia Complementar

ALMOULD, S. AG. Fundamentos da didática da Matemática. Curitiba: EDUFPR, 2007.
BROUSSEAU, G. Introdução ao estudo das situações didáticas. São Paulo: Ática, 2008.
FERREIRA, V. L. Metodologia do ensino de Matemática: história, currículo e formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011.
GODOY, E. V. Currículo, cultura e educação matemática: uma aproximação possível? Campinas, SP: Papirus, 2015.
MACHADO, S. D. A. Educação matemática: uma introdução. 3ª ed. São Paulo: EDUC, 2008.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ALVES, Francisco Regis Vieira. Didática de matemática: seus pressupostos de ordem epistemológica, metodológica e cognitiva. Interfaces da Educação, v. 7, n. 21, p. 131-150, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1259>. Acesso em: 20 nov. 2023.
PONTE, João Pedro da. A didática da matemática e o trabalho do professor. RBECM-Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática, v. 3, p. 809-826, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rbecm/article/view/11831>. Acesso em: 20 nov. 2023.
WITT, Claudia Maria; PANOSSIAN, Maria Lucia. A Disciplina Didática da Matemática nos cursos de Licenciatura em Matemática a Distância: o que apresentam os documentos destes cursos. Revista de Educação Matemática (REMat), v. 18, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/122>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Observações

CÁLCULO I			
Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Fundamentos de Números e Operações/ Fundamentos de Álgebra		
Docente	José Doval Nunes Martins		

Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
Funções Reais, Limite, Continuidade, Derivada e Aplicações da Derivada.							
Bibliografia Básica							
FLEMMING, D.M; GONÇALVES, M.B. Cálculo A: Funções, limite, derivação e integração. 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1. Harbra, 1994. STEWART, J. Cálculo. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.							
Bibliografia Complementar							
ÁVILA, G. Cálculo das funções de uma variável. Vol.1. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. BOULOS, P. Cálculo diferencial e integral. Vol. 1. São Paulo: Pearson, 1999. GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. Vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008. HOWARD, A.; BIVENS, I.; DAVIS, S. Cálculo. Vol. 1. 10ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. Cálculo. Vol. 1. Rio de Janeiro: LTC, 1982.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
BAIRRAL, Marcelo Almeida; LOBO, Rafael Dias. Uso do GeoGebra em Cálculo Diferencial e Integral: Um mapeamento sobre a aprendizagem de Limite Use of GeoGebra in Differential and Integral Calculus: A mapping on Limit Learning. Revista do Instituto GeoGebra Internacional de São Paulo, v. 9, n. 3, p. 74-88, 2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/IGISP/article/view/50159 Acesso em: 10 dez. 2024. DE OLIVEIRA JUNIOR, Rogerio Luiz Quintino. O Conceito de\infinitésimos Associado ao Software GeoGebra em uma aula experimental de Cálculo. Cadernos do IME-Série Matemática, n. 12, p. 16-25, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadmat/article/view/37248 . Acesso em: 10 dez. 2024. DE CARVALHO, Tadeu Fernandes; D’OTTAVIANO, Itala M. Lofredo. Sobre Leibniz, Newton e infinitésimos, das origens do cálculo infinitesimal aos fundamentos do cálculo diferencial paraconsistente. Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, v. 8, n. 1, 2006. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/544 . Acesso em: 10 dez. 2024.							
Observações							

ÁLGEBRA VETORIAL COM GEOMETRIA ANALÍTICA							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Fundamentos de Números e Operações/ Fundamentos de Álgebra					
Docente		Ailton Ribeiro de Assis					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
Geometria analítica. Vetores. Retas e Planos. Cônicas e Quádricas.							
Bibliografia Básica							
BOULOS, P.; CAMARGO I. Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.							

LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. vol. 2. 3ª ed. São Paulo: Harbra, 1994.
WINTERLE, P. Vetores e geometria analítica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

Bibliografia Complementar

GONÇALVES, Z.M. Geometria analítica no espaço: tratamento vetorial. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.
LEHMANN, C.H. Geometria analítica. São Paulo: Globo, 1998.
MELLO, D. A.; WATANABE, R.G. Vetores e uma iniciação à Geometria Analítica. 2ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.
SANTOS, R.J. Matrizes, Vetores e Geometria Analítica. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2010.
WINTERLE, P.; STEINBRUCH, A. Geometria analítica. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1987.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FEITOSA, Murilo Carvalho; DE AQUINO, Adelmo Artur; LAVOR, Otávio Paulino. Ensino de retas e planos com auxílio do software GeoGebra 3D mobile. REAMEC-Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, v. 8, n. 2, p. 374-391, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/10042>. Acesso em: 21 nov. 2023.
SILVA, Rodrigo. Uma experiência sobre o ensino e aprendizagem de vetores no IFRS com o auxílio do Geogebra. Cadernos de Aplicação, v. 25, n. 1, p. 299-318, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/26540>. Acesso em: 21 nov 2023.
SILVA, Sérgio Florentino da; MORETTI, Mércles Thadeu. Registros em língua natural das superfícies quádras: análise semiótica e possibilidades de uso de novos registros. Educação Matemática Pesquisa, v. 20, n. 1, p. 294-314, 2018. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/27245/>. Acesso em: 21 nov 2023.

Observações

ARGUMENTAÇÃO MATEMÁTICA

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Não requer		
Docente	Geraldo Herbetet de Lacerda		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	54	Prática	13	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Lógica proposicional. Técnicas de demonstração. Princípio da Indução Finita.

Bibliografia Básica

FILHO, E. A. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo: Nobel, 2002.
FILHO, D.C.M. Um Convite à Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2013.
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 1. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

Bibliografia Complementar

CRUZ, A.; MOURA, J. E. A. A lógica na construção dos argumentos (Notas em Mat. Aplicada 14). SBMAC, 2004.
FILHO, D.C.M. Manual de Redação Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2014.
MACHADO, N.; ORTEGA, M.. Lógica e Linguagem cotidiana. Autêntica: BH, 2005.
MORTARI, C.A. Introdução à lógica. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2017.

ZEGARELLI, M. Lógica para leigos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DAS DORES SAVIOLI, Angela Marta Pereira. Uma Reflexão sobre a Indução Finita: relato de uma experiência. Boletim de Educação Matemática, v. 20, n. 27, 2007. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/2912/291221869004.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DA SILVA, Eduardo Machado; SAVIOLI, Angela Marta Pereira Das DORES. O conceito de indução finita na compreensão de estudantes de um curso de matemática. Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v. 5, n. 3, p. 127-148, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37739>. Acesso em: 10 dez. 2023.

RODRIGUES, Angela Pereira; DE ARAÚJO FEITOSA, Hércules. A lógica proposicional do 'quase sempre'. Cognitio-Estudios: revista eletrônica de filosofia, v. 9, n. 2, p. 227-242, 2012. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/7460/9591>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Observações

FUNDAMENTOS E ENSINO DE TRIGONOMETRIA

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Não requer		
Docente	Emanuel Abdalla Pinheiro/Márcio Alisson Leandro Costa		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo; trigonometria na circunferência: Arcos e ângulos -. Razões trigonométricas na circunferência; relações fundamentais; funções circulares; transformações e identidades; equações e inequações; funções circulares inversas. Trigonometria e suas implicações para os processos de ensino e de aprendizagem, a partir do uso das tendências em Educação Matemática. Números complexos: operações com pares ordenados; forma algébrica; forma trigonométrica; potenciação; radiciação; equações binômias e trinômias. Números complexos e suas implicações para os processos de ensino e de aprendizagem, a partir do uso das tendências em Educação Matemática.

Bibliografia Básica

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar. Trigonometria. 9.ed. São Paulo: Ed. Atual, v. 3, 2013.

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar. Complexos, polinômios, equações. 9.ed. São Paulo: Ed. Atual, v. 3, 2013

CARMO, M. P.; MORGADO, A. C.; WAGNER, E. Trigonometria e números complexos. Coleção do Professor de Matemática, SBM, 2005.

LIMA, Elon L. et al. A Matemática do Ensino Médio. Vol. 1. 11ª ed. Rio de Janeiro: SBM, 2016.

Bibliografia Complementar

DANTE, L. R. Projeto VOAZ matemática. 1. ed. São Paulo: Ed. Ática, volume único, 2012. Coleção Projeto VOAZ.

PAIVA, M. R. Matemática: Paiva. 2.ed. São Paulo: Ed. Moderna, v. 2, 2010.

STERLING, Mary Jane. Trigonometria para leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PEREIRA, Cícero da Silva. Aprendizagem em Trigonometria no Ensino Médio. Contribuições da Teoria da Aprendizagem Significativa. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DE OLIVEIRA, Mateus Souza; DA SILVA, Maria Deusa Ferreira. Desvendando os Segredos das Funções Trigonométricas: uma atividade prática com o uso do GeoGebra. **Educação Matemática Em Revista**, v. 29, n. 82, p. 1-12, 2024.

SALMONA, Francisco; FRANCISCO, Lola Celestina Lijanga; ISSUFO, Dauto Sulemane. O GeoGebra como ferramenta de apoio para aprendizagem significativa da Transformação linear de funções trigonométricas. **Revista do Instituto GeoGebra Internacional de São Paulo**, v. 13, n. 1, p. 34-54, 2024.

SANTIAGO, Eilson. O ensino da trigonometria usando o software geogebra como ferramenta de ensino-aprendizagem. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 6, p. e5230-e5230, 2024.

Observações

PROJETO INTERDISCIPLINAR II

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DISCIPLINA							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		83	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Geraldo Herbetet de Lacerda					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica		67		Prática		00	
				EaD		00	
						Extensão	
						83	

Ementa

Discutir e problematizar os temas das disciplinas do terceiro período e anteriores tendo como base a disciplina de Didática da matemática a partir de uma dinâmica interdisciplinar e extensionista. De cada disciplina será escolhido um tema para contribuir com o debate e produzir os resultados das avaliações propostas. As atividades dessa unidade serão planejadas e executadas em perspectiva da curricularização da extensão.

Bibliografia Básica

D'AMBROSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. 23ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. PAIS, L. C. Didática da matemática: uma análise da influência francesa. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. MOREIRA, P. C.; DAVID, M. M. M. S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Bibliografia Complementar

DANTE, L. R. Matemática: Contexto e Aplicações. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2016. HOWARD, A.; BIVENS, I.; DAVIS, S. Cálculo. Vol. 1. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. NACARATO, A. M.; PAIVA, M. A. V. (Org.) A formação do professor que ensina matemática: perspectivas e pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.) Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2. Ed. São Paulo, SP. Xamã, 2007. PAIS, L. C. Didática da matemática: uma análise da influência francesa. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DE OLIVEIRA, Everton Melo. QUE CIDADÃO OS PROJETOS INTEGRADOS DE MATEMÁTICA PRETENDEM FORMAR?. Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática, n. 16, 2022. Disponível: <https://periodicos.ufms.br/index.php/sesemat/article/view/16320>. Acesso em: 11 dez. 2023. FERNANDES, Flávio; PETRY, Vitor José. A aprendizagem significativa com modelagem matemática: uma perspectiva através de projeto integrador aplicado na educação de jovens e adultos. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 15, n. 10, p. 12546-12573, 2023. Disponível: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2099>. Acesso em: 11 dez. 2023. MULAZANI DOS SANTOS, Luciane et al. A construção de conhecimentos para o ensino de matemática nos cursos de formação inicial. BOEM, v. 10, n. 19, 2022.

Disponível: <https://web.p.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=2357724X&AN=160721390&h=jMU2MylfIRF74d4u6CZMyaXGu7A%2ftA0uavibZFImwSZC00Ecn8mc8ARVIfdec eaXKyljttvCrI8LIQN5UnfHg%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d2357724X%26AN%3d160721390>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Observações

QUARTO SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Estágio Supervisionado III					
Docente		Rodiney Marcelo Braga dos Santos					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40	Prática	27	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Planejamento da ação pedagógica. Saberes docentes. Documentos oficiais. Orientação e supervisão do estágio supervisionado. As práticas de avaliação e o uso do portfólio. A etapa de regência. Elaboração do projeto de regência para atuação nas etapas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio e em contextos das modalidades educacionais (Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica ou Educação Especial).

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, U. **Educação matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus Editora, 2012.
 MOREIRA, P. C.; DAVID, M. E. M. S. **A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2005.
 PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs.). **Estágios Supervisionados na Formação Docente: educação básica e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, M. **Estágio na licenciatura em Matemática**. v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.
 FERREIRA, A. C.; TRALDI JÚNIOR, A. LOPES, C. E. **O estágio na formação inicial do professor que ensina matemática**. 1. ed. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2016.
 FIORENTINI, D., NACARATO, A. M. (Orgs.). **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática**. Campinas, SP: Musa, 2005.
 PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SOUZA, I. S.; FERREIRA, R. S. Algumas reflexões sobre a formação inicial do professor de matemática: vivências do estágio supervisionado. **Ensino da Matemática em Debate**, n. 5, v. 2, p. 127-141, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36716>. Acesso em: 15 jul. 2025.
 DE CARVALHO, A. M. F. T. A (Trans)Formação pelo Estágio Supervisionado Obrigatório em um Curso de Licenciatura em Matemática. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 15, n. 3, p. 630-646, 2013. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/24941/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PIRES, M. A. L. M.; MENDES, I. A. Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores de Matemática: limites e possibilidades. **Revista Baiana de Educação Matemática**, v. 2, n. 1, p. 01-09, jan./dez., 2021. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/12166>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Observações

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33
Pré-Requisitos	História da Educação		
Docente	Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	33	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira, destacando sua diversidade, contribuições sociais, científicas e culturais para a formação do Brasil. Análise dos processos de colonização, escravização e resistência. Consideração das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e suas implicações educacionais. Integração de perspectivas interculturais ao contexto da formação docente em Matemática.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
 CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
 D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo: Ática, 1998.
 SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012. 176 p. il.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.

HAMMES, Elisabete Cristina. Dialogando sobre conhecimento e ciência a partir da cultura Kaingang e da perspectiva decolonial. Niterói: Editora UFFS, 2022. 321 p. ISBN 9786586545951. e-ISBN 9786586545944. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786586545944>.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

UNESCO. História Geral da África. Brasília: Unesco; MEC/Secad; UFSCar, 2010. 8 v.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ALVES, L.; NASCIMENTO DOS SANTOS, W.; TEIXEIRA, D. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 103, n. 264, 22 ago. 2022.

FERREIRA, Eduardo Sebastiani. A importância do conhecimento etnomatemático indígena na escola dos não-índios. Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 62, abr./jun. 1994. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2274/2013/>. Acesso em 04 dez. 2025.

MENEZES, P. C. S.; PIO, A. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008: um balanço atual baseado nas apropriações docentes. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 13, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/olhares.2025.v13.19407>.

PANTOJA, F. R. L.; CUSTÓDIO, E. S. Afroetnomatemática e suas contribuições para uma educação antirracista. Science and Knowledge in Focus, v. 7, n. 1, p. 22–39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/scienceinfocus/article/view/442>

Observações

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
---------------------------	-------------	----------------------	----

Pré-Requisitos	História da Educação / Didática
-----------------------	---------------------------------

Docente	Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga
----------------	-------------------------------------

Distribuição da Carga Horária

Teórica	50	Prática	17	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Planejamento educacional. A avaliação educacional. Pressupostos históricos, filosóficos e sociológicos da Avaliação educacional. Políticas institucionais de avaliação e seu processo de inclusão e exclusão na escola e na sociedade. A avaliação formativa como alternativa visando às aprendizagens. Técnicas e instrumentos de coleta de dados avaliativos. A avaliação da aprendizagem no contexto das novas tecnologias educacionais.

Bibliografia Básica

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>

LIBÂNEO. Didática. – São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção Magistério. Série Formação do professor).

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. Ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

HOFFMANN, J. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtiva. 41. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

_____. Avaliação mediadora: uma prática em construção, da pré-escola à universidade. 31. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833-27.841.

_____. Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>

DEMO, P. Avaliação qualitativa. 11. Ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

FERNANDES, Domingos. Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SANTANA, I. M. Por que avaliar? Como avaliar?: critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIANNA, H. M. Avaliação de programas educacionais: duas questões. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 43-45, 2005.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ARANDA, M. A. de M.; RODRIGUES, E. S. de S.; MILITÃO, S. C. N. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. Dossiê - Novas e velhas formas de regulação da gestão dos sistemas educacionais • Educ. rev. 36 • 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.69767>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/46d73Yqp37FbZtFzdbCMrgL/#>

GONÇALVES, P. Como construir o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes da educação especial. SALA 8: Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas E Gestão Da Educação, v.1, n. 7, 2024. Disponível em <https://periodicos.upe.br/index.php/revistasalaoito/article/view/811>

GONZAGA, A. E. S. G.; LEITE, R. H. ; SILVA, L.M.da S. ; CARVALHO, W.R. L. A avaliação da aprendizagem na formação docente: revelando horizontes. Estudos em Avaliação Educacional (Online), v. 34, p. e08097, 2023. <https://doi.org/10.18222/eae.v34.8097> Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/8097>

Observações

CÁLCULO II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Cálculo I		
Docente	Emanuel Abdalla Pinheiro		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Integral Indefinida, Integral Definida, Teorema Fundamental do Cálculo, Integrais Impróprias e Métodos de Integração e Aplicações da Integral Definida. Funções de Várias Variáveis, Limites e Continuidade de Funções de mais de uma Variável.

Bibliografia Básica

HOWARD, A.; BIVENS, I.; DAVIS, S. Cálculo. Vol. 1. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

STEWART, J. Cálculo. Vol. 2. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

THOMAS, G. B.; WEIR, M. D.; HASS, J. Cálculo. Vol. 2. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 2013.

Bibliografia Complementar

ÁVILA, G. Cálculo das funções de uma variável. Vol.3. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

_____. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais de linha e de superfície. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. Vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2001.

_____. Um curso de cálculo. Vol. 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 2. São Paulo: Harbra. 1994.

MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. Cálculo. Vol. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DANTAS, Sérgio Carrazedo; MATHIAS, Carmen Vieira. Formas de revolução e cálculo de volume. *Ciência e Natura*, v. 39, n. 1, p. 142-155, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4675/467549116016/html/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DE OLIVEIRA JUNIOR, Rogerio Luiz Quintino. UMA RELEITURA DA ORIGEM GEOMÉTRICA DO TEOREMA FUNDAMENTAL DO CÁLCULO PARA O AUXÍLIO NO ENSINO SUPERIOR. *Cadernos do IME-Série Matemática*, n. 15, p. 104-116, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadmat/article/view/52651>. Acesso em: 10 dez. 2023.

RUFINO, E.; SOARES, Stephen B. Volume de sólidos de revolução com eixo de rotação inclinado. *RCT*, v. 3, n. 5, 2017. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/h7psdfp5z5bathjue4flcnk6ki/access/wayback/https://revista.ufr.br/rct/article/download/4501/2395> . Acesso em: 10 dez. 2023.

Observações

FUNDAMENTOS DE ESTATÍSTICA, PROBABILIDADE E COMBINATÓRIA

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
---------------------------	-------------	----------------------	----

Pré-Requisitos	Fundamentos de Números e Operações/ Fundamentos de Álgebra
-----------------------	--

Docente	Vinicius Martins Teodosio Rocha
----------------	---------------------------------

Distribuição da Carga Horária

Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Conceitos Fundamentais. Distribuição de Frequência. Representação tabular e gráfica de dados. Medidas de Posição e Dispersão. Assimetria. Curtose. Quartis. Técnicas de amostragem. Noções de Correlação e Regressão linear. Introdução a análise combinatória: princípio fundamental da contagem e suas consequências; arranjos, permutação, fatorial; combinação; permutação com elementos repetidos. Teorema binomial. Introdução à Probabilidade: Probabilidade Condicional e independência; teorema da probabilidade total; Teorema de Bayes. Variáveis Aleatórias Unidimensionais. Valor esperado e variância de uma variável aleatória. Modelos probabilísticos discretos e contínuos.

Bibliografia Básica

BARBETTA, P.A.; REIS, M. M.; BORNIA, A.C. Estatística para cursos de engenharia e informática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SAMUEL HAZZAN. Fundamentos de matemática elementar, 5 : combinatória, probabilidade. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2013.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de estatística. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MEYER, P.L. Probabilidade: aplicações à estatística. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

Bibliografia Complementar

CASTRO, L. S. V. Exercícios de Estatística. Rio de Janeiro: Científica, 1997.

COSTA, G. G. O. Curso de estatística inferencial e probabilidades: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

CRESPO, A. A. Estatística fácil. São Paulo: Saraiva, 2009.

DOWNING, D.; CLARK, J.; FARIAS, A. A. Estatística aplicada. São Paulo: Saraiva, 2015.

WITTE, R.S.; WITTE, J. S. Estatística. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2005.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FREI, F. Uso de Simulação para o Ensino de Estatística Inferencial: o caso do Teorema Central do Limite. Revista de Educação Matemática (Online), v. 18, e021009. Disponível em: <https://doi.org/10.37001/remat25269062v17id491>. Acesso em: 11 dez. 2023.

FREI, F. Aprendizagem Baseada Em Problemas (abp) Aplicada Ao Ensino De Estatística Inferencial Não Paramétrica No Ensino Superior. Revista de Ensino de Ciências e Matemática, v. 11, n. 1, p. 13-26, 2020. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/31866/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SILVA, R. B.; EURIVALDA, R. S. S. Tendências Pedagógicas no ensino de estatística: perspectiva de professores. Revista De Educação Matemática, v. 19, e022064. Disponível em: <https://doi.org/10.37001/remat25269062v19id729>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Observações

FUNDAMENTOS DA GEOMETRIA PLANA

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
---------------------------	-------------	----------------------	----

Pré-Requisitos	Argumentação Matemática
-----------------------	-------------------------

Docente	Leonardo Ferreira Soares
----------------	--------------------------

Distribuição da Carga Horária

Teórica	54	Prática	13	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Noções primitivas. Ângulos. Triângulos. Congruência. Desigualdade triangular. Paralelismo, Perpendicularidade. Quadriláteros. Pontos notáveis do triângulo. Traços auxiliares. Quadriláteros côncavos especiais. Polígonos. Circunferência e círculo. Ângulos na circunferência. Teorema de Tales. Semelhanças de triângulos. Círculo. Trigonometria e geometria. Perímetros e Áreas.

Bibliografia Básica

BARBOSA, J.L.M.. Geometria Euclidiana Plana. 11ª ed. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2012.

DOLCE, Osvaldo e POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar: Vol. 9. 9ª ed. São Paulo: Atual, 2013.

NETO, Antônio Caminha Muniz. Tópicos de Matemática Elementar: Geometria Euclidiana Plana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2013.

Bibliografia Complementar

BERLINSKI, D. Elementos de Euclides: Uma história da geometria e do poder das ideias. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Euclides. Os Elementos. Tradução de Irineu Bicudo. Editora. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2009. (tem na de Catolé do Rocha dois volumes).

LIMA, E.L. Medidas e Formas em Geometria. Coleção do Professor de Matemática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 1997.

WAGNER, E.; CARVALHO, P.C.P.; MORGADO, A.C.O. A Matemática do Ensino Médio Vol. 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2006.

WAGNER, E. Construções Geométricas. Coleção do Professor de Matemática. 6ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2007.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

COSTA, Bruno Rodrigues; MACHADO, Selma; QUARESMA, Alessandra. A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA COMO ALTERNATIVA METODOLÓGICA DE ENSINO DE GEOMETRIA PLANA ÁREA E PERÍMETRO: ÁREA E PERÍMETRO. Boletim Cearense de Educação e História da Matemática, v. 7, n. 20, p. 253-265, 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200718113954/https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/download/2849/2994>. Acesso em 06/12/2023.

FREIRE, Fernando Oliveira et al. Trabalhando tópicos da geometria com o auxílio do Geoplano: uma experiência com alunos do sexto ano do Ensino Fundamental. REMAT: Revista Eletrônica da Matemática, v. 7, n. 1, p. e2005-e2005, 2021. Disponível em <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/4554>. Acesso em 06/12/2023.

OLIVEIRA, Gerson Pastre de; GONÇALVES, Mariana Dias. Construções em Geometria Euclidiana Plana: as perspectivas abertas por estratégias didáticas com tecnologias. Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 32, p. 92-116, 2018. Disponível <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema>. Acesso me 06/12/2023

Observações

PROJETO INTERDISCIPLINAR III

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	83
---------------------------	-------------	----------------------	----

Pré-Requisitos	Não requer
-----------------------	------------

Docente	Francisco Aureliano Vidal
----------------	---------------------------

Distribuição da Carga Horária

Teórica	00	Prática	00	EaD	00	Extensão	83
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Discutir e problematizar os temas das disciplinas do quarto período e anteriores relacionando a disciplina de Fundamentos de Estatística, Probabilidade e Combinatória a partir de uma dinâmica interdisciplinar e extensionista. De cada disciplina será escolhido um tema para contribuir com o debate e produzir os resultados das avaliações propostas. As atividades desta unidade serão planejadas e executadas em perspectiva da curricularização da extensão.

Bibliografia Básica

BARBOSA, J.L.M.. Geometria Euclidiana Plana. 11ª ed. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2012.

BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia Complementar

D'AMORE, Bruno. Epistemologia, didática da matemática e práticas de ensino. Boletim de Educação Matemática, v. 20, n. 28, p. 179-205, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2912/291221871010.pdf> Acesso em: 27 nov. 2023

LIMA, E.L. Medidas e Formas em Geometria. Coleção do Professor de Matemática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 1997.

LIPSCHUTZ, S.; LIPSON, M.L. Álgebra linear. 4ª ed. Tradução: Claus Ivo Doering. Porto Alegre: Bookman, 2011.

RODRIGUES, M; BARROSO, N. Trigonometria Indiana: o método das diferenças, as séries de potências do seno, cosseno, e as estimativas de π . Professor de Matemática Online (PMO), v. 8, n. 4, pp. 422-439, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21711/2319023x2020/pmo831>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

AFINI, Dais C.; DE SOUZA JÚNIOR, José C.; CARDOSO, Andréa. Pavimentações do plano e quasicristais: uma proposta interdisciplinar para o ensino de geometria plana. Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://proceedings.sbmac.org.br/sbmac/article/view/769>. Acesso em 11 dez. 2023.

ARCANJO FILHO, Miguel; DE CARVALHO TAVARES, Agamenon Henrique. O ensino de geometria numa perspectiva interdisciplinar como iniciativa para uma abordagem transdisciplinar. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, v. 1, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/download/584/492>. Acesso em: 11 dez. 2023.

DE OLIVEIRA, Fabio Caires; BUCHARDT, Arlete Tavares. Formação continuada: uma proposta de prática investigativa e interdisciplinar para o ensino de geometria plana. Revista Prática Docente, v. 3, n. 1, p. 75-90, 2018. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/601>. Acesso em 11 dez. 2023.

Observações

QUINTO SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Estágio Supervisionado IV					
Docente		Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	17	Prática	50	EaD	00	Extensão	00

Ementa

A etapa de regência nos anos finais do ensino fundamental. Documentos oficiais. Conceitos, funções e organização do planejamento de ensino. Diferentes tipos de planejamento escolar (plano da escola – plano de ensino – plano de aula). O planejamento e a prática escolar. O Planejamento e o processo de avaliação: funções, modalidades e instrumentos de avaliação. O uso do portfólio. Etapas e elementos do relatório de estágio supervisionado.

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. Campinas: Papirus Editora. 2012.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs.). Estágios Supervisionados na Formação Docente: educação básica e educação de jovens e adultos. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010

VAN DE WALLE, J. A. Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula / John A. Van de Walle ; tradução Paulo Henrique Colonese. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução Ad Referendum nº 14, de 30 de maio de 2017. Dispõe sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

CARVALHO, M.; Estágio na licenciatura em Matemática. Vol. 1. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.

FERREIRA, A. C.; TRALDI JÚNIOR, A. LOPES, C. E. O estágio na formação inicial do professor que ensina matemática. 1ª ed. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2016.

FIORENTINI, D., NACARATO, A. M. (Orgs.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática. Campinas, SP: Musa, 2005.

PIMENTA, S. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, E. S. E. Nova LDB comentada. 4. ed. São Luís, 2009.

SILVESTRE, M. A.; VALENTE, W. R.; Professores em residência pedagógica: estágio para ensinar matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.). Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DAUANNY, E. B.; LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. A produção teórico-prática sobre o estágio na formação do professor –uma revisão crítica. Revista Interdisciplinar Sulear, Ibirité, ano 1, n. 3, p. 1-18, nov. 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/Sulear/article/view/4274>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. Poiésis, Florianópolis, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2005/2006. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 15 de jul. 2025.

SUZART, L. A. SILVA, A. J. N. S. O Estágio Supervisionado e o constituir-se professor de Matemática: “ser ou não ser professor?”. Educação Básica Revista, São Paulo, v. 6, n. 1, 2020. Disponível em:

[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SUZART%2C+L.+A.+SILVA%2C+A.+J.+N.+S.+O+Estágio+Supervisionado+e+o+constituir-se+professor+de+Matemática%3A+“ser+ou+não+ser+professor%3F”+.+Educação+Básica+Revista%2C+São+Paulo%2C+v.+6%2C+n.+1%2C+2020.+&btnG=)

[BR&as_sdt=0%2C5&q=SUZART%2C+L.+A.+SILVA%2C+A.+J.+N.+S.+O+Estágio+Supervisionado+e+o+constituir-se+professor+de+Matemática%3A+“ser+ou+não+ser+professor%3F”+.+Educação+Básica+Revista%2C+São+Paulo%2C+v.+6%2C+n.+1%2C+2020.+&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SUZART%2C+L.+A.+SILVA%2C+A.+J.+N.+S.+O+Estágio+Supervisionado+e+o+constituir-se+professor+de+Matemática%3A+“ser+ou+não+ser+professor%3F”+.+Educação+Básica+Revista%2C+São+Paulo%2C+v.+6%2C+n.+1%2C+2020.+&btnG=). Acesso em: 15 Jul. 2025.

Observações

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		História e cultura afro-brasileira e Indígena					
Docente		Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33	Prática	00	E a D	00	Extensão	00

Ementa

Educação para as Relações Étnico-raciais. Educação para os Direitos Humanos. Inclusão, Gênero e Diversidade.. Cultura antirracista. Políticas afirmativas. Questões de gênero no campo da produção do conhecimento. Bullying no Contexto Escolar.

Bibliografia Básica

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

BRASIL. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

CANDAUI, V. M. et. al. Educação em direitos humanos e formação de professores (as). São Paulo: Cortez Editora, 2013.

Bibliografia Complementar

ANDREOPOULOS, G. J.; CLAUDE, R. P. (Org.). Educação em direitos humanos para o Século XXI. São Paulo: EDUSP, 2007.

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (org.). Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco, 2007. 476 p. (Coleção Educação para Todos; v. 7).

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Bullying: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Fontanar, 2009.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ANASTACIO, FRANSUELTON GOMES, JÚNIO MOREIRA DE ALENCAR, E LUCIANA MARIA DE SOUSA MACÊDO. "Contribuições Da Cultura Afro-Indígena Para a Matemática." Boletim Cearense De Educação E História Da Matemática (Online) 8.23 (2021): 946-59. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/5034>. Acesso em 03 de dezembro de 2023

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Candida. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. Saúde em Debate [online], v. 45, n. spel, p. 83-97, 2021. ISSN 2358-2898. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E107>. Acesso em: 11 fev. 2025.

LAZZARINI, Ana Beatriz et al. Mulheres na ciência: papel da educação sem desigualdade de gênero. Revista Ciência em Extensão, v. 14, n. 2, p. 188-194, 2018. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1717. Acesso em: 11 fev. 2025.

PIZZOLATTO, CRISTIANE. , BERNARTT, MARIA DE L. e PONTAROLO, EDILSON . "A Educação Matemática Crítica Na Formação Do Cidadão Para Sua Emancipação Social." La Salle (Canoas, Rio Grande Do Sul, Brazil) 25.1 (2020): 303. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5678>. Acesso em 03 de dezembro de 2023

PEREIRA, SANDY APARECIDA; GODOY, ELENILTON VIEIRA. “Decolonialidade na Educação Matemática: uma revisão sistemática de literatura”. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, v. 19, n. 42, p. 53-69, jun. 2023. ISSN 2317-5125. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/13383>. Acesso em: 03 dez. 2023. doi: <https://dx.doi.org/10.18542/amazrecm.v19i42.13383>.

RODRIGUES-MONTEIRO, H. S. Estudos da Tradução e Ensino de Matemática: a escola indígena em questão. REMATEC, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 213–232, 2019. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2019.n31.p213-232.id196. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/176>. Acesso em: 3 dez. 2023.

Observações

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Rodiney Marcelo Braga dos Santos					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	Ea D	00	Extensão	00
Ementa							
Educação inclusiva e inclusão escolar. Panorama histórico da educação especial e inclusiva. Legislação, políticas públicas e modalidades da educação especial e inclusiva. Currículo escolar e práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva. Desenho Universal para Aprendizagem. Tecnologia Assistiva. Matemática Inclusiva.							
Bibliografia Básica							
COSTA, Margarete Terezinha Andrade. Tecnologia assistiva: uma prática para a promoção dos direitos humanos . Curitiba: Intersaberes, 2020. EVÊNICIO, Kátia Maria Moura. (org.). Educação inclusiva: diversos olhares entre teorias e práticas . Curitiba: Editora Appris, 2018. GALVÃO FILHO, Teófilo. Tecnologia assistiva: um itinerário da construção da área no Brasil . Curitiba: Editora CRV, 2022. GONÇALVES, Arlete Marinho; <i>et al.</i> (org.). Tecnologia assistiva na educação básica e superior: recursos e serviços para atuação com estudantes com deficiência . Curitiba: Editora CRV, 2022. KLEINA, Cláudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva . Curitiba: Intersaberes, 2020. NOVAK, Katie. UDL now!: a teacher's guide to applying universal design for learning . 3. ed. rev. atual. Cast, Inc., 2022. SANTOS, Reinaldo dos; GODOI, Eliomar. (org.). Pesquisas em educação, inclusão e diversidade . Jundiaí: Paco Editorial, 2021.							
Bibliografia Complementar							
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação . Brasília: MEC, 2001. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva . Brasília: MEC, 2008. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 6.571, de 17 de set. 2008 . Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2008. GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de (org.). Políticas e práticas de educação inclusiva . 4. ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 2013. MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015. — (Coleção cotidiano escolar) MORGADO, A. S. Ensino da Matemática: práticas pedagógicas para a educação inclusiva . Editora Novas Edições Acadêmicas, 2015. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos . 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
DE ANDRADE VIANA, Elton; MANRIQUE, Ana Lucia. A educação matemática na perspectiva inclusiva: investigando as concepções constituídas no Brasil desde a década de 1990. <i>Perspectivas da Educação Matemática</i> , v. 11, n. 27, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/7298 . Acesso em: 27 abr. 2025.							

DOS SANTOS, Rodiney Marcelo Braga; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. EPISÓDIOS FORMATIVOS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA NA ABORDAGEM DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM. Boletim de conjuntura (BOCA), v. 15, n. 45, p. 592-614, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2216>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FERNANDES, Solange Hassan Ahmad Ali. Educação matemática inclusiva: adaptação x construção. REIN-Revista Educação Inclusiva, v. 1, n. 1, p. 78-95, 2017. Disponível em: <http://novo.revista.uepb.edu.br/REIN/article/download/68/52>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Observações

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		Leitura e produção de textos					
Docente		Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica		33		Prática		00	
				EaD		00	
						Extensão	
						00	

Ementa

Tipo de Conhecimentos. Importância da leitura. Métodos científicos. Trabalhos e textos acadêmicos e científicos. Pesquisa Científica. Estruturação de Projeto de Pesquisa.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
 SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico 23 ed São Paulo : Cortez, 2007 .

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M.M. Redação científica: elaboração do TCC passo a passo. 2ª ed São Paulo: Factash, 2006.
 FRANÇA, J.L. et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 8ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
 KÖCHE, J.C. Fundamentos de metodologia científica teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
 MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M Fundamentos da metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 MEDEIROS, J.B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 NETTO, A.A.O. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3ª ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ABADIA, Lília Rolim; DE MENESES SOUSA, Carlos Ângelo. Como fazer análise de conteúdo? Relato de experiência de uma oficina de metodologia da pesquisa. ETD-Educação Temática Digital, v. 25, p. e023003-e023003, 2023. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/t/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_20396_etd_v25i00_8664015 . Acesso em :01 dez. 2023

DE SOUZA MIOLA, Adriana Fatima; PEREIRA, Patrícia Sandalo. Movimentos de Colaboração Metodologia da Pesquisa Colaborativa. Com a Palavra, o Professor, v. 3, n. 6, p. 57-84, 2018. Disponível : <https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/> Acesso em: 01 dez. 2023.

DOS SANTOS, Rodrigo Medeiros; FIORENTINI, Dario. Apontamentos e percursos metodológicos nas pesquisas do estado da arte em Educação Matemática. Boletim Cearense de Educação e História da Matemática, v. 8, n. 24, p. 01-18, 2021. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/5207> Acesso em: 01 dez. 2023.

SANTOS, Adevailton Bernardo. Educar pela pesquisa na formação inicial de professores. Revista Internacional de Educação Superior, v. 6, p. e020013-e020013, 2020. Disponível; <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654220>, Acesso em: 01 dez. 2023.

Observações

CÁLCULO III

Tipo de Disciplina

Obrigatória

Carga Horária

67

Pré-Requisitos

Cálculo II e Álgebra Vetorial com Geometria Analítica

Docente

José Ivelton Siqueira Lustosa

Distribuição da Carga Horária

Teórica

67

Prática

00 00

Extensão

00

Ementa

Derivadas parciais, diferenciabilidade, regra da cadeia, derivada direcional, extremos, Multiplicadores de Lagrange. Sequências Numéricas Infinitas. Séries Numéricas Infinitas. Séries de Potências.

Bibliografia Básica

ÁVILA, G. Cálculo das funções de uma variável. Vol.2. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

STEWART, J. Cálculo. Vol. 2. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

THOMAS, G. B.; WEIR, M. D.; HASS, J. Cálculo. Vol. 2. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 2013.

Bibliografia Complementar

ÁVILA. G. Cálculo das funções de múltiplas variáveis. 7ª ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BOYCE, W. E.; DiPRIMA, R.C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2015.

FLEMMING, D.M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais de linha e de superfície. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. Vol. 4. 5ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2001.

HOWARD, A.; DAVIS, S. I.; BIVENS, I. C. Cálculo. Vol. 1. 10ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DOURADO, T. Cálculo Integral de Gottfried Wilhelm von Leibniz. Revista Brasileira de História da Matemática, [S. l.], v. 22, n. 45, pp. 01–20, 2022. DOI: 10.47976/RBHM2022v22n4501-20. Disponível em: <https://rbhm.org.br/index.php/RBHM/article/view/379>. Acesso em: 27 nov. 2023.

RODRIGUES, M; BARROSO, N. Trigonometria Indiana: o método das diferenças, as séries de potências do seno, cosseno, e as estimativas de π . Professor de Matemática Online (PMO), v. 8, n. 4, pp. 422-439, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21711/2319023x2020/pmo831>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LOBO, R. . Análises acerca do tratamento da derivada no livro didático do Ensino Superior. Educação Matemática Debate, Montes Claros, v. 2, n. 6, p. 242–253, 2018. DOI: 10.24116/emd25266136v2n62018a02. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/emd/article/view/72>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Observações

FUNDAMENTOS DE GEOMETRIA ESPACIAL

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67			
Pré-Requisitos	Fundamentos da Geometria Plana					
Docente	Leonardo Ferreira Soares					
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	54	Prática	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Noções básicas de Geometria Espacial de Posição. Noções fundamentais de diedros e triedros. Poliedros convexos, regulares, fórmula de Euler e sólidos especiais. Prismas. Pirâmides. Cilindro. Cone. Esfera. Sólidos semelhantes. Troncos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfície e sólido de revolução. Superfícies e sólidos esféricos. Teorema de Pappus Guldin.

Bibliografia Básica

BARBOSA, J.L.M. Geometria Euclidiana Plana. 11ª ed. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2012.

DOLCE, O.; POMPEO, J.N. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 10. 7ª ed. São Paulo: Atual, 2013.

LIMA, E. L. et al. A Matemática do Ensino Médio. Vol. 2. 6ª ed. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2006.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, P. C. Introdução à Geometria Espacial. 4ª ed. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2005.

CASTILHO, J. C. A. Matemática sem Mistérios: Geometria Plana e Espacial. Rio de Janeiro. Ciência Moderna, 2006.

LIMA, E. L. Áreas e volumes. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

LIMA, E.L. Medidas e Formas em Geometria. 4ª ed. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2009.

WAGNER, E. Construções Geométricas. 6ª ed. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2001.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

PATERLINI, R. R.. A família dos poliedros fulerenos. Professor de Matemática Online (PMO), v. 8, n. 4, pp. 470-489, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21711/2319023x2020/pmo834>. Acesso em: 07 dez. 2023.

PATERLINI, R. R.. Estudo sobre o piritoedro. Professor de Matemática Online (PMO), v. 9, n. 4, pp. 663- 669, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21711/2319023x2021/pmo945>. Acesso em: 07 dez. 2023.

ZUGE, B. L; FERREIRA, R. S; LIMA, S.P; MATHIAS, C. V. A resolução de problemas de geometria com o auxílio da plataforma Virtual Math Teams e do software GeoGebra. Professor de Matemática Online (PMO), v. 9, n. 1, pp. 187- 200, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21711/2319023x2021/pmo913> . Acesso em: 07 dez. 2023.

Observações

ENSINO DE ESTATÍSTICA, PROBABILIDADE E COMBINATÓRIA

Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária			33
Pré-Requisitos		Fundamentos de Estatística, Probabilidade e Combinatória				
Docente		Leilyanne Silva de Moraes				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	33	Prática	00	E a D	00	E x t e n s ã o 00

Ementa

O ensino da estatística na Educação Básica e os documentos oficiais. Formação dos Professores e o Ensino da Estatística e da Probabilidade na Educação Básica, Ensino e Aprendizagem de Estatística, Letramento, pensamento e raciocínio estatístico. Conhecimentos de Combinatória para ensinar nas diferentes etapas da Educação Básica. Raciocínios combinatório e probabilístico de estudantes jovens e adultos.

Bibliografia Básica

MEDEIROS, Carlos Augusto de. *Estatística Aplicada à Educação*. 4.ed. atualizado e revisado- Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2013

SANTOS, Sidney Silva (org.); BARBOSA, Geovane Carlos (organizador); MARTINS, Priscila Bernardo (organizadora). *Estatística, Probabilidade e Combinatória: Práticas pedagógicas*.2023

CAMPOS, Celso Ribeiro; WODEWOTZKI, Maria Lúcia Lorenzetti; JACOBINI, Otávio Roberto. Educação Estatística: Teoria e prática em ambientes de modelagem matemática: Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Geovane; SANTOS, Sidney; MARTINS, Priscila. Educação estatística [recurso eletrônico] : uma abordagem envolvendo processos probabilísticos, combinatórios e estatísticos / organizadores: Geovane Carlos Barbosa, Sidney Silva Santos, Priscila Bernardo Martins. - Santo Ângelo : Metrics, 2024. 220 p. : il.

BORBA, Rute; MONTENEGRO, Juliana; LIXANDRÃO SANTOS, Jaqueline (Org.). *Investigações em ensino e em aprendizagem: uma década de pesquisas do Grupo de Estudos em Raciocínios Combinatório e Probabilístico (Geração)*. Editora UFPE, 2022.

VIEIRA, Márcia Lopes et al. Atitudes e concepções de professores dos anos Iniciais do ensino fundamental em relação ao ensino de Estatística em escolas públicas e privadas em Uberlândia (MG). 2014.

SANTOS, Clemente. O Ensino de Combinatória Probabilidade e Estatística; Currículos Prescritos e Implementação na Sala de Aula. selo: Blucher | 2011 - 1ª edição.

SILVEIRA, Adriano; ASSIS, Jorge. Ensino-aprendizagem de análise combinatória e probabilidade via resolução, exploração e proposição de problemas. APPRIS, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

GIORDANO, C. C.; PENA, S. C. S.; PORCIÚNCULA, M. O papel do letramento estatístico frente aos desafios do Novo Ensino Médio. Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 95–109, 2024. DOI: 10.48075/ReBECM.2024.v.8.n.1.32079. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rebecem/article/view/32079>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BORBA, Rute; SOUZA, Leandro; CARVALHO, José Ivanildo. Desafios do ensino na Educação Básica de Combinatória, Estatística e Probabilidade. Em teia - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, Vol. 9, n. 1, 2018 Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/231908/pdf> acesso em 19 de fevereiro de 2025.

BOLEMA. Boletim de Educação Matemática. Rio Claro, v. 24, n. 39, 2011. Edição temática – Educação em Estatística. Rio Claro, v. 24, n. 40, 2011. Edição Temática – Educação em Estatística.

Observações

PROJETO INTERDISCIPLINAR IV

Tipo de Disciplina			Obrigatória	Carga Horária	83		
Pré-Requisitos			Não requer				
Docente			Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes				
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	00	Prática	00	EaD	00	Extensão	83

Ementa

Discutir e problematizar os temas das disciplinas do quinto período e anteriores tendo como base a disciplina de Educação das Relações Étnicas Raciais, Gênero e Direitos Humanos a partir de uma dinâmica interdisciplinar e extensionista promovendo conhecimentos e competências em equidade na Formação Docente. De cada disciplina será

escolhido um tema para contribuir com o debate e produzir os resultados das avaliações propostas. As atividades desta unidade serão planejadas e executadas em perspectiva da curricularização da extensão.

Bibliografia Básica

CANDAU, V. M. (org.). Rumo a uma nova didática. 24. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

D'AMBROSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. 23. Ed Campinas: Papirus, 2012.

FÁVERO, OSMAR. IRELAND, T. DENIS [Org.] Educação como exercício de diversidade. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. – (Coleção educação para todos; 7). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&Itemid=30192#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20como%20exerc%C3%ADcio%20de%20diversidade.,educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20todos%3B%207\)](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&Itemid=30192#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20como%20exerc%C3%ADcio%20de%20diversidade.,educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20todos%3B%207).). Acesso em: 03 de dezembro 2023.

SOUZA, M. M. África e Brasil africano. 2 ed. São Paulo: Ática, 2008.

Bibliografia Complementar

KNIJNIK, Gelsa et. al. Etnomatemática em movimento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LIMA, E. L. et al. A Matemática do Ensino Médio. Vol. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2002.

POLYA, G. A arte de resolver problemas. Tradução de Heitor Lisboa de Araújo. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

STEWART, J. Cálculo. Vol. 1 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

WAGNER, E. Construções Geométricas. 6 ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2007.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ANASTACIO, FRANSUELTON GOMES, JÚNIO MOREIRA DE ALENCAR, E LUCIANA MARIA DE SOUSA MACÊDO. "Contribuições Da Cultura Afro-Indígena Para a Matemática." Boletim Cearense De Educação E História Da Matemática (Online) 8.23 (2021): 946-59. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/5034>. Acesso em 03 de dezembro de 2023

D'AMBROSIO, U. Reflexões sobre história, filosofia e matemática. BOLEMA - Boletim de Educação Matemática, Edição Especial 2. vol. 7 p. 42-60, 1992. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10784>. Acesso em 03 de dezembro de 2023

PIZZOLATTO, CRISTIANE. , BERNARTT, MARIA DE L. e PONTAROLO, EDILSON . "A Educação Matemática Crítica Na Formação Do Cidadão Para Sua Emancipação Social." La Salle (Canoas, Rio Grande Do Sul, Brazil) 25.1 (2020): 303. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5678> Acesso em 03 de dezembro de 2023.

PEREIRA, SANDY APARECIDA; GODOY, ELENILTON VIEIRA. “Decolonialidade na Educação Matemática: uma revisão sistemática de literatura”. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, v. 19, n. 42, p. 53-69, jun. 2023. ISSN 2317-5125. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/13383>. Acesso em: 03 dez. 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/amazrecm.v19i42.13383>.

RODRIGUES-MONTEIRO, H. S. Estudos da Tradução e Ensino de Matemática: a escola indígena em questão. REMATEC, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 213–232, 2019. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2019.n31.p213-232.id196. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/176>. Acesso em: 3 dez. 2023.

VOLTOLINI, LUZIA, E CARMEN TERESA KAIBER. "Saber Cultural E a Matemática Escolar: Encontro Necessário na Educação Escolar Indígena." Zetetiké 26.1 (2018): 113-32. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8650861>>.

Acesso em: 03 dez. 2023. doi:<https://doi.org/10.20396/zet.v26i1.8650861>

Observações

- Esta unidade participa da dinâmica de curricularização da extensão prevista na Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 e Resolução AR nº 84/2021 - CS/IFPB.
- Esta unidade está relacionada à valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena preconizada na Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008.
- Uma possibilidade é que este projeto integrador se torne um projeto de extensão com diversas ações ao longo do semestre envolvendo formações continuadas, palestras, confecção de materiais que contribuam com a comunidade externa para a construção do conhecimento sobre as temáticas abordadas nesta ementa. Nada impede que outras ações que contemplem tais objetivos sejam utilizadas.

SEXTO SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Estágio Supervisionado V		
Docente	Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	17	Prática	50	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

A etapa de regência nas turmas do ensino médio. Documentos oficiais. O currículo no ensino médio. Conceitos e funções do planejamento. Organização e perspectiva do planejamento de ensino. O planejamento contextualizado no cotidiano da prática escolar. Diferentes tipos de planejamento escolar (plano da escola – plano de ensino – plano de aula). Planejamento numa perspectiva interdisciplinar. O Planejamento e o processo de avaliação: funções, modalidades e instrumentos de avaliação. O uso do portfólio. A avaliação e o processo de construção do conhecimento. Etapas e elementos do relatório de estágio supervisionado.

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. Campinas: Papirus Editora, 2012.

MOREIRA, P.C.; DAVID, M.E.M.S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2005.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs.). Estágios Supervisionados na Formação Docente: educação básica e educação de jovens e adultos. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução Ad Referendum nº 14, de 30 de maio de 2017. Dispõe sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

CARVALHO, M.; Estágio na licenciatura em Matemática. Vol. 1. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.

FIORENTINI, D., NACARATO, A. M. (Orgs.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática. Campinas, SP: Musa, 2005.

SILVA, E. S. Nova LDB comentada. 4º ed. São Luís, 2009.

SILVESTRE, M. A.; VALENTE, W. R. Professores em residência pedagógica: estágio para ensinar matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SOUZA, I. S.; FERREIRA, R. S. Algumas reflexões sobre a formação inicial do professor de matemática: vivências do estágio supervisionado. Ensino da matemática em debate, n. 5, v. 2, p. 127-141, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36716>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DE CARVALHO, A. M. F. T. A (Trans)Formação pelo Estágio Supervisionado Obrigatório em um Curso de Licenciatura em Matemática. Educação Matemática Pesquisa, v. 15, n. 3, p. 630-646, 2013. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/24941/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PIRES, M. A. L. M.; MENDES, I. A. Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores de Matemática: limites e possibilidades. In: Revista Baiana de Educação Revista Baiana de Educação Matemática, v. 02, n. 01, p. 01-09, jan./dez., 2021. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/12166>. Acesso em: 15 Jul. 2025.

Observações

PESQUISA APLICADA

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Metodologia do Trabalho Científico/Didática da Matemática					
Docente		William de Souza Santos					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50	Prática	17	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Fundamentos teórico-metodológicos e epistemológicos na produção do conhecimento científico. Fundamentação teórica da pesquisa em educação matemática. Tipologia da pesquisa em educação matemática. Metodologias ativas no contexto da educação matemática. Métodos e técnicas da pesquisa quantitativa e qualitativa em educação matemática. Elaboração do projeto de pesquisa para o TCC.

Bibliografia Básica

BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.) Pesquisa qualitativa em Educação Matemática. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MOREIRA, P. C.; DAVID, M. M. M. S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

MENDES, I. A. Investigação histórica no ensino da matemática Rio de Janeiro: Ciência Moderna 2009

Bibliografia Complementar

- BICUDO, M. A. V. (Org.). Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999.
- FIORENTINI, D; LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- NACARATO, A. M.; PAIVA, M. A. V. (Orgs.). A formação do professor que ensina matemática: perspectivas e pesquisas. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- OLÍMPIO Jr. ANTONIO (trad.), Tendências Internacionais em formação de professores de matemática. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010
- PAIS, L. C. Ensinar e aprender matemática. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- POWELL, A. B. (Org.) Métodos de pesquisa em educação matemática usando escrita, vídeo e internet. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. – Coleção Educação Matemática.
- SILVEIRA, E. MIOLA, R. J. Professor-Pesquisador em Educação Matemática. Curitiba, PR: Intersaberes, 2013.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

- BICUDO, MARIA APARECIDA VIGGIANI. "A Pesquisa Em Educação Matemática: A Prevalência Da Abordagem Qualitativa." Revista Brasileira De Ensino De Ciência E Tecnologia 5.2 (2012): Revista Brasileira De Ensino De Ciência E Tecnologia, 2012, Vol.5 (2). Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1185> Acesso em 02 de dezembro 2023
- CARNEIRO, VERA CLOTILDE GARCIA. "Engenharia Didática: Um Referencial Para Ação Investigativa E Para Formação De Professores De Matemática." Zetetiké 13.1 (2009): Zetetiké, 2009, Vol.13 (1). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646981/13882> Acesso em 02 de dezembro 2023
- GATTI, BERNARDETE ANGELINA. "Aspectos Metodológicos Da Pesquisa Em Educação Matemática: Rumos E Perspectivas." Educação Matemática Pesquisa 22.3 (2020): Educação Matemática Pesquisa, 2020, Vol.22 (3). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/51599> Acesso em 02 de dezembro 2023
- MORAIS, MARCELO BEZERRA DE, JORGE RICARDO FERREIRA BRAÚNA, E DANIEL SYLLAS PEREIRA SOUZA. "Pesquisa Em Educação Matemática E Subjetividades: Possibilidades Teórico-metodológicas." BoEM 8.15 (2020): 90-108. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/boem/article/view/17783> . Acesso em 02 de dezembro 2023.

Observações

TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária		33		
Pré-Requisitos		Didática da Matemática					
Docente		Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33	Prática	00	E a D	00	Extensão	00
Ementa							

Analisar as tendências da Educação Matemática enquanto área de conhecimento considerando suas dimensões histórico-filosófica, epistemológica e didático-metodológica, e como elas possuem características das metodologias ativas ou podem ser potencializadas pelo seu uso.

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação Matemática: da teoria à prática. Papirus Editora, 23. ed.2012.

MEYER, J. F. D. C., CALDEIRA, A. D., & DOS SANTOS MALHEIROS, A. P.. Modelagem em Educação Matemática. Autêntica Editora. 3. ed, 2011.

SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, AI Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. São Paulo: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar

COSTA, G. M. C. (Org.). Metodologias ativas: métodos e práticas para o século XXI. Quirinópolis, GO: Editora IGM, 2020.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. Investigações em Educação Matemática: Percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2006.

POLYA, G. A arte de resolver problemas: um novo aspecto do método matemático. Tradução e adaptação Heitor Lisboa de Araújo – 2ª reimpressão – Rio de Janeiro: Interciência, 1995.

SKOVSMOSE, Ole. Educação matemática crítica: a questão da democracia. 6ª ed. São Paulo: Papirus, 2011. 160 p. (Perspectivas em educação matemática).

SILVA, A. R. L.; BIEGING, P.; BUSARELLO, R. I. Metodologia ativa na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BARBOSA, Gerson Silva. Teoria das situações didáticas e suas influências na sala de aula. VI ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, v. 6, 2016. Disponível em: https://www.sbemrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/7303_4383_ID.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

CEOLIM, Amauri Jersi; HERMANN, Wellington. Ole Skovsmose e sua educação matemática crítica. Revista Paranaense de Educação Matemática, v. 1, n. 1, p. 8-20, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/rpem/article/view/5922>. Acesso em: 23 abr. 2025.

DAMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática e história da Matemática. Etnomatemática: novos desafios teóricos e pedagógicos. Brasil: Editora da UFF, 2009. Disponível em: <https://www.etnomatematica.org/home/wp-content/uploads/2020/05/Etnomatematica-2.pdf#page=16>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Observações

CÁLCULO IV

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Cálculo III		
Docente	Vinicius Martins Teodosio Rocha		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Integrais Duplas, Mudança de Variável em Integrais Duplas com Coordenadas Polares. Integrais Triplas. Mudança de Coordenadas em Integrais Triplas usando Coordenadas Cilíndricas e Esféricas. Integral de Linha. Campos Vetoriais Conservativos e Função Potencial. Teorema de Green. Integrais de Superfícies. Teorema de Stokes. Teorema da Divergência de Gauss.

Bibliografia Básica

GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. Vol. 3. 5ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2002.
STEWART, J. Cálculo. Vol. 2. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
THOMAS, G. B.; WEIR, M. D.; HASS, J. Cálculo. Vol. 2. 12. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2013.

Bibliografia Complementar

ÁVILA, G. Cálculo das funções de múltiplas variáveis. 7ª ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
BOYCE, W. E.; PRIMA, R. C. Di. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1994.
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais de linha e de superfície. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
HOWARD, A.; DAVIS, S. I.; BIVENS, I. C. Cálculo. Vol. 1. 10ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.
MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. Cálculo. Vol. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DAVIS, Paul; RAIANU, Șerban. Computing areas using Green's Theorem and a Software Planimeter. Teaching Mathematics and Its Applications: International Journal of the IMA, v. 26, n. 2, p. 103-108, 2007. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/8148708>. Acesso em: 11 dez. 2023.
LIMA, Marcelo Costa de. Sobre o surgimento das equações de Maxwell. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 41, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/mvghwLG3ZgQchrJxLvCLMhr/?lang=pt#>. Acesso em: 11 dez. 2023.
PAIVA, Ana Carla Pimentel; ALVES, Francisco Regis Vieira. Utilização do GeoGebra como auxílio no ensino de curvatura de curvas planas e espaciais. Revista do Instituto GeoGebra Internacional de São Paulo, v. 7, n. 2, p. 65-79, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/IGISP/article/view/35458>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Observações**ÁLGEBRA LINEAR**

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
---------------------------	-------------	----------------------	----

Pré-Requisitos	Álgebra Vetorial e Geometria Analítica
-----------------------	--

Docente	Stanley Borges de Oliveira
----------------	----------------------------

Distribuição da Carga Horária

Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Espaços vetoriais. Transformações lineares e matrizes. Diagonalização de operadores e Produto Interno.

Bibliografia Básica

BOLDRINI, J. L. et al. Álgebra linear. 3ª ed. São Paulo: Harbra, 1986.
LAWSON, T. Álgebra linear. São Paulo: Edgard Blucher, 1997.
LIPSCHUTZ, S.; LIPSON, M.L. Álgebra linear. 4ª ed. Tradução: Claus Ivo Doering. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Bibliografia Complementar

ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra linear com aplicações. 8ª ed. Tradução: Claus Ivo Doering. Porto Alegre: Bookman, 2001.
STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Álgebra linear. 2ª ed. São Paulo : Pearson Makron Books, 1987.
DOMINGUES, H. H.; IEZZI, G. Álgebra linear e aplicações. 6ª ed. São Paulo: Atual, 2013.
LIMA, E. L. Álgebra linear. 8ª ed. Coleção Matemática Universitária. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.
WINTERLE, P. Vetores e geometria analítica. São Paulo: Pearson, 2000.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MEZŐ, István; RAMÍREZ, José L. The linear algebra of the r-Whitney matrices. Integral Transforms and Special Functions, v. 26, n. 3, p. 213-225, 2015. Disponível em:
<https://doi.org/10.1080/10652469.2014.984180> . Acesso em: 10 dez. 2023.
RUFINO, E.O. Transformações Lineares em novas Estruturas de Espaços Vetoriais. Revista Sergipana de Matemática e Educação Matemática. v. 7, n. 2, p. 125-138, 2022. Disponível em:
<https://periodicos.ufs.br/ReviSe/article/view/17499> . Acesso em: 10 dez. 2023.
DE OLIVEIRA, Luis Carlos Barbosa. Os recursos-meta utilizados por um professor de Álgebra Linear, em sala de aula, ao ensinar as noções de base de um espaço vetorial. REVISTA SANTA RITA, p. 6.2013. Disponível em: <https://santarita.br/wp-content/uploads/2019/05/revistasrita-15.pdf#page=6> . Acesso em: 10 dez. 2023.

Observações

HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Cálculo II					
Docente		Francisco Aureliano Vidal					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Estudos sobre a evolução de alguns conceitos matemáticos que causaram impacto no desenvolvimento da história. A origem dos números. Matemática babilônica e egípcia. A Matemática Clássica Grega. A Matemática dos Chineses, Hindus e Árabes. O período Medieval. A Matemática no Renascimento. Matemática do século XVII. A Geometria Analítica.. O nascimento do cálculo. A estruturação do conceito de número. O nascimento da Álgebra Abstrata. As Geometrias não euclidianas. A teoria dos conjuntos. A Matemática do século XX. História da matemática no Brasil.

Bibliografia Básica

AABOE, A. Episódios da História Antiga da Matemática. 3ª ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013.

BOYER, C. B. História da Matemática. Trad. Elza F. Gomide. 3ª ed. São Paulo: Blucher, 2012.

GARBI, G.G. O Romance das Equações Algébricas. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

Bibliografia Complementar

D' AMBROSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. 17ª ed. Campinas: Papirus, 2010.

EVES, H. Introdução à história da matemática. Trad. de Hygino H. Domingues. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011

MENDES, I. A. Investigação histórica no ensino da matemática. Rio de Janeiro. Ciência Moderna, 2009.

ROQUE, T. **História da matemática: Uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda., 2012

VALENTE, W. R. **Euclides Roxo e a modernização do ensino de Matemática no Brasil.** Brasília: Editora da UnB, 2004.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MATTEDI DIAS, A. L. MATEMÁTICA NO BRASIL: UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. **Revista Brasileira de História da Matemática**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 169–195, 2020. DOI: 10.47976/RBHM2002v2n4169-195. Disponível em: <http://www.rbhm.org.br/index.php/RBHM/article/view/255>. Acesso em: 06 fev. 2025.

OLIVEIRA, Z. V.; LIMA, A. C. de.; TAROUÇO, V. L.; SCHRIFFE, B. L. Diversidade de saberes e história da matemática em sala de aula. **Revista História da Matemática para Professores**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 1–10, 2023. Disponível em: <https://rhmp.com.br/index.php/RHMP/article/view/92>. Acesso em: 06 fev. 2025.

VIDAL, F. A.; CARVALHO, K. ARITHMETICA INFINITORUM DE JOHN WALLIS: UMA ANÁLISE DE SUA RELEVÂNCIA PARA O ENSINO DE CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, [S. l.], v. 5, n. 14, p. 181–190, 2018. DOI: 10.30938/bocehm.v5i14.229. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/229>. Acesso em: 06 fev. 2025.

Observações

ENSINO DE GRANDEZAS E MEDIDAS E GEOMETRIA

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Stanley Borges de Oliveira					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	13	Prática	20	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Estudo e análise dos conceitos de Grandezas e Medidas, e a Geometria no contexto da Educação Básica, sob uma perspectiva didático-pedagógica. Abordagem histórica, epistemológica e metodológica do ensino desses temas, com foco na análise de documentos curriculares, recursos didáticos, processos de ensino-aprendizagem e avaliação. Discussão e aplicação de diferentes abordagens pedagógicas para a construção do conhecimento matemático, visando o desenvolvimento do pensamento geométrico e da capacidade de medição nos futuros professores.

Bibliografia Básica

LIMA, Elon Lages. **Medida e forma em geometria**: comprimento, área, volume e semelhança. 4. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2011. (Coleção do professor de matemática, 3).

LIMA, Elon Lages [et al.]. **A Matemática do Ensino Médio**. 6. ed. - Rio de Janeiro: SBM, 2006. (Coleção do professor de matemática; 6) .

WAGNER, Eduardo. **Construções geométricas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2007.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos de matemática elementar, 10** : geometria espacial: posição e métrica. 7. ed. São Paulo: Atual, 2013.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos de matemática elementar, 9**: geometria plana 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. **Introdução à geometria espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005. (Coleção Professor de matemática ; 10) .

WALLE, John A. Van de. Tradução Paulo Henrique Colonese. **Matemática no ensino fundamental**: formação de professores e aplicação em sala de aula. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **A ludicidade e o ensino de matemática**: uma prática possível. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2015.

SMOLE, Kátia Stocco; et al. **Jogos de matemática**: do 1º ao 3º ano. Porto Alegre: Grupo A, 2008. (Cadernos do mathema: ensino médio) .

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. (Disponível online: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>)

LIMA, Elon Lages. **Medida e forma em geometria**: comprimento, área, volume e semelhança. 4. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2011. (Coleção do professor de matemática, 3).

LORENZATO, Sérgio. **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção formação de professores).

Observações

SÉTIMO SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VII

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Estágio Supervisionado VI		
Docente	Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga		



Distribuição da Carga Horária							
Teórica	17	Prática	50	EaD	00	Extensão	00

Ementa

A etapa de regência na modalidade EJA ou Educação Profissional e Tecnológica ou Educação Especial. Documentos oficiais. Conceitos e funções do planejamento. O planejamento contextualizado no cotidiano da prática escolar. Diferentes tipos de planejamento escolar (plano da escola – plano de ensino – plano de aula). O planejamento e a prática escolar. Modalidades de planejamento didático. Planejamento numa perspectiva interdisciplinar. O Planejamento e o processo de avaliação. O uso do portfólio. A avaliação e o processo de construção do conhecimento. Etapas e elementos do relatório de estágio supervisionado.

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. Campinas: Papirus Editora. 2012.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs.). Estágios Supervisionados na Formação Docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SOARES, L.; GIOVENATTI, M. A. G; GOMES, N. L.(Orgs.). Diálogos na formação de jovens e adultos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução Ad Referendum nº 14, de 30 de maio de 2017. Dispõe sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

CARVALHO, M.; Estágio na licenciatura em Matemática. Vol. 1. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.

FIORENTINI, D., NACARATO, A. M. (Orgs.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática. Campinas, SP: Musa, 2005.

SILVA, E. S. Nova LDB comentada. 4º ed. São Luís, 2009.

SILVESTRE, M. A.; VALENTE, W. R. Professores em residência pedagógica: estágio para ensinar matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)
--

SOUZA, I. S.; FERREIRA, R. S. Algumas reflexões sobre a formação inicial do professor de matemática: vivências do estágio supervisionado. Ensino da matemática em debate, n. 5, v. 2, p. 127-141, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36716>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PIRES, M. A. L. M.; MENDES, I. A. Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores de Matemática: limites e possibilidades. In: Revista Baiana de Educação Revista Baiana de Educação Matemática, v. 02, n. 01, p. 01-

09, jan./dez., 2021. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/12166>. Acesso em: 11 dez. 2023.

RODRIGUES, C.O.; QUARESMA, M.; PONTE J. P. da. Estudo de aula no estágio curricular supervisionado: revelando crenças de futuros professores de matemática. Zetetike, Campinas, SP, v. 32, n. 00, p. e024001, 2024. DOI: [10.20396/zet.v32i00.8676380](https://doi.org/10.20396/zet.v32i00.8676380). Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8676380>. Acesso em: 9 jun. 2025.

Observações

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária		33		
Pré-Requisitos		Pesquisa Aplicada					
Docente		Francisco Aureliano Vidal					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	10	Prática	23	EaD	00	Extensão	00
Ementa							

Orientações para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com exploração do método científico e técnicas de pesquisa, amostragem, observação, elaboração, análise e interpretação de dados, trabalhos e publicações científicas, referências bibliográficas e normas da ABNT. Elaboração do projeto do TCC com articulação teórico prática e vinculadas a uma das seguintes áreas: Matemática, Matemática Aplicada ou Educação Matemática.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida. Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo. 2. ed. - São Paulo, Factash, 2006.
MARCONI, Marina de Andrade | Lakatos, Eva Maria | Medeiros, João Bosco. Metodologia do Trabalho Científico: Projeto de Pesquisa, Pesquisa Bibliográfica, Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado, Trabalho de Conclusão de Curso. 8. ed. - São Paulo, Atlas, 2017.
SIMKA, Sérgio; Correia, Wilson. TCC não é bicho-de-sete-cabeças. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de; Martins, José Alcino Andrade. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.
ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos. Edição: 4. ed. Curitiba: Juruá, 2009.
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. Edição: 11. ed. São Paulo. Atlas, 2011. 2009.
BORBA, Marcelo de Carvalho | Araújo, Jussara de Loiola (org.). Fiorentini, Dario Garnica, Antonio Vicente Marafioti. Pesquisa qualitativa em educação matemática Edição: 5. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2013.
OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de; Melo, Carina de. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. - Florianópolis: Visual Books, 2008.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BREDA, Adriana; DO ROSÁRIO LIMA, Valdez Marina; PEREIRA, Marcos Villela. Papel das TIC nos trabalhos de conclusão do mestrado profissional em matemática em rede nacional: o contexto do Rio Grande do Sul. *Práxis Educacional* (Online), 2015. Disponível em:

<https://union.fespm.es/index.php/UNION/article/view/1129>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MOLL, Vicenç Font; BREDA, Adriana; LIMA, Valdez. Análise das propostas de inovação nos trabalhos de conclusão de curso de um programa de mestrado profissional em matemática. *Avances de Investigación en Educación Matemática*, n. 10, p. 53-72, 2016. Disponível em:

<https://aiem.es/article/view/3951>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SILVESTRE, Bruno Silva; DA SILVA, Maria Marta; CEDRO, Wellington Lima. O que Fazer no Trabalho de Conclusão de Curso? Analisando Escolhas dos Licenciandos em Matemática. *Educação Matemática Pesquisa*, v. 24, n. 3, p. 612-636, 2022. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/58902>. Acesso em: 30 jan. 2025.

Observações

LIBRAS I

Tipo de Disciplina

Obrigatória

Carga Horária

33

Pré-Requisitos

Não requer

Docente

Ramon da Silva Santana

Distribuição da Carga Horária

Teórica

23

Prática

10

EaD

00

Extensão

00

Ementa

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Língua oral x Língua de sinais. Parâmetros da Libras. Reconhecimento Oficial da Libras. História da Educação de Surdos. Cultura e Identidades Surdas. Tecnologias Assistivas no Cotidiano dos Surdos. Centrais de intérpretes. Vocabulário da Libras em contextos diversos.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, F. *Dicionário Ilustrado de Libras: língua brasileira de sinais*. São Paulo: Global, 2011.

QUADROS, R.M; KARNOP, L.B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, B A. C.; SEGALA, S.R. *ABC em libras*. São Paulo: Panda Books, 2016.

Bibliografia Complementar

BARROS, A. L. E. C.; CALIXTO, H. R. S.; NEGREIROS, K. A. (Orgs.). *Libras em diálogo: interfaces com o ensino*. Campinas: Pontes, 2018.

CAPOVILLA, F. C. et al. *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos*. 3 Vol. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2019.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa?* Campinas: Parábola, 2012.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SACKS. Oliver. *Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Introdução a libras: língua, história e cultura. Curitiba: UTFPR Editora, 2015. 198 p. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1598/9/libras_iniciais.pdf. Acesso em: 6 dez. 2023.

RIBEIRO, B. V. F. Flor de Mandacaru: Literatura de Cordel em Língua Brasileira de Sinais. Fórum Literatura Brasileira Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, nº 28, pp. 43-65, dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/flbc/article/view/55789/30959>. Acesso em: 6 dez. 2023.

OLIVEIRA, W. D. de; BENITE, A. M. C. Estudos sobre a relação entre o intérprete de LIBRAS e o professor: implicações para o ensino de ciências. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 597–626, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4331>. Acesso em: 6 dez. 2023.

Observações

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		Não requer				
Docente		Wilza Carla Moreira Silva				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	33	Prática	00	EaD	00	Extensão 00

Ementa

Política Nacional de Educação Ambiental: histórico, objetivos, princípios e práticas da EA. A Educação Ambiental no currículo nacional. A ação do homem sobre o meio ambiente. Papel do ensino de Matemática na conscientização ambiental dos cidadãos e no desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento de ferramentas pedagógicas que integrem matemática, meio ambiente e/ou sustentabilidade no ensino básico.

Bibliografia Básica

ABÍLIO, FRANCISCO JOSÉ PEGADO. Educação ambiental e ensino de ciências. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 410, 2010.

DIAS, G.F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. (Org.). Educação Ambiental: da teoria à prática. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Bibliografia Complementar

BARCELOS, V. Educação Ambiental: Sobre Princípios, Metodologia e Atitudes. São Paulo: Vozes, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br>. Acessado em 19 de maio de 2018.

DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental: Manual do Professor. São Paulo: Global/Gaia, 1994.

TOMAZ, V. S.; DAVID, M.M.M. S. Interdisciplinaridade e Aprendizagem da Matemática em Sala de Aula. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2017.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DE MELO, João Paulo; DO NASCIMENTO CHAGAS, Kadydja Karla; GIESTA, Josyanne Pinto. Análise da realização de práticas em Educação Ambiental e sustentabilidade na educação básica. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 18, n. 6, p. 13-27, 2023. Disponível em: <https://h-periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15153>. Acesso em: 24 nov. 2023.

FERREIRA, Denise Helena Lombardo; WODEWOTZKI, Maria Lúcia Lorenzetti. Modelagem matemática e educação ambiental: uma experiência com alunos do ensino fundamental. Zetetiké, v. 15, n. 2, p. 63-86, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8647026>. Acesso em: 24 nov. 2023.

MÜLLER, Thais; DA SILVA, Mariane Carloto. Educação Ambiental e Sustentabilidade Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental, v. 28, n. 1, p. 1-29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/15199>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Observações

INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM									
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67			
Pré-Requisitos		Não requer							
Docente		Vinicius Martins Teodósio Rocha							
Distribuição da Carga Horária									
Teórica		67	Prática		00	Ea D	00	Extens ão	00

Ementa

A construção dos números inteiros. Indução e aplicações. Divisão de inteiros. Algoritmo de Euclides. Aplicações do MDC. Números primos. Números especiais. Congruências. Congruências lineares e classes residuais. Congruências quadráticas. Frações contínuas.

Bibliografia Básica

MARTINEZ, F. B. et al. Teoria dos Números: Um Passeio com Primos e Outros Números Familiares pelo Mundo. 4ª ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2015.

RIBEBOIM, P. Números Primos: velhos mistérios e novos records. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.

SANTOS, J.P.O. Introdução a Teoria dos Números. 3ª ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.

Bibliografia Complementar

COUTINHO, S.C Números Inteiros e criptografia. Rio de Janeiro: IMPA, 2005.

HEFEZ A. Aritmética. Coleção PROFMAT. 1ª ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013.

MAIO, W. Álgebra: Estruturas algébricas e fundamentos da teoria dos números. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

NETO, A.C.M. Teoria dos números. Tópicos de Matemática Elementar. Vol. 5. 2ª ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013.

VIEIRA, V.L. Um Curso Básico em Teoria dos Números. 1ª ed. Campina Grande: Editora UEPB, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ALVES, Lídia Charra; MOURA, Renan da Paixão; Strey, Eleonesio. Inteiros Gaussianos. Revista do Professor de Matemática Online, v. 11, n. 3, 2023. Disponível em: https://pmo.sbm.org.br/wp-content/uploads/sites/5/sites/5/2023/08/art23_vol11_SBM_PMO_2023.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

NASCIMENTO, Érick C. A. do; SILVA FILHO, M. M. da; TANAKA, T. Y.; ARAÚJO, J. G. da S. Do termo geral à soma de Gauss: uma abordagem olímpica sobre progressões aritméticas. REMAT: Revista Eletrônica da Matemática, Bento Gonçalves, RS, v. 9, n. 1, p. e3001, 2023. DOI: 10.35819/remat2023v9i1id5727. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/5727>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BARBOSA, gabriela dos santos. Formação inicial de professores de Matemática: um estudo de conceito sobre o Teorema Fundamental da Aritmética. Revista de Educação Matemática, [S. l.], v. 18, p. e021030, 2021. DOI: 10.37001/remat25269062v18. Disponível em: <https://test.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/517>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Observações

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
---------------------------	-------------	----------------------	----

Pré-Requisitos	Matemática Básica I
-----------------------	---------------------

Docente	Antonio Eudes Ferreira
----------------	------------------------

Distribuição da Carga Horária

Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Porcentagem. Juros simples e compostos. Descontos. Taxas: proporcional, equivalente, nominal e real. Equivalência de capitais. Anuidades. Empréstimos. Sistema de Amortizações. Análise de alternativas de investimento. Critérios econômicos de decisão.

Bibliografia Básica

CRESPO, A.A. Matemática Financeira Fácil. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014;

IEZZI, G. HAZZAN, S. DEGENSZAJN, D.M. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 11. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2004.

NETO, A. A. Matemática Financeira e suas aplicações. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.

Bibliografia Complementar

BRUNI, A. L.; AMA, R. Matemática Financeira com HP 12C e Excel. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.

CURY, M.V.Q. Matemática Financeira. 1ª ed. Florianópolis - SC: Fundação Getúlio Vargas.

MORGADO, A.C; WAGNER, E.; ZANI, S.C. Progressões e Matemática Financeira. Coleção do Professor de Matemática. 4ª ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013.

PUCINNI, E.C. Matemática financeira e análise de investimentos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] :CAPES : UAB, 2011.

SAMANEZ, C.P. Matemática Financeira: aplicações análise de investimentos. 4ª ed. São Paulo: Prentice-Hall. 2006.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SANTOS, K; ORTEGA, R. Sistema de amortização constante ou Tabela Price: Qual escolher no financiamento habitacional? Professor de Matemática Online (PMO), v. 9, n. 3, pp. 486-505, 2021. Disponível em: https://pmo.sbm.org.br/wp-content/uploads/sites/5/sites/5/2021/10/art33_vol9_PMO_SBM_FLUXO2021.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

DAMASCENO, A. V. C.; NUNES, J. M. V.; DAMASCENO, C. B. PERCURSO de estudo e pesquisa para a educação financeira. Educação Matemática Pesquisa, v. 25, n. 2, pp. 90–126, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2023v25i2p90-126>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RODRIGUES, M.; PETRY, P. Progressões geométricas e o estudo da matemática financeira. Professor de Matemática Online (PMO), v. 3, n. 1, pp. 19-30, 2015. Disponível em: https://pmo.sbm.org.br/wp-content/uploads/sites/5/sites/5/2021/11/art3_vol3_2015_SBM_PMO.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

Observações

EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDINÁRIAS

Tipo de Disciplina

Obrigatória

Carga Horária

67

Pré-Requisitos

Cálculo III

Docente

José Doval Nunes Martins

Distribuição da Carga Horária

Teórica

67

Prática

00

**E
a
D**

00

**E
x
t
e
n
s
ã
o**

00

Ementa

Equações diferenciais de primeira ordem e aplicações. Equações Diferenciais de Ordem Superior e aplicações. Transformadas de Laplace e aplicações.

Bibliografia Básica

BOYCE, W. E.; DIPRIMA, R. C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 10ª ed. Tradução e revisão técnica: Valéria Magalhães Iorio. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

DIACU, F. Introdução a equações diferenciais: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

DOERING, C. I.; LOPES, A. O. Equações diferenciais ordinárias. 5ª ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, D.G.; NEVES, A. F. Equações diferenciais aplicadas. 3ª ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2015.

MACHADO, K. D. Equações Diferenciais Aplicadas. Vol. 1. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2012.

ZILL, D. G. Equações Diferenciais: com Aplicações em Modelagem. Tradução: Márcio Koji Umezawa. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ZILL, D.G.; CULLEN, M. R. Equações diferenciais. Vol. 1. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

ZILL, D.G.; CULLEN, M. R. Equações diferenciais. Vol. 2. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DA SILVA BUENO, Rafael Winícius; BALLEJO, Clarissa Coragem; VIALI, Lori. Equações diferenciais ordinárias, Newton e o bolo de chocolate: Modelagem Matemática na Educação. TANGRAM-Revista de Educação Matemática, v. 4, n. 2, p. 30-58, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/tangram/article/view/10566>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CARREIRA, Beatriz Liara; BRANDI, Analice Costacurta. Métodos de Euler aperfeiçoado e modificado para solução de equações diferenciais ordinárias. CQD-Revista Eletrônica Paulista de Matemática, 2016. Disponível em: <https://sistemas.fc.unesp.br/ojs/index.php/revistacqd/article/view/74>. Acesso em: 11 dez. 2023.

DE AQUINO, Francisco José Alves. Solução numérica de equações diferenciais ordinárias usando Runge-Kutta: um estudo comparativo com Scilab. CQD-Revista Eletrônica Paulista de Matemática, 2018. Disponível em: <https://sistemas.fc.unesp.br/ojs/index.php/revistacqd/article/view/156>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Observações

OITAVO SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VIII

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33
Pré-Requisitos	Estágio Supervisionado VII		
Docente	Francisco Aureliano Vidal		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	10	Prática	23	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

O uso do portfólio. Reflexões sobre as experiências vivenciadas no processo de formação docente. Vivências e relação teoria e prática. Sistematização e escrita do relatório final de estágio.

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, U. Educação matemática: da teoria à prática. Campinas: Papirus Editora, 2012.

MOREIRA, P.C.; DAVID, M.E.M.S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2005.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs.). Estágios Supervisionados na Formação Docente: educação básica e educação de jovens e adultos. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução Ad Referendum nº 14, de 30 de maio de 2017. Dispõe sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

CARVALHO, M.; Estágio na licenciatura em Matemática. Vol. 1. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.

FIORENTINI, D., NACARATO, A. M. (Orgs.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática. Campinas, SP: Musa, 2005.

SILVA, E. S. Nova LDB comentada. 4º ed. São Luís, 2009.

SILVESTRE, M. A.; VALENTE, W. R. Professores em residência pedagógica: estágio para ensinar matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SOUZA, I. S.; FERREIRA, R. S. Algumas reflexões sobre a formação inicial do professor de matemática: vivências do estágio supervisionado. *Ensino da matemática em debate*, n. 5, v. 2, p. 127-141, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36716>. Acesso em: 16 jul. 2025.

DE CARVALHO, A. M. F. T. A (Trans)Formação pelo Estágio Supervisionado Obrigatório em um Curso de Licenciatura em Matemática. *Educação Matemática Pesquisa*, v. 15, n. 3, p. 630-646, 2013. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/24941/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PIRES, M. A. L. M.; MENDES, I. A. Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores de Matemática: limites e possibilidades. In: *Revista Baiana de Educação Matemática*, v. 02, n. 01, p. 01-09, jan./dez., 2021. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/12166>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Observações

INGLÊS INSTRUMENTAL

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Fernando Coutinho Van Woensel					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33	Prática	00	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Conscientização do Processo de Leitura. Estratégias de Leitura. Técnicas de Leitura: Skimming, Scanning. Prediction, Selectivity, Flexibility. Uso do Dicionário e a Relação entre as Palavras Grupo ou Sintagma Nominal. Grupo ou Sintagma Verbal. Conectivos/Marcadores/Palavras de Ligação. Referência. Instruções e Processos.

Bibliografia Básica

COLLINS. Dicionário escolar: inglês-português, português-inglês. 2.ed. São Paulo: Disal, 2010.

GLENDINNING, Eric H., HOLMSTRÖM, Beverly. Study reading: a course in reading skills for academic purposes. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MURPHY, Raymond. English grammar in use: a reference and practice book for intermediate learners of English. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Bibliografia Complementar

ALEXANDER, L. G. English grammar practice for intermediate students. Essex: Longman, 2003.

GLENDINNING, E.; McEWAN, J. Basic English for computing. Oxford University Press, 2003.

MURPHY, Raymond. Essential grammar in use : gramática básica da língua inglesa. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RAMOS, Silva; CAMPOS Jr. Minidicionário inglês-português, português-inglês. São Paulo: FTD, 2007.

SERPA, Oswaldo. Dicionário Escolar: inglês-português, português-inglês. 8. ed. Brasília: FAE, 1977.

WHITE, L. Engineering workshop. Oxford University Press - ELT, 2003.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ALMEIDA, R. da S. et al. A teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner e suas contribuições para a educação para todos. Cadernos de Graduação, Alagoas, 01 nov. 2017. 4, p. 89. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/viewFile/4218/2584>>. Acesso em: 11 dez 2023.

GOVEA, Ana Finol. Correlación, lengua y realidad como estrategia para la enseñanza del inglés instrumental en las ciencias matemáticas Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales, ISSN-e 1317-0570, Vol. 1, Nº. 2, 1999, págs. 281-289. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6436555.pdf>>. Acesso em: 11 dez 2023.

OUVERNEY, Janylle & MENEZES, Amado. Reflexões sobre modelos educacionais contemporâneos: metodologias ativas da aprendizagem, aplicações, desafios e perspectivas. Artefactum - Revista de estudos em linguagem e tecnologia, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/370117966_REFLEXOES SOBRE MODELOS EDUCACIONAIS CONTEMPORANEOS METODOLOGIAS ATIVAS DA APRENDIZAGEM APLICACOES DESAFIOS E PERSPECTIVAS> . Acesso em: 11 dez 2023.

Observações

TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS AO ENSINO

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Não requer		
Docente	William de Souza Santos		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	30	Prática	37	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Utilização das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem da Matemática. Análise e discussão sobre o papel das tecnologias no ensino da Matemática. Análise de aplicativos, jogos digitais, softwares, redes sociais, sites, ambientes virtuais de aprendizagem, dispositivos como por exemplo, calculadora e de como eles podem contribuir para o ensino e a aprendizagem da Matemática.

Bibliografia Básica

BLUMER, F.L.; PAULA, E.A. BrOffice.org Cálculo. 2.4: trabalhando com planilhas. Editora: Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2008.

CASTELLS, M. A Sociedade em rede. Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura. 17ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

MORAN, J.M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21ª ed. Campinas-SP: Papirus Editora, 2013.

Bibliografia Complementar

BORBA, M.C.; PENTEADO, M.G.. Informática e Educação Matemática. Coleção tendências em Educação Matemática. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BÚRIGO, E. BASSO, M.V.; GARCIA, V.C.; GRAVINA, M.A. (Eds) Matemática, Mídias Digitais e Didática: tripé para formação do professor de Matemática. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

CARRAHER, D. W., Aprendizagem de Conceitos Matemáticos com o Auxílio do Computador. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

FREIRE, F.M.P.; PRADO, M.E.B.B.. O computador em sala de aula: Articulando saberes. Campinas: UNICAMP/NIED, 3 2000. <http://www.nied.unicamp.br/publicacoes/>, último acesso em setembro de 2014.

GIRALDO, V.; CAETANO, P.; MATTOS, F. Recursos computacionais no ensino de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2012.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2008.

STRUCHINER, M. et al. Elementos fundamentais para o desenvolvimento de ambientes construtivistas de aprendizagem a distância. Tecnologia Educacional, n. 142, p. 3-11, 1998.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BARBOSA, Francisco Ellivelton; DE PONTES, Márcio Matoso; DE CASTRO, Juscileide Braga. A utilização da gamificação aliada às tecnologias digitais no ensino da matemática: um panorama de pesquisas brasileiras. Revista Prática Docente, v. 5, n. 3, p. 1593-1611, 2020. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/421>. Acesso em: 20 nov 2023.

NETO, José Francisco Barbosa; DA FONSECA, Fernando de Souza. Jogos educativos em dispositivos móveis como auxílio ao ensino da matemática. RENOTE, v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufg.br/renote/article/view/41623> . Acesso em: 20 nov 2023.

SILVA, Daniel; LAURINO, Débora Pereira; NOVELLO, Tanise Paula. Experiências do ensinar e do aprender matemática ao operar as tecnologias digitais na educação superior. REVEMAT: Revista Eletrônica de matemática, 12(2), pp. 67-81, 2017. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/26810/1/Silva2017Experiencias.pdf>. Acesso em: 20 nov 2023.

SANTOS, W. S.; SILVA, P. P. I. A contribuição dos Role-Playing Games para a aprendizagem da Matemática. Temática - Revista eletrônica de publicação mensal. , v.19, p.214 - 225, 2023.

SANTOS, W. S.; BONIFACIO, F. T. ; CARVALHO FILHO, E. A. . Desenvolvimento de Jogos Digitais Educacionais com o RPG Maker: Um Estudo de Caso com Professores de Matemática. In: XXI Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital (SBGames), Natal, 2022.

Observações

ENSINO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		33	
Pré-Requisitos		Matemática Financeira					
Docente		Antonio Eudes Ferreira					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33	Prática	00	E a D	00	Extensão	00

Ementa

Estudo dos conceitos básicos de matemática financeira e suas aplicações na educação financeira. Discussão sobre orientações curriculares de documentos oficiais no que se refere ao ensino de matemática financeira e educação financeira. Utilização das ferramentas da matemática financeira como prática para exercer uma educação financeira que permita o desenvolvimento e a articulação de habilidades para consciência financeira equilibrada e responsável.

Bibliografia Básica

NETO, Alexandre Assaf. Matemática financeira e suas aplicações. 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

NETO, Alexandre Assaf. Matemática financeira e suas aplicações. 12ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

CRESPO, Antônio Arnot. Matemática Comercial e Financeira fácil. 14ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David Mauro. Fundamentos de matemática elementar, 11: Matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. Atual, 2004.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar, 4: sequências, matrizes, determinantes, sistemas. São Paulo: Atual, 2004.

Bibliografia Complementar

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, R. Matemática Financeira com HP 12C e Excel – Série Finanças na Prática. 4o ed. São Paulo - SP: Atlas, 2007.

PARENTE, E.; CARIBÉ, R. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo - SP: Editora FTD, 1996.

CRESPO, A. A. Matemática Comercial e Financeira. 13o ed. São Paulo - SP: Edição Saraiva, 2004.

LIMA, Elon Lages. A Matemática do Ensino Médio: Coleção do Professor de Matemática, vol. II SBM, 1998.

BRASIL. Educação Financeira nas Escolas - Ensino Médio. 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DE SOUZA, DÉBORA PATRICIA; HORIZONTE, BELO. A importância da educação financeira infantil. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis)–Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em:. Acesso em, v. 30, 2012.

HARTMANN, Andrei Luís Berres; MARIANI, Rita de Cássia Pistóia; MALTEMPI, Marcus Vinicius. Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática Crítica. Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 35, p. 567-587, 2021.

MESSIAS, Renan Augusto; ANCELMO, Lúcia Aparecida. Educação financeira na educação básica. Research, Society and Development, v. 11, n. 17, p. e112111738295-e112111738295, 2022.

Observações

FUNDAMENTOS DE ANÁLISE REAL

Tipo de Disciplina

Obrigatória

Carga Horária

67

Pré-Requisitos

Cálculo III

Docente		José Ivelton Siqueira Lustosa					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
Ementa							
Conjuntos infinitos, enumerabilidade, comensurabilidade. Construção dos conjuntos dos números inteiros, racionais e reais. Topologia da reta. Sequências e séries de números reais. Aspectos cognitivos e didático-pedagógicos da formação do conceito de número real e das sequências e séries. Limites de funções. Funções contínuas. Derivadas. Sistematização do conhecimento matemático orientada para a prática pedagógica na educação escolar básica.							
Bibliografia Básica							
ÁVILA, G. Análise Matemática para Licenciatura. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Blucher, 2006. BOURCHTEIN, L.; BOURCHTEIN, A. Análise Real: funções de uma variável real. Rio de Janeiro: Ciência Moderna LTDA., 2010. LIMA, E.L. Análise real: funções de uma variável. 12ª ed. Coleção Matemática Universitária, Rio de Janeiro: IMPA, 2017.							
Bibliografia Complementar							
SOUZA, J.P. de A. Sequências e Séries Numéricas. 1a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Ciência Moderna, 2024. ÁVILA, G. Introdução a Análise Matemática. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 1999. FIGUEIREDO, D. G. Análise I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996. LIMA, E. L. Curso de Análise. Vol 1. 14ª ed. Rio de Janeiro: IMPA 2016. MACIEL, A. B.; LIMA, O.A. Introdução Análise Real. Campina Grande: EDUEP, 2005. NETO, A.C.M. Tópicos de Matemática Elemental: Introdução à Análise. Vol 3. 2ª ed. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2013.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
OTERO-GARCIA, S. C.; BARONI, R. L. S.. Questões Críticas em Ensino de Análise Matemática. RMP, v. 17, n. 3, pp. 617–636, 2015. DOI: 10.47976/RBHM2022v22n4501-20. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/25674 . Acesso em: 28 nov. 2023. VARGAS JÚNIOR, V. VARGAS; T. M.; FERNANDES JÚNIOR,D. P. Sequências numéricas e cálculo de probabilidades associadas a modelos de urnas. Professor de Matemática Online (PMO), v. 8, n. 3, pp. 401-415, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21711/2319023x2020/pmo829 . Acesso em: 27 nov. 2023. MOURA, Y. T. A Razão Áurea e os Números de Fibonacci. Professor de Matemática Online (PMO), v. 9, n. 2, pp. 369-388, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.21711/2319023x2021/pmo926 . Acesso em: 28 nov. 2023.							
Observações							

DISCIPLINAS OPTATIVAS

ÁLGEBRA LINEAR II			
Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	67
Pré-Requisitos	Álgebra Linear I		
Docente	Vinicius Martins Teodosio Rocha		
Distribuição da Carga Horária			

Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
----------------	----	----------------	----	------------	----	-----------------	----

Ementa

Transformações em espaços com produto interno. O Teorema da Representação para funcionais lineares. Adjunta de uma transformação linear. Operadores simétricos, unitários, ortogonais, normais. O Teorema Espectral. Formas canônicas.

Bibliografia Básica

BOLDRINI, J.L. et al. Álgebra Linear. 3ª ed. São Paulo: Harbra, 1986.

LAWSON, T. Álgebra Linear. Tradução de Elza F. Gomide. São Paulo: Blucher, 1997.

LIMA, E. L. Álgebra linear. Coleção Matemática Universitária. 8ª ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.

Bibliografia Complementar

ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra Linear com Aplicações. Tradução técnica: Claus Ivo Doering. 10ª ed. Bookman. Porto Alegre, 2012.

COELHO, F. U.; LOURENÇO, M. L. Um Curso de Álgebra Linear. 2ª ed. EDUSP. São Paulo, 2007.

LANGE, S. Álgebra Linear. Addison-Wesley, Reading Mass, 1970.

HALMOS, P. R. Espaço vetorial de dimensão Finita. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1978.

HOFFMANN, K. & KUNZE, R. Álgebra Linear. Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A., São Paulo, 1979.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

RUFINO, E.O. Transformações Lineares em novas Estruturas de Espaços Vetoriais. Revista Sergipana de Matemática e Educação Matemática. V. 7. N.º 02, 2022.

ELSNER, L. The generalized Spectral-radius Theorem: An Analytic-Geometric Proof. Elsevier V. 220,1995.

JUNG, B. I. On Normal Products of Selfadjoint Operators. KYUNGPOOK Math Journal. V. 57, 2017.

Observações

ANTROPOLOGIA CULTURAL

Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00
Ementa							

Os campos da antropologia. Conceito de cultura. A diversidade social e cultural humana. Identidade, subjetividade e alteridade. Relativismo cultural. A formação étnica e cultural do Brasil. Temas de estudos do campo antropológico. Práticas de pesquisa do campo antropológico.

Bibliografia Básica

DAMATTA, R. O Que faz o Brasil, Brasil?. 11. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GOMES, M. P. Antropologia: Ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008.

LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o Sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Bibliografia Complementar

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SANTOS, J. L. O Que é cultura?. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo : Cosac Naify, c2003.

MELLO, L. G. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis, RJ: Vozes, [2013].

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ANASTACIO, FRANSUELTON GOMES, JÚNIO MOREIRA DE ALENCAR, E LUCIANA MARIA DE SOUSA MACÊDO. "Contribuições Da Cultura Afro-Indígena Para a Matemática." Boletim Cearense De Educação E História Da Matemática (Online) 8.23 (2021): 946-59. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/5034>. Acesso em 03 de dezembro de 202.

RODRIGUES-MONTEIRO, H. S. Estudos da Tradução e Ensino de Matemática: a escola indígena em questão. REMATEC, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 213–232, 2019. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2019.n31.p213-232.id196. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/176>. Acesso em: 3 dez. 2023.

VOLTOLINI, LUZIA, E CARMEN TERESA KAIBER. "Saber Cultural E a Matemática Escolar: Encontro Necessário na Educação Escolar Indígena." Zetetiké 26.1 (2018): 113-32. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8650861>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Observações

VARIÁVEIS COMPLEXAS

Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Cálculo IV					
Docente		Ailton Ribeiro de Assis					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	E a D	00	E x t e n	00

					S ã o
Ementa					
Números Complexos. Funções Complexas de uma Variável Complexa. Derivação. Integração.					
Bibliografia Básica					
ÁVILA, G. S. S. Variáveis Complexas e Aplicações. 3ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.					
FERNANDEZ, C. S. e BERNARDES Jr., N. C. <u>Introdução às funções de uma variável complexa</u> . 4ª Ed. Rio de Janeiro: SBM, 2016.					
SOARES, M. G. Cálculo em uma variável complexa. 5ª Ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.					
Bibliografia Complementar					
CHURCHILL, R. V. Variáveis Complexas e suas Aplicações. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, 1975.					
SHOKRANIAN, S. Variável Complexa 1. 1ª Ed. Brasília: UnB, 2002.					
LINS NETO, A. Funções de uma Variável Complexa. Rio de Janeiro; IMPA, 2005.					
ZILL, D. G.; SHANAHAM, P. D. Curso introdutório à análise complexa com aplicações. 2ªed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.					
OLIVEIRA, C. E.; MAIORINO J. E. Introdução aos métodos da Matemática aplicada. 3ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.					
Bibliografia Suplementar (Periódicos)					
BITENCOURT, Lopes Agner; VARGAS, Paulo Roberto; FELICETTI, Vera Lucia. Uma proposta pedagógica: usando o software Geogebra na rotação vectores complexos. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, v. 11, n. 21, p. 5-15, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/2365 . Acesso em: 21 nov 2023.					
ALVES, Francisco Regis Vieira. Engenharia didática com o tema integração de funções na variável complexa: análises preliminares, a priori e modelização de situações. Revista ENCITEC, v. 7, n. 1, p. 25-48, 2017. Disponível em: http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/encitec/article/view/2013 . Acesso em: 21 nov 2023.					
DE ARAÚJO, Jorge Corrêa; MÁRQUEZ, Rosa María García. Solução de um Circuito Resistor-Indutor usando Transformada de Fourier e a Integração Complexa. REMAT: Revista Eletrônica da Matemática, v. 3, n. 2, p. 104-115, 2017. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/2288 . Acesso em: 21 nov 2023.					
Observações					
CÁLCULO NUMÉRICO					
Tipo de Disciplina	Optativa		Carga Horária	67	
Pré-Requisitos	Equações Diferenciais Ordinárias e Álgebra Linear I				
Docente	William de Souza Santos				
Distribuição da Carga Horária					

Teórica	67	Prática	00	Ea D	00	Exten são	00
Ementa							
Soluções de Problemas Numéricos, Erros em Computação Numérica, Resolução de Sistemas Lineares, Interpolação Polinomial, Ajuste de Curvas, Métodos de Integração Numérica Simples, Busca de Raízes de Equações e Soluções de Equações Diferenciais e Problemas de Valor Inicial.							
Bibliografia Básica							
FRANCO, N. B. Cálculo numérico. São Paulo: Pearson Prentice Hall Brasil, 1996.							
RUGGIERO, M. G. A.; LOPES, V. L. R. Cálculo numérico - aspectos teóricos e computacionais. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006.							
SPERANDIO, Décio; MENDES, João Teixeira; E SILVA, Luiz Henry Monken. Cálculo numérico: características matemáticas e computacionais dos métodos numéricos. Prentice Hall, 2003.							
Bibliografia Complementar							
ARENALES, S.; DAREZZO, A. Cálculo numérico – aprendizagem com apoio de software. Cengage Learning, 2016.							
CAMPOS FILHO, F. F. Algoritmos numéricos. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.							
CHAPRA, S. C.; CANALE, R. P. Métodos numéricos para engenharia. 7. ed. BURDEN, Richard L. e FAIRES, D. J. Análise numérica. São Paulo: Cengage Learning .McGraw Hill, Brasil 2016.							
GILAT, A; SUBRAMANIAM, V. Métodos numéricos para engenheiros e cientistas – uma introdução usando o matlab. Bookman, 2008.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
RAMOS, Márcio Daniel Nicodemos; RODRIGUEZ, Guilherme Youssef. Do ensino à indústria: utilização de ferramentas computacionais para automatização de cálculos de engenharia referentes ao equilíbrio químico. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 9, p. 90785-90793, 2021. Disponível em: Do ensino à indústria: utilização de ferramentas computacionais para automatização de cálculos de engenharia referentes ao equilíbrio químico. Acesso em: 11 set. 2023.							
RIBEIRO, Bruno Nunes Myrrha; DE ALENCAR CARVALHO, Carlos Vitor. INTNUM: Uma Ferramenta Computacional para Visualização e Cálculo dos Métodos de Integração Numérica. Revista Eletrônica TECCEN, v. 3, n. 2, p. 71-84, 2010. Disponível em: http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/TECCEN/article/view/250 . Acesso em: 11 set. 2023.							
HECHAVARRÍA, Rodney et al. Cálculo numérico de las propiedades térmicas efectivas de un compuesto por elementos finitos. Ingenius [online]. 2017, n. 18. Disponível em: https://revistas.ups.edu.ec/index.php/ingenius/article/view/18.2017.02 . Acesso em: 11 set. 2023.							
SANTOS, W. S.; SOUZA, T.. Covid-19: uma análise numérica sobre a importância do isolamento social no estado da Paraíba. VII ECMAT, 2020. Disponível em: 5d4133_76bed2b5530f484c99741f1b78edc28e.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.							
SANTOS, W. S.; MIRANDA, V. C. P. ; SOARES, A. A.; SOUZA, D. S. ; FOLY, F. B. ; SANTOS, L. B. . Covid-19: Aplicação da integração numérica na análise do isolamento social em bom Jesus da Lapa. In: XXIV Encontro Nacional de Modelagem Computacional, PPGMC/UESC, Ilhéus, 2021. Disponível em: 5d4133_d4c52894634e48f4bc2e5b2cb48139d5.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.							

Observações									
INTRODUÇÃO À GEOMETRIA DIFERENCIAL									
Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		67			
Pré-Requisitos		Cálculo IV e Álgebra Linear I							
Docente		Vinicius Martins Teodosio Rocha							
Distribuição da Carga Horária									
Teórica		67	Prática		00	EaD	00	Extensão	00
Ementa									
Teoria Local de Curvas Planas e Espaciais. Teoria Local das Superfícies. Teorema Egregium de Gauss.									
Bibliografia Básica									
ALENCAR, H; SANTOS, W; SILVA NETO, G. Geometria Diferencial das Curvas no R2. 1 ed. Rio de Janeiro: SBM – Sociedade Brasileira de Matemática, 2020.Disponível em: https://sbm.org.br/colecao-coletaneas-de-matematica/. Acesso em: 11 dez. 2023. DE LIMA, Ronaldo Freire. Introdução a geometria diferencial. Sociedade Brasileira de Matemática, 2016. Disponível em: https://sbm.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Introducao-a-Geometria-Diferencial_Ronaldo-Freire-Lima.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023. TENENBLAT, K. Introdução à Geometria Diferencial. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2008.									
Bibliografia Complementar									
GRAY, A. Modern Differential Geometry of Curves & Surfaces, with mathematica. Second Edition. IE-CRC Press, 1998. PIRES, A.S.T. Geometria Diferencial Para Físicos. São Paulo: Livraria da Física, 2015. STRUIK, D. J. Lectures on Classical Differential Geometry. Second Edition. New York: Dover Publications. Inc. 1961. TAPP, K. Differential Geometry of Curves and Surfaces. Springer, 2016. VELASCO, W.G.G. Geometria Diferencial. 1ª ed. Curitiba-PR: InterSaberes, 2020.									
Bibliografia Suplementar (Periódicos)									
ALÉSSIO, Osmar. Geometria diferencial de curvas de interseção de duas superfícies implícitas. Trends in Computational and Applied Mathematics, v. 7, n. 2, p. 169-178, 2006. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=Introdução+à+Geometria+Diferencial+&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 . Acesso em: 11 dez. 2023. DIÓGENES, Rafael. Geometria diferencial de curvas planas com Geogebra. Professor de Matemática Online, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 226-233, 2019. Disponível em: https://web.archive.org/web/20210304185733id_/http://pmo.sbm.org.br/wp-content/uploads/sites/16/2019/10/art18_vol7_2019_SBM_PMO-final.pdf . Acesso em: 11 dez. 2023. PEREIRA JR, Antônio Duarte; LEMOS, Nivaldo A. Geometria diferencial de curvas e dinâmica da partícula. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 33, p. 1-7, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/i/rbef/a/WCHSS59sVTLqzGgJ8xqrcJN/. Acesso em: 11 dez. 2023.									

Observações									
INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO									
Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		67			
Pré-Requisitos		Argumentação Matemática							
Docente		Vinicius Martins Teodosio Rocha							
Distribuição da Carga Horária									
Teórica		30	Prática		37	Ea D	00	Extensão	00
Ementa									
Algoritmos. Conceito de linguagem de programação. Operações de entrada e saída. Operação de atribuição. Tipos de variáveis. Desvios condicionais. Comandos de seleção múltipla. Estruturas de repetição.									
Bibliografia Básica									
MENEZES, N. N. C. Introdução à programação com Python : algoritmos e lógica de programação para iniciantes. 2.ed. Novatec, 2019									
ASCENCIO, A. F. G. Lógica de programação com Pascal. Editora Makron Books, 1999.									
FARRER, H. et al. Pascal estruturado. 3. ed. LTC, 2013.									
Bibliografia Complementar									
SOUZA, M. A. F.; GOMES, M. M.; SOARES, M. V.; CONCILIO, R. Algoritmos e lógica de programação. Editora Cengage Learning, 2. ed. 2012.									
FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPÄCHER, Henri Frederico.- Lógica de programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. Pearson. 3. ed. São Paulo, 2011.									
LOPES, Anita, GARCIA, Guto.; Introdução à programação: 500 algoritmos resolvidos. Rio de Janeiro: Elsevier, c2002.									
BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática. 3.ed. Belo horizonte: Autêntica, 2005.									
SOARES, M.; CONCILIO, R.; FURLAN, M. A.; GOMES, M. Algoritmos e Lógica de Programação. São Paulo: CENGAGE, 2011. 262p. ISBN: 9788522111299									
Bibliografia Suplementar (Periódicos)									
BORTOLOSSI, Humberto. Criando conteúdos educacionais digitais interativos em matemática e estatística com o uso integrado de tecnologias: GeoGebra, JavaView, HTML, CSS, MathML e JavaScript. Revista do Instituto GeoGebra Internacional de São Paulo, v. 1, n. 1, p. XXVIII-XXXVL, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/IGISP/article/view/8823 . Acesso em: 10 dez. 2023.									
FERREIRA, Roni; BRAGA, Marco. Ensino de programação e as estratégias pedagógicas utilizadas no Brasil. Revista Contexto & Educação, v. 38, n. 120, p. e11377-e11377, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2179-1309.2023.120.11377 . Acesso em: 10 dez. 2023.									

PEREIRA, Bianca Alves; LIGORI-FILHO, Marcos Roberto; PEREIRA, Sabrina Alves. Educação Matemática e linguagens de programação: um levantamento de artigos sobre a Educação Básica. Ensino da Matemática em Debate, v. 9, n. 3, p. 94-116, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2358-4122.2022v9i358983>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Observações

ÉTICA PROFISSIONAL

Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Não requer					
Docente		Hegildo Holanda Gonçalves					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00

Ementa

A Conduta Humana, Ética e Filosofia, Ética e Moral. Ética, trabalho e cidadania. Ética Profissional. Reflexão acerca da ética contemporânea. Aspectos filosóficos do exercício profissional nas áreas de exatas e suas aplicações na sociedade.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zigmunt. Ética pós-moderna. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional. In: Fundamentos de ética geral e profissional. 2003. p. 108-108.

VALLS, Álvaro LM. O que é ética. Brasiliense, 2017.

Bibliografia Complementar

GALLO, Sílvio et al. Ética e cidadania: caminhos da filosofia. Papirus Editora, 2016.

KREMER-MARIETTI, Angèle; CESAR, Constanca Marcondes. A ética. Papirus, 1989.

MARCHIONNI, Antônio. Ética: a arte do bom. Vozes, 2008.

SEVERINO, Francisca Eleodora Santos. Ética e formação de professores: política, responsabilidade e autoridade em questão. Cortez Editora, 2014.

TORRES, João Carlos Brum. Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

LOPES, Celi Aparecida Espasandin; D'AMBROSIO, Beatriz Silva; CORRÊA, Solange Aparecida. Atos de insubordinação criativa promovem a ética e a solidariedade na educação matemática. Zetetike, v. 24, n. 3, p. 287-300, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8648093>. Acesso em 23 abr 2025.

RODRIGUES, Margarida Teixeira. Ser professor de Matemática pelo ponto de vista da ética profissional. Medi@ções, v. 1, n. 2, p. 60-87, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Margarida-Rodrigues-Medi@ções>.

[15/publication/262299745_Ser_professor_de_Matematica_pelo_ponto_de_vista_da_etica_profissional/links/00b495373c398ccbad000000/Ser-professor-de-Matematica-pelo-ponto-de-vista-da-etica-profissional.pdf](https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5870384). Acesso em 23 abr 2025.

SILVA, Neivaldo. Ensino de matemática, ética e sociedade: A etnomatemática e a modelagem como possibilidades. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, v. 1, n. 1, p. 49-54, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5870384>. Acesso em 23 abr 2025.

Observações							
FÍSICA GERAL							
Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Cálculo IV					
Docente		Francisco Lopes Lavor Neto					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica		67		Prática		00	
				E a D		00	
				E x t e n s ã o		00	
Ementa							
Vetores. Movimento em uma, duas e três dimensões. Dinâmica da partícula: leis de Newton e aplicações. Trabalho e energia. Conservação da energia. Sistemas de partículas. Colisões. Cinemática e dinâmica de rotação. Equilíbrio dos corpos rígidos.							
Bibliografia Básica							
HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e WALKER, J. Fundamentos de Física. Vol. 1. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.							
NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Blucher, 2013.							
TIPLER, P. A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 1. 6ª edição. Rio de Janeiro: LTC: 2009.							
Bibliografia Complementar							
ALONSO, M.; FINN, E. J. Física: um curso universitário. Vol. 1. São Paulo: Blucher, 2002.							
FEYNMAN, R P.; LEIGHTON, R.B.; SANDS, M. Lições De Física de Feynman. Vol. 1. 1ª ed. São Paulo: Boookman, 2008.							
KELLER, F. J.; GETTUS, W. E.; SKOVE, M, J. Física. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.							
SEARS, F. W.; ZEMANSKY, M. W.; YOUNG, H. D. Física. Vol. 1. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 2003.							
SERWAY, R.; JEWETT JR, J. W. Princípios de física. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Thonson, 2014.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
SOARES OLIVEIRA, FRANCISCO WAGNER. COSTA PEREIRA, ANA CAROLINA. Interdisciplinaridade entre Matemática e Física na Licenciatura a partir do instrumento jacente no plano. Bolema: Boletim de Educação Matemática. Unesp - Rio Claro-SP. 36, p.73, 29 Ago. 2022. https://doi.org/10.1590/1980-4415v36n73a09							

DOS REIS, JULIO CESAR. LIMA SANTANA, IAN. SANTOS LEMOS, LUAN. A Relação entre Física e Matemática: Uma Abordagem Teórico-Metodológica. Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências, Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina, Vol. 11, N. 2, p. 112--135, Dez/2022. <https://doi.org/10.22481/rbba.v11i02.10903>

SILVA DOS SANTOS, CHIRLEY. LEITE DOS SANTOS SILVA, ALEXANDRE. A importância da Matemática para a aprendizagem de ciências: estudo em um curso de licenciatura em educação do campo. Revista Ciências & Ideias..VOLUME 12, N.4 – NOVEMBRO/DEZEMBRO 2021.doi: 10.22047/2176-1477/2021.v12i4.1474

Observações

DESENHO GEOMÉTRICO

Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		67	
Pré-Requisitos		Fundamentos da Geometria Plana					
Docente		Antonio Eudes Ferreira					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	54	Prática	13	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Construções com régua e compasso; Linhas retas; Ângulos; Segmentos construtíveis; Linhas Curvas; Polígonos regulares; Analisar e aprender a utilizar recursos de informática em desenho geométrico.

Bibliografia Básica

WAGNER, Eduardo. Construções Geométricas. 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2007.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau, Fundamentos de Matemática Elementar - Geometria Plana, Volume 9, 8ª Ed., São Paulo: Editora Atual, 2005 6. IEZZI, Gelson.

MOURA, Chateaubriand. Estudo Dirigido de Desenho Geométrico. V. 13. ed., Aracaju:CEFET-SE. 2006. (Curso apostilado sobre Desenho Geométrico para o Curso Médio).

Bibliografia Complementar

RIVERA, Felix O e NEVES, Juarenze C. e Gonçalves, Dinei N. Traçados em Desenho Geométrico. Rio Grande, FURG, 1986.

TAVARES, Cláudia Régia Gomes. Desenho Geométrico. Rio Grande do Norte: CEFET-RN, 2002.

BRAGA, Theodoro. Desenho linear geométrico. 14ª ed, - São Paulo: Ícone, 1997.

CARVALHO, B. A. Desenho Geométrico. Editora: Imperial Novo Milênio, 2011. MONTENEGRO, G. A. Desenho Arquitetônico. São Paulo: Edgar Blücher Ltda.

MICELI, M. T. Desenho Técnico Básico. 4 ed. - Editora Imperial Novo Milênio.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CONTRIBUIÇÕES DE UMA OFICINA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DISCUSSÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO DESENHO GEOMÉTRICO NAS AULAS DE GEOMETRIA. **Revista Eletrônica Debates em**

Educação Científica e Tecnológica, [S. l.], v. 6, n. 03, p. 13–26, 2019. DOI: 10.36524/dect.v6i03.167. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/167>. Acesso em: 26 maio. 2025.

DA SILVA, C. M.; MACHADO, F. M. Desenho Geométrico: uma reflexão sobre currículo e práticas de ensino e aprendizagem. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, 2020. DOI: 10.22456/2595-4377.104515. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/104515>. Acesso em: 26 maio. 2025.

D'ESQUIVEL, M. O. A Geometria para ensinar de Olavo Freire: o Desenho Geométrico como ferramenta profissional. **Com a Palavra, o Professor**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 74–92, 2019. DOI: 10.23864/cpp.v4i1.299. Disponível em: <http://revista.geem.mat.br/index.php/PPP/article/view/299>. Acesso em: 26 maio. 2025.

Observações

LIBRAS II

Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária			67
Pré-Requisitos		Libras I					
Docente		Ramon da Silva Santana					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67	Prática	00	EaD	00	Extensão	00

Ementa

Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos universais linguísticos e da gramática da Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras. Libras, como primeira língua, e Língua Portuguesa como segunda língua.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, F. Dicionário Ilustrado de Libras: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011.

QUADROS, R.M; KARNOP, L.B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, B A. C.; SEGALA, S.R. ABC em libras. São Paulo: Panda Books, 2016.

Bibliografia Complementar

BARROS, A. L. E. C.; CALIXTO, H. R. S.; NEGREIROS, K. A. (Orgs.). Libras em diálogo: interfaces com o ensino. Campinas: Pontes, 2018.

CAPOVILLA, F. C. et al. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos. 3 Vol. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2019.

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Campinas: Parábola, 2012.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SACKS. Oliver. Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.



PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos**. 1ed. Florianópolis: Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, 2006.

FERRARI, M. Pestalozzi, o teórico que incorporou o afeto à sala de aula. 2008. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/1941/pestalozzi-o-teorico-que-incorporou-o-afeto-asala-de-aula>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Observações

APÊNDICE B – Fluxograma



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CAJAZEIRAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Fluxograma da Matriz Curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática - Campus Cajazeiras

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
11 Estágio Supervisionado I 33	21 Estágio Supervisionado II 33	31 Estágio Supervisionado III 33	41 Estágio Supervisionado IV 67	51 Estágio Supervisionado V 67	61 Estágio Supervisionado VI 67	71 Estágio Supervisionado VII 67	81 Estágio Supervisionado VIII 33
12 Psicologia da Educação, desenvolvimento e aprendizagem 67	22 Políticas e Gestão Educacional 33	32 História da Educação 33	42 História e cultura afro-brasileira e indígena 33	52 Educação para as Relações Étnico-Raciais, Gênero e Direitos Humanos 33	62 Pesquisa Aplicada 67	72 TCC 33	82 Inglês Instrumental 33
13 Fundamentos Sociológicos da Educação 67	23 Didática Geral 67	33 Didática da Matemática 33	43 Planejamento e Avaliação Educacional 67	53 Educação Especial e Inclusiva 67	63 Tendências da Educação Matemática 33	73 Libras I 33	83 Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino 67
14 Ensino e Fundamentos da Educação Básica 33	24 Leitura e produção de textos 33	34 Cálculo I 67	44 Cálculo II 67	54 Metodologia do Trabalho Científico 33	64 Cálculo IV 67	74 Educação Ambiental e Sustentabilidade 33	84 Optativa I 67
15 Fundamentos de Números e Operações 67	25 Laboratório no Ensino de Matemática 67	35 Álgebra Vetorial e Geometria Analítica 67	45 Fundamentos de Estatística, Probabilidade e Combinatória 67	55 Cálculo III 67	65 Álgebra Linear 67	75 Introdução à Teoria dos Números 67	85 Optativa II 67
16 Fundamentos de Álgebra 67	26 Ensino de Números e Operações 67	36 Argumentação Matemática 67	46 Fundamentos da Geometria Plana 67	56 Fundamentos da Geometria Espacial 67	66 História da Matemática 67	76 Matemática Financeira 67	86 Ensino de Matemática: Fundamentos e Educação Financeira 33
	27 Ensino de Álgebra 33	37 Fundamentos e Ensino de Trigonometria 67		57 Ensino de Estatística, Probabilidade e Combinatória 33	67 Ensino de Geometrias e Medidas e Geometria 33	77 Equações Diferenciais Ordinárias 67	87 Fundamentos de Análise 67
	28 Projeto Integrador/Interdisciplinar I 83	38 Projeto Integrador/Interdisciplinar II 83	47 Projeto Integrador/Interdisciplinar III 83	58 Projeto Integrador/Interdisciplinar IV 83			
com aula para estágio	com aula para estágio	sem aula para estágio	com aula para estágio	com aula para estágio	sem aula para estágio	com aula para estágio	sem aula para estágio
C/H Semestral 334	C/H Semestral 418	C/H Semestral 460	C/H Semestral 461	C/H Semestral 460	C/H Semestral 401	C/H Semestral 387	C/H Semestral 387
Carga Horária de Disciplinas: 3238		Carga Horária de Estágio: 400		Atividades Complementares 100		Carga Hor. Min. de Integralização: 3338	

- Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG) - 899 (oitocentas e noventa e nove) horas;
Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE) - 1.605 (mil, seiscentos e cinco) horas;
Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) - 332 (trezentas e trinta e duas) horas;
Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado - 400 (quatrocentas) horas;

Mínimo
880
1600
320
400

	Disciplina Optativa	
N	Nome da Disciplina	P
C		

N - Código da disciplina
C - Carga horária da disciplina
P - Pré-requisito

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA Hora-relógio X Hora-aula	
33 Hr = 40 H/a	
67 Hr = 80 H/a	
83 Hr = 100 H/a	